



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARIA JÚLIA CARNEIRO GIRALDES

ESPAÇO DA CIÊNCIA:
AS DISCURSIVIDADES NOS
PREFÁCIOS/APRESENTAÇÕES DA OBRA COMUNICAÇÃO
EM PROSA MODERNA

Londrina
2016

MARIA JÚLIA CARNEIRO GIRALDES

ESPAÇO DA CIÊNCIA:
AS DISCURSIVIDADES NOS
PREFÁCIOS/APRESENTAÇÕES DA OBRA COMUNICAÇÃO
EM PROSA MODERNA

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito final à obtenção do título de doutora.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariângela Peccioli Galli
Joanilho

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de
Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

GIRALDES, Maria Júlia Carneiro .

Espaço da ciência: as discursividades nos prefácios/apresentações da obra Comunicação em prosa moderna / Maria Júlia Carneiro Giraldes. - Londrina, 2016.

241 f. : il.

Orientador: Mariângela Peccioli Galli Joanilho.

Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Análise de Discurso (AD). História das Ideias Linguísticas (HIL). Escrita. Prefácio/Apresentação. - Tese. I. Joanilho, Mariângela Peccioli Galli. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

MARIA JÚLIA CARNEIRO GIRALDES

ESPAÇO DA CIÊNCIA:

AS DISCURSIVIDADES NOS PREFÁCIOS/APRESENTAÇÕES DA
OBRA COMUNICAÇÃO EM PROSA MODERNA

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito final à obtenção do título de doutora.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariângela P. Galli
Joanilho
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr^a. Esther Gomes de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr^a Silvana Drumond Monteiro
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr^o. Miguel Luiz Contani
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a Dr^a Edina Regina Pugas Panichi
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 17 de abril de 2017

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Por ter a certeza de que não chegaria a lugar algum sozinha, gostaria de cordialmente agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização desta pesquisa.

A Deus, por ter possibilitado que eu caminhasse até aqui.

À minha querida orientadora, Prof^a Dr^a Mariângela P. Galli Joanilho, pela acolhida às minhas ideias, pelo apoio permanente diante de minhas dúvidas, pela segurança de suas observações, com objetividade e competência.

À Prof^a Esther Gomes de Oliveira, presença afetuosa, grande inspiradora que acompanhou toda a minha trajetória, sempre me incentivando a manter o rumo de meus estudos.

À Prof^a Edina R. P. Panichi e ao Prof. Miguel L. Contani, pela leitura criteriosa e relevantes indicações de aperfeiçoamento oferecidas na etapa de qualificação.

À Prof^a Silvana Drumond Monteiro, pela amizade e pela colaboração com a qual sempre me fez contar, pela paciente troca de informações, um decisivo suporte no desenvolvimento do trabalho.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem pelas aulas de alto nível e pelas referências que me possibilitaram adquirir conhecimentos que influenciaram em minha capacitação.

À minha irmã Helô, ao meu cunhado Álvaro, à Bia e ao Junior, e em especial aos meus adorados sobrinhos, Caio e David – todos vocês são a minha razão especial.

À minha irmã Coca, com muito amor e carinho, à Fabiane, Ricardo, Júlia, Bianca e Juninho (sobrinho querido) – todos moram no meu coração.

À Lisbeth, amiga irmã, com muita amizade.

A todos os colegas do Departamento de Ciência da Informação por juntos partilharmos conquistas e expectativas e também pela confiança que sempre depositaram em minhas iniciativas.

À Universidade Estadual de Londrina, pelas oportunidades colocadas em minhas mãos.

Do ponto de vista da significação, não há uma relação direta do homem com o mundo, ou melhor, a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta, assim como a relação entre linguagem e pensamento, e linguagem e mundo tem também suas mediações. Daí a necessidade da noção de discurso para pensar essas relações mediadas. Mais ainda, é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação.

Eni Puccinelli Orlandi

GIRALDES, Maria Júlia Carneiro. **Espaço da ciência**: as discursividades nos prefácios/apresentações da obra *Comunicação em prosa moderna*. 2016. 243f. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Estudos da Linguagem (Doutorado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

O saber que assimilamos por meio da análise dos prefácios/apresentações da obra *Comunicação em Prosa Moderna* permitiu-nos detectar diferentes filiações teóricas e a visualizar um novo espaço discursivo, que nos habilitam a identificar a ciência, a política, a história e, principalmente, o conhecimento de nossa língua, detectar as discursividades e direcionar a investigação de modo a abordar a configuração de sentido no discurso científico. Tendo por base esses pressupostos, esta tese analisa as discursividades, ou seja, as inscrições dos efeitos da língua, na história, presentes nos prefácios/apresentações da obra *Comunicação em Prosa Moderna*: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Além da análise das discursividades, tem o objetivo de investigar o espaço gráfico como configuração do sentido no discurso científico, por isso, discorre sobre a escrita e sua história. Investiga como tem sido o processo de constituição da língua no Brasil, relacionando os fatos linguísticos, históricos e sociais, a partir dos acontecimentos sociais e históricos que marcaram os 49 anos de publicação do livro. Aborda a história das ideias (teorias) linguísticas com a história da constituição da língua nacional, além da relação Língua/Nação/Estado por serem os elementos fundamentais para o entendimento da história da constituição do saber metalinguístico em nosso meio, sob a influência da tradição ocidental. Neste sentido, articula a História das Ideias Linguísticas (HIL) no Brasil e a Análise de Discurso (AD) para investigar o conhecimento da língua e o saber que se constrói sobre ela, a partir da formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem. Considera que a sociedade funciona com a linguagem, com o saber e com a escrita enquanto materialidade que viabiliza o conhecimento das instituições. No tocante à metodologia, utiliza os fundamentos teóricos e analíticos da Análise de Discurso de linha francesa e utiliza o Método Quadripolar por possuir caráter dinâmico e flexível, qualidades que o tornam pertinente para dar mais objetividade à pesquisa. Os resultados da pesquisa permitem sustentar a tese de que o conteúdo dos prefácios/apresentações da obra *Comunicação em prosa moderna*, explicita a abrangência de um novo espaço discursivo, no qual podemos identificar e compreender a ciência, a política, a história e, principalmente, o conhecimento de nossa língua. Pelos subsídios que oferece, a importância de prefácios/apresentações não pode ser subestimada e deveria ser considerada requisito para a plena leitura de uma obra, qualquer que seja a sua natureza.

Palavras-chave: Análise de discurso (AD). História das ideias linguísticas (HIL). Escrita. Prefácio/Apresentação.

GIRALDES, Maria Júlia Carneiro. **The Space of Science:** the discourse of the prefaces/presentations of the work *Comunicação em Prosa Moderna* (Communication in Modern Prose). 2016. 243p. Thesis presented to the Language Studies Post-Graduation Program (Doctorate Degree) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

The knowledge that we acquire through the analysis of prefaces/presentations of the work *Comunicação em Prosa Moderna* (Communication in Modern Prose) allows us to detect different theoretical filiations and to see a new discursive space, permeated with different theoretical affiliations that prompts us to identify the science, the politics, the history and, mainly, the acquaintance of our language to detect the discursiveness and to direct the investigation in a way to approach the configurations of sense in scientific discourses. Holding this presuppositions, this thesis research aims to analyze the discursiveness, in other words, the registrations of the effects of the language, in the history, that are present in the prefaces/presentations of the work *Comunicação em Prosa Moderna* (Communication in Modern Prose): learn to write learning how to think. Besides the analysis of the discursiveness, it objectifies to investigate the graphic space as a configuration of sense in scientific discourse, and so, descants about the writing and its history. It investigates how the process of the constitution of the language in Brazil has been, relating the linguistic, historical and social facts, starting from the social and historical events that mark the 49th anniversary of the publication of the book. It touches the linguistic ideas (theories) with the history of the constitution of the national language, and also the relation between Language/Nation/State once this relation is the fundamental element to understand the history of the constitution of the metalinguistic knowledge in our environment, under the influence of the western tradition. In this way, it articulates the History of Linguistic Ideas (HIL) in Brazil and the Analysis of Discourse (AD) to investigate the knowledge of the language and the knowledge that builds itself upon it and from the formation of the society and its individuals. It considers the society working with the language, the knowledge and the writing as materials that views the knowledge of the institutions. When it comes to the methodology, it uses the theoretical and analytical basis of the Analysis of Discourse from the French line and uses the Quadripole Method because of its flexibility and dynamism, qualities that give objectivity to this research. The results of this research allows us to sustain the thesis that the contents of the preface/presentation of the work *Comunicação em Prosa Moderna* (Communication in Modern Prose) explicit the comprehensiveness of a new discursive space, in which we can identify and understand the science, the politics, the history and, more importantly, the knowledge of our language. With the subsidies that it offers, the importance of the prefaces/presentations can't be underestimated and should be considered a requisite for the full reading of a work, whatever its nature is.

Keywords: Analysis of the Discourse (AD). History of Linguistic Ideas (HIL). Writing.Preface/Presentation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Método Quadripolar.....	119
Quadro 2 - Etapas de Análise.....	120
Quadro 3 - Edições do livro Comunicação em prosa moderna	122
Quadro 4 - Hierarquização das diversas linguas do cotidiano.....	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COPANT	Comissão Pan- Americana de Normas Técnicas
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
EBAPE	Escola Brasileira de Administração de Empresas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FORD	Fundação Ford
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IEC	International Electrotechnical Commission
ISO	International Organization for Standardization
NBR	Norma Brasileira
NGB	Nomenclatura Gramatical Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I Objetivos da Pesquisa	17
Objetivo geral e hipótese da pesquisa.....	17
Objetivos Específicos	17
II Vida e obra de Othon Moacyr Garcia	18
III Organização do Trabalho	20
CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DE DISCURSO: HISTÓRIA NA FRANÇA E NO BRASIL	22
1.1 Efeito metafórico em Pêcheux.....	29
1.2 Formação discursiva.....	33
1.3 Condições de Produção e Interdiscurso	35
1.4 Funcionamento da Linguagem: texto x discurso	37
1.5 O Arquivo.....	38
CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL	40
2.1 Acontecimentos institucionais e estudos do português no Brasil	42
2.2 Ancoragens teóricas e analíticas da História das Ideias Linguísticas.....	44
2.2.1 A Linguagem	44
2.2.2 A Língua Brasileira	46
2.2.2.1 Língua Imaginária e Língua Fluida	46
2.2.3 A Enunciação	51
2.2.3.1 O Espaço da Enunciação e o Sentido	52
CAPÍTULO 3 - A ESCRITA	55
3.1 A Escrita e a Organização da Sociedade	61
3.2 A Escrita dos Antigos Egípcios.....	65
3.3 O Alfabeto.....	67
3.4 Os Textos na História das Representações da Escrita.....	72
3.5 Ciência e Escrita.....	78
3.6 Razão Gráfica: Tecnologia Intelectual	80
3.7 O Espaço Gráfico e a Configuração do sentido no discurso científico	85

CAPÍTULO 4 - O LIVRO	90
4.1 O Livro e seu percurso histórico	92
4.1.1 A Tipografia e a Construção do Livro na Antiguidade.....	98
4.1.2 O Papel, a Imprensa e o Livro	103
4.2 O Livro e sua estrutura	108
4.2.1 Prefácio/Apresentação	112
4.3 O Autor	115
CAPÍTULO 5 - MÉTODO E METODOLOGIA ADOTADOS NA ANÁLISE DOS PREFÁCIOS/APRESENTAÇÃO	118
5.1 <i>Corpus</i> da Pesquisa	121
CAPÍTULO 6 - ANÁLISE DOS PREFÁCIOS/APRESENTAÇÕES	123
6.1 Análise do prefácio/apresentação da 1ª edição (1967) de Comunicação em prosa moderna.....	127
6.2 Análise do prefácio/apresentação intitulada <i>Explicação Necessária</i>	162
6.3 Análise do prefácio/apresentação da 2ª edição (1969)	196
6.4 Análise do prefácio/apresentação da 3ª edição (1975)	201
6.5 Análise do prefácio/apresentação da 11ª edição (1983)	202
6.6 Análise do prefácio/apresentação da 27ª edição (2010)	204
CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIAS	214
ANEXOS	226
ANEXO A – Prefácio/Apresentação da 1ª edição (1967).....	227
ANEXO B – Prefácio/Apresentação intitulada <i>Explicação Necessária</i> da 1ª edição (1967)	229
ANEXO C – Prefácio/Apresentação da 2ª edição (1969).....	234
ANEXO D – Prefácio/Apresentação da 3ª edição (1975).....	236
ANEXO E – Prefácio/Apresentação da 11ª edição (1983).....	238
ANEXO F – Prefácio/Apresentação da 27ª edição (2010).....	240

INTRODUÇÃO

Esta tese insere-se na área de estudos descritos pela *História das Ideias Linguísticas* (HIL) no Brasil e busca expandir a reflexão voltada às chamadas novas práticas de leitura propostas pela Análise de Discurso (AD) francesa. Pesquisas nesse âmbito costumam adotar o objetivo de difundir estudos sistemáticos a respeito das questões que envolvem a história do conhecimento linguístico e quando polarizam para a história da nossa língua, também escolhem, dentre outras opções de abrangência, investigar o modo como se dá o processo de constituição da língua no Brasil.

A questão da língua e suas especificidades integram o processo de constituição da nacionalidade. Segundo Guimarães e Orlandi (1996, p.13):

As relações entre língua, ciência e política são definidoras na constituição dos sujeitos e da forma da sociedade. Ao mesmo tempo em que a lingüística vai se constituindo como ciência, a questão da língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado e as políticas gerais de um país manifestam essa interrelação, de que a forma mais visível é a formulação específica de políticas linguísticas.

A noção de política linguística passa a ter outro sentido, visto que, ao se definir a língua que se fala, seu estatuto, onde, quando e os modos de acesso a ela — seja pelo ensino, pela produção de instrumentos linguísticos, pelo acesso às publicações, pela construção de instituições linguísticas e outras mais — “[...] está-se praticando as várias formas das políticas da língua ao mesmo tempo em que, para identificá-la, se está produzindo seu conhecimento, sua análise, enfim, e está-se dando a ela uma configuração particular.” (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996, p.13).

Inscrevemos nossa leitura em uma perspectiva discursiva materialista e reconhecemos a importância de investigar as condições nas quais cada texto/discurso¹ é produzido, observando os sujeitos e as posições sociais e discursivas nas quais se encontram no momento de formulação das diferentes

¹ Para Orlandi (2012a, p. 63), “O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte [...]. Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva [...]”

materialidades discursivas². Igualmente, apoiamo-nos na Análise de Discurso (AD) e procuramos compreender como um objeto produz sentidos e está investido de significância para e por sujeitos: “Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura.” (ORLANDI, 2012a, p.26-27).

As novas práticas de leitura relacionam o dizer com o não dizer, o dito em outro lugar com o que poderia ser dito. “Essa escuta tem de particular o ser sensível às relações de sentido — seja pelo trabalho da memória (o interdiscurso) seja pela menção (a intertextualidade).” Então o que praticamos são novos gestos de leitura, percorrendo os caminhos dos sentidos. (ORLANDI, 2001, p.7-8).

Os dispositivos teóricos e analíticos da Análise de Discurso, na linha dos estudos de Michel Pêcheux e Eni Puccinelli Orlandi, foram essenciais para compor o desenvolvimento de nossa pesquisa, por permitirem um diálogo com outras áreas afins, tais como, História, Epistemologia das Ciências da Linguagem, Ciências Sociais, entre outras, além de viabilizarem a leitura da história e sua interpretação.

Consideramos, por outro lado, que há uma produtividade específica quando a AD se posiciona no entremeio com a HIL. Fundamentados em Nunes (2008, p.111) entendemos “[...] que esse modo de fazer história da ciência tem consequências para a leitura e mesmo para a produção de arquivos relativos às ciências da linguagem.” Isso inclui os trabalhos de análise dos textos de arquivo, dos gestos de leitura que deles se depreendem e também de novas formas de escrita do arquivo, aqueles que são sensíveis à historicidade dos sentidos, à pluralidade dos domínios das ciências da linguagem, à espacialidade e à temporalidade do conhecimento, às formas de autoria, aos funcionamentos institucionais, aos acontecimentos, portanto, “[...] a tudo aquilo que compreende as condições de produção dos discursos científicos.” (NUNES, 2008, p.111).

A partir daí, buscamos a compreensão do discurso e sua relação com os sentidos, a ideologia, a história, dentre outras matrizes. Tais reflexões conduziram-nos a analisar as discursividades presentes nos prefácios/apresentações da obra *Comunicação em prosa moderna* e a relacioná-las com a sociedade e a história.

² De acordo com Pêcheux (2011, p.151), a noção de materialidade discursiva deve ser entendida “[...] enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as ‘mentalidades’ de uma época, mas que remete às condições de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos) em uma conjuntura histórica dada.”

Numa outra direção, e com o intuito de atingirmos os objetivos estabelecidos em nossa pesquisa, abordamos a escrita para compreendermos o espaço gráfico como configuração de sentido no discurso científico.

Observamos que a escrita, ao longo de sua história tem produzido representações, visto que “[...] não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias ou em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles.” (CHARTIER, 1991, p.177). Por essa razão, nos apoiamos na ideia de que a escrita tem contribuído com novas formas de sociabilidade, conseqüentemente, tem gerado novos pensamentos, os quais ampliam os nossos conhecimentos, já que “[...] todo o escrito obedece a categorias de pensamento e formas de apreensão do real — e que ao ‘representarem’ uma dada situação, também os textos criam realidades.” (CHARTIER, 1989, p.151).

Em relação ao sentido, compreendemos que as formas produzem sentido, e que “[...] um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura.” (CHARTIER, 1991, p.178). Além disso, opondo-se à representação elaborada pela literatura, segundo a qual o texto existe em si mesmo, separado de sua materialidade, lembramos que “[...] não há texto fora do suporte de sua materialidade, não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor.” (CHARTIER, 1991, p.182). Ainda nas considerações de Chartier (2002, p.62), em contradição com a abstração dos textos, “[...] é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados.” Esclarece o autor, que o mesmo texto, fixado em letras, não será o mesmo caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação.

Portanto, nossa abordagem sobre o livro e sua história, sua apresentação formal e outras mais, justifica-se em razão de o livro ter um valor social, econômico, cognitivo e histórico, especialmente para a nossa pesquisa, já que podemos encará-lo como um espaço aberto a múltiplas leituras, criando sentidos.

Quanto à escrita, consoante com Orlandi (2001, p. 8) entendemos que “[...] a nossa sociedade do ponto de vista da linguagem, funciona com o saber e com a escrita enquanto materialidade que constitui a própria forma das instituições.” Além disso, segundo Silva (2001) a escrita é uma forma de relação social,

historicamente determinada, e como conhecimento é um objeto histórico e, sobretudo simbólico, não é uma saber de organização e de propriedades formais estáveis, embora opere com elementos recorrentes historicamente.

Ainda, de acordo com Silva (2001, p.149):

A escrita alfabética, enquanto dualidade contraditória entre o formalismo do sistema e a liberdade do sujeito, é um lugar culturalmente instituinte de funções discursivas do sujeito: a de leitor — capaz de re-conhecer sentidos e de interpretar — e a de autor — de fonte e origem de seu dizer e, conseqüentemente, a de responsável por este dizer. Neste espaço textual, o sujeito constrói sua identidade, organizando a multiplicidade de representações possíveis a partir da forma material do significante: as letras. (SILVA, 2001, p.149).

Por isso, nosso entendimento é que a escrita alfabética é um lugar culturalmente instituinte de funções discursivas do sujeito, o que justifica o seu estudo, visto que ela tem se mostrado suficiente para objetivar a linguagem e o mundo, a língua e as línguas humanas, reduzindo as coisas e os indivíduos existentes a um número fixo de letras, mediadoras entre o caos e a ordem, entre as coisas materiais, terrenas e instáveis e as estruturas ideais e perenes, entre o sem-sentido e o sentido (SILVA, 2001).

Nosso *corpus* é constituído dos prefácios/apresentações de diversas edições da obra de Othon Moacyr Garcia: *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Eles foram analisados com o intuito de refletirmos a respeito do saber que envolve a nossa língua, bem como os sentidos que perpassam os processos históricos de constituição em nosso país em relação ao nosso idioma. Analisamos, portanto, um conjunto de possibilidades socio-históricas.

Realizamos uma observação detalhada dos mencionados prefácios/apresentações, a partir do exame de diferentes edições, com o objetivo de analisar as discursividades encontradas e investigar o espaço gráfico como configuração do sentido no discurso científico. Nos dizeres de Charaudeau e Maingueneau (2012), a noção de configuração foi emprestada da reflexão filosófica sobre a interpretação da narrativa filosófica, desenvolvida por Ricoeur no quadro de sua teoria geral da narrativa. A compreensão de uma narrativa ou do conteúdo de qualquer texto não é decodificar, uma a uma, as frases e as fases de uma intriga: é

passar de uma sucessividade a um todo de sentido coesivo-coerente, evidenciado na formação de um texto. A leitura-compreensão de um texto é um julgamento reflexivo que (re)configura o texto, ou seja, o ato de configuração é tanto um ato de produção-esquematização, quanto de leitura-interpretação.

Analisar as discursividades dos prefácios/apresentações da obra de Othon Moacyr Garcia, *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*, é relevante, também, pelo papel por ela exercido em nossa sociedade. As discursividades são as inscrições dos efeitos da língua, sujeita a falha, na história: a Análise de Discurso trabalha a relação da língua com sua exterioridade e essas ideias preparam o deslocamento no modo como é tratada a ideologia e a questão da interpretação (ORLANDI, 2012c).

A razão da escolha deste corpus para nossa pesquisa é o fato de o livro ter se tornado, na sua história, de 49 anos, reconhecidamente, um clássico na área, sobretudo pela correlação na expressão “aprender a escrever, é aprender a pensar”, meta que passou a ser aceita e muito procurada. Composição pioneira na sistematização dos elementos imprescindíveis à organização do pensamento e à elaboração de textos, por não se restringir somente à correção gramatical, passou a ser útil (e eficaz) para estudantes de vários níveis e áreas, e professores de língua portuguesa, além de gerentes, secretárias e funcionários participantes de cursos de capacitação nas empresas.

Nosso estudo é de cunho científico por analisar os prefácios/apresentações de um livro multidisciplinar, que contempla vários assuntos, dentre eles, o ensino de nossa língua, logo, sua análise tem como referência a articulação das ideias (teorias) linguísticas com a história da língua nacional. Nossa hipótese é de que fundamentado nos princípios da História das Ideias Linguísticas, que investiga o processo de constituição da língua no Brasil e considera o momento social, histórico e linguístico, o exame das discursividades presentes nos prefácios/apresentações promove o encontro com o conhecimento de contexto, e também contribui para a reflexão sobre o espaço gráfico como configuração de sentido no discurso científico. A tese defendida neste trabalho é, portanto, de que o saber que assimilamos por meio da análise dos prefácios/apresentações da obra *Comunicação em prosa moderna*, permite-nos visualizar um novo espaço discursivo, permeado de diferentes filiações discursivas que nos habilita a identificar a ciência, a política, a história e, principalmente, o conhecimento de nossa língua.

A obra em que se encontram os prefácios/apresentação objeto de nosso estudo, é uma publicação de cunho científico, editada por uma instituição governamental, sendo de grande importância para o ensino da língua portuguesa no Brasil, e por não integrar, até o presente momento, as pesquisas relacionadas à *História das Ideias Linguísticas no Brasil*. Entendemos ser esse um problema de pesquisa a ser sanado, uma lacuna que começa a ser preenchida, já que sua análise pode contribuir na continuidade de pesquisas para expandir a compreensão e interpretação da nossa história linguística.

I Objetivos da pesquisa

Geral: Integrar as proposições da Análise de Discurso de linha francesa com os princípios defendidos pela História das Ideias Linguísticas praticada no Brasil, a fim de expandir os conhecimentos sobre a sociedade, a história, modo de constituição e funcionamento da língua em nosso o país.

Objetivos Específicos

- Identificar as discursividades presentes nos prefácios/apresentações da obra *Comunicação em prosa moderna*, em suas diferentes edições, e levantar evidências do *espaço gráfico* como configuração do sentido no discurso científico.
- Identificar, a partir de uma perspectiva histórico-materialista da significação³ e integrando os fundamentos teóricos e analíticos da Análise de Discurso francesa, o modo como se manifestam, nos prefácios/apresentações em estudo, o momento social, histórico e linguístico.
- Averiguar se os prefácios foram escritos pelo próprio autor ou por algum colaborador, relacionando o conhecimento de quem prefacia com o assunto do documento.

³ A Análise de discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta não é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos (ORLANDI, 201a, p. 19).

II Vida e obra de Othon Moacyr Garcia

Othon Moacyr Garcia nasceu em Mendes, estado do Rio de Janeiro, em 1912, e faleceu em 2002, na capital fluminense. Foi professor e analista literário, publicou o livro *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar* e diversos artigos em cadernos literários da imprensa nacional. Segundo Conforte (2011), militou tanto no ensino de redação, quanto na crítica literária, e é lembrado devido ao sucesso de seu livro *Comunicação em prosa moderna*. Sua história é a de um estudioso dedicado aos estudos e ao ensino, que lutou contra os terríveis reveses que o privaram de grande parte da audição e, posteriormente, da visão, e produziu uma obra sólida e coerente com nossa história linguística.

A maioria de seus escritos foi publicada na Revista e no Boletim do Instituto Brasil- Estados Unidos (atual IBEU) entre os anos de 1944 e 1949, antes de sua estreia como crítico literário, em 1955. Em 1939, publicou seu primeiro estudo literário na *Revista de Cultura e Técnica*, com o título “Machado de Assis e a influência inglesa.” Entre os anos de 1964 e 1965, Othon publicou quatro ensaios no “Jornal Correio da Manhã”, dois deles sobre a poesia do pernambucano Mauro Mota, com o tema “Monólogo interior e fluxo de consciência”, e outro a respeito do romance *João Ternura*, de Aníbal Machado. Publicou, no “Jornal do Comercio”, uma resenha sobre a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, lançada em 1957 sob o título “De Gramáticas e de Compêndios.” No período em que trabalhou no Instituto Brasil-Estados Unidos, preocupou-se com aspectos da literatura americana. Embora seus artigos não sejam de interesse da língua portuguesa, sua inclusão se justifica pelo fato de, já nesses escritos, evidenciarem-se, embora esparsamente, importantes vestígios dos conceitos e métodos de análise estilística que, mais tarde, constituem-se cerne de seus estudos sobre a literatura brasileira (CONFORTE, 2014).

Explica ainda Conforte (2014) que, em 1944, no primeiro ensaio de Othon, escrito para o Instituto, intitulado *Feições do Romantismo Norte Americano*, observa-se, em sua análise estilística, a semente do texto didático sobre esse estilo de época em terras americanas. No segundo ensaio, *Quatro romancistas do romantismo americano*, elege quatro autores românticos, a saber: James Fenimore Cooper, Edgard Alan Poe, Walt Whitman e Ralph Waldo Emerson. No artigo intitulado “Edgard Poe - antirromântico”, de 1945, Othon M. Garcia, no papel de

crítico, destaca a camada fônica do texto poético e caracteriza a poesia de Edgard Allan Poe a partir de um ponto de vista mais linguístico, embora não seja essa a temática do texto.

No ensaio “Whitman-bíblico e profético”, de 1945, chama a atenção para a ocorrência de termos concretos na poesia do autor, demonstra importância ao léxico dos poetas, resalta aspectos estilísticos e linguísticos da poesia de Whitman, e destaca o emprego do paralelismo, assunto mais tarde apresentado, de modo ligeiramente diferente, em *Comunicação em prosa moderna*. No terceiro ensaio, escrito na revista do Instituto de 1945, analisa a obra de outro antirromântico, Ralph Waldo Emerson: *Emerson - antirromântico*. Nesse texto, delinea mais as ideias do autor e, com efeito, as poucas menções à linguagem são para indicar a ausência de sentimento romântico.

De janeiro a abril de 1949, Othon publica no Boletim do Instituto um ensaio, dividido em quatro partes: *Influências*. Conforte (2014) julga ser este de importância histórica e linguística, por retratar a crescente influência cultural dos EUA, em detrimento da França, sobre o Brasil e o resto do mundo, após a Segunda Guerra Mundial. Ao longo dos quatro ensaios, Othon comenta a influência dos Estados Unidos sobre o Brasil e defende a tese de a influência americana não ser tão recente, pois começamos a conhecer a literatura norte-americana pela via do romantismo.

Ainda nos dizeres de Conforte (2014), Othon publica, em 1957, no Jornal do Commercio, o artigo intitulado *De Gramática e de Compêndios*, elogioso à *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de seu amigo Rocha Lima. Em 1964, publicou no jornal *Correio da Manhã*, dois ensaios sobre o poeta Mauro Mota: *Anotações à margem da poesia de Mauro Mota* e *Outras anotações à margem da poesia de Mauro Mota*. Escreve, ainda, no *Correio da manhã*, em 1945, sobre o romance João Ternura, de Aníbal Machado, resenha em que, mais uma vez, apresenta-se como crítico literário, utilizando as ferramentas de análise estilística.⁴ Nos escritos pessoais de Othon, há uma resenha datilografada do romance do escritor paraense Dalcídio Jurandir, que pode não ter sido publicada, pois não está datada e apresenta uma série de correções feitas a caneta.

⁴ De acordo com Conforte (2014, p. 117), Othon “[...] observa manifesto na prosa de Machado o mecanismo do palavra-puxa-palavra (ainda que não use o termo), ao analisar o trecho intitulado *Embolado do crescimento*.”

Em 1965, publica no caderno literário do *Correio da Manhã*, um artigo teórico sobre a frase caótica e o fluxo de consciência. Partes desse texto são aproveitadas, dois anos mais tarde, em *Comunicação em prosa moderna* (1967), no tópico “Frase caótica e fluxo de consciência: monólogo e solilóquio”, inalterado nas edições subsequentes da obra. Consta, também, no acervo pessoal de Othon, em folhas soltas, datilografadas e sem data explicitada, um estudo panorâmico sobre a literatura brasileira em prosa, intitulado *Sociologismo e imaginação no romance brasileiro*, em que destaca a anatomia do romance nacional.

III Organização do trabalho

A tese está elaborada dentro da seguinte estrutura: na introdução, justificamos a escolha do tema, apresentamos os objetivos, a constituição do *corpus* e a fundamentação teórico-metodológica que deu base ao estudo.

Capítulo 1 – Apresentamos a Análise de Discurso na França e no Brasil, o efeito metafórico em Pêcheux, a formação discursiva, as condições de produção e o interdiscurso, o funcionamento da linguagem e o discurso, e finalizamos com um item a respeito do arquivo.

Capítulo 2 – Abordamos a História das Ideias Linguísticas no Brasil (HIL), os acontecimentos institucionais e os estudos do português no Brasil. Mencionamos as ancoragens teóricas e analíticas da História das Ideias Linguísticas, a saber: a linguagem, a língua brasileira, a enunciação, o espaço da enunciação e o sentido.

Capítulo 3 – Estudamos a escrita e a sua história, com o intuito de subsidiar a compreensão do espaço gráfico e a configuração de sentido no discurso científico. Apresentamos a escrita e a organização da sociedade, a escrita dos antigos egípcios, o pergaminho, o papiro, o alfabeto, os textos na história das representações da escrita, a tipografia, o papel e a invenção da imprensa. Finalizamos com um item sobre a ciência e a escrita e por último versamos sobre a razão gráfica como tecnologia do intelecto.

Capítulo 4 – Apresentamos o livro e seu percurso histórico, o aparecimento e desenvolvimento da indústria papeleira no século XV e XVIII, a história da impressão do livro, o livro na atualidade, o livro e sua estrutura, o autor e finalmente discorreremos sobre a constituição de um prefácio.

Capítulo 5 – Expomos o método e a metodologia adotados na análise dos prefácios/apresentações e a seguir apresentamos os dados da pesquisa.

Capítulo 6 – realizamos a análise dos prefácios/apresentações.

Capítulo 7- Apresentamos as considerações finais. Em seguida, colocamos em anexos os prefácios/apresentações analisados, para que o leitor possa fazer uma leitura sequencial.

CAPÍTULO 1- ANÁLISE DE DISCURSO: HISTÓRIA NA FRANÇA E NO BRASIL

A Análise de Discurso (AD) nasceu na França, na década de 1960, buscava-se um entendimento da linguagem que extrapolasse a oposição língua/fala, uma nova instância para os estudos da linguagem. Surgiu, então, o discurso, que possibilitou a ligação entre o nível propriamente linguístico e o extralinguístico, considerando-se que as condições sócio-históricas não são secundárias, mas constitutivas das próprias significações. Compreende-se, assim, que o discurso é o ponto de articulação entre os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos (BRANDÃO, 2004).

Do ponto de vista político, Ferreira (2005, p.14) aponta que a AD

[...] nasce, assim, na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo lingüístico então vigente, visto como uma nova facção de tipo burguês. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a lingüística.

Com efeito, a AD abre um campo de questões no interior da própria Linguística, operando a partir de um deslocamento de terreno na área, sobretudo, nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, os quais haviam sido deixados à margem pelas correntes em voga na época (FERREIRA, 2005). A Análise do Discurso elaborada por Michel Pêcheux filiava-se teoricamente aos movimentos de ideias sobre o sujeito, a ideologia e a língua, e marca sua originalidade por refletir a relação da ideologia com a língua, afastar a metafísica e trazer para reflexão o materialismo, além de não sucumbir ao positivismo das Ciências da Linguagem. (ORLANDI, 2012b).

As ideias de M. Pêcheux extrapolavam a concepção da linguagem entendida pelo Estruturalismo: o estudioso visava a uma reflexão para além das evidências do texto, interessando-se se pela subjetividade discursiva, por possibilitar entender como a língua acontece no ser humano. Explicita Ferreira (2005, p. 14) que a AD preocupa-se com o sujeito da linguagem, que “[...] havia sido descartado e vai encontrá-lo em parte, na psicanálise, apresentado como um sujeito descentrado, afetado pela ferida narcísica, distante do sujeito consciente que se pensa livre e dono de si.” Quanto à outra parte do sujeito, o sujeito do inconsciente, a AD o encontra no materialismo histórico, na ideologia althusseriana, no sujeito

assujeitado, materialmente constituído pela linguagem e devidamente interpelado pela ideologia.

As ideias de Pêcheux, dessa forma, abrem novo campo de estudos e novo entendimento para os estudos da linguagem. A respeito de Michel Pêcheux, Maldidier (2003, p.15-16, destaque da autora) esclarece:

O pensamento de Michel Pêcheux é um pensamento forte. [...] O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas questões sobre língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano teórico e do dispositivo da Análise do Discurso, que é seu instrumento.

Baronas e Komesu (2008, p.8) apresentam outros elementos a respeito de Pêcheux:

Filósofo de formação, figura sempre inquieta em relação às questões da língua, pode-se dizer que Michel Pêcheux provocou, no final dos anos 1960, uma mudança de paradigma nos estudos linguísticos. Até a irrupção da Análise Automática do Discurso (AAD 69), o estruturalismo reinava absoluto não só na linguística, mas também em outras áreas de conhecimento, ditando modelos teórico-metodológicos para a produção de pesquisa das humanidades, a ciência-piloto, régia, nos termos próprios de Pêcheux.

Ainda nos dizeres dos autores, Pêcheux, com a publicação da AAD 69, coloca em discussão três importantes questões sobre o funcionamento da máquina estruturalista: o sujeito, o sentido e a história. Ele pretendia não apenas retificar ou substituir as peças dessa maquinaria, mas desenvolver outra, o discurso, que desse conta, ao mesmo tempo, da articulação entre a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, por serem “[...] regiões de conhecimento que fornecem a matéria-prima e o cadinho no qual (re)fundem as primeiras peças/conceitos de uma máquina intelectual que procura compreender como e por que os sentidos são produzidos.” (BARONAS; KOMESU, 2008, p.8).

Com efeito, ao articular distintos campos do saber como o Marxismo, a Linguística e a Psicanálise, Pêcheux elaborou uma nova maneira de pensar a linguagem, diferente da conhecida até então, isto é, um sistema constituído por elementos que mantêm uma relação de interdependência imanente, sem qualquer tipo de relação com o sócio-histórico: “Na definição de Pêcheux, a linguagem

constitui uma expressão histórica da realidade social, mediante a materialização das forças ideológicas no sistema linguístico.” (BARONAS; KOMESU, 2008, p. 11).

Na França, a AD aconteceu de modo diferente: atualmente, não se pratica mais a dos anos 1960/1970, pois prescindiu de características fundamentais: “[...] o esquecimento do político, o esvaziamento do ideológico nas análises, a perda da noção do sujeito dividido, descentrado, ou, mais geralmente, a falta de ligação da linguagem com a exterioridade, enquanto ligação constitutiva.” (ORLANDI, 2012b, p.9).

De acordo com Orlandi (2012b), no Brasil, a AD tem ligação constitutiva com a exterioridade, o sujeito dividido, o político e a ideologia, além de uma abrangência teórica e metodológica cada vez mais forte e bem fundamentada. Igualmente, a qualidade dos tempos, a conjuntura sócio-histórica, política e científica podem ter favorecido seu avanço. A autora complementa estarmos diante de uma virada resultante do acúmulo científico de estudos, pesquisas e análises. Logo, faz-se necessário pensar, com acuidade e profundidade, os passos possíveis da teoria e dos métodos de procedimentos analíticos, visando a um alargamento da exploração de seus princípios.

No Brasil, a AD institucionalizou-se amplamente, embora tenha encontrado algumas resistências, não obstante, é uma disciplina de solo fértil, que reverbera na teoria e na prática o saber linguístico. Orlandi (2005a) expõe que a sua insistência em trabalhar com o discurso tem o intuito de construir um campo específico da Análise de Discurso, caracterizando sua teoria, seu método, seus procedimentos analíticos e, também, seu objeto próprio.

A teoria do discurso, articulada por Michel Pêcheux e seguidores, demorou a se apropriar de alguns conceitos de Mikhail Bakhtin e seu Círculo. Segundo Narzetti (2009, p.188), alguns “[...] conceitos da teoria bakhtiniana, como dialogismo e polifonia, são amplamente utilizados nos trabalhos de análise do discurso, desde o início dos anos 1980 até hoje.” A teoria bakhtiniana não foi assimilada direta, mas indiretamente, visto não terem sido os conceitos de dialogismo e polifonia acrescidos à AD, mas apropriados, implicando um trabalho de releitura, com base na teoria bakhtiniana, pecheutiana e psicanalítica.

A Análise do Discurso apoia-se em conceitos e métodos da Linguística, de modo a ensejar reflexões nas chamadas “novas práticas de leitura”, cujo foco são

a construção de arquivos, a leitura da história e sua interpretação. A esse respeito, Orlandi (2001) argumenta:

O próprio dessas práticas é relacionar o dizer com o não dito, com o dito em outro lugar e com o que poderia ser dito. Essa escuta tem de particular o ser sensível às relações de sentido — seja pelo trabalho da memória (o interdiscurso) ou pela menção (à intertextualidade). O que praticamos, então, são novos gestos de leitura, percorrendo os caminhos dos sentidos. Em nosso caso, os sentidos que sustentam a produção de um conhecimento lingüístico que se foi produzindo junto à constituição de nossa língua. (ORLANDI, 2001, p.7-8)

Orlandi (2012c, p.9-10), ainda, esclarece que “[...] o corpo do sujeito e o corpo da linguagem não são transparentes. São atravessados de discursividade, isto é, de efeitos desse confronto, em processos da memória que tem sua forma e funciona ideologicamente.” E acrescenta:

[...] não há corpo que não esteja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos de subjetivação nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais, assim com o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos. Desse modo é que pensamos que o corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social e isto não lhe é transparente. (ORLANDI, 2012c, p.10).

Nesse contexto, há as disciplinas de interpretação, em que as questões sociais e históricas são trabalhadas, constituindo relações que resultam em diferentes possibilidades de interpretação. Como explica Pêcheux (2008, p.54): “[...] é porque há essa ligação que as afiliações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.”

Orlandi (2012a, p.15) esclarece que Análise de Discurso de linha francesa não trata da língua, tampouco da gramática, embora haja interesse: ela trata do discurso. “E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.”

Conforme já dissemos, o objeto teórico da AD é o discurso, determinado por um exterior e que exige um deslocamento teórico. Explica Orlandi (2012a, p.15): “A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, e essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive.” O trabalho simbólico do discurso é a base da produção da existência humana. Ademais, a AD articula o

linguístico com o social e estende-se para outras áreas do conhecimento, como História, Sociologia, Psicologia e outras mais. Maingueneau (1997, p.13) expõe que a escola francesa de Análise de Discurso “[...] se apoia sobre os conceitos e métodos da linguística, mas este não é, com toda evidência, um traço bastante discriminador.”

É de interesse da AD as formações discursivas, as quais Michel Foucault entende como um “[...] conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma dada época e para determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 2013a, p.144).

Outro elemento crucial em AD é o fato de o discurso ser efeito de sentidos entre locutores, por isso, é fundamental compreender

[...] que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos). (ORLANDI, 2007, p.20).

A AD parte de uma concepção de ciência da linguagem que não se define como a Linguística imanente: articula a língua com a ideologia e considera como parte constitutiva do discurso o contexto histórico-social, as condições do discurso, ou seja, como ele foi produzido. Em vista disso, entendemos que, além das reflexões esboçadas a respeito do discurso, é preciso atentar para o seguinte fato: “[...] é no discurso que se concentra, se imbricam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito.” (FERREIRA, 2005, p.13). Nesse raciocínio, entendemos trabalhar a AD a língua no mundo, compreendendo o homem como um ser sócio-historicamente situado e membro de uma determinada sociedade. A AD objetiva compreender a língua fazendo sentido, como trabalho simbólico, que parte do trabalho social geral e constitutivo do homem e sua história, considerando os processos e as condições de produção da linguagem, a partir da análise da relação estabelecida entre língua, sujeitos e as situações em que o dizer é produzido. Nessa perspectiva, “[...] ela não trabalha com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto.” (ORLANDI, 2012a, p. 16).

Além de ter o discurso como seu objeto próprio, a AD interessa-se pela língua funcionando na criação de sentidos e analisa unidades além da frase, o texto. Admite não ser a linguagem transparente, contudo, não procura atravessar um texto para encontrar um sentido do outro lado, mas indaga: como esse texto significa? Há um deslocamento e a questão a ser respondida não é “o quê?”, mas “como?”. Para respondê-las, não trabalha com os textos apenas enquanto ilustração ou documento de algo já sabido em outro lugar, exemplificado pelo texto. Enfim, produz conhecimento a partir do próprio texto, possuidor de materialidade simbólica própria e espessura semântica, concebendo-o, dessa forma, em sua materialidade (ORLANDI, 2012a).

Orlandi (2012c, p.14) destaca que “[...] o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular. Outras coisas foram ditas antes e outras serão ditas depois. O que temos são sempre ‘pedaços’, ‘trajetos’, estados do processo discursivo.” Com efeito, é preciso pensar discursivamente: na circunstância da enunciação ou da comunicação (cenário), no contexto sócio-histórico, na memória discursiva (o princípio da autoridade no conjunto das múltiplas formulações) e no modo de circulação.

A AD, igualmente, pressupõe o materialismo histórico, por compreender haver um real da história de tal forma que o homem faz história, todavia, esta não lhe é transparente. Nessa esteira, associando a língua com a história na produção de sentidos, “[...] esses estudos do discurso trabalham o que se vai chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística), que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, linguístico-histórica.” (ORLANDI, 2012a, p.19).

Além das questões apresentadas, lembramos que a AD coloca questões para a Linguística e as Ciências Sociais: a primeira, pela historicidade que apaga; a segunda, por interrogar a transparência da linguagem sobre a qual se assenta. Vale ressaltar que os estudos discursivos visam pensar o sentido em sua dimensão no tempo e no espaço das práticas do homem, descentralizando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística. Por outro lado, a AD não trabalha com a sociedade e a história como se fossem independentes do fato que significam (ORLANDI, 2012a).

Quanto ao discurso, é o espaço da concretização da materialidade ideológica. No tocante ao texto, consideramos:

[...] sua materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios); como historicidade significativa e significada (e não como 'documento' ou 'ilustração'); como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto; como unidade de análise que mostra acentuadamente a importância de se ter à disposição um dispositivo analítico, compatível com a natureza dessa unidade. (ORLANDI, 2012c, p.12).

Acrescenta-se ao exposto a questão da articulação da ideologia com o discurso, em que dois conceitos são fundamentais: a formação ideológica (FI) e a formação discursiva (FD). Segundo Orlandi (2012a, p.43), “[...] a Formação Discursiva (FD) se define como aquilo que numa formação ideológica dada — ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio- histórica dada — determina o que pode e deve ser dito.” Dessa concepção, decorrem dois pontos essenciais, fundamentais para o entendimento de formação discursiva:

O discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. [...]. É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. (ORLANDI, 2012a, p.43-44).

Numa outra direção, o discurso consiste em uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, ou seja, é um dos aspectos materiais da existência material das ideologias. Foucault (2013a, p. 143) fornece-nos subsídios para entender com mais acuidade o discurso:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.

Entendemos, assim, o discurso não como uma forma ideal e intemporal, que tem uma história, visto não consistir o problema em saber como e por que pôde emergir e tomar corpo em um determinado ponto do tempo: devemos entendê-lo como fragmento da história, unidade e descontinuidade desta, com limites, recortes

e transformações próprias, e modos específicos de sua temporalidade, não o compreendendo, portanto, de seu surgimento repentino em consonância às cumplicidades do tempo. Não podemos deixar de ponderar que “[...] o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, só de nós, que ele lhe advém.” (FOUCAULT, 2013b, p.7).

Finalizando nossa explanação a respeito da Análise do Discurso, podemos refletir e até afirmar que a “AD não é um nível diferente de análise, se pensarmos a partir de uma afirmação ao nível metodológico, ela é um ponto de vista diferente. Isto é, o problema é antes de tudo metodológico.” (ORLANDI, 2011, p.116).

1.1 Efeito Metafórico em Pêcheux

Como característica inerente ao ser humano, a metáfora despertou, ao longo de muitos séculos, o interesse de inúmeros estudiosos. O interesse persiste, é alvo de pesquisadores de vários campos, tais como, Linguística, Linguística Aplicada, Psicologia, Filosofia, Lexicografia, entre outros.

Sardinha (2007, p. 12) assevera:

A linguagem humana natural é o código mais complexo que jamais existiu no planeta Terra e talvez no universo. Qualquer língua do mundo exibe uma complexidade tão grande que ninguém até hoje conseguiu descrever, muito menos explicar nenhuma delas por completo. Ninguém tampouco conseguiu apreender uma língua por inteiro. Sempre há mais palavras, frases inéditas e meios diferentes de juntar essas palavras ou frases.

Nossa linguagem é complexa, porque cada palavra pode ter vários sentidos além do literal, figurados, ou seja, usos não literais das palavras e expressões. As metáforas são recursos retóricos usados diária e conscientemente por políticos, advogados, jornalistas, escritores, poetas e cidadãos comuns, com a finalidade de dar mais cor e força à fala ou escrita. Facilitam, outrossim, o uso de grande quantidade de informação e consistem em um modo simples de manifestar um conjunto de ideias, que não poderia ser bem entendido sem o seu uso. O estudo da metáfora permite-nos entender as pessoas, os sentimentos, os conceitos da humanidade, enxergar criticamente grupos sociais e ideologia. Enfim, compreender

como conceituamos o mundo individual e coletivamente. As metáforas são ditas, porque existem na nossa mente, como meios naturais de estruturação do pensamento. São os instrumentos que utilizamos para criar um novo conhecimento ou dar conta de algo novo, seja na ciência ou no cotidiano. Com efeito, são um recurso natural de qualquer língua, e, embora muitas não sejam aprendidas formalmente, são adquiridas (SARDINHA, 2007).

Cabe destacar que é de Aristóteles a noção mais antiga de metáfora (século IV a.C.), para o filósofo, a metáfora consiste no uso do nome de uma coisa para nomear uma outra, e, em sua obra *Arte retórica e arte poética*, define-a como “[...] a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia.” (ARISTÓTELES, 1964, p.304).

Joanilho (1996) argumenta termos, a partir de Aristóteles, um esboço dos grandes paradigmas de explicação da metáfora, que pode ser compreendido pela sua descrição a partir de uma relação de substituição de sentidos, com relação de semelhança. De modo geral, podemos “[...] considerar a metáfora como sendo o resultado de uma transposição do ‘sentido próprio’ entre duas palavras através de analogia.” (JOANILHO, 1996, p.16). Esclarece ainda a pesquisadora:

Dentro do modelo aristotélico existe uma distinção entre o ‘sentido próprio’ e o ‘sentido metafórico da palavra’. O primeiro estaria associado à idéia de ‘originário’, isto é, a coisa (o objeto) e seu nome se identificam de tal forma que é como se estivessem na origem um do outro. Isso nasce dentro de uma concepção de linguagem em que ela é o espelho do pensamento. (JOANILHO, 1996, p.16).

Ressaltamos a afirmação de Aristóteles de que “Tudo quanto se exprime pela linguagem é do domínio do pensamento.” (ARISTÓTELES, 1964, p.301). A esse respeito, Joanilho (1996, p.16) explana que as palavras em Aristóteles têm relação direta com os objetos e o pensamento, a metáfora é concebida a partir de um movimento de substituição de sentido entre palavras. Essa noção de movimento e de transposição é intensificada por meio de outro conceito, relacionado ao processo de metáfora. Por isso, a metáfora é considerada um desvio a um uso já estabelecido das palavras.

A respeito do desvio de uma palavra, Aristóteles (1964, p.189) orienta: “[...] desviar uma palavra de seu sentido ordinário permite dar ao estilo maior dignidade.” Percebe-se nisso um movimento de transferência de sentido de uma

coisa para outra, uma transposição. Para Aristóteles, a metáfora é o meio que mais contribui para dar ao pensamento clareza e agrado, não sendo possível tomá-la de outrem.

No entendimento de Davidson (1992, p.35), “[...] a metáfora é o trabalho de sonho da linguagem e como todo trabalho de sonho, sua interpretação recai sobre o intérprete como sobre seu criador.” Compreender uma metáfora é um esforço criativo e pouco conduzido por regras quanto fazer uma metáfora. Assim, como não há instruções sobre como criar metáfora, também não há manual para determinar o significado dela. Enfim, “[...] a metáfora é um artifício legítimo, não apenas na literatura, mas também na ciência, na filosofia e no direito; é eficiente no elogio e na ofensa, na oração e na propaganda, na descrição e prescrição.” (DAVIDSON, 1992, p.36).

Esclarece Davidson (1992, p.47):

O que distingue uma metáfora não é o significado, mas sim, o uso — e nisso ela é como uma asserção, sugerindo, mentindo, prometendo ou criticando. É o uso especial ao qual submetemos a linguagem na metáfora não é — e não pode ser — ‘dizer algo’ especial, não importa quão indiretamente. Porquanto uma metáfora *diz* somente aquilo que mostra em sua face — usualmente uma falsidade patente ou uma verdade absurda. E essa verdade clara ou falsidade não precisa de paráfrase — ela é dada no significado literal das palavras.

De acordo com o autor, as metáforas nos conduzem a observar aspectos das coisas que não havíamos notado antes e trazem à nossa atenção analogias e similaridades surpreendentes; fornecem um tipo de lente através da qual é possível observarmos os fenômenos relevantes. Enfim, a metáfora relaciona-se ao que nos faz ver uma coisa como sendo outra, fazendo algum tipo de afirmação literal que inspira o *insight* ou leva a ele (DAVIDSON, 1992).

Cohen (1992, p. 13) opina “[...] que as metáforas são obras de arte peculiarmente cristalizadas” e levanta questões sobre a metáfora, independentemente de sua cognitividade, relação com o seu caráter estético. Para o autor, o criador e o apreciador de uma metáfora aproximam-se de forma singela, por meio de três aspectos, a saber: (1) o falante emite um tipo de convite oculto; (2) o ouvinte dispense um esforço especial para aceitar o convite; e (3) a transação constitui o reconhecimento de uma comunidade. “Todos os três aspectos aparecem em qualquer comunicação; porém, no discurso literal comum, suas funções são tão

dispersas e rotineiras que passam despercebidas. O uso de metáforas coloca esses aspectos em primeiro plano — é esse o ponto.” (COHEN, 1992, p.13).

Se na Linguística a metáfora é um fenômeno da linguagem, na Retórica é considerada figura de linguagem e, na Análise de Discurso, é a tomada de uma palavra por outra, *transferência*. Pêcheux (1997, p.96) explica a *transferência* como sendo o efeito metafórico

[...] o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual que provoca um deslizamento de sentido entre dois termos (x e y) é constitutivo de ‘sentido’ designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas lingüísticos ‘naturais’, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua ‘natural’: em outros termos, um sistema “natural” não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalíngua.

O conceito de efeito metafórico postulado por Pêcheux (1997) permite-nos compreender o processo de produção de sentidos no discurso. Diferente do conceito linguístico de metáfora, Pêcheux coloca o efeito metafórico enquanto constitutivo do funcionamento discursivo. Como esse efeito

[...] é característico das línguas naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, podemos considerar que não há sentido sem essa possibilidade de deslize, e, pois, sem interpretação. O que nos leva a colocar a interpretação como constitutiva da própria língua (natural) (ORLANDI, 2012d, p.80).

No efeito metafórico, a metáfora, não é mais vista como *desvio*, mas *transferência*, constitutiva de sentidos (PÊCHEUX, 2009). Inclusive, pelo processo de produção de sentidos, necessariamente sujeito ao deslize, há sempre um possível outro, que, contudo, constitui o mesmo, ou seja, já é produção da história, é parte do efeito metafórico. “A historicidade está aí representada justamente pelos deslizes (paráfrases) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas. Fala-se a mesma língua, mas se fala diferente.” (ORLANDI, 2012d, p.81).

Os deslizes próprios da ordem do simbólico são o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade. Assim, podemos entender a relação entre língua e discurso: a língua pensada como um sistema passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história (ORLANDI, 2012d).

Essa forma de entendimento do deslize, o efeito metafórico, como constitutivo do funcionamento discursivo, relaciona-se ao modo de conceber a

ideologia. Em termos de interpretação, isso nos mostra o discurso duplo e uno: essa duplicidade remete um discurso a outro, para poder fazer sentido. Na Psicanálise, trata-se de questão do inconsciente e na Análise de Discurso, essa duplicidade, esse equívoco, pode ser compreendido como uma questão ideológica fundamental, simplesmente, pensando a relação material do discurso com a língua e a ideologia com o inconsciente (ORLANDI, 2012d).

Orlandi (2012d) esclarece onde língua e história se ligam pelo equívoco⁵ (materialmente determinado) que se define o trabalho ideológico, ou seja, o trabalho de interpretação. “Como, paralelamente, este efeito, ao constituir sentido, constitui o sujeito, podemos dizer que a metáfora também está na base da constituição do sujeito, na perspectiva do histórico, do equívoco, da relação língua/discurso.” (ORLANDI, 2012d, p.82).

Em relação ao equívoco, Orlandi (2012d, p.82) expõe que “[...] o equívoco, na instância do sujeito, nos permite compreender a relação com o inconsciente, na instância da história, nos põe em contato com o como funciona a ideologia: o que está presente por uma ausência necessária.” A qualidade discursiva do sujeito e do sentido conduz o dispositivo do analista, de tal modo que o deslocamento produzido pelo dispositivo no olhar do analista possa conduzir a interpretação à exposição do sujeito à historicidade (ao equívoco, à ideologia), isto é, sua relação com o simbólico (ORLANDI, 2012d).

Prosseguindo em nossa explanação a respeito da Análise de Discurso, abordamos, a seguir, a formação discursiva em AD.

1.2 Formação Discursiva

Conceitos de formação ideológica e formação discursiva são cruciais na AD francesa por permitirem a análise da articulação da ideologia com o discurso. Em relação à formação discursiva, Orlandi (2012a, p.42) explica que “[...] podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.”

⁵ Segundo Orlandi (1999, p.13) [...] a língua é capaz de falha. Essa possibilidade - a da falha - é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. Este se dá, portanto, no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história.

Além disso, adverte a pesquisadora, as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam: tiram seu sentido dessas posições, ou seja, relacionam-se às formações ideológicas nas quais essas posições estão inscritas.

A noção de formação discursiva introduzida por Foucault e reformulada por Pêcheux no quadro teórico da AD gerou grande instabilidade, tendo em vista que Foucault “[...] procurava contornar as unidades discursivas, tais como, a teoria, a ideologia e a ciência para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas.” (CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2012, p.241).

Assim, a partir de Pêcheux, a ideia de formação discursiva é acolhida pela AD:

No quadro teórico do marxismo althusseriano, ele propunha que toda ‘formação social’, caracterizável por certa relação entre as classes sociais, implica a existência de ‘posições políticas e ideológicas’, que não são feitas de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. (CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2012, p.241).

Nessa esteira, buscamos a compreensão de Foucault (2013a) a respeito de formação discursiva:

Mas o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns com os outros; a maneira, por exemplo, pela qual a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita; a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados, etc. É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual. (FOUCAULT, 2013a, p. 70-71).

Quanto ao sistema de formação conceitual, Foucault (2013a) coloca que não se toma como objeto de análise a arquitetura conceitual de um texto isolado, de uma obra individual ou de uma ciência em um dado momento. De acordo com o filósofo, devemos colocar-nos na retaguarda em relação ao jogo conceitual manifesto e tentar determinar segundo quais esquemas de seriação, grupamentos simultâneos, modificação linear ou recíproca, os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso; e tentarmos, desse modo, estabelecer como os elementos reincidentes dos enunciados “[...] podem reaparecer, se dissociar, se

recompor, ganhar em extensão ou determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em compensação, novos conteúdos semânticos, constituir entre si organizações parciais.” (FOUCAULT, 2013a, p. 71).

Nas formações discursivas, ocorre o assujeitamento e a interpelação do sujeito como ideológico. Quanto ao sujeito do discurso, é “[...] colocado estrategicamente e perigosamente (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem.” (FERREIRA, 2005, p. 14).

1.3 Condições de Produção e Interdiscurso

De acordo com Orlandi (2012a, p.40), “[...] as condições de produção abarcam o que é material (língua sujeita a equívoco e à historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário.” Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos e, também, do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Assim, há a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), a de sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?) e a de objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). Trata-se de um jogo imaginário que preside a troca de palavras. Podemos também fazer intervir a antecipação, e aí esse jogo fica ainda mais complexo, pois inclui “[...] a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante.” (ORLANDI, 2012a, p.40).

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e o contexto imediato, que consiste nas circunstâncias da enunciação. Para Brandão (2004), as condições de produção compreendem o sujeito e a situação, além da memória. A maneira como a memória atua faz valer as condições de produção, sendo que a memória tem características específicas em relação ao interdiscurso. O contexto amplo conduz-nos aos efeitos de sentidos advindos da sociedade, tais como, as instituições e a sua organização do poder, além das posições ocupadas por seus integrantes.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2012p.114), “A noção de produção do discurso substituiu a noção muito vaga de ‘circunstâncias’ nas quais um discurso é produzido, para explicitar que se trata de estudar nesse contexto o que condiciona

o discurso.” No entendimento dos autores, trata-se de uma concepção que separa o enunciado considerado do ponto de vista da Pragmática (o uso da língua, por exemplo) do enunciado considerado do ponto de vista da Análise de Discurso. Enfatizam coexistirem duas acepções de condições de produção na Análise do Discurso, uma filiada à Escola Francesa de Análise do Discurso, e outra inserida no quadro de uma Teoria da Comunicação.

Em consonância com Mussalim (2006), consideramos não haver apenas uma Análise de Discurso, como decorrência da fronteira instável sobre a qual se situa, mas duas: a Análise de Discurso de origem francesa, que privilegia o contato com a História e a Análise de Discurso anglo-saxã, área muito produtiva no Brasil, cuja prioridade é a relação com a Sociologia.

A diferença entre as duas correntes é explicada por Mussalim (2006, p.113):

[...] o que diferencia a Análise do Discurso de origem francesa da Análise do Discurso anglo-saxã, ou comumente chamada de americana, é que esta última considera a intenção dos sujeitos numa interação verbal como um dos pilares que a sustenta, enquanto a Análise do Discurso francesa não considera como determinante essa intenção do sujeito; considera que esses sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais. Essa é, entre outras, uma das diferenças teóricas entre as suas linhas.

Em relação ao interdiscurso, disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma dada situação discursiva. Além disso, todo discurso é atravessado pela interdiscursividade e tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso. (CHAREAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012).

Quanto à memória e ao interdiscurso:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando pela tomada de palavra. (BRANDÃO, 2004, p.31)

Há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, fundamental para compreendermos o funcionamento do discurso e a sua relação

com os sujeitos e a ideologia. A observação do interdiscurso permite remeter o discurso a uma memória, e, desse modo, a identificá-lo em sua historicidade e sua significância, mostrando, assim, seus compromissos políticos e ideológicos.

1.4 Funcionamento da Linguagem: texto e discurso

A noção de funcionamento da linguagem é fundamental em AD, na concepção de Orlandi (2011, p. 117):

Do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é completamente lingüístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso.

Diríamos, portanto, a partir da reflexão sobre a análise de discurso como ponto de vista, “[...] que esse ponto de vista — diferente do da lingüística estabelecida, instaura um objeto diferente. E é esse objeto de conhecimento, diferente do da lingüística, que se pretende descrever e explicar através da análise de discurso.” (ORLANDI, 2011, p. 117). Assim, podemos dizer que os operadores (articuladores) de discurso o são a partir do ponto de vista, assim como em Saussure (2006) o ponto de vista cria o objeto. Isso significa que, em termos de estruturação discursiva, “[...] as unidades que concorrem para isso não o fazem por sua essência mas por seu *funcionamento*. Um operador pode ser operador de frase (lingüístico, portanto) ou de discurso, dependendo da maneira como analiso seu funcionamento.” (ORLANDI, 2011, p.117).

Pensando-se o texto não como unidade formal, mas sim pragmática, em cujo processo de significação entram os elementos do contexto situacional, podemos afirmar que texto e discurso equivalem-se, embora em níveis conceituais diferentes: “[...] discurso é conceito teórico e metodológico e texto, conceito analítico. Por isso, é possível tratar um texto sob outros aspectos que não o discursivo e aí texto e discurso se distinguem.” (ORLANDI, 2011, p.116).

Do ponto de vista analítico, na perspectiva da Análise de Discurso, “[...] o texto visto, pois, como unidade de significação é o lugar adequado para se observar o fenômeno da linguagem. Porque parto da totalidade e não das partes segmentadas, isto é, procedo analiticamente.” (ORLANDI, 2011, p. 116-117). Em AD, importa destacar o modo de funcionamento da linguagem, não esquecendo ser

esse funcionamento totalmente linguístico: fazem parte dele as condições de produção, as quais representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso (ORLANDI, 2011).

1.5 O Arquivo

O arquivo é o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão, sendo, por tradição, os profissionais da leitura de arquivos “literatos” (historiadores, filósofos, pessoas de letras), em cujas práticas de leitura constroem o seu mundo de arquivos. Há outra vertente da leitura de arquivo, sem a qual a primeira não existiria, aderências históricas completamente diferentes: “[...] trata-se desse enorme trabalho anônimo, fastidioso, mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades geram a memória coletiva.” (PÊCHEUX, 2010, p.51).

Foucault (2013) aponta não ser o arquivo a soma dos textos que uma cultura guardou, no qual integram os documentos do passado, testemunho de sua identidade mantida, tampouco os discursos registrados e conservados por determinadas sociedades. O arquivo não é o que protege “[...] o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido, ele é o que, na sua própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, e define, desde o início, o sistema de sua *enunciabilidade*.” (FOUCAULT, 2013a, p.158).

O arquivo, para Foucault (2013a, p.157), é:

Em vez de vermos alinharem, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em características visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo.

Como campo de documentos disponíveis ao analista do discurso, o arquivo é o ponto de partida para o pesquisador poder valer-se da leitura dos acontecimentos e das coisas a que se propõe investigar. Para Mariani (2003, p.81), o arquivo deve ser entendido como uma noção discursiva que permite ao analista

operar com a produção de sentidos, a partir de uma diversidade de textos. Assim, o arquivo não deve ser considerado mera acumulação de textos institucionais produzidos ao longo da história, pois um arquivo nunca está pronto, preestabelecido. Ao contrário, seu modo de funcionamento é opaco. Nesse sentido, para o analista do discurso, a exploração arquivística possibilita a construção de um *corpus* heterogêneo e, a partir deste, vai buscar os processos discursivos.

A seguir, apresentamos uma síntese a respeito da *História das Ideias Linguísticas no Brasil (HIL)*, área de estudos em que nossa tese se integra.

CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

A História das Ideias Linguísticas (HIL) tem como ponto central a questão da língua: os instrumentos linguísticos, a relação com história de um povo, além de enfatizá-la em suas condições históricas a partir da prática humana. A esse respeito, explicam Guimarães e Orlandi (1996, p. 9): “[...] falar da história das idéias lingüísticas no Brasil é tratar de um saber lingüístico (metalingüístico) nas condições próprias da história brasileira: a história de uma colônia portuguesa que se torna um estado independente no início do século XIX.”

Pesquisas que trabalham a história da produção das ideias linguísticas no Brasil compreendem o estudo de instrumentos tecnológicos, tais como: gramática, dicionários e o processo de constituição da língua nacional. Orlandi (2001) esclarece que o objetivo de estudar a *História das Ideias Linguísticas* é investigar a história do saber metalinguístico com a da constituição da língua nacional, além de pesquisar a questão da língua nos países de colonização, unindo a Gramática, o Dicionário, a História da Sociedade, a Ideologia e, de outro, o Saber Linguístico e a Língua Nacional, observando também as relações entre a diversidade e a unidade frente ao Estado, enfim, objetivando uma forma de conhecimento que proporcione uma configuração particular à história da ciência. Essa é a base do conhecimento que fundamentam as pesquisas que integram a *História das Ideias Linguísticas no Brasil*.

Segundo Auroux (2014), desde o início do século XIX, é possível encontrar trabalhos que oferecem instrumentos para se pensar a história dos acontecimentos linguísticos. No Brasil, isso acontece a partir do século XIX, já com as primeiras listas de palavras feitas pelos navegadores/exploradores. Esses trabalhos podem ser classificados em três categorias:

- i. os que visam constituir uma base documentária para a pesquisa empírica;
- ii. os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam (por exemplo, trabalho de um filólogo das línguas clássicas sobre a gramática, a filologia ou a lógica grega);
- iii. os que têm um papel fundador, queremos dizer, os que se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea. (AUROUX, 2014, p.11).

Adiciona Auroux (2014, p.12) que “[...] as obras da primeira e da segunda categoria são de grande interesse pela sua riqueza factual, as obras da terceira têm um valor epistemológico evidente.” E complementa:

A primeira no gênero é sem dúvida *Geschichte der Sprachwissenschaft und Orientalischen Philologie in Deutschland, Seit dem Anfange des 19. Jahrhunderts mit einem Rückblick auf frühere Zeiten* (1869) de Theodor Benfey. A linguística cartesiana (1966) de Noam Chomsky é outro exemplo disso. (AUROUX, 2014, p.12).

Auroux (2014, p.12) esclarece que “[...] todo o conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição ramificada do saber.” Na concepção do autor, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de projeção e retrospectão. O saber “[...] não destrói seu passado, ele o organiza, o escolhe, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro, sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.” (AUROUX, 2014 p.14).

Explica, ainda, Auroux (2014, p.12) que “[...] existe uma grande distância entre o halo que engendra a retrospectão e a historicidade que constitui o ponto de vista do historiador. Ser historiador é se colocar a questão global da mudança (por quê, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade em si e para si.” O pesquisador busca construir respostas possíveis a duas questões: 1ª) sob quais formas constituem-se, no tempo, o saber linguístico? 2ª) como essas formas são criadas, evoluem, transformam-se ou desaparecem?

Essas questões conduziram o pesquisador a adotar três princípios: definição puramente fenomenológica do objeto, neutralidade epistemológica e conhecimento moderado. Sob essa ótica, o autor enfatiza que

[...] para fazer história de uma ciência, é necessário ter uma visão definitiva da natureza de seu objeto [...] É preciso situar nosso objeto em relação a um só campo de fenômenos, que sejam apreensíveis à altura da consciência cotidiana. Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é o nosso objeto. (AUROUX, 2014, p.14).

Auroux (2014) coloca que, nas discussões metodológicas dos estudos históricos sobre os conhecimentos linguísticos, constantemente, afirma-se que, para fazer a história de uma ciência, é necessário ter uma visão definida da natureza de seu objeto. Expõe o pesquisador: “[...] antes é dever do historiador não ter semelhante visão, sobretudo se trabalha a longo prazo e em civilizações diferentes.” (AUROUX, 2014, p.14). Argumenta que é preciso situar o objeto em relação a

somente um campo de fenômenos apreensíveis à altura da consciência cotidiana. “Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituem a seu respeito; este é o nosso objeto.” (AUROUX, 2014, p.14).

No tocante à neutralidade epistemológica, nos dizeres de Auroux (2014), decorre de como se aborda o objeto, pois todo saber é um produto histórico, resultado da interação das tradições e do contexto. Saberes situados diferentemente no espaço-tempo não podem ser organizados do mesmo modo, assim como línguas diferentes inseridas em práticas diferentes. Assim, trata-se de uma posição historicista, que fornece o interesse heurístico de todo trabalho histórico. O valor do conhecimento é, em si mesmo, uma causa em sua história, e as causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos são extremamente complexas. As grandes transformações desses saberes são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura e dela procedem.

2.1 Acontecimentos institucionais e estudos do português no Brasil

Identificamos, em Guimarães (1996, p.127), um conjunto de fatos que nos proporcionou uma abordagem histórica dos estudos sobre o Português do Brasil, a partir do final do século XIX. O estudioso considerou quatro períodos e levou em conta acontecimentos de ordem política e institucional, os quais levam-nos a refletir sobre o movimento de gramatização brasileira do português. De acordo o autor, o primeiro período vai da “descoberta” em 1500 até a primeira metade do século XX, momento em que houve debates entre brasileiros e portugueses a respeito de construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses. Essa época caracteriza-se por não ter, ainda, estudos de língua portuguesa no Brasil, sendo desse período o Dicionário da Língua Portuguesa, de Antonio de Moraes Silva (1789), e o Epistome da Grammatica da Língua Portuguesa (de 1813). Ao fim, ocorre a Independência do Brasil e a entrada, no país, das ideias românticas, de modo que o movimento de ideias no Brasil recebe influência de outros países, não só de Portugal. Em 1870, com o fim do tráfico de escravos, o dinheiro gasto na compra de escravos passa a ser utilizado em novos investimentos, acarretando mudanças significativas na vida material e novos caminhos. Em meados do século XIX, o Brasil abria-se para receber outras filiações e importar novas perspectivas,

em um movimento geral de mudanças das condições gerais do país. Começa, igualmente, o segundo período dos estudos do português no Brasil.

Relata Guimarães (1996) que o segundo período, na segunda metade do século XIX, inicia-se com debates entre brasileiros e portugueses e a publicação de gramáticas. Em 1857, Brás da Costa Rubim publica o Vocabulário Brasileiro; em 1870, há a polêmica entre José de Alencar e o português Pinheiro Chagas, que fez críticas à linguagem daquele em *Iracema*; em 1881, são publicadas gramáticas como a de Júlio Ribeiro, pela fundação da Academia Brasileira de Letras (em 1897). No final da década 1930, são fundadas as Faculdades de Letras no Brasil: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1937) e a Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (1939).

Várias gramáticas vieram nos anos seguintes: *Grammatica da Língua Portuguesa*, de Pacheco Silva e Lameira de Andrade e *Grammatica Analytica de Maximino Maciel*, ambas de 1887. De modo geral, são obras que procuravam atender ao Novo programa de Português para os exames preparatórios elaborados por Fausto Silva. Outras publicações também integram esse período: *Estudos Filológicos de João Ribeiro* (1884), *Dicionário Brasileiro da língua portuguesa*, de Macedo Soares (1888); *Neologismos Indispensáveis*, de Castro Lopes (1889); *Estudos da Língua Portuguesa*, de Mario Barreto (1903); *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1907), fortemente influenciada pelas posições da gramática filosófica; *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de M. Said Ali (1908); *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral (1920), marco na produção dialetológica; *Dicionário Etimológico* (1932) e *Estudos Filológicos* (1939), ambos de Antenor Nascente; e *Lições de Português*, de Sousa da Silveira, em que há uma seção sobre Dialetologia, com especificidades do Português no Brasil. A partir de 1946, esta obra passa a ter um apêndice, intitulado: “*Denominação do idioma nacional do Brasil*”, no qual se conclui que português é a língua falada no Brasil (GUIMARÃES, 1996).

Ainda nas orientações de Guimarães (1996), o terceiro período vai do final dos anos 1930 até meados da década de 1960, quando o Conselho Federal de Educação torna a Linguística disciplina obrigatória para os cursos de Letras. É de 1943 o acordo ortográfico que estabeleceu a atual ortografia do Português do Brasil, com diferenças a respeito da ortografia de Portugal. Na década de 1940, debate-se que nome dar à língua falada no Brasil. Entre os vários documentos elaborados a respeito dessa questão, há “*Denominação do idioma nacional do Brasil*”, de autoria

da comissão, no qual se reconhece e proclama-se que o idioma nacional do Brasil continue a ser a Língua Portuguesa.

Outras obras são publicadas: em 1952, *História da Língua Portuguesa*, de Serafim da Silva Neto; em 1955, *A Formação da Língua Portuguesa*, de Silveira Bueno; entre o período 1963-1965, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, organizado por Nelson Rossi; em 1965, *Uma Política do Idioma*; em 1968, *Língua Portuguesa e realidade Brasileira*, em 1970, *Gramática do Português Contemporâneo*, todos de autoria de Celso Cunha. Finalmente, no quarto período, de meados dos anos 1960 até a atualidade, a disciplina de Linguística foi implantada em todos os cursos de Letras e cursos de pós-graduação em Linguística foram criados. Esses períodos permitem-nos compreender o processo de gramatização do português no Brasil. (GUIMARÃES, 1996).

2.2 Ancoragens teóricas e analíticas da História das Ideias Linguísticas

Com o intuito de fundamentarmos os pressupostos teóricos e analíticos de nossa pesquisa, a seguir, abordamos a Linguagem, a Língua Brasileira, a Enunciação, e por último, O Espaço da Enunciação e o Sentido.

2.2.1 A Linguagem

A linguagem tem sido abordada a partir de diferentes enfoques, os quais, muitas vezes, incentivam os pesquisadores da área. O estudo metódico da linguagem denomina-se Linguística e teve início em meados do século XX, quando surgiram estudos inovadores a respeito da língua.

O homem faz uso da língua para se comunicar e interagir, de diferentes maneiras, com os seus semelhantes. A importância e o valor da linguagem para a humanidade são de difícil mensuração, no entanto, para poder estudá-la assim, bem como haver ciência e linguagem, é necessário ser colocada em posição de objeto: é preciso que “ela esteja lá, diante de nós, manifestação de si mesma e não de outra coisa, contrariamente ao que se passa no seu cotidiano.” (AUROUX, 1998, p.77).

Benveniste (2005) enfatiza que a linguagem reproduz a realidade, isto é, de forma literal, a realidade é produzida novamente pela linguagem. E argumenta: “Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência

do acontecimento. Aquele que o ouve aprende primeiro o discurso e, através desse discurso, o acontecimento reproduzido.” (BENVENISTE, 2005, p. 26).

Na concepção do autor, inerente ao exercício da linguagem, a troca e o diálogo, o ato do discurso tem dupla função: representa a realidade para o locutor e recria a realidade para o ouvinte. Isso faz “[...] da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva. A linguagem reproduz o mundo, mas submetendo-o à sua própria organização.” (BENVENISTE, 2005, p.26).

A partir do exposto, entendemos que a maneira como concebemos a linguagem altera o nosso modo de estudá-la, compreendê-la e, até mesmo, ensiná-la. Podemos concluir que as diferentes práticas da linguagem permitem-nos ter a sua dimensão histórica, cognitiva e comunicativa. Benveniste (2005, p.27) menciona que “[...] a sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também, o indivíduo.” Isso ocorre porque a linguagem é uma faculdade humana que possibilita ao homem simbolizar.

De acordo com Orlandi (2012a), estamos sujeitos à linguagem, a seus equívocos e à sua opacidade. Não há neutralidade no uso mais cotidiano dos signos, o simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não há como não interpretar, pois a imprevisibilidade do sujeito com o sentido, a linguagem no mundo e a formação social têm formas de interpretação historicamente determinadas, isto é, além de haver diferentes modos de interpretar, os sentidos são sempre administrados, não estão soltos, há um corpo social que interpreta e atribui sentidos, tais como, o juiz, o professor, o advogado, o padre, o psicólogo, etc.

Além de servir para comunicar, “[...] as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores.” (ORLANDI, 2012a, p.21).

Considerando os procedimentos teóricos e analíticos da Análise de Discurso, que conduzem o analista a compreendê-los pela observação dos processos e dos mecanismos de sentidos e de sujeitos, nossa compreensão é que as formações discursivas representem no discurso, as formações ideológicas. Diante disso, com o intuito de ampliarmos a nossa pesquisa, abordaremos a língua brasileira com a finalidade de conhecer os sentidos que a permeiam.

2.2.2 A Língua brasileira

De acordo com Orlandi (2013b), os objetos simbólicos envolvidos na formação de um país são muitos e de natureza variada, sendo que é da produção desses objetos e das relações estabelecidas pelos sujeitos com essa produção que resultam os sentidos atribuídos ao país, assim como os que dão sentidos a esses sujeitos, à medida que se definem como súditos, servos ou cidadãos, ou seja, como eles se definem em relação à formação de seu “país” nas formas que a política das relações sociais significam em sua história.

Na construção da língua nacional, numa perspectiva discursiva, o sujeito ao significar, significa-se e é assim que podemos afirmar que, na construção do imaginário social, a história da constituição da língua oficial estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito político, define a relação com a forma do país, da nação e do Estado.

Continuando com Orlandi (2013c), há diferentes processos discursivos que se estabelecem nas diferentes concepções de sociedade, são momentos expressivos desse estabelecimento, o período colonial, que foi na época da formação do Brasil no século XVIII (a legislação sobre a escravidão e a jurisdição sobre a língua etc.); o Iluminismo (em Portugal e no Brasil); o naturalismo e o pensamento político liberal positivista do século XIX, entre outros.

Ao apresentarmos a história da língua e a do conhecimento linguístico, contribuímos, significativamente, para o seu desenvolvimento e também para a compreensão da história mais geral de construção de nosso país, de nossa sociedade e do Estado que se vai constituindo (ORLANDI, 2013c).

2.2.2.1 Língua Imaginária e Língua fluida

A partir da noção de “índio imaginário” e do contato efetivo que teve com as culturas indígenas, Orlandi (2008) propôs a distinção de língua imaginária e língua fluida. A primeira, é aquela em que os analistas fixam em suas sistematizações e a segunda, é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas. Ainda em concordância com a pesquisadora. “A língua fluida — língua-movimento, mudança contínua — pode ser observada quando se focaliza a história

dos processos discursivos que constituem as formas de sentidos da língua no seu contexto.” (ORLANDI, 2008, p. 87).

Na concepção da autora, a temática indígena baseia-se em dizeres legitimados, que historicamente, foram estruturados num imaginário e em estereótipos cercados de preconceitos, em nome de uma política dita civilizatória, que fez do índio não o próprio sujeito de sua história, mas sujeito de uma história que é contada e significada por outros. A identidade construída do indígena é a de um povo selvagem, que não é civilizado como o branco. Essa identidade foi construída pelo discurso dos colonizadores e também por movimentos de silenciamentos. Quando se diz que o índio é selvagem, que ele não é civilizado, temos a mesma relação quando o indígena diz que o branco não é indígena, mas sim, que é aquele que roubou as terras indígenas e outras coisas a mais (ORLANDI, 2008).

A relação do branco com o índio constitui movimentos de silenciamentos e de apagamento do índio e sua identidade cultural nacional, o que tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. “E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes.” (ORLANDI, 2008, p.66). Além disso, quanto mais força para igualar o indígena ao branco, maior é a exclusão, isso acontece por que ao apagar a identidade indígena, o sujeito índio vai sendo deixado de lado.

Após o descobrimento do Brasil, as nações indígenas foram interpretadas como aqueles que faziam parte do paraíso, principalmente pela maneira que Pero Vaz de Caminha as descrevia em sua *Carta*. Assim, foi com outros viajantes que também falaram da beleza do Brasil e do indígena. Depois desse primeiro contato, o português enxergou o problema: era preciso civilizar o povo selvagem e com isso, ações foram empreendidas. Uma delas foi o envio dos jesuítas para catequizar os indígenas. E foi aí que surgiu um grande problema a ser enfrentado: a língua.

Orlandi (2008, p.24) relata que em sua relação com culturas diferentes, sua atenção voltou-se para a questão da língua. Seu interesse foi o estabelecimento e a circulação de formas de discurso (político, científico, literário e religioso) na Europa, em sua relação com a América, sobretudo, o Brasil. Em outras palavras: como o descobrimento do Novo Mundo refletiu na retórica europeia, isto é, na própria configuração das suas formas de discurso? O objetivo foi de compreender a

formação de modelos discursivos e as práticas ideológicas produzidas no confronto da ciência, do direito e da política (sobretudo social).

A estudiosa expõe que ao analisar os discursos que foram produzidos sobre o indígena desde a sua descoberta, a ciência (a Antropologia, a Linguística) a política social (indigenismo) e a religião (a catequese) todos se apresentam como modos de domesticar a diferença. Esses discursos contribuem para que se apague a identidade do índio enquanto cultura diferente e constitutiva da identidade nacional. Essa domesticação representa o processo pelo qual o índio deixa de funcionar, com sua identidade, na constituição da consciência nacional. (ORLANDI, 2008).

Narra Orlandi (2008) que em textos considerados históricos, sobre os índios, a língua dos índios aparece como língua menor, pobre, inexistente e que isto acontece porque a língua indígena não tem poder econômico. No que diz respeito ao contato índio-branco, a pesquisadora afirma que o branco sempre procurou excluir a língua indígena, utilizando todos os preconceitos linguísticos para reafirmar a dominação e a prepotência. Por isso, para conseguir afirmar-se como tal, o índio tem de se negar como índio na medida em que tem de se afirmar com as categorias do outro que o excluí. Isto é, há uma divisão de raiz no contato do índio com o branco, ou melhor, há uma divisão entre branco e o outro, que é o indígena. Explica, ainda a autora, que o índio é estigmatizado pelo não-indígena e para fugir desta censura, ele precisa anular sua identidade.

A estudiosa traz para mais perto a relação entre o índio e o ser brasileiro, especialmente, os discursos das lideranças indígenas, refletindo a relação do contato, o imaginário de uma língua nossa, apagando a nossa língua mais real, enfim, os limites confusos entre o índio e o brasileiro. Orlandi (2008) analisa as falas que definem o brasileiro, com o intuito de identificar o imaginário que se constrói para a significação do brasileiro, tendo, como fio condutor, o discurso das descobertas sobre o índio, ou seja, o discurso sobre o Brasil. A pesquisadora não aborda a constituição de identidade, mas o imaginário que se constrói para a significação do brasileiro. Para tanto, questiona: Quem é o brasileiro? Onde termina o índio (no contato), o português (na colonização), o italiano (nos movimentos migratórios) e começa o brasileiro?

Comenta Orlandi (2008, p.54):

O europeu nos constrói como seu 'outro' mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o 'outro, mas o outro 'excluído', sem semelhança interna. Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem nosso 'outro'. Eles são sempre o 'centro', dado o discurso das descobertas, que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos 'outros' absolutos.

Orlandi (2008, destaques da autora) não estaciona no discurso que define o brasileiro, mas pensa no discurso que define o brasileiro como um 'sintoma', um discurso que é constitutivo dos processos de significação, que constituem o imaginário pelo qual se rege a nossa sociedade, ou seja, como ela nos significa. Enfim, procura atingir o modo de produção disso, que funciona como evidências em nosso sentimento de brasilidade, isso que se dá como 'ideologia'.

O objetivo de Orlandi (2008) é o imaginário que se constrói para a significação do brasileiro, portanto, analisa a concepção de brasileiros em textos e como essa concepção trabalha a exclusão e a fixação de certos sentidos, efeitos de sentidos que coloca no brasileiro uma marca de nascença que funcionará ao longo de toda a sua história: o discurso colonialista. E coloca: "[...] o que significa 'ter sido' colonizado em um discurso que funciona para que seja essa uma marca a- histórica e de essência." (ORLANDI, 2008, p. 55).

A ideologia não aparece como um passe de mágica, ela tem materialidade e o discurso é o lugar em que temos acesso a essa materialidade. São processos de discurso que vão provendo o brasileiro de uma definição que, por sua vez, integra o funcionamento imaginário da sociedade brasileira. O efeito ideológico, colonialista, não nasce do nada, sua materialidade específica é o discurso. Além disso, os efeitos de sentidos são produzidos através de um jogo entre formas de discurso: a) o discurso de nossa história (nossa origem) é o discurso missionário, religioso, que produz uma etnografia, elidindo a história; b) por outro lado, ainda mostrando o discurso do conhecimento, os discursos sobre as línguas e sobre nomes de lugares, objetos e fatos, é um discurso científico: o discurso linguístico. (ORLANDI, 2008).

Nós brasileiros somos singulares, mas em relação a quê, a quem? A um padrão- lá, o Outro europeu. O discurso da singularidade é o discurso da cultura (dominado pela civilização) que a- historiciza. Fica sempre como se só tivéssemos um outro e esse outro é o europeu, o italiano, o francês etc. Somos apagados como alteridade, somos apenas singularidades, temos particularidades. Enfim, o discurso

que define o brasileiro é constituído dos processos de significação — indefinidamente em circulação. “Nessas condições, não é o discurso do Brasil que define o brasileiro, é o discurso *sobre* o Brasil.” (ORLANDI, 2008, p.56).

Em relação a nossa língua, discursivamente, é possível vislumbrarmos dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. Ao falarmos o Português, estamos sempre nesse ponto de disjunção, pois a nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea. Essas línguas se filiam a interdiscursividades distintas como se fossem uma só. Esse efeito de homogeneidade é o efeito da história da colonização e as consequências desse fato são muitas e se referem à relação escrita-oralidade no Brasil, já que a relação do português de Portugal com a escrita (o latim, inicialmente, e depois o romance português) é determinada, historicamente, de forma diversa do português do Brasil (latim escrito, língua geral e português escrito). A língua geral, como sabemos, embora falada em todo o século XVII e XVIII, não se legitima pela escrita. Este fato, não visível na história gramatical, produz efeitos importantes na escolarização em suas propostas de ensino de escrita e de fracasso escolar, já que há uma oralidade que não se legitimará e que resiste à escolaridade. Nessa concepção de heterogeneidade linguística, proposta por Eni Orlandi, este seria um de seus efeitos. E a compreensão desse efeito apela a razões históricas que trazem a questão da materialidade mesma da língua (ORLANDI, 2013c).

Ainda nos dizeres de Orlandi (2013c), essa heterogeneidade é tanto mais importante que a sua ação e é menos detectável, visto que os processos históricos não são diretamente visíveis na língua e é assim que funcionam os objetos simbólicos em sua historicidade. No caso do português, os distintos sistemas simbólicos (o do Brasil e o de Portugal) com distintas histórias (linguísticas), aparentam a mesma materialidade empírica. Daí que advêm os equívocos, já que a observância da (mesma) materialidade empírica não deixa ver (desconhece) a distinta materialidade histórica. Além disso, na perspectiva discursiva:

[...] propomos definir a língua pela sua forma material e não, como o fazemos na linguística, como forma abstrata, e é pela reflexão sobre a forma material (linguística e histórica) do português brasileiro que podemos melhor apreender as diferenças que procuramos explicitar. (ORLANDI, 2013c, p. 24).

A seguir, abordaremos a enunciação, pois é o instrumento que possibilita que nos expressemos e que produzamos discursos.

2.2.3 A Enunciação

A enunciação é o ato de produzir um enunciado e a língua é o instrumento que possibilita ao locutor exprimir-se e produzir o discurso. A respeito da enunciação, Benveniste (2006, p. 82) adverte “[...] que é preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação, pois ela é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado.”

Esclarece o autor:

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor [...]. Toda a enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário. (BENVENISTE, 2006, p. 82-83).

Quanto à língua, seu uso efetiva-se em forma de enunciados, orais ou escritos. Entendemos, assim, que a unidade real da comunicação verbal é o enunciado e cada enunciado pode gerar outro enunciado, formando-se, assim, uma cadeia de enunciados. Segundo Brait e Melo (2005), não há consenso nas definições e no emprego desses conceitos. Os termos adquirem sentidos diversos, embora contenham características que podem ser identificadas no interior de cada teoria, e podem ser concebidos e compreendidos de maneira distinta, mas com coerência teórica. Para os autores, essas diferentes concepções são significativas para a compreensão e o enfrentamento da linguagem. Quanto ao enunciado, é possível dizer que, em certas teorias, equivale à frase ou a sequências frasais, pois há teorias, em especial, as que adotam um ponto de vista pragmático, nas quais o termo e o conceito gerados pelo enunciado são utilizados em oposição à frase, como uma sequência de palavras organizadas segundo a sintaxe, portanto, passível de ser analisada fora do contexto. Nessa ideia, o enunciado é concebido como unidade de comunicação, unidade de significação, necessariamente contextualizado.

O enunciado para Foucault (2013a, p. 34-35) é

[...] sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre a si mesmo uma existência remanescente no campo de

uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação.

Conforme o autor, consideramos que um enunciado é sempre um acontecimento que tampouco a língua pode esgotar inteiramente. É um acontecimento estranho, inicialmente, porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação da palavra. Por outro lado, abre a si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ligado à materialidade dos manuscritos, dos livros ou de qualquer forma de registro. Por ser único, como todo acontecimento, está aberto à repetição, à transformação, à reativação (FOUCAULT, 2013a).

Essas orientações permitem-nos depreender que o discurso existe somente na forma de enunciados concretos de determinados falantes, ou seja, dos sujeitos do discurso.

2.2.3.1 O Espaço da Enunciação e o Sentido

De acordo com Guimarães (1995), as exclusões de Saussure no Curso de Linguística Geral relacionam-se, no nosso século, ao campo da Semântica em seus diversos caminhos. A Linguística estabeleceu diálogos com diferentes áreas para construir a semântica, dentre essas áreas, destacam-se a Filosofia, a Lógica, a Filosofia da Linguagem, a Semiótica e a Análise do Discurso, decisivos no modo de constituição da Semântica no Brasil e da construção de conceitos para o tratamento da significação, resultando em um conjunto de questões para a semântica, o qual Guimarães (1995) denominou Semântica Histórica da Enunciação, com a ideia de incluir o excluído saussureano.

Guimarães (1995) narra que Saussure exclui da língua o mundo e os objetos por não considerá-los retratos do real. Para ele, os signos não são etiquetas de objetos: são o que são pelas relações de natureza semiológica que têm uns com os outros, isto é, pelo valor que os constitui no sistema. Contudo, o que Saussure exclui é tomado como o próprio da significação para as semânticas de inspiração lógica. A filosofia traz elementos de natureza semântica no tratamento sobre a linguagem: exemplo disso são os lógicos medievais, os lógicos do século XIX e XX, e os filósofos da linguagem ordinária. Esclarece Guimarães (1995, p.23):

[...] por essa via de filiação as semânticas formais colocam a questão do sentido como uma relação com o mundo, com os objetos. Ou seja, são semânticas que consideram que o sentido de um enunciado linguístico é o que ele representa do mundo, dos objetos, de um estado de coisas.

Ainda nos esclarecimentos do autor, a Semântica lida com três exclusões saussureanas: sujeito, objeto e história. Essa tripla exclusão tem sido objeto das semânticas linguísticas, por exemplo, a Semântica de Michel Bréal, que consiste em uma Linguística geral, histórica, marcada pelo historicismo do século XIX. Para Bréal, a semântica é uma disciplina linguística, ou seja, uma Linguística que concebe a linguagem como fenômeno humano, portanto, histórico. Nesse raciocínio, “[...] o nascimento da semântica é uma ruptura com uma posição naturalista que considerava a linguagem como organismo, como um quarto reino da natureza.” (GUIMARÃES, 1995, p.16).

Bréal (1992, p.197) argumenta

A linguagem tem sua morada e sua sede em nossa inteligência; não seria possível concebê-la em outro lugar. Se ela nos precede, e sobrevive a nós, é que ela existe na inteligência de nossos concidadãos como na nossa, é que ela existiu antes de nós em nosso país, e nós a transmitimos a nossos filhos. Ela é feita pelo consentimento de muitas inteligências, do acordo de muitas vontades, umas presentes e atuantes, outras, depois de muito tempo desfeitas e desaparecidas.

Em relação ao sentido, do ponto de vista de Guimarães (1995), deve ser considerado a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação. Ao mesmo tempo, o autor menciona o interesse da semântica em constituir um percurso que nos leve à questão da enunciação, a partir de dois aspectos: “1ª) percorrer um caminho que mostre as incertezas da consideração do sujeito na linguagem; 2ª) percorrer um caminho que tenha produzido conceitos e descrições que interessem, de algum modo, a um tratamento enunciativo do sentido.” (GUIMARÃES, 1995, p.11).

A respeito do primeiro aspecto, Guimarães (1995) expõe ter a Semântica considerado o corte saussureano: do sujeito, do objeto e da história. Enfim, essa área de estudos tem investigado a noção de sentido ou significação, direcionando-se, sempre, para essa tripla exclusão. No tocante ao segundo aspecto, a partir do século XIX, na Linguística ou na Filosofia, surgem conceitos, de algum modo, de natureza semântica. A essa área de estudos, integra-se a Semântica de Michel

Bréal, Linguística geral e histórica, marcada pelo historicismo do século XIX. Assim, a Semântica como disciplina linguística, constituída no século XIX, é uma Linguística que considera a linguagem como fenômeno humano, portanto, histórico.

CAPÍTULO 3 - A ESCRITA

A história da escrita é longa e identifica-se com os avanços do espírito humano. De acordo com Higounet (2003), não é apenas um procedimento destinado a fixar a palavra, um meio de expressão permanente: é, também, uma técnica de acesso direto ao mundo das ideias, visto reproduzir a linguagem articulada, permitir apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o tempo e o espaço.

A história da escrita foi um dos alicerces orientadores de nossas leituras para que pudéssemos abordar o espaço gráfico e a configuração de sentidos no discurso científico, por entendermos não ser a escrita uma simples técnica, mas o meio de fixação da linguagem, relacionada, evidentemente, aos fenômenos que regem o discurso e ao estabelecimento do seu sentido.

McMurtrie (1965) relata que o homem se comunicava com seus semelhantes apenas por meios de grunhidos e gritos, auxiliado por gestos ou até uma espécie de linguagem mímica, que persistiu mesmo depois de ser capaz de articular sons; ainda hoje, os povos primitivos fazem acompanhar a sua fala com gestos significativos. Contudo, a linguagem e os gestos não foram suficientes para as necessidades do espírito do homem, pois é possível observarmos que, em um obscuro passado pré-histórico, o homem recorreu a desenhos ou gravuras, objetos simbólicos, sinais, nós e entalhes, de vital importância na evolução do homem e sua primeira tentativa para tornar visíveis o pensamento e o sentimento de uma forma duradoura.

Ong (1998) elucida que, primeiro, há a escrita com a ajuda do oral, vindo a sociedade tornar-se letrada mais tarde, em certos grupos apenas. Por outro ângulo, Auroux (1998) coloca que, na história das representações linguísticas, o limiar da escrita é fundamental, e foi o aparecimento da escrita um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável, sem equivalente anterior na história da humanidade. A invenção da escrita pode ser comparada à primeira revolução tecnolinguística na história da humanidade: acontece após a revolução neolítica, momento em que nasce uma variada quantidade de técnicas essenciais, tais como, agricultura, domesticação de animais, cerâmica e tecelagem.

Explica McMurtrie (1965, p.18-19) que a criação da escrita deu-se após o homem percorrer um longo processo. No período paleolítico, os trogloditas da

Europa deixavam, nas paredes das cavernas onde habitavam, desenhos e pinturas de uma dimensão espantosa, os quais representavam o bisão, o rangífer, o cavalo selvagem e outros animais extintos daquela região, inclusive o felpudo mamute. Esses registros evidenciam algumas das experiências dos povos pré-históricos e é de vital importância o homem daquelas épocas remotas não terem traçado somente representações precisas de animais e humanos, mas terem utilizado, também, o que se denomina equivalência estenográfica, isto é, deixaram esboços lineares, ainda perfeitamente inteligíveis, com significados de “mamute” ou “cabra”. Com isso, inconscientemente, sem dimensionarem a riqueza de tal, deram o primeiro passo para a escrita.

Milhares de anos passaram-se até o homem ter consciência do que havia sido criado com os pictogramas. Ainda hoje, há povos no estágio da civilização da idade da pedra e os que mal saíram dela. Sabe-se que, há bem pouco tempo, os sistemas de registros pictográficos eram usados entre os indígenas da América, os Esquimós das regiões árticas, os Hotentotes e os Boximanes da África do Sul, entre outras raças primitivas. Entretanto, a maior parte desses sistemas desapareceram e não deixaram vestígios ou, então, nunca ultrapassaram as suas formas iniciais. Em certas partes do mundo, esses registros pictográficos desenvolveram-se em sistemas de escrita. Na atualidade, são encontrados muitos objetos do período neolítico e da idade do bronze na Europa, armas, objetos de osso, de pedra e de metal, com símbolos pictográficos, e alguns podem ser claramente identificados. Em Creta, lugar em que se desenvolveu a verdadeira escrita, foram encontrados substratos primitivos de pictogravuras lineares (McMURTRIE, 1965).

Ainda nas orientações de McMurtrie (1965), as pictogravuras primitivas serviram mais de memória ou sugestões, do que indicações precisas do que elas representavam. Não há conhecimento de como evoluíram os pictogramas para a escrita, pois as circunstâncias desse passo importante escondem-se nos mais obscuros limites pré-históricos e a essência do processo manifesta-se, nitidamente, nos espécimes mais antigos da verdadeira escrita que se tem encontrado e estudado. A partir da observação da forma e interpretação dos caracteres utilizados em registros primitivos, é possível constatar que as antigas raças humanas, acostumadas, há gerações, com o emprego das pictografias, atentaram para a vantagem de associar símbolos pictográficos a determinados objetos ou ideias. Assim, as pictogravuras tornaram-se, pouco a pouco, ideogramas ou símbolos que

representavam ideias generalizadas tiradas dos objetos. Surpreendente é constatar que, ao desenvolver um sistema de ideogramas para representar o pensamento em forma escrita, o espírito humano revelou sua capacidade extraordinária de método. Dos testemunhos (objetos) encontrados nos lugares em que a escrita se desenvolveu, a sua forma primitiva foi ideográfica. Desse modo, até a elaboração de ideogramas que expressassem ideias abstratas, provavelmente, longo tempo se passou, alcançado pelo uso da imaginação ou combinação de símbolos para as coisas concretas. Então, por meio de figuras da linguagem, o símbolo usado para “ouvido” também significava “audição” e o símbolo do “sol”, “dia”. A escrita ideográfica tem uma história ininterrupta, desde os registros mais antigos até os nossos dias. Contemporaneamente, a língua chinesa é a principal representante desse sistema de escrita.

Mas, há quatro mil anos ou mais, outros povos já começavam a se libertar das dificuldades impostas pela escrita puramente ideográfica, já que registros mais antigos mostram o começo da transição da escrita ideográfica, em que os símbolos correspondem às ideias, para a escrita fonética, em que os símbolos representam sons. Milhares de anos passaram-se até a escrita ideográfica evoluir para a escrita fonética, e esta parece ter sido privilégio das classes eclesiásticas e dominantes. McMurtrie (1965) aponta que, durante esse percurso, descobriram-se, entre os egípcios, um grande número de homófonas (palavras de sons idênticos, mas de distintos significados) e, mesmo depois da criação da escrita fonética, alguns símbolos ainda ficaram ligados, usados como ideogramas a fim de identificar as palavras. De acordo com o autor, é fácil reconhecer como aconteceu a transição da escrita ideográfica para a escrita fonética, pois a maior parte dos sistemas dos símbolos ideográficos de escrita antiga associaram-se aos sons das palavras faladas que indicavam as coisas representadas por esses símbolos. O processo de aperfeiçoamento da escrita fonética foi gradual: um símbolo para representar o som de uma palavra completa poderia, com o decorrer do tempo, vir a ser usado também para a sílaba ou som inicial dessa palavra. Os egípcios empregaram com êxito a escrita ideográfica e a fonética, usando-as, até mesmo, simultaneamente.

Em relação ao percurso histórico da escrita, Auroux (1998) esclarece que, na Antiguidade, houve diferentes escritas: na Mesopotâmia, o sistema de escrita cuneiforme, em grande parte, pictórica; no Egito, a dupla forma hieroglífica e hierática, versão da escrita do egípcio (língua semítica que se tornará o copta no

início de nossa era); na China, a escrita chinesa, que anotava as palavras e remonta, talvez, ao final do terceiro milênio antes de nossa era; na Grécia, o alfabeto grego, derivado do alfabeto fenício, que surgiu por volta do século IX a.C.; no mundo árabe a escrita consonantal arábica foi estabelecida no final do século VII; na Índia, as escritas modernas (*kharosthi*, de natureza consonantal, e *brhami*, de natureza silábica, a qual se imporá e se encontra na origem das escritas utilizadas hoje), são tardias, tendo em vista que as primeiras inscrições conhecidas datam do século III, antes de nossa era. Remonta-se, no entanto, a brahmi no século VII antes de nossa era, no final do período védico. O aparecimento de uma forma de escrita no vale do Indus remonta a um período anterior à invasão ariana, no início do terceiro milênio.

Ong (1998) orienta a respeito do aparecimento da escrita e explica que muitos dos registros escritos desenvolvidos em todo o mundo foram independentes uns dos outros: cuneiforme mesopotâmico, 3500 a.C. (datas aproximadas); hieróglifos egípcios, 3000 a. C. (talvez, com alguma influência do cuneiforme); linear B ou micênico, 1200 a.c.; registro do vale do Indus, 3000-2400 a.C.; chinês, 1500 a.C.; maia, 50 d.C.; asteca, 1400 d.C. Os registros têm antecedentes complexos e a maioria, ou até mesmo a totalidade dos registros, reporta-se direta ou indiretamente a alguma espécie de escrita pictórica ou mais elementar, com o uso de sinais. Estima-se que o registro cuneiforme dos sumérios, o primeiro de todos os registros conhecidos, tenha se originado de um registro de transações econômicas, usando sinais de barro colocados em recipientes ou bulas semelhantes a vagens, pequenos, ocos, totalmente fechados, contendo identificações no lado de fora que representavam os sinais de dentro. Os símbolos de fora da bula eram moldados para representar vacas, ovelhas ou outros elementos ainda não decifráveis. Esse uso pré-quiográfico de sinais pode ser associado à escrita, visto ter o primeiro registro cuneiforme, da mesma região das bulas, nas sociedades urbanas, objetivos econômicos e administrativos.

Ainda nas explicações de Ong (1998, p.104):

Muitos sistemas de escrita são na verdade sistemas híbridos, mesclando dois ou mais princípios. O sistema japonês é híbrido, além do silabário, ele usa caracteres chineses, pronunciando a sua própria maneira não chinesa; o sistema coreano é híbrido (além do *bangul*, um alfabeto genuíno, ele usa caracteres chineses); o sistema hieróglifo egípcio era híbrido (alguns símbolos eram pictogramas, alguns ideogramas, outros rébus); a própria escrita de caracteres

chineses é híbrida (pictogramas mesclados, ideogramas, rébus e várias combinações, muitas vezes extremamente complexas, culturalmente ricas e poeticamente belas).

Bottéro (1995) fornece subsídios para maior compreensão da invenção da escrita, esclarecendo que, pouco antes de 3000 a.C., descobriram-se as primeiras marcas de uma escrita, denominada cuneiforme pela estilização ulterior e tradicional de seus caracteres em cunhas e pregos. Na Mesopotâmia, a civilização passou da oralidade pura à tradição escrita, permitindo a essa civilização tirar o seu pensamento da cabeça ou da boca e projetá-lo na matéria, fixá-lo e propagá-lo no tempo e no espaço, para uma nova concepção do mundo, uma nova maneira de compreendê-lo, refletir e raciocinar. Enfim, para uma “lógica”, um conjunto de representações, até mesmo de instituições, características de um sistema cultural.

Na parte meridional do território correspondente ao atual Iraque, descobriram-se elementos significativos para a pré-história da escrita. De um lado, encontraram-se traços ou flancos dos vasos, pintados ou gravados nos sinetes e cilindros que serviam de chancelas, esboços elaborados por artistas a partir de seu ambiente: personagens, animais, plantas, utensílios e pessoas, com silhueta mais ou menos estilizada. De outro lado, acharam-se tentos⁶ em pedra ou argila, de diferentes formas, por vezes marcados com traços elementares, que supomos terem sido preparados para facilitar enumerações e cálculos grandes. Essa região da Mesopotâmia era ocupada por etnias em simbiose, com predominâncias semitas, os chamados acadianos, vindos do grande deserto sírio-árabe e de língua aparentada com uma família ainda bastante atestada em nossos dias; e dos que chamamos “sumérios”, cujo idioma era diferente e que provavelmente teriam vindo do sudeste. Os sumérios (do Sul) e os semitas (do Norte) mesclaram-se e seu patrimônio tornou-se comum. Eles desaparecerem no decorrer do século III, deixando sua cultura indelével e seu idioma, utilizado até o fim, ao lado do acadiano corrente. (BOTTÉRO, 1995).

Aos sumérios, civilização desenvolvida e refinada, atribui-se a descoberta da escrita, denominada, inicialmente, pictográfica, pela origem e o traçado dos

⁶ Segundo Ferreira (2010), tento é um substantivo masculino. É uma peça de metal, ou de outro material, com a qual se marcam pontos no jogo. Pode ser, também, uma tira de couro usada em diversos misteres da vida pastoril.

caracteres, e ideográfica, em razão do processo semântico radical, isto é, o agrupamento de sentidos ao redor de uma representação central.

McMurtrie (1965) expõe que os eruditos têm realizado estudos em inscrições antigas e encontraram, nas inscrições fenícias, testemunhos de um sistema de caracteres alfabéticos. Na maior parte destes, identificam-se, claramente, os mesmos valores fonéticos das inscrições dos antigos gregos. Em decorrência disso, a tradição helênica também atribui aos fenícios a invenção da escrita, já que fatos acumulados levam a crer que, em épocas remotas, os habitantes de várias partes do mundo grego adquiriram o alfabeto pelo contato com os marinheiros fenícios.

No tocante à escrita (especialmente a alfabética), Ong (1998) elucida ser uma tecnologia que requer o uso de ferramentas e outros equipamentos, tais como: estiletes, pincéis ou canetas, superfícies cuidadosamente preparadas — peles de animais, tiras de madeira —, tintas ou pinturas, etc. Moldou e capacitou a *atividade intelectual*⁷ do homem moderno, considerada um desenvolvimento tardio na história da humanidade, por ter transformado a consciência humana e proporcionado o armazenamento do conhecimento fora da mente. A escrita, desde o seu surgimento, não proporcionou o encolhimento da oralidade, mas consagrou-a. Com efeito, a escrita libertou a mente de tarefas conservadoras, por exemplo, a memorização, logo, permitiu ao homem voltar-se para novas descobertas.

A escrita trouxe ao homem a possibilidade de desenvolver a sua capacidade cognitiva e o benefício de documentar suas ideias. Chartier (2007) relata que o medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias da primeira fase da modernidade e, a fim de dominar essa inquietação, fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos, a glória dos vivos e os textos que não deveriam desaparecer. Por esse prisma, a pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais puderam ser inscritos a memória dos tempos e dos homens.

Chartier (2007) vai adiante e esclarece que o ambiente na sociedade europeia fez a escrita ter a missão de conjurar contra a fatalidade da perda. Todavia, a tarefa não era fácil: em um mundo no qual as escritas podiam ser apagadas, os manuscritos e os livros eram, constantemente, ameaçados de destruição.

⁷ Destaque da autora.

Paradoxalmente, o excesso de escrita também foi considerado um perigo tão grande quanto o contrário, pois o apagamento era necessário, assim como o esquecimento para a memória. Por isso, nem todos os escritos tornaram-se arquivos de proteção e defesa da imprevisibilidade da história, posto alguns terem sido traçados sobre suportes que permitiam escrever, apagar e escrever de novo (CHARTIER, 2007).

São múltiplas as relações entre inscrição e esquecimento, traços duráveis e escritas efêmeras, os quais Chartier (2007) busca elucidar, detendo-se no modo segundo o qual as formas foram registradas em obras literárias, gêneros diferentes, lugares e tempos. Assim, ao cruzar a história da escrita com a sociologia dos textos, disciplina que estuda os textos como formas conservadas e seus processos de transmissão, da produção à recepção, procura compreender como as sociedades humanas construíram e transmitiram as significações das diferentes linguagens designantes dos seres e das coisas. Ao não dissociar a análise das significações simbólicas daquela transmitidas pelas formas, essa abordagem questiona intensamente a divisão que separou, por muito tempo, as ciências da interpretação e da descrição, a hermenêutica e a morfologia.

Para Ong (1998), a cultura impressa leva a escrita a um novo patamar, seguida da cultura eletrônica, que se apoia na escrita e na impressão. Sabemos que, onde existem seres humanos, há uma linguagem falada e ouvida no mundo sonoro. Na realidade, mesmo as línguas de sinais sofisticados constituem substitutos da fala e dependem de sistemas de discurso oral, até mesmo quando usadas por surdos de nascença. A oralidade básica da linguagem é, portanto, constante.

3.1 A Escrita e a Organização da Sociedade

O surgimento da escrita nas sociedades humanas provocou significativas mudanças nas suas estruturas. Jack Goody (1986), em sua obra *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, procurou decifrar algumas diferenças gerais entre a organização social de sociedades com e sem escrita, e o processo de uma para outra. O estudioso centrou suas pesquisas no Próximo Oriente da Antiguidade, local onde surgiu a escrita, e na África Ocidental contemporânea, onde o seu uso tem proliferado ao longo dos últimos cinquenta anos.

Na concepção de Goody (1986, p.6):

[...] diferentes sistemas de escrita têm, evidentemente, diferentes implicações em diferentes sociedades em épocas diferentes. Mas há igualmente traços importantes que alguns destes contextos particulares possuem em comum e foi para estes que quis chamar a atenção.

O estudioso não investigou simplesmente as diferenças em si: primeiramente, tentou fornecer uma explicação satisfatória para certos conceitos sociológicos, antropológicos, históricos, de uso generalizado e da alçada do senso comum, os quais têm sido utilizados para descrever as diferenças ou a história das sociedades humanas. Essa tentativa levou o autor a transpor parte da ênfase dada aos meios e modos de produção, ao explicar a história humana em relação aos meios e modos de comunicação. Deparou-se, igualmente, com a necessidade de pôr em causa certas noções acerca do caráter singular do mundo moderno, considerando que algumas das pré-condições foram distribuídas de maneira mais geral em relação a outras teorias correntes (GOODY, 1986).

Ao investigar a influência da escrita na religião, o autor questiona até que ponto a presença da escrita afetou a noção e o estudo dos fenômenos religiosos. Para ele, o aparecimento da religião como uma das “grandes organizações” (não apenas enquanto aspecto parcialmente diferenciado) implica na autonomia da igreja como organização, isto é, com a tradição letrada, as instituições religiosas adquirem uma certa independência, promovida pela custódia dos livros e pelo interesse na continuidade terrena e na salvação extramundana. Com a escrita, as religiões letradas passam a constituir uma espécie de fronteira autônoma, em que os praticantes apegam-se a um Livro Sagrado, ao reconhecimento de um Credo, assim como à prática de certos rituais, preces, modos de propiciação. A palavra de Deus era falada e escrita em um livro, a Bíblia Sagrada, a Escritura Sagrada, o Testamento. Goody (1986, p.17) questiona a diferença entre ser a palavra escrita em um livro (ou em uma série de livros), como no Judaísmo, no Islamismo e no Cristianismo, em vez de ser transmitida oralmente, produto da língua falada. Indaga, também, se existem quaisquer formas gerais, por meio das quais as culturas orais e letradas tendem a diferir nas suas crenças religiosas. E, através do tempo, questiona até onde dependem as tradições da atividade intelectual da anterior presença de uma religião com base em uma escritura.

São questões altamente generalizadas, manifestadas por muitos estudiosos, examinadas por alguns, postas de lado por outros, e acerca das quais

são elaboradas várias suposições. Goody (1986) toma como ponto de partida um amplo contraste entre certos traços das religiões africanas e eurasiáticas, incluindo, nas últimas, não só as religiões do Médio Oriente, concentradas em torno de um único livro, mas também as que dependem significativamente da escrita, em especial da alfabética, para transmissão de mito, doutrina e ritual. Segundo o pesquisador, embora tenham muito em comum, vale a pena explorar as diferenças gerais entre as religiões da África e da Eurásia à luz da sua associação com culturas orais e letradas, pois não se trata apenas de contraste sincrônico. O fato de a palavra ser escrita em um dos casos e não no outro é importante, diacronicamente, para ajudar na compreensão das características que emanam das religiões mundiais (na África, Islão, Cristianismo e Judaísmo) por conversão e absorção, uma emanção acompanhada pelo declínio gradual ou, talvez, pela incorporação ou adaptação das religiões locais (GOODY, 1986).

No Ocidente, o pesquisador voltou-se para os estudos das religiões que possuem textos escritos sobre mito, doutrina e ritual, religiões mundiais por vezes denominadas religiões éticas. Goody (1986) sugere a existência de uma ligação intrínseca entre os traços dessas religiões sugeridas por esses epítetos, o próprio modelo letrado e o meio pelo qual as crenças e os comportamentos religiosos são formulados, comunicados e transmitidos, ao menos em parte.

O estudioso examinou, inicialmente, a África, nesse continente, as únicas religiões com escrituras eram as provenientes do Médio Oriente e as áreas importantes da sua distribuição encontravam-se ao norte do Saara. Para o autor, a história do Egito foi umas das primeiras religiões escritas, culto sacerdotal em um templo, no qual o ensino e o uso da escrita acabaram por se encontrar largamente nas mãos dos sacerdotes: tal como na Mesopotâmia, a escrita era fundamental para a religião e o clero. Geograficamente, essa religião encontrava-se confinada, principalmente, dentro das fronteiras políticas. Talvez seja significativo o fato de ter sido apenas com a escrita alfabética que algumas religiões quebraram definitivamente suas fronteiras nacionais para se tornar religiões de conversão. Na África, partes da Etiópia, como o Iémen e a Arábia adjacentes, foram influenciadas pelo Judaísmo em um primeiro estágio e, mais tarde, pelo Cristianismo e o Islamismo. Os Cartagineses trouxeram da Fenícia um conjunto de cultos e crenças semíticos que deram lugar a práticas judaicas ao longo do litoral mediterrâneo; na verdade, chegou a ser sugerido que um elemento importante da diáspora judaica na

Europa era constituído por fenícios provenientes do norte da África. Mais tarde, a mesma área tornou-se lar da Igreja Donatista e, por um breve período, o Cristianismo estendeu-se por todo o norte da África, do Magrebe à Etiópia, abarcando os coptas⁸ do Egito e os reinos cristãos do Sudão. Por fim, essa área da Cristandade foi dominada por um islão em expansão (deixando atrás de si pequenas concentrações de judeus e cristãos), que se espalhou pelo Saara, do ocidente ao oriente, ao longo da costa oriental da África até Madagascar. Exceto as do antigo Egito, essas religiões estavam associadas à escrita alfabética, amplamente distribuída no interior e mais facilmente adotada no exterior: era, portanto, mais provável tornarem-se religiões *mundiais*, em vez de *nacionais*. Com efeito, poderíamos dizer que essas religiões alfabéticas propagaram a instrução e vice-versa. Tratava-se da propagação não só de uma religião particular como da ideia de uma religião (GOODY, 1986).

Goody (1986) expõe que as religiões letradas possuem uma espécie de fronteira autônoma e os praticantes entregam-se apenas a uma, podendo ser definidos por: apego a um Livro Sagrado, reconhecimento a um credo, prática de certos rituais, preces, modos de propiciação. Já nas sociedades sem escrita, não se pode praticar a religião ashanti a menos que seja um ashanti; o que é a religião ashanti hoje pode ser muito diferente da religião ashanti de cem anos atrás. As religiões letradas, por outro lado, são, geralmente, religiões de conversão, não apenas de origem, e podem ser espalhadas como geleia, visto poderem persuadir ou forçar as pessoas a abandonar um conjunto de crenças e práticas e adotarem outro conjunto, seita ou igreja particulares.

De fato, a palavra escrita, a utilização de um novo método de comunicação, pode, por vezes, fornecer, por si só, um incentivo à conversão, independentemente do conteúdo específico da Escritura: essas religiões não são consideradas superiores apenas por seus sacerdotes serem letrados e poderem ler bem e ouvir a palavra de Deus, mas, também, por fornecerem à sua congregação a possibilidade de ela tornar-se letrada. Goody (1986) coloca que apenas as religiões letradas podem ser religiões de conversão no sentido estrito, na qualidade de

⁸ Copta: Adj. 1. Dos, ou relativo ou pertencente aos coptas, povo egípcio do período helenístico. 2. Do período sob dominação romana, que conserva suas características étnicas primitivas (FERREIRA, 2010).

distintas do desvio para um “Cargo Cult”, santuário de magia ou movimento antifeitiçaria. Embora entenda ser a conversão, no sentido corrente da palavra, impossível, não significa dizer que as mudanças no sistema religioso não aconteçam nas culturas orais. O rótulo religioso pode ocultar desvios consideráveis de uma década para a seguinte, ainda que pareça assumir uma continuidade.

Cabe ressaltar o contraste dos sistemas religiosos das sociedades não letradas com os do dinâmico mundo moderno. Segundo Goody (1986), esse contraste pode ser válido em relação à tecnologia, à economia e a outras esferas relacionadas à ação social. Entretanto, devem ser postas em questão, em primeiro lugar, as religiões possuidoras de escrituras ou Livros Sagrados: a Tora, a Bíblia e o Corão são repositórios sagrados da palavra de Deus e permanecem imutáveis, eternos, inspirados pelo divino, não apenas pelo homem. Comparando-as com a liturgia da Igreja Católica, constatamos poderem mudar no decurso do tempo e as técnicas de oração diferirem de uma igreja para outra, tais como, Quadryya e Tijanyya no Islamismo do Magrebe. Entre as sinagogas ortodoxa e reformada, igrejas calvinistas e luteranas, as interpretações variam e a palavra permanece igual a si mesma. Em relação às crenças e práticas religiosas na África, uma de suas características é a flexibilidade: são abertas a mudanças internas e a importações externas. Comparando a recitação bagre entre os LoDagaa do Gana Setentrional e o mítico Bagre Negro, as diferenças são muitas e profundas, corrigiram-se versões da invocação formal de abertura como se se encontrasse fixada.

3.2 A Escrita dos Antigos Egípcios

Segundo McMurtrie (1965), o material e o instrumento de escrita dos antigos egípcios era a folha ou rolo de papiro e o pincel de cana. O escriba egípcio usava como instrumento de trabalho uma combinação de pena e pincel, marcando, provavelmente, a extremidade de uma cana, abria fibras que lhe proporcionavam um tufo⁹ macio com que podia trabalhar, e a escrita que executava no papiro era uma espécie de pintura a pincel. Com o aparecimento do pergaminho, começou a ser utilizada a pena fendida. Embora o escriba egípcio ainda estivesse ligado às formas

⁹ Tufo: denominação ambígua dada aos calcários com grandes poros, gerados por fontes de águas ricas em bicarbonato de cálcio. Quaisquer dos produtos de projeção vulcânica que se haviam consolidado (FERREIRA, 2010).

dos caracteres usados nas inscrições dos monumentos, desenvolviam, também, uma forma cursiva escrita, a escrita hierática ou sacerdotal. Prova disso, é que os rolos de papiro mais antigos encontrados, tirados de caixões de múmias de 3500 a.C., apresentavam escritos em caracteres hieráticos, encontrados, inclusive, nas inscrições datadas das primeiras dinastias egípcias.

Da escrita hierática descende uma escrita mais simplificada, a escrita demótica ou popular: a origem pictográfica dos caracteres e dos modernos ideogramas chineses desapareceram. A escrita hierática e a demótica foram possíveis, porque os egípcios possuíam o papiro, material que recebia facilmente as tintas finas, conservava a cor dos pigmentos e era macio para permitir o movimento livre do pincel de fibras soltas. O papiro era feito da estrutura fibrosa do miolo da planta homônima, espécie de junça da região do Nilo, que, atualmente, está em vias de extinção. O papiro não era totalmente próprio à conserva dos registros, em razão do perigo de se furar quando se escrevia, e, para isso não acontecer, não se era possível distinguir os traços da pena ascendente e descendente. Igualmente, havia o risco da deterioração com a água ou a umidade. Por outro lado, depois de seco, tornava-se muito frágil. O pergaminho sucedeu ao papiro como material de escrita: usado desde 500 a. C., tornou-se um grande rival do papiro popular séculos depois. Era fabricado de peles preparadas de animais, principalmente, de carneiros ou vitelos, o melhor era feito da pele de vitelos, conhecido por velino (McMURTRIE, 1965).

As peles, certamente, haviam sido utilizadas em épocas muito antigas, mas somente na forma de couro curtido. Os egípcios utilizavam as peles na escrita desde 2000 a. C., contudo, o pergaminho começou a difundir-se, por necessidade, apenas dois séculos antes da Era Cristã. O uso generalizado do pergaminho teve um efeito de grande alcance no desenvolvimento da escrita e, para escrever em sua superfície macia, começou a ser utilizada uma pena de bico longo, feita de cana ou pena de ave. Desse modo, era inevitável que a escrita feita nessa superfície tivesse uma aparência inteiramente diferente da escrita feita no papiro com um pincel de cana. As particularidades de cada espécie de material influenciaram significativamente o caráter da escrita. Há o estilo linear, quando se gravava em osso, pedra, cerâmica, metal e liras de folhas de palmeira da Índia oriental, característico da escrita romana aberta em cera, era obtido por meio de placas enceradas e perfuradas, como no papel *stencil*. As diferentes modalidades de escrita

tiveram os seus efeitos na forma de caracteres, permitindo-nos afirmar que a beleza das letras dos alfabetos europeus deve-se, em grande parte, aos esforços dos escribas medievais para escrever de forma bela (McMURTRIE, 1965).

3.3 O Alfabeto

O fato mais notável na história da escrita é a invenção do alfabeto, criado por um ou mais de um povo semítico por volta de 1500 a. C., na mesma área onde surgiu o primeiro de todos os escritos, o cuneiforme, dois mil anos depois. De acordo com McMurtrie (1965), o alfabeto inventado pelos povos semíticos consistia somente em consoantes e algumas semivogais. Os gregos introduziram vogais ao alfabeto e, com isso, atingiu-se um novo patamar de codificação abstrata, analítica e visual ao mundo dos sons. Essa conquista prenunciou e implementou as conquistas intelectuais gregas posteriores.

Todos os alfabetos do mundo — hebraico, ugarítico, grego, romano, cirílico, arábico, tâmil, malabarenses e o coreano — derivam do desenvolvimento semítico original, embora o desenho físico das letras nem sempre possa ser relacionado ao desenho semítico. Quanto à palavra, ao passar de sonora a visual, evidenciou-se a intelectualidade do povo semítico em relação às outras culturas antigas, pois sua escrita exigia do leitor conhecimento da língua para saber as vogais a serem colocadas entre as consoantes. A estrutura da língua grega não se baseava no sistema semítico, a qual admitia a omissão de vogais na escrita, o que pode ter sido uma vantagem intelectual acidental e crucial, pois, mais do que qualquer outro sistema de escrita, o alfabeto fonético estimula a atividade do hemisfério esquerdo do cérebro, portanto, sobre bases neurofisiológicas, favorece o pensamento analítico, abstrato (ONG, 1998).

Para McMurtrie (1965, p.35), o alfabeto consiste em um “[...] conjunto de símbolos, na aparência, de forma inteiramente arbitrária, de que nos servimos para representar os sons elementares da língua falada.” O alfabeto como recurso representativo dos sons da língua falada evoluiu cerca de quatro mil anos e, ainda hoje, está distante de ser um instrumento perfeito. Para saber de onde veio o alfabeto, é preciso recuar à remota antiguidade e, a partir dos vestígios encontrados, fazer conjecturas, embora os eruditos ainda estejam em desacordo no tocante a pormenores importantes. Contudo, na palavra “alfabeto”, encontramos elementos

para investigação, pois ela é composta do nome das primeiras duas letras *alfa* e *beta* do alfabeto dos antigos gregos. Diversas letras do antigo alfabeto grego possuíam verdadeiros nomes — alfa, beta, gama, delta, etc. — e impressionam por conterem as letras dos alfabetos semíticos (fenício antigo, hebreu antigo e moderno, árabe, etc.) e nomes semíticos (em hebreu, *álefe*, *bete*, *guímele*, *dálet*, *iode*, *café*, *lambda*, etc.), que têm incontestável semelhança com os nomes gregos. Sendo assim, dá-se como certo que os antigos gregos tiraram os nomes das suas letras de uma fonte semítica. Eruditos têm realizado estudos de inscrições antigas e encontraram, nas inscrições fenícias, testemunhos de um sistema alfabético, sendo a maior parte deles identificado como protótipos, ou seja, modelos de letras com os mesmos valores fonéticos das inscrições dos antigos gregos.

Ainda nas considerações do autor, a tradição helênica também atribui aos fenícios a invenção da escrita. Fatos acumulados levam a crer que, em épocas remotas, os habitantes de várias partes do mundo grego adquiriram o alfabeto ao terem contato com marinheiros fenícios. O alfabeto, tal como nós o conhecemos, surgiu pela primeira vez na Grécia Antiga, e toda a prática dessa escrita primitiva parece ter desaparecido por completo, exceto, talvez, em uma ou duas das ilhas e em algumas regiões da Ásia Menor, que possuía, igualmente, silabários antigos, raros, com os Fenícios, o mundo grego aprendeu toda a arte da escrita. Essas questões levam a uma pergunta crítica: como e quando surgiu o alfabeto fenício? Foram encontrados monumentos antiquíssimos com inscrições em caracteres fenícios que já são completamente alfabéticos e, aparentemente, sem qualquer vestígio de fonogramas ideográficos. Sem qualquer origem ideográfica, como nasceram? Como e quando surgiu o alfabeto fenício? (McMURTRIE, 1965).

Os caracteres fenícios no seu aspecto geral podem ser comparados com alguns dos encontrados nas escritas de Creta, Chipre ou até mesmo, da Ásia menor pré-históricas. O conservantismo religioso e oficial fixou as normas dos caracteres hierográficos egípcios, da escrita cuneiforme da Mesopotâmia, em grande escala, e os caracteres dos monumentos egípcios posteriores, praticamente idênticos aos encontrados nos monumentos mais antigos.

No entanto, quando do início do uso da escrita alfabética, as forças conservadoras não puderam controlá-la, e ela tornou-se instrumento de comerciantes e homens de negócios. Assim, os que usavam os alfabetos primitivos o faziam com liberdade e os aplicavam no que julgavam conveniente. Desse modo,

as formas de letras eram fluidas, modificavam-se de lugar para lugar, de tempo a tempo, espalhando-se pela Fenícia, por meio da Grécia, até a Roma antiga e, posteriormente, por meio da Europa, até que a invenção da imprensa fixou-as nas formas atuais, quase inalteráveis. Conforme McMurtrie (1965), há controvérsias em relação à data de entrada do alfabeto fenício na Grécia. Em artigo publicado em 1933, Rhys Carpenter mostrou que os gregos não podiam ter recebido o alfabeto muito antes de 700 anos a.C. Em seguida, Agnes Newhall Stillwell revelou, graças a uma inscrição gravada em um vaso, encontrado em Corinto, que, no período de 775-750 a.C., a escrita já devia ser característica permanente da civilização grega. Carpenter sugeriu, então, que o testemunho desse fragmento de vaso não era por si só concludente. Se dividíssemos a diferença ao meio e disséssemos que a escrita alfabética introduziu-se, provavelmente, no mundo grego entre 800 e 700 a.C., estaríamos no caminho certo, porém, a questão só seria resolvida se aparecessem inscrições muito mais arcaicas do que as já encontradas.

Em relação ao alfabeto, parece que os Fenícios, na sua atividade de exploração mercantil da região mediterrânea, estiveram em contato durante muito tempo com os povos da língua grega, especialmente, na Ásia Menor e nas ilhas do Mediterrâneo Oriental. Possivelmente, em Rodes ou Chipre, o alfabeto foi adaptado primeiro, de modo que se pôde empregá-lo eficientemente para escrever o grego. Os fenícios tinham colônias ou feitorias em Melos, Rodes e outras ilhas do Mar Egeu já no século XIII a. C., e, posteriormente, em Tasos, Xamotrácia, Corinto, entre outros lugares. Assim, a escrita consolidou-se, em primeiro lugar, em algumas das ilhas. Heródoto, primeiro historiador grego, menciona a vinda de Cadmo, herói lendário, juntamente com um grupo de companheiros que trouxera da Fenícia, e de seu estabelecimento na Beócia, onde familiarizou a Grécia com a arte de escrever. Além disso, pode ser significativo que a forma mais arcaica do alfabeto grego tenha sido encontrada em inscrições na ilha de Tera: as letras são consideradas quase puramente fenícias e, nos exemplares mais antigos, estão escritas da direita para a esquerda, tal como faziam os fenícios. As inscrições de Tera datam, aproximadamente, dos séculos IX ou VIII a.C., e as mais antigas inscrições fenícias, até hoje conservadas, datam do mesmo período (McMURTRIE, 1965).

Embora o alfabeto já estivesse fixado na terra grega por volta de 800 a.C., há dificuldade em reconhecer nossas letras nos caracteres usados, primeiramente, pelos gregos. Manifestamente, os gregos sentiam-se à vontade para escrever como

lhes agradasse, seja com os caracteres dispostos para os lados, de trás para diante, para baixo e para cima, dispondo de variedade de formas. Para eles, qualquer letra era apenas uma letra e não interessava a posição de escrita ou grafia, permanecendo assim durante um século ou mais. O emprego do alfabeto entre os gregos foi, portanto, especialmente, de estilo livre.

Os gregos, no entanto, introduziram duas importantes inovações: estabeleceram para o mundo ocidental a convenção de escrita da esquerda para a direita, além de adaptarem algumas letras fenícias à representação de sons vocálicos. Os primitivos gregos escreviam para a esquerda e para a direita, *bustrofedon*¹⁰, e, por fim, fixaram-se neste último sentido. Assim, nós escrevemos da esquerda para a direita e as letras estão dispostas nesse sentido, “[...] porque os gregos há uns vinte e cinco séculos decidiram que assim fosse. Por outro lado, os alfabetos semítico, como o hebraico e o arábico, escrevem-se ainda no sentido preferido pelos antepassados Fenícios — da direita para a esquerda.” (McMURTRIE, 1965, p.50).

Os gregos criaram ou extraíram de fontes não fenícias alguns caracteres para representar determinados sons peculiares à sua língua, como ks, os, ph e ch. O acréscimo dos sinais vocálicos foi a contribuição mais importante dos gregos para o alfabeto, tal como o conhecemos. Podemos distinguir duas linhas principais na evolução do alfabeto, as quais originaram os alfabetos oriental e ocidental. O mais antigo dos dois, o alfabeto oriental, veio a ser o alfabeto do ramo jônico do povo grego, usado primeiro nas ilhas do Mar Egeu, em muitas cidades gregas da costa da Ásia menor e, mais tarde, no continente grego. Com poucas modificações desde cerca de 400 a.C., tem perdurado como alfabeto da Grécia moderna e algumas das letras, embora com poucas alterações, introduziram-se nos alfabetos da Bulgária, Sérvia, Rússia e outras nações eslavas. O alfabeto grego ocidental é importante para nós, porque entrou na Itália e tornou-se o precursor do alfabeto que utilizamos atualmente. A maior parte dos seus caracteres eram os mesmos do alfabeto oriental, embora alguns tivessem mudado completamente de forma e de posição; a diferença mais importante, todavia, estava nas funções do H e do X. No Ocidente, empregava-se a letra H com o valor original de uma aspirada forte, e a letra X para o som ks, tal

¹⁰ “Os gregos chamavam o método de escrita para a frente e para trás *de bustrofedon* que significa literalmente como os bois de um sulco para o outro, termo que se refere ao movimento do animal que faz com o arado um sulco num sentido e outro num sentido oposto.” (McMURTRIE, 1986, p. 50).

como o usamos hoje. Para a vogal longa que o alfabeto oriental figurava com a letra H, o alfabeto ocidental utilizava o ditongo ei, e para o som ch, a letra que os gregos do Oriente usavam para ps (McMURTRIE, 1965).

As metamorfoses do alfabeto, desde a antiga Roma até as formas das letras atuais, deram origem a dois alfabetos: o das minúsculas e o das maiúsculas. Estas são hoje destinadas a funções especiais: aparecem em títulos, iniciais de nomes próprios e nas primeiras palavras das frases, etc. Considera-se que um livro impresso somente com letras maiúsculas seria para nós difícil de ler, tão acostumados estamos às suas sucessoras, isto é, as chamadas letras minúsculas ou pequenas. Contudo, foram feitas tentativas na imprensa para deixar de lado as letras maiúsculas, mas, atualmente não há indícios de esta proposta vir a ser universalmente aceita, seja para livros ou jornais. Parece que continuaremos a empregar as formas que apresentam alguma semelhança com os protótipos fenícios de mais de trinta séculos atrás (McMURTRIE, 1965).

Desde o aparecimento da imprensa, as formas das letras nos livros estabeleceram-se e fixaram-se definitivamente, há poucas possibilidades de alterações futuras, como as ocorridas nas mãos dos escribas. Embora não façam parte do alfabeto de épocas remotas, os algarismos árabes são, hoje, parte indispensável do sistema de símbolos com que se escreve e se imprime. Diz-se que os mouros introduziram-nos na Europa no século VIII. Se isso de fato ocorreu, seu emprego não se generalizou durante quinhentos anos. Entretanto, antes de seu aparecimento, os cálculos eram feitos com o uso do ábaco e a notação aritmética era limitada pelos confusos números romanos ou diversas abreviaturas. Mesmo sendo usados nos séculos XIV e XV, as formas da maior parte deles eram diferentes daquelas a que estamos acostumados e dificilmente as reconheceríamos atualmente.

Assim como as letras, os algarismos árabes sofreram uma série de alterações em diferentes lugares nas mãos dos copistas e na escrita cursiva, pois o algarismo dois chegou a ser escrito de pernas para o ar, em comparação à forma original. Os europeus levaram longo tempo para aprender seu emprego, especialmente o zero e a designação de dezenas, centenas, milhares, etc., pela colocação relativa dos algarismos. Mesmo na época da invenção da imprensa, as formas dos algarismos não estavam uniformizadas completamente, embora já estivessem mais próximas das formas atuais. Contudo, há ainda algarismos de

velho estilo e a convenção sanciona o emprego dos números romanos para datas, em portadas¹¹ de livros e inscrições de monumentos (McMURTRIE,1965).

3.4 Os Textos na História das Representações da Escrita

Numerosas são, no século dezoito, as reflexões a respeito das relações entre as atividades simbólicas, as formas e os suportes de transmissão do escrito. De acordo com Chartier (2003), três textos formularam essas questões e ajudam a identificar as mudanças maiores e mais significativas que transformaram as relações das sociedades ocidentais a partir do advento da cultura escrita. Os textos são: *La Science nouvelle*, de Vico; *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, de Condorcet e *Remontrances relatives aux impôts du 6 mai 1775*, de Malesherbes. Eles visam identificar as rupturas maiores que organizaram “a marcha das nações”, “os progressos do espírito humano” e a “história da monarquia”. Nos três casos, o procedimento adotado é o mesmo e distinguem-se idades e épocas a partir das diferentes formas de transmissão dos textos. Os textos dão atenção à significação intelectual, social ou a política das rupturas que transformaram os modos de inscrição, registro e comunicação dos discursos (CHARTIER, 2003).

Conforme Chartier (2003, p.17-18), “[...] no quarto livro de *La Science nouvelle*, intitulado ‘*De la marche des nations*’, Vico elenca os traços característicos das três épocas: a idade dos deuses, a idade dos heróis e a idade dos homens, que ele distingue a partir dos antigos egípcios.” Para o autor, cada uma das idades é caracterizada por língua e escritura próprias, estreitamente dependentes uma da outra, já que a questão da origem das línguas e das letras são da mesma natureza. Na idade dos deuses, ‘*a primeira linguagem*’ foi mental e divina, formada de atos tácitos religiosos ou cerimônias sagradas. Os hieróglifos são os caracteres que correspondem a essa linguagem muda, não articulada, sem capacidade de abstração, que usa objetos ou sua representação: “Incapazes de abstrair os gêneros, as nações, ainda na infância, traçaram, com ajuda da imaginação, os traços desses gêneros, que se tornaram universais poéticos, dos quais elas repertoriavam todas as qualidades particulares.” (CHARTIER, 2002, p.18).

¹¹ Página de rosto ornamental, especialmente gravada com motivos arquitetônicos (FERREIRA, 2010).

A ‘*segunda linguagem*’, a dos tempos dos heróis, “[...] seria, se acreditamos nos egípcios, aquela em que colocamos os símbolos, os emblemas guerreiros dos tempos heróicos.” (CHARTIER, 2003, p.18). Essa linguagem era composta de partes iguais de linguagens muda e articulada; utilizava signos e manipulava imagens, metáforas e comparações, que formam, na língua articulada, a riqueza da poesia e marca um primeiro passo no processo de abstração; os caracteres heroicos. Narra Chartier (2002, p.2003, p.18) que os hieróglifos

[...] eram compostos de universais fantásticos, aos quais remetem às diferentes espécies de temas heroicos [...]. Logo que o espírito humano se habituou a abstrair dos temas suas formas e qualidades próprias, esses gêneros fantásticos tornaram-se gêneros inteligíveis.

Esse processo de abstração encontra sua expressão com a *terceira linguagem*, por meio de palavras articuladas, e com a terceira espécie de caracteres, as letras, gêneros para os quais remetem todas as falas.

Vico qualificou de “letras vulgares” a linguagem gráfica que utiliza o alfabeto e conclui terem os gregos empregado essas formas geométricas trazidas pelos fenícios para a representação dos sons articulados e as transformado em caracteres vulgares de letras. “A invenção marca uma ruptura decisiva no processo de civilização do qual Vico escreve a história: as letras vulgares são assim nomeadas porque quebram o monopólio, de início sacerdotal, depois aristocrático, estabelecido sobre as imagens e os signos.” (CHARTIER, 2003, p.19). Segundo o pesquisador, a escritura por letra, ou seja, a escritura alfabética, é propriedade do povo, por permitir controlar a interpretação dada pelos chefes à lei.

A tipologia das linguagens e dos caracteres tem dupla significação e, historicamente, pode ser entendida como assinalando a marcha das nações e acompanhando a sucessão das épocas. Logicamente, deve ser compreendida em sua simultaneidade, já que é preciso estabelecer de início que os deuses são obra da imaginação humana e os heróis colocam-se entre a natureza divina e a natureza humana; e os deuses, os heróis e os homens são contemporâneos e as três linguagens as quais correspondem nasceram no mesmo momento (CHARTIER, 2003).

A pluralidade das linguagens e dos caracteres, entendidos como sucessivos ou contemporâneos, tem várias traduções possíveis, conforme enfatiza Chartier (2003, p.20):

- Em termos de retórica, ela associa um tropo particular a cada estado: a metáfora, aos hieróglifos, que são uma maneira de falar por meio dos objetos ou de sua representação; a metonímia, aos caracteres heróicos ou simbólicos, que designam os objetos ou os seres segundo uma de suas qualidades particulares; a sinédoque, aos caracteres vulgares ou letras alfabéticas, que permitem estabelecer categorias de gêneros abstratos;
- Em termos políticos, liga a teocracia à escritura divina, os governos aristocráticos aos símbolos heróicos, a liberdade popular, de forma republicana ou monárquica, aos caracteres vulgares;
- Em termos de conhecimento, a tipologia das escrituras leva da teologia, ou ciência da linguagem divina, ao direito dos contratos; depois, da fixação do direito ao saber que estabelece a verdade dos fatos.

Para Chartier (2003, p.20), “[...] nos três casos, a ruptura fundamental é dada pela invenção da escritura alfabética, que permite a abstração, que institui a legalidade e a igualdade, e que subtrai o saber à onipotência da razão divina ou à autoridade da razão do Estado.”

Na terceira época de *“Esquisse d’un tableau historique des progrès de l’esprit humain”*, Condorcet também reconhece essa ruptura maior. Sozinha, a invenção do alfabeto produziu o progresso das ciências enquanto as duas primeiras formas de escrituras — os hieróglifos e depois a escritura na qual os signos convencionais são ligados a cada ideia, única que os chineses conhecem até hoje — asseguravam o confisco do saber pelas castas sacerdotais e professorais. A primeira escritura, que designava as coisas com o uso de uma pintura ou de um objeto ou análogo, tornara-se, nas mãos dos sacerdotes, uma escritura secreta e alegórica, investida de sentido sagrado. Ao retirar dos sacerdotes o monopólio da interpretação, a escritura alfabética dá a todos os homens um direito igual ao conhecimento da verdade e, assim, todos podiam descobri-la e comunicá-la. Com efeito, desde então, temos assegurados para sempre os progressos da espécie humana. (CHARTIER, 2003).

Na introdução de *Esquisse*, Condorcet propõe uma periodização das “etapas do progresso do espírito humano”, a partir de diferentes modos de seu possível conhecimento:

- o progresso do espírito humano é conjectural e psicológico na primeira idade, anterior à aparição da linguagem articulada;
- o conhecimento é hipotético, mas fundamentado na coleta de fatos históricos e de observações antropológicas em um 2º período, que

corresponde às épocas que separam o aparecimento da linguagem articulada e a invenção da escrita alfabética;

- ele é certa e propriamente histórico em seguida, já que, a partir da época em que a escritura alfabética tornou-se conhecida na Grécia, a história se liga ao nosso século, ao estado atual da espécie humana nos países mais esclarecidos da Europa, por uma sequência não interrompida de fatos e de observações;

- A filosofia não tem mais nada a adivinhar, não tem mais combinações hipotéticas a fazer; é suficiente agrupar, ordenar os fatos, e mostrar as verdades úteis que nascem de seu encadeamento e de seu conjunto. (CHARTIER, 2003, p.22).

Chartier (2003) alega que esse recorte epistemológico remete, em sua base, como em Vico, às revoluções fundamentais que modificaram as formas de comunicação: de início, a formação da linguagem articulada e, a seguir, a invenção da escritura alfabética. No interior desse mesmo recorte, Condorcet inscreve outro recorte, que se liga à imprensa. Na última época de Esquisse, caracteriza de três maneiras os efeitos da invenção que multiplica indefinidamente, e com pouco gasto, os exemplares de uma mesma obra, a saber:

Em primeiro lugar, à instrução que cada homem pode receber pelos livros no silêncio e na solidão, opõe-se a frieza do raciocínio, o exame crítico das idéias; o julgamento das opiniões, às paixões suscitadas e exaltadas pela fala viva entre os homens reunidos. Com a imprensa, vê-se estabelecer uma nova espécie de tribuna, de onde se comunicam as impressões menos vivas, mas mais profundas; de onde se exerce um império menos tirânico sobre as paixões, mas obtém-se sobre a razão um domínio mais certo e durável; onde toda a vantagem é da verdade, pois a arte não perdeu os meios de seduzir a não ser ganhando aqueles de esclarecer. A razão contra as paixões, as luzes contra a sedução: a imprensa tem como segundo efeito substituir as convicções decorrentes das argumentações retóricas pela evidência das demonstrações fundamentadas na razão. A certeza e a irrefutabilidade do verdadeiro, pensadas a partir do modelo da dedução lógica e do raciocínio matemático que procede 'de consequências em consequências', são assim fundamentalmente distinguidas das convicções mal fundamentadas, impulsionadas pelas habilidades e pelos entusiasmos da fala persuasiva. (CHARTIER, 2003, p.23-24).

Desse modo, graças à imprensa, as verdades estabelecidas podem ser expostas a todos os homens e, por oposição, há a oralidade, que supõe o compartilhamento das discussões e o enclausuramento do conhecimento; por outro lado, temos a circulação dos textos impressos, os quais, ao circularem, permitem o exercício universal da razão. Enfim, com a revolução da imprensa, Condorcet define a noção, essencial na história dos progressos do espírito humano, de uma "opinião pública". A partir da imprensa, há estabilidade, certeza e universalidade. A

comunicação sem a presença passa a constituir um público com indivíduos dispersos, instituindo, assim, um tribunal invisível e imaterial, cujos julgamentos fundamentados na razão impõem-se a todos. Contudo, a universalidade apregoada pela imprensa apresenta, ainda, limites e mantém-se parcial, incompleta e inacabada. Sua plena realização supõe duas condições: i) a generalização de uma instrução pública que rompa com o controle da igreja no ensino e possibilite a cada um a competência necessária, a fim de ser possível a leitura dos livros destinados a cada classe de homens e de instrução; ii) a proposição de uma língua comum, única capaz de anular a contradição implícita em uma fórmula tal como a universalidade dos homens que falam uma mesma língua. Condorcet finaliza: “[...] pela necessidade de uma língua comum original, apta a formalizar as operações do entendimento, os raciocínios lógicos, as regras da prática, e traduzível para cada língua particular.” (CHARTIER, 2003, p.25).

Enfatiza Chartier (2003, p.25) que “[...] as formas de representação e difusão do escrito são de uma importância decisiva” e assevera:

A plena eficácia dessa língua universal, que exprime por signos, ‘seja objetos reais, seja coleções bem determinadas que, compostas de idéias simples e gerais, permanecem as mesmas, ou podem se formar igualmente no entendimento de todos os homens, seja, enfim, as relações gerais entre essas idéias, as operações do espírito humano, aquelas que são próprias a cada ciência, ou os procedimentos das artes’, supõe, com efeito, o recurso ao que Condorcet designa como os ‘métodos técnicos’, que são, de fato, os suportes materiais das operações cognitivas.(CHARTIER, 2003, p.25-26, destaques do autor).

De acordo com o autor é o que acontece em tabelas e quadros, mais fáceis de construir e difundidos com a imprensa, por permitirem compreender as relações e as combinações que ligam fatos, objetos, números e fórmulas. Ainda nos dizeres de Chartier (2003, p. 26):

A capacidade de aperfeiçoamento indefinida do homem, permitida pela língua universal, que dará a cada ciência a certeza das matemáticas, está, então, estreitamente ligada à invenção técnica, que, sozinha, pôde levar às suas mais extremas e favoráveis conseqüências as possibilidades abertas pela escritura alfabética.

Em Remontrances, de 1775, em nome da “Corte das ajudas”, Malesherbes insiste na ruptura fundamental da invenção da imprensa. Nesse texto, objetiva denunciar o despotismo da realeza e recorre à história, a fim de reclamar o necessário retorno à constituição primitiva da monarquia. A clandestinidade da

administração e os silenciamentos de toda reclamação pública, característica do despotismo, encontram sua origem no passado da nação. Malesherbes divide-o em três idades, e a periodização não corresponde àquela de Condorcet, pois seu objeto não é o progresso da civilização, mas a história da monarquia (CHARTIER, 2003).

Na primeira idade, tempo de nossos ancestrais, a escrita não está investida de autoridade judicial e administrativa e manifesta-se inteiramente na fala. A essa idade das convenções verbais sucede a da escritura, que fixa a legislação, precisa a jurisprudência e estabelece os direitos dos cidadãos. Não obstante, o preço pago é pesado, há a instauração de um duplo segredo: o da administração, a partir de então separada da justiça; e o dos procedimentos judiciais, porque os processos eram julgados com base em peças escritas. Ocorre o confisco da justiça por uma nova ordem de cidadãos, os magistrados, com a clandestinidade de uma administração estabelecida “[...] pelas Cartas do Príncipe, em lugar das proclamações antes praticadas.” Desse modo, o uso judicial e administrativo da escritura, em vez de fortificar a liberdade pública própria do Estado monárquico, instalou os fermentos da corrupção despótica (CHARTIER, 2003, p.27).

O estabelecimento dos segredos torna-se mais intolerável por pendurar em uma época que não é mais aquela no qual se estabeleceu. Na “idade da imprensa”, a arte de imprimir multiplicou as vantagens que a escritura havia trazido aos homens e fez desaparecer os inconvenientes. Mais tarde, em Condorcet, o escrito impresso, que permite uma leitura fina e refletida, opõe-se ao entusiasmo e às paixões que atravessam uma assembleia tumultuosa. Em Esquisse, mais adiante, o escrito impresso é considerado o fundamento da constituição de um público cujos decretos são soberanos e os próprios juízes podem ser julgados por um público instruído. Nesse espaço público, com base na circulação do escrito, de um lado, as cortes soberanas, de outro, os senhores das letras, que examinavam, discutiam e criticavam os atos da administração real (CHARTIER, 2003).

Malesherbes, ainda em 1775, desenvolve uma ideia semelhante em seu discurso na Academia Francesa e afirma a plena soberania do público, erigida em tribunal supremo. Ele formula e estabelece, igualmente, a ideia segundo a qual os julgamentos do público, existente apenas graças à circulação do impresso, comandam os julgamentos dos juízes, seja do rei ou dos magistrados, encarregados da justiça, ou dos acadêmicos reverenciados por Malesherbes como os “Juízes supremos da literatura.” Nesse contexto, advogados e representantes do público, em

Remonstrances, os senhores das letras, são investidos de um verdadeiro ofício público e dotados de competência judicial, que institui toda autoridade. Assim, com o impresso, estabelece-se uma nova maneira do exercício do poder, dos papéis sociais e das práticas intelectuais (CHARTIER, 2003).

Enfatiza o autor que, ao organizar periodizações de larga magnitude, fundamentadas nas mutações das formas de inscrição e de transmissão dos discursos, Vico, Condorcet e Malesherbes abriram ao século XVIII um caminho que outros tomaram emprestado, a ideia de demonstrar as relações entre atividades simbólicas, as formas e os suportes de transmissão do escrito. Dentre eles, destacam-se Walter Ong, Jack Goody e Henri-Jean Martin, todos com o mesmo objetivo, ou seja, identificar como as transformações maiores, que modificaram a fixação, a circulação e a conservação do escrito, alteraram, ao mesmo tempo, as relações entre os homens, os modos de exercícios do poder e as técnicas intelectuais. O objetivo não deixa de ser pertinente aos nossos dias (CHARTIER, 2003).

3.5 Ciência e Escrita

A escrita é imprescindível para que a ciência possa ser comunicada, sendo válido afirmarmos que, sem comunicação, o desenvolvimento da ciência não seria possível. A ciência só acontece no momento em que o cientista publica os resultados de suas pesquisas, expondo-se ao debate e à crítica de seus pares. Além do mais, o conhecimento não acontece sozinho, mas em um determinado contexto sócio-histórico.

Segundo Freire-Maia (1998, p.24), a ciência é um “[...] conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelos, etc., visando ao conhecimento de uma parcela da realidade, em contínua ampliação e renovação.” Esse entendimento de ciência permite-nos inferir que ela acontece e avança, por meio de determinados princípios que delimitam e, muitas vezes, padronizam o comportamento do cientista.

A escrita como tecnologia intelectual estabelece uma nova dimensão para o registro do conhecimento e, como veículo de comunicação da ciência, possibilita a pesquisadores acompanharem a evolução de determinada área por meio da leitura de livros, artigos, etc. Além disso, a invenção da escrita integrou a linguagem humana ao universo dos signos gráficos, com isso, trouxe inestimáveis benefícios à

sociedade. Não podemos deixar de considerar que uma sociedade não é verdadeiramente grafematizada se não possui escrita.

A respeito da ciência, Ziman (1979) afirma existirem três características que descrevem a literatura científica: fragmentada, derivativa e editada. Fragmentada, no sentido de que cada cientista produz um fragmento do conhecimento, desvelando uma peça do quebra-cabeça da ciência; derivativa, pois cada trabalho baseia-se no anterior, tanto para apoio como para refutação; editada, visto ser exposta a avaliações, desde a fase de publicação, quando o autor é avaliado por editores e *referees*, até a sua circulação, quando será apreciado por seus pares.

Nessa linha de raciocínio, argumentamos que a sociedade, em geral, é beneficiada, a partir do avanço da ciência e necessita do conhecimento científico e tecnológico para se desenvolver. Como afirma Freire-Maia (1998, p.31),

A ciência não flutua no vácuo. Não há cientista que seja só cientista; ele é também cidadão de uma cultura, político, filósofo, etc., mesmo que não tenha consciência disso. Quem fala mal da política ou da filosofia está, sem saber, tomando uma posição política ou filosófica.

Ciência, linguagem e escrita sempre foram objeto de estudos: na literatura da área, há reflexões de eminentes pesquisadores a respeito das ciências da linguagem, dentre eles, Auroux (2014), que sustenta duas teses a respeito do nascimento das ciências da linguagem, de interesse de filósofos, que fazem desse aparecimento uma das causas do nascimento da escrita. Defende haver duas teses a serem consideradas: a primeira é que a escrita é um dos fatores necessários ao aparecimento das ciências da linguagem, as quais remontam à virada dos terceiro e quarto milênios antes da nossa era, entre os acadianos. A segunda tese refere-se à gramatização. A esse respeito, explica:

Esse processo de 'gramatização' mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. No seu entendimento, trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução industrial do século XIX. (AUROUX, 2014).

As ideias apresentadas permitem-nos concluir que a linguagem escrita, ao ser estudada, analisada e discutida, leva-nos a refletir sobre o desenvolvimento da humanidade.

3.6 Razão Gráfica: Tecnologia Intelectual

Há milhares de anos, o homem deixava na pedra vestígios de seu pensamento, utilizando diferentes formas de expressão. Esse fato não significava ser ausente a razão no homem, mas de que nem todos os seres vivos usam as suas capacidades da mesma maneira. Razão para isso não faltava, já dizia Descartes (2011), o bom senso, ou a razão, é naturalmente igual a todos os homens e tem sido assim o percurso da humanidade, em suas sucessivas idades históricas.

Segundo Goody (2012), a maneira como os modos de pensamento mudaram no tempo e no espaço é um tema sobre o qual já se especulou em algum momento. Esse questionamento fez surgir muita discussão entre antropólogos, sociólogos, psicólogos, historiadores e filósofos sobre a transição da magia para a ciência, do desenvolvimento à racionalidade, assim como uma série de temas semelhantes.

Entretanto, o problema dessa discussão tornou-se mais complexo em virtude das categorias e do arcabouço adotados por pesquisadores. A dificuldade está nas categorias adotadas, pois estão enraizadas na divisão nós/eles, binária e etnocêntrica, sendo cada um desses elementos limitados à sua própria maneira. Falamos em termos de primitivo e avançado como se as próprias mentes humanas diferissem em sua estrutura. Essas objeções não estão só na premissa de todos os homens serem iguais, têm origem na indubitável dificuldade que as especulações sobre as sequências desenvolvimentistas muitas vezes criam para a análise de um conjunto de dados. Desse modo, os problemas surgem independentemente do fato de os dados terem origem em um campo de estudos ou em uma sociedade histórica, do presente ou do passado.

Goody (2012) esclarece que, apesar de os cientistas sociais contemporâneos terem certa desconfiança em relação ao arcabouço desenvolvimentista, grande parte da melhor sociologia empregou esse ponto de partida. As questões que envolvem a oposição binária entre “nosso” tipo de sociedade e a “deles” exigem a busca para confirmar nossas ideias a respeito de fatores relevantes. Não há nada de errado com a busca em si, entretanto, precisamos admitir a natureza etnocêntrica de seu ponto de partida e o fato de essa dicotomização do “nós” e “eles” restringir o campo de estudo, tanto do tópico quanto de sua explicação. Além disso, essa concepção leva-nos, mais uma vez, para o uso

de categorias binárias e, embora introduza uma perspectiva desenvolvimentista, “[...] tenta procurar um ponto de ruptura único, uma Grande Divisória, embora não se saiba se esse salto ocorreu na Europa Ocidental no século XVI, na Grécia no século V ou na Mesopotâmia no quarto milênio nunca ficou muito claro.” (GOODY, 2012, p.15).

Considera-se que a emergência da ciência, vista como tendo ocorrido à época do Renascimento na Europa, na Grécia Antiga ou ainda mais cedo, na Babilônia, depois de um período pré-científico, em que o pensamento mágico predominava. Os filósofos descrevem esse processo como a emergência da racionalidade sobre a irracionalidade ou do pensamento lógico-empírico, a partir do pensamento mitopoético, ou dos procedimentos lógicos de procedimentos pré-lógicos. Mais recentemente, tentou-se solucionar as dificuldades advindas de uma definição negativa da situação, como racional/irracional, adotando-se dicotomias mais positivas, tais como, pensamento selvagem e pensamento domesticado, frio e quente de Lévi- Strauss (1976) e a colocação de situações fechadas e abertas (GOODY, 2012).

Ainda nas elucidações do pesquisador, o problema do arcabouço adotado é ser, em grande parte, não desenvolvimentista ou simplesmente desenvolvimentista. Antropólogos e sociólogos interessados nessa questão adotaram uma posição não desenvolvimentista e deixaram de lado perspectivas evolucionárias, até históricas, e utilizaram um tipo de relativismo cultural que implica necessariamente em um juízo de valor, ou, por outro lado, enfatizaram exageradamente as diferenças ou não as compreenderam bem.

Qualquer recurso ao trabalho comparativo necessariamente faz surgir a questão evolucionária, já que os estudos de campo específicos da vida social no Terceiro Mundo não podem abandonar a questão de curto e longo prazo. Nessa linha de raciocínio, esses problemas são intrínsecos a uma compreensão de nossa experiência individual e do mundo como um todo, no espaço e no tempo. Na concepção de Goody(2012) a divisão nós/eles é tanto binária quanto etnocêntrica, sendo esses elementos limitados cada um à sua própria maneira, falamos em primitivo e avançado como se as próprias mentes humanas diferissem em sua estrutura, já que essas objeções baseiam-se na premissa de todos os homens serem iguais, pois também se originam da dificuldade que as especulações sobre as sequências desenvolvimentistas muitas vezes criaram para a análise de um conjunto

específico de dados. Entretanto, independentemente do tipo de dados, os problemas e os questionamentos surgem, seja em um estudo de campo ou uma sociedade histórica, do presente do passado. Para Goody (2012) a questão está em entender como eles são subdesenvolvidos e nós, desenvolvidos (ou superdesenvolvidos)? Ou, então, por que eles são primitivos e nós, avançados? Tentamos entender a natureza dessas diferenças em termos muito gerais, a passagem de mito à história, da magia à ciência, de *status* a contrato, de frio a quente, de concreto a abstrato, de coletivo a individual, de rito à racionalidade. Esse movimento tende a ser expresso em termos de processo e de progresso, isto é, adquire um elemento de valor, um procedimento que tende a distorcer a maneira pela qual percebemos o tipo de desenvolvimento que ocorre, especialmente quando se considera a questão em termos muito gerais. O fato de essas questões serem expostas desse modo dificulta obter uma evidência satisfatória. Em relação ao arcabouço, os escritores hesitam entre pontos de vista desenvolvimentistas e não desenvolvimentistas, e mais uma vez as diferenças são consideradas dualistas em seu caráter (GOODY, 2012).

O uso da oposição racional e irracional, bem como a dicotomia entre mente ou pensamento selvagem (ou anterior) e domesticado tem muitas das características da divisão anterior “nós/eles”, primitivo e avançado, selvagem ou primitivo, como é o caso do homem pré-histórico, para o qual lhe era atribuída uma mentalidade puramente irracional, em oposição à razão ocidental. Ao examinar as mudanças que ocorreram no pensamento humano, é preciso abandonar essas dicotomias etnocêntricas que caracterizaram o pensamento social no período da expansão europeia e procurar critérios mais específicos para as diferenças. Não devemos negligenciar as circunstâncias materiais do processo de “domesticação” mental, pois não são apenas as manifestações do pensamento, da invenção, da criatividade, mas também moldam as formas futuras. Não são apenas os produtos da comunicação, mas parte de suas características determinantes (GOODY, 2012).

Segundo o autor é válido questionarmos a questão da racionalidade. Como podemos saber qual era o pensamento dos homens na antiguidade? Qual racionalidade era a deles? Na ausência da escrita, não há onde colocarmos e reconhecemos as formas de racionalidade. A esse respeito Goody (2012) enfatiza que as distinções atuais entre “nós/eles”, é um tratamento inadequado e dificulta qualquer discussão séria dos mecanismos que levam às mudanças de longo prazo

nos processos das culturas humanas ou a uma explicação adequada das mudanças nas sociedades “tradicionais”. Goody (2012, p. 21-22) argumenta que

[...] a existência da linguagem tende realmente a dicotomizar, ou você a tem, ou não a tem. As línguas humanas parecem exibir poucas diferenças em sua potencialidade para adaptação ao desenvolvimento. Sejam quais forem as diferenças que possam existir na língua, esses fatores parecem ter muito pouco efeito quando se trata da inibição ou do encorajamento da mudança social. Ao desenvolver esse ponto, estou propositalmente deixando de lado certas implicações da comparação seminal de Benjamin Lee Whorf daquilo que ele chamou de europeu padrão médio com o hopi da América do Norte, em que Whorf considera que aspectos da visão de mundo dos processos cognitivos dessas sociedades estão intimamente relacionados com estruturas gramaticais. Estou também desconsiderando a multidão de análises antropológicas que tendem a tratar o homem como prisioneiro dos conceitos que ele produziu e, com isso, deixam de explicar os aspectos generativos de sua cultura.

Revela Goody (2012, p.22) que a dicotomia entre aqueles com a linguagem e aqueles sem, tem pouco a ver com o tipo de diferenças que nos interessam, no entanto, ela sugere que um exame dos meios de comunicação e um estudo da tecnologia do intelecto podem nos trazer uma nova luz sobre os desenvolvimentos na esfera do pensamento humano, já que para os estudiosos da interação social, os desenvolvimentos na tecnologia do intelecto devem ser cruciais. Depois da linguagem, o avanço seguinte mais significativo nessa área encontra-se na redução da fala a formas gráficas, no desenvolvimento da escrita. Além disso, as diferenças nos meios de comunicação justificam uma exploração de suas implicações para o desenvolvimento humano e, em particular, para que possamos avaliar a possibilidade de elas darem uma explicação melhor do que as dicotomias refutadas.

O desafio é oferecer uma explicação alternativa mais bem explicada, pois a significância dos fatores tecnológicos precisa ser avaliada independente das considerações ideológicas. Na esfera cognitiva, duas razões são especiais:

i) estamos lidando com os desenvolvimentos da tecnologia de atos comunicativos, estudos que nos permitem estabelecer uma ligação entre vários ramos de conhecimento interessados na ciência da sociedade, seus produtos culturais e os instrumentos de produção cultural sob seu comando; ii) uma ênfase sobre as implicações das mudanças na tecnologia de comunicação podem ser vistas como tentativa de discutir, em termos mais manejáveis, um assunto cada vez mais obscuro e escolástico. (GOODY, 2012, p.23)

Afirma Goody (2012) que, na relação da escrita com o desenvolvimento de novas formas de racionalidade e dimensões cognitivas, muda a própria racionalidade e, conseqüentemente, os processos cognitivos, agora gráficos, instituídos pela escrita, daí a denominação de *razão gráfica*. Da oralidade à escrita, há conseqüências cognitivas e sociais muito significativas, dentre elas, o surgimento das grandes entidades administrativas centralizadas, caso dos antigos impérios no Egito, na Mesopotâmia e na China. Com a escrita, há o surgimento do Estado e da burocracia, constituindo-se em um instrumento essencial para o controle burocrático das organizações.

Goody diferencia dois sistemas de pensamento, o de predominância oral (sistema fechado) e o da razão gráfica escrita (sistema aberto). Na atitude mágica, de predominância oral, ideias, palavras e realidade estão intrinsecamente ligadas. Na racionalidade, são independentes uma das outras; no primeiro caso, as ideias aparecem ligadas a ocasiões e, no segundo, às ideias. A escrita objetiva o discurso: por meio dela, o discurso torna-se intemporal, impessoal e abstrato, por conseguinte, liga-se mais às ideias do que às ocasiões (GOODY, 2012).

A escrita permite acumular informações e arquivá-las, conseqüentemente, a racionalidade reforça-se com a escrita, pois é possível assumir uma atitude mais crítica diante do acúmulo de informações. Quanto ao progresso da humanidade, cada etapa corresponde à técnica de escrita, desde a sua invenção, do alfabeto até a invenção da imprensa. O processo de implantação da escrita, de oral a visual, trouxe conseqüências incomensuráveis à humanidade. Do domínio do que se ouve em sociedade passa-se a dar maior importância ao que se vê, advindo, daí, a noção de *razão gráfica* proposta por Jack Goody. Soma-se a isso o fato de a escrita proporcionar à informação existir no espaço e permanecer no tempo. Porém, não é isso que leva o antropólogo britânico a refutar a dicotomia entre o espírito selvagem e o moderno: no seu entendimento, o espírito é sempre o mesmo, como já dizia Descartes, mudam-se as técnicas de expressão, com grande impacto no nível cognitivo e no modo de a sociedade articular-se (GOODY, 2012).

No entendimento de Lévi-Strauss (1976), a linguagem define a humanidade do homem e o acesso à linguagem marca a presença da cultura, em oposição à natureza. Para ele, onde quer que tenha havido indivíduos humanos e sociedade, houve linguagem. Nesse sentido, se o homem pensa por meio da linguagem e com ela, nela exerce a sua tão bem distribuída razão e a escrita

constitui um novo instrumento tecnológico, que prolonga essa racionalidade, em termos de “razão gráfica”, no dizer de Jack Goody. Nesse sentido, é válido argumentarmos que o *espaço gráfico* (espaço da linguagem) como configuração do sentido no discurso científico pode ser entendido a partir do desenvolvimento da escrita, do aperfeiçoamento da tipografia e da evolução da imprensa que possibilitou o compartilhamento e o enclausuramento de ideias, bem como o exercício universal da razão, de onde podemos abstrair a denominação de razão gráfica, tão apregoada por Jack Goody.

3.7 O Espaço Gráfico e a Configuração do Sentido no Discurso Científico

Ao pensarmos o espaço gráfico e a configuração do sentido no discurso científico, nos voltamos para a escrita, o texto e o discurso. De acordo com Orlandi (2012d), o discurso não é igual ao texto e não é o objeto final, mas a unidade que permite ter acesso ao discurso. Por isso, a AD propõe que se remeta o texto ao discurso. Para ser texto, é preciso ter textualidade, que é a função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade. Nesse sentido, é tarefa do analista percorrer a via pela qual a ordem do discurso materializa-se na estruturação do texto, considerando o texto como material bruto e objeto histórico,

O texto é um objetivo histórico-linguístico e o discurso “[...] não é um conjunto de enunciados de uma mesma e até mesmo várias significações. É antes um processo que se desenvolve de múltiplas formas, em determinadas situações sociais.” (ORLANDI, 2012d, p.54). A historicidade do texto, ou melhor, o seu modo de produzir sentidos permite-nos afirmar que um texto é, na maioria das vezes, atravessado por várias formações discursivas e sua compreensão liga-se às várias possibilidades de compreensão que um texto nos oferece. Portanto, o leitor deve relacionar-se com os diferentes processos de significação que envolvem o texto. (ORLANDI, 2012d).

Um texto é um objeto com começo, meio e fim, mas, ao considerá-lo discurso, imediatamente temos reinstalada a sua incompletude. Dito de outra forma, o texto, observado na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada — embora, como unidade de análise, possa ser considerado uma unidade inteira — “[...] pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos

de exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer).” (ORLANDI, 2012d, p.54).

Segundo Orlandi (2012d, p.57), a Análise de Discurso interessa-se por aquilo “[...] que o texto organiza em sua discursividade, em relação à ordem da língua e das coisas: a sua materialidade.” A história afeta a linguagem de sentidos e, desse encontro, resulta o texto, logo textualidade, que é história, que faz sentido.

Consideramos também o fato de termos diante de nós, em um primeiro momento, o texto, sobre o qual repousa a escrita, que nos remete ao enunciado e, por consequência, ao discurso. Essas ideias nos levam à configuração do sentido no discurso científico, pois a escrita (razão gráfica), ou seja, o espaço gráfico, o texto, o enunciado e o discurso científico constituem um conjunto de elementos que contribuem para o sentido do discurso.

A fim de compreender melhor a questão, pesquisamos a respeito do discurso científico. Silveira (1992, p.99) caracteriza o discurso científico como

um tipo de discurso de ação. Trata-se do encaixe de dois discursos: o da descoberta, do tipo narrativo, discurso individual do cientista em busca do ‘saber’ (enigma-resolução); o da pesquisa, discurso do ‘fazer-saber’ à comunidade o que se descobriu. A variabilidade do texto científico estaria relacionada ao discurso social na dependência da situação discursiva.

Em relação ao texto, o entendimento de como a organização textual desenvolveu-se ao longo da história da escrita contribui com a nossa compreensão. Morrison (1995, p.143) comenta que o “[...] o sentido é tão inerente aos nossos modelos de organização textual quanto as estruturas lingüísticas, e que esses modelos são, de um modo geral, de origem social.” De acordo com o pesquisador, o desenvolvimento do texto com coerência ocorreu de modo gradual e a discussão a esse respeito aponta para uma linha evolutiva bastante diferente da tese apresentada pelo acultramento grego. Parte de provas examinadas apresentam-nos um segundo argumento que permite demonstrar que o texto escrito completo, longe de ser um fenômeno exclusivamente lingüístico, na verdade, evoluiu ao longo das mudanças específicas na estrutura geral da forma do livro, iniciadas no século V d.C.

Essas mudanças não apenas modificaram a maneira pela qual os textos eram ordenados, mas também provocaram uma modificação na estrutura pedagógica do texto, acarretando em maior aprimoramento técnico-científico-

acadêmico. Morrison (1995) julga que esse fato constitui forte indício de o nível de clareza atingido por nossos próprios textos ter acontecido em função das mudanças sociais e não linguísticas. Essa discussão difere das abordagens da aquisição da cultura escrita com base na linguagem, com tendência a ser mais formalista do que histórica, que fundamentam os pressupostos da competência fonética dos alfabetos para produzir um quadro de signos linguísticos. Embora esse modelo seja mais útil nas fases primitivas da evolução cultural, é menos elucidativo nas fases posteriores ao desenvolvimento textual.

Do ponto de vista linguístico, os gregos produziram textos altamente completos por volta do século VII a.C. Contudo, do ponto de vista da estrutura textual, surge um conceito bastante diferente de acultramento. A perspectiva posterior tem muito mais relações com as mudanças históricas ocorridas na estrutura do texto e ampliaram sua organização racional. Podemos tomar como exemplo de evolução cultural o desenvolvimento e a difusão do parágrafo como meio de marcar as etapas de nossa argumentação. A adoção desses tipos de procedimentos levou ao surgimento de um aparato acadêmico no texto, aumentando, assim, sua inteligibilidade (MORRISON, 1995).

Morrison (1995) expõe ainda que exames de papiros oferecem provas de o texto grego ser instável, faltava-lhe normas textuais fixas. Os manuscritos em papiro do século IV e V a.C. indicam a ocorrência de pouca ou nenhuma precisão na organização textual. Até mesmo na era cristã, as práticas textuais gregas não se apresentavam totalmente sistematizadas. Faltavam às obras teóricas e lógicas procedimentos pedagógicos claros, adaptados ao uso e à apresentação. Historicamente, o uso de procedimentos pedagógicos de organização do texto para fins de exposição acadêmica e de aprendizagem generalizou-se somente mais tarde.

Os papiros, ao serem comparados com desenvolvimentos posteriores em relação à técnica, projeto e aparência do texto, mostra que a atitude grega em relação à língua escrita não havia evoluído, devido à falta de procedimentos que possibilitassem a transformação da escrita em texto. Ao distinguirmos língua escrita e textualidade, escrita fonética e os rudimentos de uma evolução textual, é possível argumentar que, apesar de nosso sistema de escrita seguir o modelo alfabético grego, nossas convenções textuais inscrevem-se em uma história que não é grega. Estudos realizados indicam que nossas modernas convenções textuais baseiam-se

nas inovações dos séculos V, XII e XIII, durante a passagem da tecnologia do rolo de papiro aos códices latinos, de estrutura mais semelhante ao livro. Observando a tradição do códice dos séculos IV e V d.C. e seguindo os aperfeiçoamentos dos séculos XII e XIII, podemos afirmar que o “[...] texto só começou a existir quando a página — e não a frase ou a declaração — tornou-se a unidade predominante de sua organização.” (MORRISON, 1995, p. 146).

As inovações medievais na apresentação do texto redefiniram a disposição do espaço escrito que, por sua vez, alterou os princípios textuais e deu origem a procedimentos mais claros, organizados de forma mais racional. Dado que o estabelecimento textual mais significativo é posterior à escrita alfabética grega e anterior à tecnologia da imprensa, as atuais cronologias, estabelecidas do desenvolvimento de textos completos nos séculos XI a. C., V a.C. e XVI a.C., não são compatíveis com a prova histórica e textual. As inovações medievais na organização do texto estabilizaram nossas próprias convenções e aumentaram a eficácia da língua escrita, pois a importância desse período foi em parte ignorada pelos relatos clássicos e debates a respeito da cultura escrita (MORRISON, 1995).

Com o surgimento da escolástica europeia nos séculos XII e XIII, a exegese acadêmica convergiu para o modelo da página como meio de dispor palavras e ideias. De acordo com Morrison (1995, p.147), “[...] muitos dos princípios que observamos em nossos textos, como a disposição da estrutura textual em capítulos e parágrafos, o índice alfabético e a distribuição dos títulos para se marcar as etapas de uma argumentação, têm sua origem nos recursos medievais.” A introdução de recursos acadêmicos no texto, surgidos a partir dos novos métodos de estudo e do ensino medieval, possibilitou mudanças na aquisição do conhecimento.

A partir da adoção de uma ordem racional como meio de constituir o texto e o reconhecimento de que diferentes tipos [de ordem] eram apropriados para cada um dos ramos do conhecimento, os pesquisadores formularam um conceito de texto que incluía a distribuição do material em livros e capítulos. Entretanto, muitos estudiosos julgaram terem sido os textos clássicos gregos, dos séculos VI, V e IV a. C., organizados de maneira similar, pois a escrita era racional e tornara-se um instrumento de explicitação do conhecimento. Por outro lado, pesquisadores como Goody e Watt (2006, p.54) afirmam: “a maioria do campo da filosofia, ciência natural, da língua e da literatura já havia sido delineada, e a compilação e a classificação sistemática de dados, em todas essas atividades humanas, já haviam começado.”

Explica, ainda, Morrison (1995) que os papiros, em sua forma mais desenvolvida, indicavam faltar ao sistema grego de escrita os elementos essenciais para a organização do conhecimento segundo os critérios classificatórios, como são hoje entendidos. A atitude grega com relação ao texto, por conseguinte, é de total desconsideração da ordem racional. Papiros dos séculos V, IV e III a.C. mostram terem sido os textos escritos de maneira contínua, sem parágrafos, capítulos ou divisão entre palavras e frases.

Portanto, muitos dos textos da antiguidade clássica, antes da era cristã, não tinham “[...] qualquer estrutura aceita ou fixa, e em alguns casos só a tiveram depois que os pesquisadores medievais estabeleceram métodos inteligíveis de apresentação como forma de tornar o texto adequado à leitura contínua e ao estudo acadêmico.” (MORRISON, 1995, p. 150). Existem provas de tal fato ter retardado o surgimento de uma comunidade acadêmica sólida e resultado em considerável dificuldade histórica de determinar a verdadeira consequência do conhecimento, no momento de produzirem obras clássicas gregas.

As inovações medievais na apresentação do texto foram fundamentais para estabelecer a disposição do espaço gráfico, resultando em mudanças, a princípio, textuais, dando origem a procedimentos mais claros e organizados, estabelecendo uma forma mais racional de organização textual. Por isso, nosso entendimento é que as inovações medievais na organização do texto contribuíram para o estabelecimento de nossas próprias convenções. Além disso, o *espaço gráfico* (espaço da linguagem), como configuração do sentido no discurso científico, ocorreu de forma gradual, em especial, a partir das inovações medievais. Quanto ao intelecto, permitiu, e ainda permite, ao homem desenvolver a sua racionalidade, própria do discurso científico. Não podemos deixar também de considerar o desenvolvimento da escrita, ou melhor, a razão gráfica, o aperfeiçoamento da tipografia e a evolução da imprensa, que levaram ao compartilhamento, à circulação de ideias e ao exercício universal da razão.

CAPÍTULO 4 - O LIVRO

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2006), o livro é uma publicação não periódica, com mais de 49 páginas, excluídas as capas, objeto do Número Internacional Normalizado para Livro (ISBN). Geralmente, apresenta uma estrutura formal, com o intuito de explicitar de forma lógica o seu conteúdo.

Ao escrevermos um texto, que pode ser um prefácio de livro, fazemos uso da linguagem e, nesse momento, direcionamos como queremos nossos argumentos, pelo simples fato deles estarem intrinsecamente ligados ao conhecimento que temos de mundo e, também, às intenções para escrever.

Vivemos em sociedade e somos parte de uma cultura, com história e língua, que tem uma função social, cultural, cognitiva, histórica, entre outras. Nesse ambiente, habita o livro, que impera nas escolas, universidades, centros de pesquisas, dentre outros. Nestas instituições, geralmente, adotam-se os procedimentos instaurados pela norma culta e os critérios estabelecidos pela metodologia da pesquisa científica.

O livro legitima o discurso de quem o escreve e fornece subsídios para analisá-lo a partir de diferentes pontos de vista, por apresentar (pelo menos, assim se espera) data de publicação, formato e, especialmente, um discurso. Enfim, apresenta elementos variados de análise, podendo ser visto no tempo e espaço em que foi escrito e, conseqüentemente, sujeito a ser contextualizado.

Um elemento essencial dos livros são seus enunciados, fazem-nos lembrar que as palavras não são neutras, trazem consigo as características de uma determinada área do conhecimento, integram-se a determinada formação discursiva e trazem consigo o saber de quem escreve para quem se escreve.

Foucault (2013a, p.27), ao referir-se ao livro, afirma que as unidades a serem deixadas em suspenso impõem-se da maneira mais imediata: as do livro e da obra. E questiona: “Aparentemente, pode-se apagá-las sem um extremo artifício? Não são elas apresentadas da maneira mais exata possível?” No entendimento do filósofo, o livro ocupa um espaço determinado, um valor econômico e marca, por si mesmo, os limites de seus começo e fim. No entanto, ao observá-lo mais de perto, iniciam-se as dificuldades: qual é a unidade material do livro? Será a mesma quando se trata de uma antologia, uma coletânea de fragmentos ou um tomo da Histoire de France, de Michelet? Em outros termos, a unidade material do volume não será uma

unidade fraca, acessória, em relação à unidade discursiva a que dá apoio? Para o autor, são questões complexas, visto as margens de um livro jamais serem nítidas, nem rigorosamente determinadas. E argumenta: “[...] além do título, das primeiras linhas e do ponto final, de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso a uma rede de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede.” (FOUCAULT, 2013a, p.28)

Complementa o autor:

[...] por mais que o livro se apresente como um objeto que eu tenho a mão; por mais que ele se reduza ao pequeno paralelepípedo que o encerra: sua unidade é variável e relativa. Assim que a questionamos, ela perde sua evidência: não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos. (FOUCAULT, 2013a, p.28).

Quanto à obra, nos ensinamentos do filósofo, os problemas levantados são mais difíceis ainda, pois a constituição de uma obra completa ou de um *opus*¹² supõe escolhas difíceis de justificar ou, até mesmo, de formular, tais como: basta juntar aos textos publicados pelo autor os que planejava editar e permaneceram inacabados por causa de sua morte? É preciso incluir rascunhos, projetos, correções e rasuras do livro? E os esboços abandonados? Qual importância dar às cartas, às notas, às conversas relatadas, aos propósitos transcritos por seus ouvintes? Enfim, são vestígios verbais que um indivíduo deixa em torno de si, no momento de morrer, e que falam, em um entrecruzamento indefinido, tantas linguagens diferentes?

Na verdade, apesar desses questionamentos, falamos com prazer e sem maiores questionamentos sobre a obra de um autor, porque supomos ser definida por ter certa função de expressão. Admite-se haver um nível profundo no qual a obra se revela, com seus fragmentos, até mesmo os mais minúsculos e os menos essenciais, tais como: a expressão do pensamento, da experiência, da imaginação, do inconsciente do autor, ou até mesmo as determinações históricas a que estava preso. Contudo, depreendermos de todos os questionamentos a respeito da obra que

[...] tal unidade, longe de ser apresentada imediatamente, é constituída por uma operação: que essa operação é interpretativa (já que decifra, no texto, a transcrição de alguma coisa que ele esconde e manifesta-se ao mesmo tempo); que, finalmente, a operação que determina o *opus* em sua unidade e, por conseguinte, a própria obra,

¹² Significa as obras de um mesmo autor. (FERREIRA, 2010).

não será a mesma no caso do autor de *Théâtre et son double* ou no caso do autor do *Tractatus*, e que, assim, não é no mesmo sentido que se falará uma 'obra'. (FOUCAULT, 2013a, p. 29-30).

Enfim, de acordo com o autor, a obra não pode ser considerada unidade imediata, nem unidade certa e nem unidade homogênea.

4.1 O Livro e seu percurso histórico

Segundo Araújo (1986), uma retrospectiva histórica permite-nos compreender os atuais seccionamentos orgânicos do livro impresso. Até a normalização editorial dos alexandrinos, os manuscritos não passavam de curtos *volumina* (pequenos rolos de papiro), contentor apenas de uma obra ou sua parte, tais como: uma tragédia, um canto de Homero ou uma coletânea de poemas de até cerca de mil versos, o que dificultava a sequência da leitura e da consulta. Na biblioteca de Alexandria, alterou-se essa disposição quando se reuniram pequenos *volumina* em rolos mais longos que podiam conter cinco ou seis trabalhos. Desde o século I. d.C., já era corrente nomear-se o volume como "livro", isto é, parte de uma obra. Durante o reinado de Antonino (137-161 d.C), provavelmente, fez-se a passagem definitiva do *volumen* para o *códex*, significando uma revolução na apresentação material do livro.

Explica Araújo (1986, p. 449) que "Já na época de Jerônimo (348?- 420), opunha-se, em grego, *tómos*, 'seção, parte, porção', a *sōma*, 'corpo', por extensão 'coleção ou corpo de escritos, textos de um documento, corpo do texto', traduzindo-se para o latim *tómos* por *volumen* e *sōma* por *códex*."

O livro tem sido objeto de estudos variados, fato que evidencia a sua importância para o desenvolvimento da sociedade. Mindlin (1992, p.i), no prefácio do livro "O aparecimento do livro", assevera:

A história do livro pode ser estudada sob diversos ângulos, quer através da sua evolução cronológica, quer pelo exame comparativo de suas características técnicas no campo da arte gráfica, em que se incluem a tipografia e a ilustração. Mas este livro mostra que isso não basta, pois não se pode deixar de lado a influência que o livro, principalmente o livro impresso, exerceu e continua exercendo na formação do espírito humano e na difusão das idéias e dos conhecimentos.

Argumenta o autor que o surgimento do livro impresso e sua evolução ao longo dos séculos mostram ser um elemento essencial de nossas vidas. Trata-se de

um fenômeno raro, pois a invenção da escrita situa-se no terceiro milênio antes de nossa era, e o livro impresso levou mais de mil anos para surgir e permitir a camadas sociais cada vez mais amplas um conhecimento até então reservado somente a elites privilegiadas. Ora, o livro manuscrito já apresentava um instrumento poderoso de informação, porém, de alcance limitado, para difundir no seu tempo e poder trazer até nós o pensamento antigo.

Enfim, o livro impresso e o desenvolvimento da indústria papelreira possibilitaram a transmissão, pelo tempo e pelo espaço, dos conhecimentos filosófico, científico e religioso, e da produção literária, que foram se acumulando desde a Idade Média (MINDLIN, 1992).

Febvre e Martin questionam (1992, p. 14):

[...] o Livro que chegou ao seio das sociedades ocidentais começou sua carreira na metade do século XV (e, na metade do século XX, não temos certeza de que possa ainda por muito tempo continuar a desempenhar seu papel, ameaçado que está por tantas invenções baseadas em princípios totalmente diferentes) — que necessidades satisfaz, que tarefas cumpriu, a que causas serviu ou prejudicou?

Na opinião de Febvre e Martin (1992, p. 14-15), o livro, com seu poder incomparável de penetração e irradiação, assegurou, em um tempo mínimo, a difusão das ideias por meio de todo domínio ao qual obstáculos de escrita e de língua não proibem o acesso; e a criação, entre os que usam o pensamento e praticam novos hábitos de trabalho intelectual. Com efeito, o livro manuscrito, foi, durante séculos, o único instrumento do pensamento crítico. Assim, desde a metade do século XIII mais ou menos, até o final do século XV, a produção do livro manuscrito, diante da crescente demanda, vem organizando-se no Ocidente.

Febvre e Martin (1992, p.21) comentam, que, há muito tempo, os historiadores acostumaram-se a dividir em dois períodos a evolução do livro manuscrito na Europa Ocidental: monástico e leigo, que são termos familiares a todos os interessados por esse tema. Ao longo dos sete séculos que decorreram desde a queda do Império Romano até o século XII, os mosteiros e um conjunto de estabelecimentos conservaram o monopólio quase integral da cultura livresca e da produção do livro. A partir do final do século XII, houve profunda modificação e transformações intelectuais e sociais advindas da fundação das universidades e do desenvolvimento da instrução entre leigos. Ao mesmo tempo em que se formava

uma nova classe burguesa, houve repercussões significativas e os livros eram compostos, escritos, copiados e difundidos.

A partir do século XIII, novas estruturas profissionais possibilitaram, de uma forma ou outra, satisfazer as necessidades em livros de uma quantidade crescente de clientes. Ainda no século XIII, os mosteiros não são mais os únicos produtores de livros, concebiam-se para uso próprio. Os centros da vida intelectual deslocaram-se e, nas universidades, eruditos, professores e os estudantes organizaram, juntamente com artesãos especializados, um ativo comércio de livros. No início do século XIII, antes mesmo, no final do século XII, com o aparecimento e o desenvolvimento das universidades, surge um novo público leitor, os clérigos, em sua maioria, que não tinham ligações com estabelecimentos eclesiásticos.

Com o desenvolvimento das universidades, os professores necessitavam de obras de referência e de comentários, era indispensável haver instrumentos de trabalho, por isso, havia a necessidade de organizar uma biblioteca. Contudo, nem sempre isso foi possível, pois não era fácil comprar textos já copiados, era preciso criar oficinas em que os artesãos pudessem copiar, a preço baixo e no menor tempo possível, as obras indispensáveis. Isso, absolutamente, não exclui a utilização de bibliotecas exteriores à universidade, onde se podiam encontrar obras raras e úteis (FEBVRE; MARTIN, 1992).

Apesar da importância do ensino oral, os estudantes precisavam de um número mínimo de livros e obras de base. Se não tivessem tempo de copiá-los pessoalmente e tivessem condições financeiras, dirigiam-se aos copistas profissionais, que se multiplicaram ao redor das universidades. Com isso, formou-se, em cada centro universitário, uma verdadeira corporação de profissionais do livro. Em vista disso, a universidade quis exercer um controle intelectual e econômico sobre a articulação dos livros e, para isso, as obras eram cuidadosamente verificadas para que nos textos não figurassem erros que pudessem comprometer o sentido. Assim, para permitir a multiplicação das cópias em melhores condições, sem alteração do texto e especulações por parte dos copistas, a universidade organizou um sistema de empréstimo de manuscritos controlados e revistos, a partir do qual podiam ser feitas cópias por uma remuneração adequada (taxada). O

manuscrito de base, “o exemplar”, voltava ao *stationarius*¹³ após a cópia ser feita e, assim, era possível ser alugada novamente. Esse método possibilitou evitar alterações graves de uma cópia para outra, posto serem feitas a partir de um modelo único. O sistema criado para difundir os textos subsistiu nas universidades até o final da Idade Média e, em Paris, especialmente no quadro dessa organização responsável pelo movimento de textos, a imprensa é introduzida, sob os auspícios das autoridades universitárias. Para estas, o prelo para imprimir devia representar, no início, um modo simples de multiplicar rápido e mais fielmente os textos indispensáveis. Entretanto, ao lado desses meios usados para difundir, ao máximo, livros “eruditos”, cada vez mais necessários, apresentava-se o problema dos livros: “vulgarização” ou “distração” (FEBVRE; MARTIN, 1992, destaques dos autores).

Febvre e Martin (1992) explicam que um novo público surgiu a partir do final do século XIII, paralelamente à transformação do antigo feudalismo. Ao lado dos clérigos e dos nobres, altos funcionários e, mais tarde, ricos negociantes ou burgueses precisavam de livros. Precisavam não somente de livros sobre a sua especialidade (obras de direito, política de ciências), mas também de livros literários: obras de edificação moral, romances, traduções etc. Essa literatura, redigida especialmente em língua vulgar, não se dirigia a eclesiásticos, embora muitas vezes fossem escrita por eles. Assim sendo, obras originais, primeiro em verso, depois em prosa, remanejamento de obras antigas, traduções de obras latinas clássicas ou medievais iriam, em breve, multiplicar-se rápida e abundantemente, e, para difundilas, torna-se necessário uma nova organização da produção de livros.

Ao consultarmos a história da literatura francesa, constatamos que, na França, pelo menos, a língua vulgar já existia no século XII. Entretanto, as condições de sua difusão eram muito diferentes: a literatura nessa época era feita para ser recitada ou lida em voz alta, diante dos ouvintes, pois o público que sabia ler não era ainda suficiente para ser de outra forma. Nos séculos XI e XII, lê-se pouco em língua vulgar, mas compõem-se numerosos textos nessas línguas. Nessa época, os menestréis que recitavam ou liam, de castelo em castelo, são, geralmente, os autores dos textos que difundem.

Ainda nas orientações de Febvre e Martin (1992), com o aumento do número de pessoas capazes de ler um texto em lugar de apenas ouvi-lo, acontece,

¹³ Stationarius era o responsável pelo movimento dos textos.

no final do século XII e durante o século XIV, uma certa especialização. O autor passará a escrever sua obra sem preocupar-se com as condições pelas quais atingirá seu futuro público. E o melhor caminho para consegui-lo é por meio do mecenas.¹⁴ Obter que um rei, um príncipe ou algum poderoso senhor, que aceite a dedicatória de uma obra e o oferecimento de um exemplar de luxo, proporcionava ao autor não somente a quase certeza de receber recompensas materiais para suas dificuldades, mas também a possibilidade de fazer a sua composição ser apreciada de modo satisfatório. A obra era composta e oferecida “em primeira edição” ao mecenas que a encomendara ou que, pelo menos, aceitara fazer a sua apresentação. A difusão junto ao público era cada vez mais realizada por intermédio dos livreiros e copistas profissionais, pelo menos no início, esta era feita com a colaboração do autor em condições, na verdade, bem obscuras.

Os homens de letras, materialmente, não tinham interesse que a sua obra fosse difundida com muita rapidez, porque, dessa forma, ela lhe escapava; entretanto, não queriam permanecer no anonimato, era preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre esses dois interesses contraditórios. Os livreiros juramentados da universidade podiam comerciar livros com particulares e, nesse caso, não eram submetidos aos mesmos regulamentos. Desde o final do século XII, na França, e nos primeiros anos do século XIV na Inglaterra, existiam oficinas de copistas que produziam para os livreiros textos em língua vulgar, vendidos nas mesmas condições dos livros impressos na atualidade. No início do século XV, os grandes leitores, raros, sonhavam, certamente, com um processo que permitisse multiplicar, com baixo custo, os exemplares de um mesmo livro, e ninguém parece ter pensado em buscar a solução para esse problema: a imprensa. Mas, já no início do século XIII, a criação das universidades trouxe a necessidade de possuir um número maior de manuscritos. Continuava-se a escrever à mão: o Ocidente não dispunha ainda de todos os recursos indispensáveis para ser possível a adoção de um processo de reprodução mecânica (FEBVRE; MARTIN, 1992).

¹⁴ Os mecenas eram ricos e poderosos comerciantes, príncipes, condes, bispos e banqueiros, que financiavam e investiam na produção de arte como maneira de obter reconhecimento e prestígio na sociedade.

Contudo, que recurso usar na reprodução mecânica? Pensou-se, em um primeiro momento, nos caracteres móveis. Para a sua adoção, era preciso fabricar uma punção de metal duro, proceder a execução de uma matriz e bater essa punção com precisão suficiente sobre um bloco de metal duro; fundir, com a ajuda dessa matriz, caracteres feitos de uma liga apropriada. Todas essas operações explicam por que a nova arte expandiu-se nos círculos dos ourives, na metade do século XV, mas nada teria impedido a sua expansão um século mais cedo. Da mesma forma, considerando tratar-se de impressão propriamente dita, todas as operações recobertas por essa expressão, quer seja a reunião dos caracteres, da tintagem ou do uso de uma prensa (se de fato necessário), teriam podido ser realizadas bem antes de Gutenberg. Esse, entretanto, não era assunto importante (FEBVRE; MARTIN, 1992).

No entendimento de McMurtrie (1965, p.95), “[...] os livros com que estamos familiarizados, formados de folhas ligadas e cosidas de um lado, foram uma criação relativamente tardia na Europa, e só apareceram ali muitos séculos depois dos rolos de papiro e de pergaminho dos antigos.” Segundo o autor, a forma de livro só começou a generalizar-se no século IV da era Cristã, a partir da avaliação de juristas do Baixo Império Romano, que a consideraram mais conveniente para os seus livros de leis do que o rolo. No códice (códex), como se denomina esse tipo de livro, as folhas de pergaminho, em vez de serem coladas nas extremidades e depois enroladas, eram ajeitadas com a finalidade de formar duas, e as coleções ou grupos dessas folhas eram dobradas e ligavam-se pelos vincos.

A igreja cristã e os juristas tiveram muita dificuldade em popularizar o livro, pois o antigo volume (*volumén*) ou rolo, estava associado às obras literárias de uma cultura pagã que os antigos padres da Igreja procuravam desbancar. Assim, julgou-se que os trabalhos dos autores cristãos apresentavam-se melhor em forma de códice. Mas é bastante estranho sobreviver o velho termo pagão *volumén* na nossa palavra “volume”, além de empregarmos também “códex” e “códice” apenas com significação especial (McMURTRIE, 1965).

Antes da invenção da imprensa, na produção de livros, utilizava-se o processo de cópia manual. Seja em relação ao material utilizado e a forma adotada, os procedimentos realizados pelos antigos escribas diferem significativamente da prática adotada na atualidade. Contudo, as condições de produção de livros na antiguidade ainda hoje são objetos da atenção de estudiosos, devido às mudanças

ocorridas na forma do livro terem ligações significativas na concepção do texto escrito de nossos dias. A esse respeito, Morrison (1995, p.144) afirma:

[...] O texto escrito completo, longe de ser um fenômeno exclusivamente lingüístico, cuja primazia se julga repousar em um grau superior de especialização semântica, na verdade evoluiu ao longo das mudanças específicas na estrutura geral da forma do livro iniciadas no século V d.C.

Essas mudanças, além de modificarem a maneira como os textos eram ordenados, provocaram uma alteração concomitante na estrutura pedagógica do texto e levou a um maior aprimoramento técnico do trabalho científico e acadêmico. Morrison (1995, p.144-145) julga que “[...] este fato constitui forte indício de que o nível de clareza atingido em nossos próprios textos é, particularmente, em função das mudanças na organização social, e não da lingüística.”

4.1.1 A Tipografia e a Construção do livro na antiguidade

Segundo Febvre e Martin (1992), a “indústria tipográfica” refere-se à mecanização da imprensa, o seu nascimento ocorreu partir do início do século XIX, em forma de artesanato. A invenção da imprensa teria sido inoperante se um novo suporte do pensamento não tivesse aparecido, o papel, que, vindo da China por meio da Arábia, tornou-se de uso geral e corrente no final do século XIV.

Para Bringhurst (2007), tipografia é simplesmente escrita mecanizada, informatizada e digitalizada: mais complexa do que era, mas não mais profunda; e, talvez, cada vez mais sujeita à moda. É arte negra, editorada, moldada, emendada e destinada a reproduzir-se por meios artificiais; e a própria escrita é uma espécie de banco genético para as ideias. Contida dentro das escolas, a tipografia é um meio de produzir frutos de mentes e vidas selecionadas em outras mentes e vidas. É capaz de espalhar ideias tão indiscriminadamente como se fossem vírus ou germes, sendo as possibilidades de seu uso e abuso potentes e inumeráveis.

A tipografia é um processo em que grandes objetos — epopeias, enciclopédias e bíblias, por exemplo — constroem-se a partir de minúsculos componentes, tais como, os traços e contornos de letras e, portanto, trabalho no qual convergem, constantemente, perspectivas macroscópicas e microscópicas. Soma-se a isso o fato de ser uma empresa em que a história está sempre presente e deve manter-se continuamente viva.

Ong (1998) expõe que a tipografia tornou a palavra um bem material e impulsionou a consciência para um maior individualismo, já que as palavras não eram propriedades privadas e constituíam-se em propriedades compartilhadas até certo ponto, tendo em vista o fato de os livros impressos repetirem-se uns aos outros. A tipografia, ciência que integra a história do livro, contribuiu para haver harmonia entre os elementos de uma obra, podendo interferir significativamente na configuração de sentido no discurso materializado no texto. Nesse raciocínio, consideramos o fato de o espaço gráfico interferir na configuração de sentido do discurso, até mesmo no discurso científico, visto o autor e o editor poderem destacar determinada parte de um texto por julgarem ser essenciais para uma boa leitura, e deixarem para segundo plano elementos da obra, a seu ver, menos significativos.

Tschichold (2007, p.25) assevera que “[...] a tipografia perfeita é mais uma ciência do que uma arte. O domínio do ofício é indispensável, mas isto não é tudo. O gosto certo, marca distinta da perfeição, assenta numa clara compreensão das leis do *design* harmonioso.” Para ele, o gosto impecável surge, em parte, da inata sensibilidade: o sentimento. Todavia, os sentimentos são um tanto improdutivos, a menos que inspirem um julgamento seguro, logo, é preciso que amadureçam e convertam-se em conhecimento das decisões formais. Por essa razão, não há mestres naturais de tipografia, mas sim autodidatas que, com o tempo, podem atingir a proficiência. Com efeito, bom gosto e tipografia perfeita são suprapessoais e, na atualidade, o bom gosto é quase sempre rejeitado como antiquado, porque o homem comum, buscando aprovação para sua suposta personalidade, prefere seguir o seu próprio estilo a submeter-se a qualquer critério objetivo de gosto. Para o autor, devemos aprender para poder ensinar o que isso significa.

Explica Tschichold (2007) que a harmonia é determinada por relações ou proporções escondidas em todas as partes: na amplitude das margens, nas relações das quatro margens da página do livro, na relação do entrelinhamento da mancha com as dimensões das margens, na colocação do número da página com respeito à mancha e, até, na eventual diferença entre o espaçamento das letras maiúsculas e o espaçamento do texto, assim como no espaçamento das próprias palavras. Portanto há afinidades que se camuflam em todas as partes, e somente com a prática constante, até mesmo, a partir de uma rigorosa autocrítica, podemos reconhecer uma obra de arte perfeita. Todavia, infelizmente, no entendimento do autor, parece contentar-se a maioria com um desempenho medíocre. Os cuidados

com o espaçamento de palavras, igualmente com o uso correto de maiúsculas, parecem não ser importante para alguns tipógrafos, mas, para os que investigam as regras corretas, são necessárias e fáceis de serem descobertas. Nisso, não há espaço para mudanças revolucionárias, já que não podemos alterar a forma essencial de uma letra sem, concomitantemente, destruir a conhecida face impressa de nossa linguagem, logo, inutilizá-la. Com efeito, a legibilidade é o marco absoluto de toda tipografia, embora só um leitor exímio possa julgá-la de modo apropriado, pois resulta da combinação de texto adequado e método de composição adequado.

A tipografia perfeita requer conhecimento exaustivo do desenvolvimento histórico das letras usadas na impressão de livros e do conhecimento efetivo de caligrafia, inclusive, a tipografia impecável é uma questão de escolha baseada em vasta experiência e não deve ser extravagante. Contemporaneamente, a arte da escrita é eminentemente lógica, difere de todas as outras formas de arte devido ao fato de uma porção substancial da lógica intrínseca ser acessível à verificação por pessoas leigas. Em relação ao conteúdo do livro, quanto mais significativo for, mais tempo será necessário e mais perfeita tem de ser a sua tipografia. Assim, devem ser impecáveis o espaçamento entre linhas e espaçamento entre palavras, além das relações das margens entre si, as relações de todos os corpos de tipo usados, a colocação de títulos correntes, enfim, tudo deve exibir proporções nobres, produzindo, assim, um efeito inalterável. As decisões tomadas em *tipografia superior*, sobre o *design* da folha de rosto de um livro, por exemplo, estão ligadas à arte criativa. Entende-se, assim, ser possível inventar formas e formatos que, em sua perfeição, igualem-se ao que a boa escultura e a boa pintura têm a oferecer (TSCHICHOLD, 2007).

Como notado, os elementos interferentes na confecção de um livro são variados, podendo afetar a qualidade do mesmo e o significado de um texto. Segundo Bringhurst (2007), agora que o *chip* de silício juntou-se à roda, à alavanca e ao plano inclinado, a tipografia é também escrita informatizada: mais complexa do que era, mas não mais profunda; quiçá, cada vez mais sujeita à moda. É um processo no qual grandes objetos constroem-se a partir de minúsculos componentes, como os traços e contornos de letras. É, portanto, uma empresa em que a história está continuamente presente e, por isso, deve manter-se continuamente viva.

Tschichold (2007) defende ser a tipografia perfeita mais uma ciência do que uma arte, pois o domínio do ofício é indispensável, mas não tudo. O gosto impecável, de modo geral, surge da compreensão das leis do *design* harmonioso, e o gosto impecável brota, em parte, da inata sensibilidade: do sentimento, os quais precisam amadurecer e converter-se em conhecimento das consequências de decisões formais. O autodidatismo pode, com o tempo, conduzir à proficiência, e a tipografia perfeita passa a depender da perfeita harmonia entre todos os elementos, dentre eles, o cuidadoso espaçamento de maiúsculas, desconhecido ou sem importância para alguns tipográficos, ao passo que, para outros, as regras corretas parecem fáceis de descobrir.

Nessa linha de compreensão, para a tipografia ser perfeita, é necessário um conhecimento exaustivo do desenvolvimento histórico das letras usadas na impressão de livros, além de saberes efetivos de caligrafia, um procedimento baseado na experiência, tendo em vista que a boa tipografia, como dito, nunca pode ser extravagante. No tocante ao livro, quanto mais significativo o seu conteúdo, mais tempo precisa ser preservado e mais aprimorada, de fato, deve ser a tipografia.

Na Antiguidade, a arte de organizar livros, segundo McMurtrie (1965), dependia quase exclusivamente da tradição. Os fabricantes de livros seguiam os modelos dos mestres de épocas passadas que deixaram a sua marca na tipografia e no formato do volume. As letras adotadas eram a reprodução dos desenhos dos mestres gravadores de punções do passado. As características individuais, tais como, portadas, cabeçalhos de capítulos, iniciais, etc., seguiam os meios tradicionais, até mesmo o trabalho das melhores tipografias assemelhava-se ao modelo clássico e não apresentava nada inovador. Contudo, na primeira parte do século XX, o início da revolução tipográfica, considerada tardia, propôs-se desenvolver um estilo tipográfico fundamentado mais no presente do que no passado.

McMurtrie (1965) expõe que o conceito de fabricação do livro no século XIX baseava-se nos princípios do engenheiro, o qual aprendeu dever a forma corresponder à função. Desse modo, em primeiro lugar, indagava-se o propósito do objeto ou estrutura, e analisavam-se as possibilidades de limitações dos materiais a empregar, então, iniciava-se o projeto da obra para servir eficientemente ao que se destinava. Após os princípios de planejamento de engenharia serem aplicados à tipografia, houve importantes alterações, especialmente, na imprensa comercial.

Pensando na falta de tempo para leitura do cidadão vulgar, os tipógrafos concluíram, portanto, que a perspectiva é de se poder “ler enquanto corre”, se quisessem obter resultados significativos na venda. Esta atitude originou respeito à legibilidade, ou seja, ao tipo grande, bom para ler e com mais facilidade. Os cabeçalhos passaram a ser compostos em maiúsculas e minúsculas (caixa alta e caixa baixa para os impressores), em vez de apenas maiúsculas, mais difíceis de ler. Verificou-se, igualmente, que os arranjos dinâmicos e instáveis eram mais susceptíveis de prender a vista de leitores apressados do que os estáticos e equilibrados, favorecidos pela tradição. A tipografia moderna fez notáveis alterações no estilo da imprensa ao serviço das vendas; entretanto, os princípios e as práticas tão úteis na organização da imprensa comercial apresentaram-se muito menos importantes na arte do livro.

De acordo com McMurtrie (1965), a função primordial do livro é apresentar, ao leitor, um texto escrito de modo a ser lido com facilidade durante horas. Por isso, a facilidade de leitura requer que a mancha seja impressa com tinta preta em papel quase branco, sem lustro, e suficientemente opaco para o outro lado não transparecer e confundir a visão. O livro destinado à leitura deve ter formato e peso para manuseio confortável, abrir-se com facilidade e manter-se aberto quando necessário. Quanto às modificações na forma geral do livro, até os tipógrafos livres de preconceitos concordam terem sido realizadas poucas mudanças; contudo, a tendência é libertar-se de modelos estereotipados em certos elementos do arranjo do livro. Verificamos, assim, nova espontaneidade no arranjo de portadas, os organizadores contemporâneos sentem-se com liberdade de colocarem o título principal na página desejada, sem relação com um eixo central. Os modernos organizadores de livros têm realizado experiências em relação à proporção e ao tamanho das margens: colocam a mancha à esquerda e à direita, em posição uniforme em relação às margens, sobretudo, a posição variada; alargam mais as margens interiores dos exteriores. A experiência mais construtiva, todavia, foi a adoção de um tipo maior, com mais amplitude e ocupando quase toda a área da página, facilitando, dessa forma, a leitura e a possibilidade de utilizar espaços em branco. Em relação às capas de livros, evidencia-se a influência de novas práticas em tipografia comercial, já que a capa tem a função de atrair a atenção do transeunte e mostrar os méritos do livro que envolve.

4.1.2 O Papel, a Imprensa e o Livro

Conforme McMurtrie (1965), alguns dos livros mais antigos foram impressos em velino, porém, tendo em vista requerer a arte de imprimir o uso de material mais barato e fácil de trabalhar do que o pergaminho ou o velino, o papel deu impulso inicial à tipografia: foi fabricado e usado pela primeira vez na China, no ano 105 da era cristã, e penetrou na Europa por fases lentas, médias e longas. Apareceu pela primeira vez no Egito e passou a fazer concorrência ao papiro, em declínio. Por volta de 850 da era Cristã, já suplantava o papiro, fora de moda. O Egito era favorável à sua fabricação, pois, durante milhares de anos, cultivara o linho, tecera-o e tinha abundância de matéria-prima para fabricá-lo.

Assim, confinada ao mundo muçulmano, a manufatura do papel deslocou-se lentamente do Egito, passando pela África do Norte, até chegar ao Marrocos, em princípios do século XII, vindo a entrar na Europa com o apoio dos muçulmanos. Por volta de 1150, promoveu-se, na Espanha, a construção de moinhos de papel na cidade de Jativa. O primeiro moinho de papel da Cristandade foi construído em 1720, em Fabriano — cidade italiana ainda hoje considerada um dos centros mais importantes na fabricação manual de papéis.

Segundo McMurtrie (1965), a França e a Alemanha, durante muito tempo, importaram o papel necessário aos seus gastos, mas, por volta de 1348, já era fabricado na França, na região de S. Julião, e, por volta de 1930, estava em atividade em Nuremberg, na Alemanha. Na Inglaterra, sua fabricação começou a ocorrer nos fins do século XV. O papel foi monopólio chinês por, aproximadamente, seiscentos anos e, depois, passou ao domínio dos muçulmanos durante quinhentos anos. Na Europa, depois de ser introduzido, houve diversos obstáculos à sua aceitação e a propagação desse material foi morosa.

O primeiro obstáculo deveu-se ao fato de o pergaminho continuar a ser satisfatório e melhor do que o primeiro papel ali fabricado; em segundo lugar, a educação estava atrasada e havia relativamente poucas pessoas que sabiam ler. Por causa de sua origem exclusivamente muçulmana ou judaica, o papel não teve as simpatias da igreja e sofreu ações proibitivas da sua aplicação em documentos públicos e escrituras importantes. Todavia, com o aparecimento da imprensa na Europa, começou a ser utilizado em larga escala, contribuindo para o grande êxito

da imprensa, que, por sua vez, universalizou o seu emprego, explica McMurtrie (1965).

Segundo Ong (1998), com a impressão, a mesma obra passa a ser duplicata e considerada objeto que possuíam informação científica, ficcional, etc. Com o advento da impressão, vários fatos sucedem-se: a Retórica (baseada na oralidade) é tirada do centro da educação acadêmica e torna possível a quantificação do conhecimento em grande escala; reduz-se o apelo à iconografia no tratamento do conhecimento e diminui a atração pela iconografia no tratamento do conhecimento; criam-se dicionários exaustivos que alimentaram o desejo de legislar sobre a correção da linguagem; constitui-se como fator importante na percepção da privacidade pessoal, marca da sociedade moderna; surge a produção de livros menores, que prepara psicologicamente para a leitura solitária ou para ser lido a outras pessoas em grupos. A impressão, ao retirar as palavras do som e levá-las para a superfície visual, propiciou a exploração do espaço visual para o tratamento do conhecimento, encorajando os seres humanos a julgarem seus próprios recursos interiores, conscientes ou inconscientes, cada vez mais semelhantes a coisas, impessoais e religiosamente neutros. Enfim, com a impressão, a mente é encorajada a entender que seus bens estavam confinados em alguma espécie de espaço mental inerte (ONG, 1998).

A impressão favorece a noção de fechamento e produz a sensação de um texto estar finalizado e completo. Para Ong (1998), esse sentimento atinge criações literárias, obras analítico-filosóficas e científicas. Antes da impressão, a própria escrita favorecia uma sensação de fechamento noético, porém, com o pensamento em uma superfície escrita e separada de qualquer interlocutor, há a enunciação autônoma e indiferente a ataques. A impressão, do mesmo modo que a escrita, situa a enunciação e o pensamento como sendo livres de tudo o mais, e vai além na sugestão de auto encerramento.

A impressão influencia, também, a imaginação literária: encontramos textos que exploram o *espaço gráfico* (espaço da linguagem) com o intuito de dar sentido ao texto, variando o tamanho das linhas, assim como, a desintegração das palavras e seu espalhamento na página, até criar uma determinada palavra ou um desenho. Encontramos, igualmente, no *espaço gráfico* (espaço da linguagem) a presença de sons, objetivando interagir com a percepção do espaço visual. Na atualidade, com o advento das tecnologias eletrônicas, há uma nova relação entre a

palavra, o espaço e a oralidade, visto promover o aumento na produção de materiais impressos, além de impulsionar a publicação e a divulgação. Por conseguinte, há um novo estilo, autoconsciente e informal, e a substituição de formas antigas de composição tipográfica, admitindo-se que, em breve, todas as impressões serão feitas com o auxílio de equipamento eletrônico (ONG, 1998).

Se a construção de um livro consoante com a ciência da tipografia influencia significativamente na configuração de sentido de um texto, inclusive os científicos, na atualidade, há cada vez mais tecnologias interferindo na configuração de sentido do texto, pois os recursos eletrônicos permitem inúmeros procedimentos que enriquecem e proporcionam ao leitor identificar o sentido com mais facilidade. Contudo, não podemos esquecer que o ponto de partida para a configuração de sentido no discurso científico é a elaboração adequada, de modo a atingir o público-alvo e o discurso ser-lhe condizente, portanto, que seja coeso e coerente com o proposto. Soma-se a isso a nossa compreensão de haver dois elementos interferentes na configuração de sentido no discurso científico: os elementos intrínsecos e extrínsecos ao texto. Consideramos como elementos intrínsecos a lógica inerente ao discurso, ou seja, o intelectual, que permeia o espaço gráfico, denominada por Jack Goody (2012) *razão gráfica*¹⁵. Quanto ao elemento extrínseco, são vários, a saber: a impressão e a tipografia com suas formas e formatos presentes no texto, podendo acontecer a exploração do espaço visual, que, muitas vezes, interfere no sentido do texto.

Além dos elementos apresentados a respeito da configuração de sentido no discurso científico, há de se considerar o percurso da escrita alfabética, que permitiu ao homem a abstração, instituiu a legalidade, extrapolou a onipotência da razão divina e a autoridade da razão do Estado, passando do mito à busca da verdade. É dessa maneira que tem acontecido o progresso da ciência e a evolução da humanidade.

Em relação ao livro, Febvre e Martin (1992) colocam que, após o seu aparecimento, as necessidades de papel aumentaram em várias esferas. Precisava-se de um papel comum para os trabalhos manuais, posto a criação excepcional de ofícios depender da indústria papelreira. Contudo, o principal cliente do papel

¹⁵ A razão gráfica é abordada em 3.9.

continuava sendo o impressor, recém-surgido. O prelo é um enorme consumidor de papel, exigindo uma quantidade significativa para o seu funcionamento.

As relações entre a indústria do papel e a indústria do livro são estreitas, já que as propriedades de uma não existem sem a propriedade da outra. Ora, no século XVII existiam, na França, de 500 a 1000 prelos de imprimir e as fábricas de papel deviam fornecer diariamente, para alimentá-los, de 1000 a 3000 resmas, ou seja, anualmente, de 450 a 900.000, se considerarmos funcionarem a rendimento máximo. No século XIX as necessidades de papel continuam em ritmo acelerado, a fim de atender as novas demandas de instrução e informação, era necessário um número maior de livros, publicações administrativas e, em breve, jornais, por conseguinte, papel. Desse modo, é possível entender a introdução de processos mecânicos nas indústrias do livro e do papel (FEBVRE; MARTIN, 1992).

Douglas McMurtrie, 1965, na obra intitulada *O livro: impressão e fabrico*, coloca serem os livros uma necessidade primordial em qualquer sociedade civilizada, inclusive, para ele, há um grande interesse pela literatura, isto é, com a arte de escrever livros e pouco interesse popular para a arte da feitura do livro.

A estruturação de um livro é uma arte, tal como a arquitetura, a pintura ou a escultura e, talvez, até de maior significado para a população em geral, visto exercer influência estética em um número mais significativo de pessoas do que qualquer outra arte. A impressão do livro é uma arte suscetível de elevados padrões, tal como a arte do tecelão, do oleiro e do ourives; já que revestir o livro de uma forma gráfica simples, apropriada e simultaneamente bela é tratá-lo como merece. Assim apresentado, pode nos dar, talvez, um prazer maior na sua leitura.

Para o autor, o melhor na prática atual de impressão do livro baseou-se, durante séculos, na tradição corrente e, em grau limitado, com princípios de origem moderna. O bom impressor estudava cuidadosamente a história de sua arte e familiarizava-se com as obras-primas impressas, elaboradas desde a invenção dos tipos móveis. Se a obra almejava sair da vulgaridade, teria de introduzir alguma característica nova que a tornasse original, visando, com isso, a uma criação e não simples reprodução. Inclusive, qualquer estruturação do livro moderno baseava-se, consideravelmente, no conhecimento e compreensão do seu desenvolvimento histórico.

Não obstante, na compreensão de Chartier (2003), o livro não exerce mais o poder que teve, não é mais o mentor de nossos raciocínios ou sentimentos,

em face dos novos meios de informação e comunicação dos quais dispomos atualmente. Essa observação de Henri-Jean Martin, apresentada por Chartier, é um bom ponto de partida à reflexão para identificar e designar os efeitos de uma revolução temida por uns e aplaudida por outros, considerada inevitável ou apenas apontada como possível.

Dissociados dos suportes que estamos acostumados a encontrar (livro, jornal, periódico), os textos podem ser, doravante, destinados a uma existência eletrônica: compostos no computador ou digitalizados, acompanhados de procedimentos telemáticos, esperam por seus leitores.

Oportunamente, Chartier (2003, p.30) questiona:

Como situar, na longa história do livro, da leitura e das relações com a escrita, essa revolução anunciada, de fato já iniciada (ou do objeto escrito), tal como o conhecemos, com os seus cadernos, suas folhas, suas páginas, ao texto eletrônico e à leitura em uma tela?

Segundo o autor, para responder essa indagação, é necessário distinguir várias formas de mutações, cujas revoluções ainda serão estabelecidas. A primeira revolução é técnica: modifica, em meados do século XV, os modos de reprodução dos textos e a produção de livros. Com a criação dos caracteres móveis e o uso da prensa para imprimir, a cópia manuscrita não é mais o único recurso para assegurar a multiplicação e a circulação de textos. Daí a ênfase dada a esse momento essencial da História Ocidental.

Na atualidade, os limites dessa primeira revolução deslocou-se um pouco. De início, é preciso ter claro que, em suas estruturas essenciais, o livro não foi modificado pela invenção de Gutenberg. De um lado, o livro impresso mantém-se dependente do manuscrito até princípios do século XVI. De outro, tanto depois, quanto antes de Gutenberg, é um objeto composto de folhas dobradas, reunidas em cadernos ligados uns aos outros. Nesse sentido, a revolução da imprensa não significa a aparição do livro. “Foi, com efeito, doze ou treze séculos antes da nova técnica que o livro ocidental encontrou a forma que mantém na cultura do impresso.” (CHARTIER, 2003, p.31).

Ainda de acordo com Chartier (2003), um olhar em direção ao leste, especialmente para o lado da China, da Coreia e do Japão, encontramos uma segunda razão para reavaliar a revolução da imprensa. Esse olhar mostra que a utilização da técnica própria ao Ocidente não é condição essencial para existir, não apenas uma forte cultura escrita, mas, ainda, uma cultura impressa de muita

legitimidade. Sem dúvida, no Oriente, os caracteres móveis são conhecidos, foram inventados e utilizados muito antes de Gutenberg: no século XI, adotou-se, na China, caracteres de terracota; no século XIII, são impressos, na Coreia, textos com caracteres metálicos.

Todavia, diferentemente do Ocidente após Gutenberg, o uso de caracteres móveis mantém-se, no Oriente, limitado e descontínuo, confiscado pelo imperador, pelos senhores feudais ou mosteiros. Isso não significa a ausência de uma cultura do impresso de significativa magnitude, tornou-se possível graças a outra técnica: a xilogravura, ou melhor, a gravura em madeira de textos que são, em seguida, impressos por fricção.

A xilogravura, desde meados do século VIII, na Coreia, e do fim do século IX, na China, motivou as dinastias Ming e Qing, assim como o Japão dos Tokugawa, uma grande circulação do escrito impresso, de gêneros populares extraordinariamente difundidos, por meio de empresas comerciais independentes dos poderes, ou seja, de uma consistente rede de livrarias e livrarias de empréstimos. Desse modo, não conseguimos medir a cultura impressa das civilizações orientais apenas pela técnica ocidental, como se não houvesse outras técnicas.

No que diz respeito à xilogravura, Chartier (2003) explica:

A xilogravura tem suas próprias vantagens: é mais bem adaptada que os caracteres móveis a línguas caracterizadas por um número de signos muito grande, ou, como no Japão, pela pluralidade de escrituras: mantém uma forte ligação entre a escritura manuscrita e a impressa, pois as pranchas são gravadas a partir de modelos caligrafados; permite, pela resistência de madeiras de longa conservação, o ajuste entre a tiragem e a demanda.

Essa constatação, segundo o autor, conduz-nos a uma apreciação mais justa da invenção de Gutenberg, pois é fundamental, mas não é a única técnica capaz de assegurar uma disseminação de grande expressividade do livro impresso.

4.2 O Livro e sua estrutura

Para Araújo (1986), do mesmo modo que os primeiros impressores, paginadores seguiram no aperfeiçoamento do livro, tais como, formatos, diagramas e traçados de caracteres preexistentes. Igualmente, aproveitou-se da tradição

manuscritora dos elementos básicos do manuscrito para estabelecer a estrutura do livro impresso. Com o novo suporte de escrita (a página impressa), o livro ganhou uma nova aparência, uma estética própria.

Embora houvesse, há milênios, nos papiros e pergaminhos, elementos estruturais formalizados (divisão da obra em capítulos e estes organizados em seções maiores, abertura e fechamento do livro sob formas tradicionais, ilustrações organizadas na página de modo padronizado, etc.), com a tipografia, tem-se uma normalização eficaz antes de o livro impresso completar cem anos de história. Diante disso, independente da orientação estabelecida na construção das páginas, o diagramador deve seguir uma determinada sequência na disposição dos elementos constituintes do livro, dividindo-o em três partes: pré-textual, textual e pós-textual, além dos elementos extratextuais (ARAÚJO, 1986).

Das três partes que constituem a estrutura do livro, a pré-textual, em virtude dos elementos que a compõem (especialmente, as duas páginas da folha de rosto), apresenta mais variações em sua disposição. Assim, foram fixados os elementos mínimos componentes da parte pré-textual, sob uma ordem ideal, conforme coloca Araújo (1986, p. 431):

- Falsa folha de rosto
- Folha de rosto
- Dedicatória
- Epígrafe
- Sumário
- Lista de ilustrações
- Lista de abreviaturas e siglas
- Prefácio
- Agradecimentos
- Introdução

A ABNT apresenta algumas diferenças desta apresentada por Araújo (1986). Segundo a ABNT (2011, p.9), os elementos pré-textuais do livro são constituídos da parte que antecede o texto, contendo informações, a fim de auxiliar na identificação e utilização do trabalho.

- Falsa folha de rosto
- Folha de rosto
- Errata
- Dedicatória
- Agradecimento
- Epígrafe

- Lista de abreviatura e siglas
- Lista de símbolos
- Sumário

Em relação aos elementos textuais, a ABNT (2011, p.9) coloca ser a parte do texto em que é desenvolvido o conteúdo, antecedida, opcionalmente, pelo prefácio e/ou apresentação. O prefácio e/ou apresentação deve começar em página ímpar, sem indicativo de seção. Em caso de novo prefácio para nova edição, ele precede os anteriores, apresentados sequencialmente, dos mais recentes aos mais antigos, indicando-se, no título, o número da edição correspondente, exemplo: “Prefácio à 7ª edição”, “Prefácio à 3ª edição.”

Esclarece Araújo (1986) que, na parte textual do livro, ao contrário da parte pré-textual, é fundamental estabelecer um padrão único e regular a ser obedecido em toda a extensão do corpo principal do texto. Deve-se considerar a uniformidade do seccionamento orgânico da obra, por exemplo, seu plano lógico-sistemático, resultante da extensão, do nível de aprofundamento ou da organização intelectual da matéria, que pode se distribuir em volumes e tomos e, nestes, arranjar-se o texto em partes ou *livros*, seções e itens.

Segundo a ABNT (2011, p.9), os elementos pós-textuais são: Posfácio; Referências; Glossário; Apêndices; Anexo; Índice e Colofão¹⁶. Araújo (1986) expõe que uma retrospectiva histórica permite-nos compreender os atuais seccionamentos orgânicos do livro impresso.

Desde o século I.d.C. era comum nomear-se o *volumen* como “livro”, isto é, parte de uma obra. No reinado de Antonino (137-161 d.C.), provavelmente, passou-se definitivamente do *volumen* para o *códex*, significando uma revolução na apresentação material do texto. Explica Araújo (1986, p.449) que, “[...] já na época de Jerônimo (348?-420), opunha-se, em grego, *tómos*, “seção, parte, porção”, a *sōma*, “corpo”, por extensão “coleção ou corpo de escritos, texto de um documento, corpo do texto, traduzindo-se para o latim *tómos* por *volumen* e *sōma* por *códex*.” (ARAÚJO, 1986, p.449). Cada *volumen* passaria, então, a constituir uma parte ou um dos capítulos do códice, o que fica explícito em São Jerônimo ao identificar o *volumen* com o *caput*, capítulo.

¹⁶ De acordo com Araújo (1986, p.466), colofão, do grego *kolophōn*, “ápice, coroamento, remate”, de onde o significado particular de “término, fim conclusão”, é o último elemento impresso do miolo do livro.

Mais de um século depois, Isidoro de Sevilha (560-636) faria a distinção: o códice é constituído de muitos livros, e o livro por um volume. Desta forma, consagrava-se o seccionamento incorporado depois pelo texto impresso, conforme explicita Araújo (1986, p.449): “[...] um livro (liber) = um rolo de papiro (volume, ‘capítulo’ ou ‘tomo’, e ainda ‘livro’ (no sentido específico de parte de uma obra); um códice = diversos livros, por exemplo: diversos rolos de papiro.”

Houve, assim, um esforço de editoração, desde os alexandrinos, com o intuito de sistematizar a distribuição do texto em determinados suportes de escrita. Porém, de maneira mais apropriada, isso resultou em seccionamentos, os quais, embora viessem a tornar-se tradicionais, nem sempre correspondiam aos do autor. Exemplo disso é a divisão do trabalho de Heródoto em nove livros. Essa repartição não é autêntica, posto ter repartido sua obra *Lógoi*, “relatos, narrativas”, cujos limites não coincidem com a que nos chegou a partir da divisão alexandrina no século II a.C (ARAÚJO, 1986).

Os impressores de Heródoto, desde o século XV, seguiram a tradição, porém, na edição de Jungermann (Frankfurt, 1608), introduziu-se, em cada livro, a divisão em parágrafos. Procedimento idêntico tiveram praticamente todos os livros que sofreram a normalização editorial dos alexandrinos. Da normalização alexandrina provém o moderno uso do seccionamento orgânico que obedece a composição sistemática do texto, artificial por não obedecer ou não coincidir com o seccionamento físico, do suporte da escrita, no caso do livro impresso. “Também daí resultou, no livro moderno, o escalonamento tradicional em grandes seções, como partes ou ‘livros’ (na realidade tomos), e em pequenas seções, a saber: 1) capítulos, 2) seções e 3) itens ou subcapítulos.” (ARAÚJO, 1986, p.450).

As vantagens dessa organização são destacadas por Paul Otlet¹⁷ (1934, p.115):

O tratamento lógico de um assunto segundo um ciclo de divisões e subdivisões nitidamente acusadas num texto é um progresso no livro científico e didático. Corresponde a um desenvolvimento da pontuação em dois sentidos: 1º é uma pontuação de um grau mais elevado que o simples ponto (.); 2º é uma pontuação elevada à divisão lógica da idéia e não só das frases da língua que as exprime.

¹⁷ Traduzido pela autora de OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur livre: théorie et pratique (1934, p.115).

Cabe ressaltar que parte das ideias esboçadas a respeito da estrutura do livro pode ser aplicada aos textos no geral: a divisão em seções ou, até mesmo, a divisão em itens, o que colabora com a configuração sistemática do sentido do discurso presente no texto, contribuindo, assim, para identificar os vários sentidos esboçados em determinado momento no texto.

Esses pequenos detalhes presentes nos textos colaboram na configuração do discurso e, igualmente, no discurso científico, pois pode apresentar determinadas particularidades na sua organicidade que contribuem para deslumbrar a configuração de sentido subjacente ao discurso.

4.2.1 Prefácio/Apresentação

Dentre os elementos que constituem o livro, encontramos o prefácio/apresentação, que, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2006), é um texto de esclarecimento, justificção ou comentário, escrito geralmente por outra pessoa, e denominado apresentação, quando escrito pelo próprio autor.

Araújo (1986, p.446) define o prefácio:

[...] nota prévia, prólogo, proêmio, advertência, preliminares, apresentação, preâmbulo ou que outro nome tenha, define-se como uma espécie de esclarecimento, justificção, comentário ou apresentação escrita pelo próprio autor ou por outra pessoa (fr. *avant-propos*, quando não é redigido pelo autor, e *preface*, este do autor, ing. *foreword*, *preface*, al. *Vorwort*). Deve comparecer ou começar em página ímpar. Na maioria das vezes o tratamento gráfico dado ao prefácio é o mesmo conferido ao corpo do texto, salvo quando pretende destacá-lo. Ao se escrever novo prefácio destinado a outra edição, este precederá o primitivo, então reintitulado 'prefácio da 1ª edição.'

Um livro é acompanhado de certos elementos para a sua produção, tais como: autor, título, prefácio, ilustrações. Difícil saber quando se deve considerá-los parte dele, visto esses elementos cercarem-no e prolongarem-no, exatamente para apresentá-lo, torná-lo presente, garantir sua presença no mundo, sua recepção, seu consumo, enfim, com sua forma, pelo menos hoje, de um livro (GENETTE, 2009).

Os elementos que se incorporam ao livro foram batizados, por Gerard Genette, de paratextos da obra. Desde então, essa denominação tem sido

relacionada a todo material que acompanha o texto, configurando-se, como um texto que auxilia a leitura e a interpretação de um livro.

Inserido nessa abordagem, Genette (2009) admite, após pesquisa, ter se convencido de que os prefácios não fazem todos a mesma coisa. Em outras palavras, as funções prefaciais diferem conforme o tipo de cada um. Os tipos funcionais são determinados, ao mesmo tempo, por considerações de lugar, momento e de natureza do destinador. Para ele, o prefácio “[...] é toda espécie de texto liminar (preliminar ou pós-liminar), autoral ou alógrafo, que consiste num discurso produzido a propósito do texto que segue ou que antecede.” (GENETTE, 2009, p.145)

O paratexto, segundo Genette (2006), é constituído por:

[...] título, subtítulo, intertítulos, prefácios, posfácios, advertências, prólogos, etc.; notas marginais, de rodapé, de fim de texto; epígrafes; ilustrações; errata, orelha, capa, e tantos outros tipos de sinais acessórios, autógrafos ou alógrafos, que fornecem ao texto um aparato (variável) e por vezes um comentário, oficial ou oficioso, do qual o leitor, o mais purista e o menos vocacionado à erudição externa, nem sempre pode dispor tão facilmente como desejaria e pretende (GENETTE, 2006, p. 9-10).

Orlandi (2008) explica que os prefácios podem apresentar-se de várias formas e com diferentes finalidades. Há os prefácios-justificativas, prefácios-agradecimentos, prefácios-desculpas, prefácios-críticas, prefácios-desafios etc. Pode constituir um prólogo ou um epílogo, e seu tamanho pode variar: há os muito pequenos e os muito longos. Podem, inclusive, chegar ao estado de gênero literário independente. Além disso, o prefácio/apresentação pode estabelecer diversas relações com o texto que antecede, tendo em vista o fato de todo texto não ser senão uma parte de um processo discursivo.

É preciso enfatizar que o prefácio diferencia-se da introdução, visto não terem a mesma função, conforme entendimento de Genette (2009, p.145):

[...] a introdução (*Einleitung*) tem uma ligação mais sistemática, menos histórica, menos circunstancial com a lógica do livro. É única, trata de problemas arquitetônicos, gerais e essenciais, apresenta o conceito geral na sua diversidade e sua autodiferenciação. Os prefácios, ao contrário, multiplicam-se de edição para edição e levam em conta uma historicidade mais empírica; respondem a uma necessidade de circunstâncias.

Segundo o autor, a lista de parassinônimos do prefácio é muito longa, como esta amostra demonstra: introdução, prefácio, nota, notícia, aviso, apresentação, exame, preâmbulo, advertência, prelúdio, discurso preliminar, exórdio, proêmio. Para o posfácio, diz-se: epílogo, pós-escrito, remate, fecho e outros. O prefácio pode ter um título não genérico, isto é, temático. (GENETTE, 2009).

Ainda nos dizeres do autor, o prefácio é um paratexto significativo que, assim como os demais, pode interferir de modo positivo ou negativo na leitura de um livro. Assim, conceitua-se como sendo um prefácio, todo texto que apresenta e comenta uma obra, antecedendo o texto da obra ou posposto no seu final.

Desse modo, o primeiro é denominado prefácio, e o segundo, posfácio, considerado também como sendo prefácio. Recebem nomes distintos quando aparecem em uma mesma obra, assumindo funções diferenciadas. Os prefácios podem ter objetivos diferentes, considerando-se o momento da escritura, autor e público-alvo. Nesse sentido, em uma mesma obra, podemos encontrar mais de um prefácio, os quais podem, igualmente, variar de edição para edição.

Portanto alguns momentos são determinantes para a escrita do prefácio. O primeiro momento, quando da produção do livro, é escrito após o texto a que se refere (talvez, haja exceções a essa norma), pois a função prefacial exerce-se sobre o leitor e o momento pertinente é o da publicação. Entre a data da edição original e o tempo indefinido subsequente, o aparecimento de um prefácio pode ocupar uma infinidade de momentos, ficando esta indeterminação concentrada, ao que parece, a certas funções típicas e funcionalmente significativas: o caso mais frequente é o do prefácio original.

O segundo momento é a ocasião canônica, ou seja, a segunda edição, denominado prefácio posterior, justificado por uma dada ocasião, pragmática ou simbólica. Há o prefácio da edição corrente ou de uma tradução: prefácio da edição francesa ou americana. O terceiro momento pertinente é o prefácio tardio, seja pela ocasião de uma edição original tardia ou reedição de uma obra isolada. Os prefácios tardios são, geralmente, o lugar de uma reflexão mais madura e, frequentemente, com tom testamentário, ou pré-póstumo: último “exame” de uma obra, para a qual o autor não terá ocasião de voltar. Há, também, os prefácios póstumos, escritos por outros autores depois da morte do escritor da obra. Estes podem, inclusive,

desaparecer de uma edição para outra, se o autor ou editor avaliar ter cumprido sua função e não haver mais necessidade de sua presença (GENETTE, 2009).

Quanto aos leitores, é possível que a escolha de um livro possa ser feita a partir da leitura do prefácio; alguns preferem abandoná-lo após a sua leitura; há os que não leem prefácios, interessando-se apenas pelo texto principal; existem, também, os que se dedicam, especialmente, a analisar prefácios, seja por interesse na obra ou até mesmo com a finalidade de realizar uma pesquisa. No tocante ao destinatário do prefácio, é mais simples: é o leitor do texto (GENETTE, 2009).

A seguir, abordamos o autor.

4.3 O Autor

Chartier (2003) esclarece que, ao contrário do normalmente pensado, autores não produzem livros, mas textos. Eles participam da criação do livro e contam com a colaboração de impressores, tipógrafos, copistas e editores, que tomam decisões sobre tipo de letras, tamanho da mancha gráfica, introdução de figuras, notas explicativas, confecção de orelhas, etc. Além das intervenções gráficas, editores e revisores, em menor ou maior grau, interferem na criação do texto, fazendo modificações variadas, tais como, alterações sintáticas e interferência nos capítulos.

Há, portanto, diferentes mãos que contribuem com as formas materiais do texto a ser convertido em livro e cada uma das decisões tomadas atua significativamente na leitura a ser feita. No mundo da escrita são considerados os autores, editores, impressores, críticos, leitores, expectadores e todos que fazem parte no processo de construção de sentidos, em uma perspectiva histórica ou sociológica.

Foucault (2013b, p.25) refere-se ao autor “[...] não entendido como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência.” Para o filósofo, na Literatura, Filosofia e Ciência, a atribuição de um autor é regra. Observa-se não desempenhar sempre o mesmo papel, na ordem do discurso científico, a atribuição a um autor na idade Média era indispensável e um indicador de verdade. Entretanto, desde o século XVII, essa

função não cessou de enfraquecer-se no discurso científico: o autor funcionava somente para dar um nome a um teorema, um efeito, um exemplo.

Em contrapartida, na mesma época, o discurso literário não cessou de reforçar-se: todas as narrativas, poemas, dramas ou comédias que circulavam na Idade Média no anonimato ao menos relativo, agora, perguntam (e exigem resposta) de onde vêm, quem os escreveu; solicita-se que o autor preste contas a respeito da unidade de texto que recebeu o seu nome; revele ao menos o sentido oculto que os atravessa; articule-os com sua vida pessoal e, até mesmo, com suas experiências vividas, enfim, com a história real. Assim, “o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.” (FOUCAULT, 2013b, p.26).

Na esteira do filósofo, não há como negar a existência do indivíduo que escreve e inventa. Desde certa época, o indivíduo que escreve um texto retoma a função do autor: aquilo que escreve e não escreve, aquilo que desenha, até mesmo, um rascunho (um texto provisório, um esboço da obra), assim como o preterido serão como conversas cotidianas. “Todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica.” (FOUCAULT, 2013b, p.27).

Aponta Rodrigues (2011, p.21) que o autor, “[...] por um lado, é sempre aquele que, de alguma maneira está autorizado a dizer.” Por outro lado, simultaneamente,

[...] para ser autor é preciso que o autor autorize-se a dizer, permita-se a trazer à tona, à superfície do papel (ou da tela do computador) aquilo que lhe diz respeito, mas também o que diz respeito aos outros a quem se dirige. Também ele precisa autorizar o seu texto a circular publicamente. Esta é também uma decisão. Embora todo texto possa furtar-se, por contingências diversas, ao controle e poder de seu autor. (RODRIGUES, 2011, p. 21).

Quanto à autoridade, é preciso esclarecer que a construção histórica da autoria e do autor esteve sempre ligada ao poder oficial, à autoridade. Entretanto, essa autoridade não era a do autor, mas, antes, a “autoridade sobre o autor”. (RODRIGUES, 2011, p.21). Na Idade Média, quem escrevia o fazia apoiado em autoridades (a realeza e, especialmente, a Igreja). Roger Chartier reporta-se a esse fato na seguinte passagem:

[...] da Idade Média à época moderna, freqüentemente, se definiu a obra pelo contrário da originalidade. Seja porque era inspirada em Deus: o escritor não era senão o escriba de uma palavra que vinha

de outro lugar. Seja porque era inscrita numa tradição e não tinha valor a não ser o de desenvolver, glosar aquilo que já estava ali. (CHARTIER, 1998, p. 31).

Nessa época os autores encontravam-se sob a autoridade divina cujo poder era representado pela igreja e, logo em seguida, pela realeza. Eles estavam sujeitos aos mais diversos momentos históricos, entre a punição e a proteção. A partir desse momento histórico, “[...] o autor encontra-se exposto aos perigos de sua obra, uma vez que os textos, os livros, os discursos começam efetivamente a ter autores.” (FOUCAULT, 2002, p. 47).

A partir de então, o autor tornou-se passível de punição, advinda do poder e da autoridade a que se submete, e assim funcionava a questão da publicação dos escritos. Com a ampliação das possibilidades de publicação e a veiculação de textos e discursos transgressores, frutos da invenção de Gutenberg, a autoria passa a ser buscada, reconhecida e, até, punida (RODRIGUES, 2011).

De acordo com Chartier (1998), no século XVIII, a teoria do direito natural e a estética da originalidade fundamentam a propriedade literária: o autor é reconhecido como detentor da propriedade das obras que exprimem seu pensamento. Surge, por conseguinte, a figura do autor-proprietário. Abre-se caminho para a legislação atual que protege a obra em todas as suas formas (escritas, visuais, sonoras). “Hoje, com as novas possibilidades oferecidas pelo texto eletrônico, sempre maleável e aberto a reescrituras múltiplas, são os próprios fundamentos da apropriação individual dos textos que se vêem colocados em questão.” (CHARTIER, 1998, p.49).

CAPÍTULO 5 - MÉTODO E METODOLOGIA ADOTADOS NA ANÁLISE DOS PREFÁCIOS/APRESENTAÇÕES

Como método de pesquisa, assumimos uma perspectiva histórico-materialista da significação, em que a “[...] questão do sentido torna-se a questão da própria materialidade do texto, de seu funcionamento, de sua historicidade, dos mecanismos de processos de significação.” (ORLANDI, 2012c, p.21).

A análise dos prefácios/apresentação foi no sentido de descrever como se entrecruzam os fatos linguísticos, sociais e históricos, especialmente, relacionando a língua com a história, ou seja, buscamos o sentido na conjunção do linguístico com o histórico, pensando “[...] o texto não mais como unidade linguística disponível, preexistente, espontânea, naturalizada, mas o texto em sua forma material, como parte de um processo pelo qual se tem acesso indireto à discursividade.” (ORLANDI, 2012c, p.13).

O ponto de apoio de nosso estudo foram os fundamentos teóricos e analíticos da análise de discurso de linha francesa. Em contrapartida, com o intuito de darmos mais clareza a nossa pesquisa, utilizamos o *Método Quadripolar* por ser um mecanismo que permite uma conexão de natureza poliepistemológica, interdisciplinar e pós-moderna.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1982, p.34 comentam:

[...] que o campo autônomo da prática científica pode ser concebido do ponto de vista metodológico como a articulação de diferentes instâncias, de diferentes polos que determinam um espaço no qual a pesquisa se apresenta como apanhada num campo de forças, submetida a determinados fluxos, a determinadas exigências interna.

No tocante ao Método Quadripolar, os autores supracitados afirmam que ele é estruturado a partir de quatro polos: epistemológico, teórico, morfológico (ou configurativo) e o técnico.

O polo epistemológico viabiliza os processos discursivos, ou seja, os métodos que impregnam as abordagens do pesquisador, ele é garantia da objetivação da pesquisa por exercer uma função de vigilância crítica, decidindo as regras de explicitação dos fatos. Esse polo, portanto, determina as regras de produção, explicitação, compreensão e a validade das teorias. O polo teórico avizinha-se dos quadros de referência, pois ele guia a elaboração de hipóteses e a construção dos conceitos, em outras palavras, é o lugar das linguagens científicas.

Por isso, esse polo é construído, articulando os enfoques teóricos necessários para fundamentar o fenômeno e a investigação, além de propor regras de interpretação dos fatos, de especificação e definição das soluções provisoriamente dadas às problemáticas. O polo morfológico é a instância em que se estabelece a causação e a objetivação e tem em sua vizinhança modos de investigação que indicam escolhas práticas feitas pelos pesquisadores, é nesse polo que se formalizam os resultados da investigação. O polo técnico controla a coleta de dados, esforçando-se em controlá-los com a teoria que os suscitou (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1982).

A riqueza do Método Quadripolar é a possibilidade da prática científica ser concebida do ponto de vista metodológico com a articulação de diferentes instâncias, conforme podemos visualizar no quadro a seguir.

Quadro 1- Método Quadripolar








A articulação das várias instâncias explicitadas no quadro acima, mostra as diferentes abordagens de nossa pesquisa e a sua complexidade, o que enriquece a pesquisa.

Em síntese, nossa pesquisa é de natureza qualitativa e parte de uma perspectiva materialista da linguagem, alicerçada nos fundamentos teóricos e analíticos da Análise de Discurso. Os prefácios/apresentações foram analisados criteriosamente: em um primeiro momento, comparamos as diferentes edições e identificamos as discursividades presentes, observando as diferenças discursivas em cada um. Buscamos, também, identificar as relações linguísticas, históricas e sociais, além de averiguar como se configuraram os sentidos presentes nos prefácios/apresentações, como documento simbólico, produto social e constituinte do homem e de sua história.

Seguimos as orientações de Orlandi (2012a) que explica que a análise se faz em três etapas que correspondem às propriedades do discurso referidas ao seu funcionamento. As etapas têm em seu correlato, o caminho que nos faz passar do texto ao discurso, no contato com o corpus, o material empírico. Para mais esclarecimentos, elencamos as etapas seguidas, dispostas em sua correlação:

Quadro 2- Etapas de análise

1ª Etapa: Passagem da 	 Superfície Linguística para o	Texto (Discurso)
2ª Etapa: Passagem do 	 Objeto Discursivo para o	Formação Discursiva
3ª Etapa 	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Adaptado de Orlandi (2012a, p.77)

Na primeira etapa, seguindo o direcionamento de Orlandi (2012a), procuramos, no contato inicial com o texto, identificar as discursividades no prefácio.

Realizamos, assim, um primeiro lance de análise, de natureza linguístico-enunciativa e procuramos construir um objeto discursivo em que já estava considerado o esquecimento número dois (da instância da enunciação), desviando a ilusão de que o dito só poderia tê-lo sido daquela maneira.

Segundo Pêcheux (2009, p.161) o esquecimento nº 2 é aquele

pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase — um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (PÊCHEUX, 2009, p.161).

Intentamos, também, identificar paráfrases, sinonímia, relações do dizer e do não dizer. Nessa primeira etapa, começamos a detectar a formação discursiva em questão. Esse caminho tornou possível observar o dito com o não dito, com o que poderia ser dito, etc.

Na segunda etapa, partimos do objeto discursivo para o processo discursivo¹⁸ e averiguamos as formações ideológicas. Nesse ponto, objetivamos descobrir a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos no documento, de cuja formulação partimos.

5.1 *Corpus* da Pesquisa

O livro *Comunicação em Prosa Moderna* encontra-se na 27ª edição. No quadro abaixo, constam todas as edições da obra, bem como o respectivo ano de cada edição. Foram destacadas as edições analisadas.

¹⁸ Segundo Pêcheux (1997, p.181), o processo discursivo pode “[...] ser entendido como o resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies lingüísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao procedimento discursivo é obtido por uma de-sintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento nº1.” E a de-sintagmatização lingüística (ou ainda: de-superficialização) remete à existência material da língua, caracterizada pela estrutura não-linear dos mecanismos sintáticos e mais profundamente por tudo aquilo sobre o que se exerce o ‘esquecimento nº2’; quanto à de-sintagmatização discursiva, ela só pode começar a efetuar esta escalada para além do esquecimento nº1.” (PÊCHEUX, 1997, p.180, destaques do autor).

Quadro 3- Edições do livro *Comunicação em prosa moderna*.

1ª edição – 1967 – Apresentação e “Explicação necessária”	15ª edição – 1992
2ª edição – 1969 – Nota sobre a 2ª edição	16ª edição – 1995
3ª edição – 1975 – Nota sobre a 3ª edição	17ª edição – 1996
4ª edição – 1976	18ª edição – 2000
5ª edição – 1977	19ª edição – 2000
6ª edição – 1977	20ª edição – 2001
7ª edição – 1978	21ª edição – 2002
8ª edição – 1980	22ª edição – 2002
9ª edição – 1981	23ª edição – 2003
10ª edição – 1982	24ª edição – 2004
11ª edição – 1983 – Nota sobre a 11ª edição	25ª edição – 2006
12ª edição – 1985	26ª edição – 2006
13ª edição – 1986	27ª edição – 2010 – Nota sobre a 27ª edição, reimpressão em 2011 e 2012.
14ª edição – 1988	

Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha das edições a serem analisadas foi realizada a partir da constatação de haver prefácios, a partir disso, foram selecionadas as seguintes edições: 1ª; 2ª; 3ª, 11ª e 27ª. Em relação à análise dos prefácios/apresentação, ressaltamos terem sido quase sempre os mesmos, com poucas modificações. O prefácio/apresentação da 1ª edição, escrito por Beatriz M. de Souza Wahrlich, em 1967, repete-se na 2ª edição, e foi analisado detalhadamente em nossa tese. Além disso, o prefácio/apresentação intitulado “Explicação Necessária” vai da 1ª edição (1967) até a 22ª edição (2002), com alterações na 27ª edição (2010). Quanto às demais edições, analisamos as que apresentam prefácio, contudo, a maioria delas não o apresentam.

6 ANÁLISE DOS PREFÁCIOS/APRESENTAÇÕES

Analisar a obra de Othon Moacyr Garcia não foi tarefa fácil, considerando-se sua riqueza e o fato de sua primeira edição ter sido lançada em setembro de 1967, estando atualmente na 27ª edição de 2010, com reimpressão em 2011. Em 2016, a publicação completou 49 anos.

Algumas particularidades, em um primeiro olhar, chamam a nossa atenção no livro: constatamos ser uma obra clássica, que, na capa de sua 1ª edição, apresenta uma pena, fazendo-nos lembrar as diferentes formas de escrever, em especial, aquela em que se utilizava a antiga pena. A partir disso, tivemos a dimensão da importância e da necessidade de olhar, observar e analisar cada pormenor da obra.

Por adotar os padrões científicos, em que o bem escrever constitui o objetivo maior da obra, utilizamos, para fins de análise, os fundamentos teóricos e analíticos da AD, procurando pensar e descrever a maneira como se entrecruzam os acontecimentos linguísticos, sociais e históricos. Fundamentamo-nos na ideia de a materialidade específica da ideologia ser o discurso e a materialidade específica do discurso, a língua. Assim, foi possível identificar a relação língua-discurso-ideologia. “Essa relação se completa com o fato de que, como diz Michel Pêcheux, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeitos pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.” (ORLANDI, 2012a, p.17).

Quanto ao sentido do texto, não o encontramos somente nas relações linguísticas internas a ele: foi construído também na relação deste com sua exterioridade, visto todo texto relacionar-se com outros textos, pois é pelo materialismo histórico que a exterioridade pode ser identificada.

Entendemos que o texto é o lugar de manifestação material do discurso. Por outro lado, ele é para nós, igualmente o lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. Dessa forma, nossa tarefa de análise foi compreender os sentidos presentes no texto e como ele pode ser lido.

A respeito da significação Orlandi (2012d, p.12) argumenta:

Do ponto de vista da significação, não há uma relação direta do homem com o mundo, ou melhor, a relação do homem com o

pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta, assim como a relação entre linguagem e pensamento, e linguagem e mundo tem também suas mediações. Daí a necessidade da noção de discurso para pensar essas relações mediadas. Mais ainda, é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação.

À vista disso, a questão do sentido é uma questão aberta, uma questão filosófica que não se pode decidir categoricamente, pois os sentidos não são indiferentes à matéria significativa. Orlandi (2012d, p.12) esclarece que a “[...] relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc. A matéria significativa — e/ou a sua percepção — afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele.”

Além disso, seguindo os ensinamentos de Orlandi (2012d, p.20), consideramos que “[...] a linguagem é um sistema de relações de sentidos onde, a princípio, todos os sentidos são possíveis, ao mesmo tempo em que sua materialidade impede que o sentido seja outro.” Assim, assumimos a incompletude da linguagem, sua materialidade (discursiva). Logo, o gesto de interpretação estabeleceu-se como uma relação necessária, de interdição, e a interpretação passou a ser uma exigência, tal como um “gesto” clínico, que desloca sentidos, que vai além da materialidade discursiva, ou melhor, uma procura constante de desconstruir os efeitos do já dito, em direção a uma outra significação, ainda inédita ao olhar crítico (ORLANDI, 2012d).

Em outra direção, ao refletirmos que a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história, consideramos os fundamentos de Foucault (2013a, p.6-7, grifo nosso) com o intuito de fundamentar a análise dos prefácios.

[...] **a história do pensamento**, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto **a história propriamente dita**, a história pura e simplesmente, parece apagar em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos.

Ainda, segundo o filósofo, não podemos nos iludir com isso. Não imaginamos, partindo das aparências, que algumas das disciplinas históricas caminharam do contínuo ao descontínuo, que outras foram das discontinuidades às grandes unidades ininterruptas; não imaginamos que, na análise da política, das instituições ou da economia, tenhamos ido cada vez mais às determinações globais.

Mas, imaginamos sim que “[...] na análise das ideias e do saber, prestamos uma atenção cada vez maior aos jogos da diferença; não acreditamos que, ainda uma vez, essas duas grandes formas de descrição se cruzaram sem se reconhecerem.” (FOUCAULT, 2013a, p.7).

Na verdade, os problemas colocados são os mesmos, visto que provocam efeitos inversos e podemos resumi-los em uma palavra: a crítica do documento. Assim, não pode haver mal-entendidos, pois desde que exista uma disciplina como a História, temos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos; e, principalmente, indagamos-lhes não apenas o saber que eles queriam nos dizer, mas se diziam a verdade e com que direito podiam afirmá-lo, se eram sinceros ou não, bem informados ou ignorantes, inclusive, se eram autênticos ou alterados. Entretanto, cada uma dessas questões, assim como toda inquietação crítica, apontava para um mesmo fim: reconstruir, a “[...] partir do que dizem estes documentos — às vezes com meias palavras —, do passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles, o documento sempre será tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável.” (FOUCAULT, 2013a, p.7).

Foucault (2013a, p.7) ensina que por uma mutação que não é de hoje e que ainda não se concluiu, “[...] a História mudou sua posição em relação ao documento: ela considera como sua tarefa primordial não interpretá-lo, se diz a verdade nem qual seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo.” Nesse sentido, a História organiza-o, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distinguindo o que é pertinente do que não é, identifica documentos, enfim, define unidades e descreve relações.

Para Foucault (2013a) o documento para a História não é mais a matéria inerte, por meio da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem em que se alicerçou durante muito tempo, embasada na Antropologia, servindo-se de documentos com o intuito de reencontrar suas lembranças. Enfim, esse campo do saber é o trabalho, a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.) que apresenta sempre, em toda parte e qualquer

sociedade, formas de permanências, espontâneas ou organizadas (FOUCAULT, 2013a).

Ainda, segundo Foucault (2013a, p. 8), “[...] o documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa.”

Essa ciência, em sua forma tradicional, dispunha-se a “memorizar” os *monumentos*¹⁹ do passado, transformando-os em documentos e fazendo valer seus rastros ou até dizendo em silêncio, de modo diferente o que diziam; em nossos dias, a história

[...] é o que transforma *documentos*²⁰ em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelo homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que eles tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto. (FOUCAULT, 2013a, p.8).

O filósofo em pauta menciona ter havido um tempo em que a Arqueologia “[...] se voltava para a História e só tinha sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; em nossos dias, a História se volta para a Arqueologia — para a descrição intrínseca do monumento.” (FOUCAULT, 2013a, p.8-9).

Após essa explanação a respeito de História, documentos e monumentos, voltamo-nos para os aspectos sociais, históricos e linguísticos presentes nos documentos analisados (os prefácios/apresentações), e associamo-nos à ideia inequívoca entre linguagem e sociedade. Com isso, direcionamos nossa análise à exterioridade dos prefácios/apresentações, identificando o seu vínculo social, seu modo de dizer e de se representar.

¹⁹ De acordo com Le Goff (1984, p.95), “A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*.” Estes materiais podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador. A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, donde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. “[...] desde a antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico e outros mais; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa.” (LE GOFF, 1984, p.95).

²⁰ Ainda, conforme Le Goff (1984, p.95), o termo *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente usado no vocabulário legislativo.

Em seguida, debruçamo-nos sobre a materialidade dos prefácios/apresentações, permitindo-nos pensar e realizar uma análise que, de fato, resultasse em um novo gesto de interpretação, tal qual concebeu Orlandi: “O gesto da interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível, é o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história.” (ORLANDI, 2012d, p.18, destaques da autora).

A respeito da interpretação, Orlandi (2012d, p.9) enfatiza:

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da língua. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos.

Além do exposto, é válido lembrar que os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser: jogam com a ausência, com os sentidos do não sentido. Desse modo, o homem não pode evitar a interpretação ou lhe ser indiferente, pois, mesmo sem percebermos, estamos interpretando — é um trabalho contínuo do homem em sua relação com o simbólico (ORLANDI, 2012d).

6.1 Análise do prefácio/apresentação da 1ª edição (1967) de *Comunicação em prosa moderna*

Ao iniciarmos a análise do prefácio/apresentação da 1ª edição (Anexo A) da obra *Comunicação em Prosa Moderna*, indagamo-nos: por que selecionamos determinados prefácios/apresentações e não outros? Será que exploraremos adequadamente, as materialidades discursivas por nós selecionadas? E os prefácios/apresentações que não selecionamos? E os que foram silenciados²¹? Esses questionamentos são feitos, com frequência, pelo pesquisador. Para entendê-los, é crucial lembrarmos que estes questionamentos fazem parte da pesquisa científica, pois nem sempre nos satisfazemos plenamente com a escolha feita, talvez por nossa expectativa elevada ou, até mesmo, pela sensação de completude ou de incompletude que pode nos invadir.

²¹ “O silêncio intervém como parte da relação do sujeito com o dizível.” (ORLANDI, 2007, p.71)

Talvez os nossos questionamentos sejam apenas fruto de nosso inconsciente, por isso atentamos para uma concepção materialista do discurso, isto é, o esquecimento número nº 1 e o esquecimento nº2.²² Orlandi (2012a, p. 35) explica que “[...] o esquecimento número dois é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre poderia ser outro.” Este esquecimento produz em nós a impressão da realidade do pensamento, já que ao falarmos, fazemo-lo de uma maneira e não de outra, esquecemo-nos de que o dizer poderia ser outro. O esquecimento nº 1 é também denominado de esquecimento ideológico, pertencente a ordem do inconsciente e resulta do modo como somos afetados pela ideologia. “Por esse esquecimento temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes.” (ORLANDI, 2012a, p.35).

Refletimos que os sentidos apreendidos dos prefácios/apresentação analisados podem ser outro(s), por serem discursos produzidos por determinado sujeito, inserido em determinada formação discursiva. Ponderamos, assim, que é possível encontrarmos em nossas leituras (dos prefácios/apresentações), retomadas, repetições, deslizamentos, silêncios, derivas, os quais podem nos conduzir a outros sentidos.

Em vista disso, alicerçada nos ensinamentos de Orlandi (2012a), nossa análise não objetiva a exaustividade horizontal, ou seja, em extensão; nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico, posto ser inesgotável e entendermos que “[...] por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes.” (ORLANDI, 2012a, p.62).

A exaustividade almejada (a vertical) foi considerada em relação aos objetos de análise e à sua temática. Segundo Orlandi (2012a, p.62), “[...] essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os dados como meras ilustrações. Trata de fatos da linguagem com sua

²² Pêcheux (2009, p.161-162) define o esquecimento número dois como um esquecimento pelo qual “todo sujeito-falante seleciona no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase.” O esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não poder, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.

memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva.”

Em decorrência dos fundamentos teóricos, desejamos que a nossa análise seja a mais objetiva possível e, criteriosamente, procuramos compreender o modo de produção de sentidos do objeto investigado. A análise foi realizada considerando, inicialmente, o prefácio/apresentação em sua totalidade. Na sequência, foram destacadas em negrito as asserções a serem analisadas, pois constituem os recortes feitos pela pesquisadora no objeto de estudo. Em razão disso, enfatizamos que em AD a constituição do recorte pode ser feito em movimento constante, em um ir e vir entre a teoria, a consulta ao *corpus* e a análise propriamente dita.

Iniciando nossa análise, procuramos explicitar os procedimentos adotados em Análise de Discurso e detectamos que a noção de funcionamento é central em AD, pois leva o analista “[...] a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de construção de sentidos e de sujeitos, lançando mão da paráfrase²³ e da metáfora como elementos que permitem um certo grau de operacionalização dos conceitos.” (ORLANDI, 2012a, p.77).

A seguir, investigamos a respeito do processo de produção do discurso e encontramos, em Orlandi (2012c, p. 9, destaque nosso), que ele perpassa por três momentos igualmente relevantes:

1. Sua **constituição**, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
2. Sua **formulação**, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas;
3. Sua **circulação** que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.

Depreendemos do excerto que a produção de sentidos envolve três momentos inseparáveis: a constituição, a formulação e a circulação. De acordo com Orlandi (2012c, p. 11), “[...] é a dimensão vertical, a da constituição, do interdiscurso (a memória, o saber discursivo) que organiza a repetição e também provoca eventualmente o esquecimento, e mesmo a denegação.” E complementa:

[...] o interdiscurso (constituição: dimensão vertical, estratificada) que determina o intradiscurso (formulação: dimensão horizontal, o da

²³ De acordo com Orlandi (2012a, p.36), “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é o dizível. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer.”

linearização do dizer). Todo dizer (intradiscurso, dimensão horizontal, formulação) se faz num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição). (ORLANDI, 2012c, p.11).

Nesse momento, a distinção entre constituição e a formulação fez-se necessária. Orlandi (2012a, p. 32-33) esclarece que a constituição, entre outras palavras, o interdiscurso é representado por um eixo vertical, no qual estão todos os dizeres já ditos e esquecidos, em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível; e o eixo horizontal, o intradiscurso, é o da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele dado momento, em determinadas condições.

Esclarece ainda Orlandi (2012a, p.33):

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos.

Como atualização da memória discursiva, a formulação estabelece-se, materialmente, pela presença do discurso no texto, a textualização. Por isso, nossa análise articulou autor/texto/comentário e seguiu o plano da formulação, que “[...] é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer e dá o contorno material ao dizer instaurando o texto.” (ORLANDI, 2012c, p.10).

A formulação como atualização e textualização da memória é a realização (a prática) de um sujeito, para o sentido, para o sujeito, para a história (ORLANDI, 2012c). Nesse caminho, questionamo-nos: como podemos tratar essa prática na AD? Identificando de que modo o discurso realizou-se, a partir de sua filiação a uma rede de memória, observando como coloca-se no texto.

Ao tratarmos da formulação, que dá corpo à linguagem, voltamo-nos, sistematicamente para o texto, pensando em seu funcionamento e seu sentido. Inferimos dele a sua textualidade, seu sentido; assim, pudemos construir um texto com eles, procurando neles (nos prefácios/apresentações) sua formulação, as condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas, ou seja, objetivamos dar corpo aos sentidos. Esse percurso nos levou a identificar as discursividades nos prefácios/apresentações, posto a discursividade consistir na inscrição dos efeitos da história na língua.

Segundo Orlandi (2012c, p.10), na formulação “[...] há um investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras.” É o momento em que o sujeito diz o que diz e assume-se autor, representando-se na origem do que enuncia com suas responsabilidades, necessidades, sentimentos, seus desígnios, suas expectativas, sua determinação. O sujeito é determinado pela exterioridade, mas, na forma-sujeito histórica, “[...] que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la.” (ORLANDI, 2012a, p. 50).

Nessa perspectiva, a formulação vem a ser o lugar em que essa contradição se realiza, ou seja, é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula e manifesta o seu discurso, dá o contorno material do dizer, instaurando o texto. Orlandi (2012c, p. 9) destaca ser “[...] na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, os sentidos se decidem e o sujeito se mostra (e se esconde). Formular é dar corpo ao sentido.” Como ser simbólico, o homem constitui-se em sujeito pela e na linguagem, vindo a inscrever-se na história para significar, com seu corpo ligado ao corpo dos sentidos. E é assim que o sujeito e o sentido são constituídos pela sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. E é assim que há o confronto do simbólico com o político (ORLANDI, 2012c).

Destaca a pesquisadora, que o corpo da linguagem e o do sujeito não são transparentes, são atravessados de discursividades, isto é, de efeitos desse confronto, em processos da memória, funcionando ideologicamente. Desse modo, entendemos que não há corpo que não esteja investido de sentidos e “[...] que não seja o corpo de um sujeito constituído por processos de subjetivação nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos.” (ORLANDI, 2012c, p.10). A partir disso, entendemos que o corpo do sujeito é ligado ao corpo social e isto não lhe é transparente.

Considerando que as condições de produção, em sentido estrito, implicam no contexto imediato e as circunstâncias da enunciação, em sentido amplo, consistem no contexto sócio-histórico, o ideológico, em um primeiro momento, a investigação dá-se pelo contexto mais amplo em que os prefácios/apresentações se integram. Dessa maneira, pudemos observar os sentidos que emanam da forma de

nossa sociedade com suas instituições, entre elas a Fundação Getúlio Vargas, o que nos permitiu compreender as condições de produção dos prefácios e a sua história, para entendermos que a produção de acontecimentos significam de modos diversos e afetam-nos em nossas posições políticas e ideológicas (ORLANDI, 2012a).

Em outro momento, ainda na formulação, voltamos para o contexto imediato em que o prefácio, objeto de nosso estudo, é encontrado e por conseguinte, constatamos ter sido escrito por Beatriz M. de Souza Wahrlich, diretora da Escola Brasileira de Administração Pública à época do lançamento do livro *Comunicação em Prosa Moderna*.

Procuramos conhecer um pouco de Beatriz M. de Souza Wahrlich e encontramos em Schumacher e Brasil (2000), que ela foi professora e administradora de empresas públicas, mestre em Administração Pública pela New York University, em 1954. Lecionou na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e exerceu diversos cargos na Administração Pública, tendo sido diretora dos Cursos de Administração e da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do DASP, chefe do Departamento Administrativo do BNDE²⁴ (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e secretária-executiva da Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Planejamento. Foi professora também na Escola do Comando e Estado Maior do Exército, no Instituto de Administração e Gerência da PUC, no Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Paraná. Foi consultora dos programas das Nações Unidas para o desenvolvimento e participou de congressos e conferências internacionais na Europa, EUA, América Latina, África e Ásia, patrocinados pelo Instituto Internacional de Ciências Administrativas da OEA, ONU, Fundação Ford, e outras instituições. Publicou dois livros sobre administração: *Administração de pessoa, princípios e técnicas* e *Uma Análise das teorias da organização*, ambos pela FGV. É autora de artigos e ensaios publicados no Brasil e exterior. Foi eleita, em 1977, vice-presidente do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, em Bruxelas, e foi casada com Hugo Wahrlich.

Ainda no contexto imediato em que o prefácio/apresentação objeto de nosso estudo é encontrado, tomamos conhecimento que o livro *Comunicação em*

²⁴ Em 1982 passou a ser Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar faz parte de uma série de livros publicados pelo Centro de Pesquisas Administrativas da EBAP, cuja coordenação editorial ficou a cargo do Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas. No tocante às condições de produção em sentido mais amplo, procuramos identificar os contextos sócio-histórico e ideológico do prefácio, e observamos a sua ligação com a Fundação Getúlio Vargas, instituição privada, que faz parte de uma sociedade historicamente constituída. Quanto à língua, sua unidade materializa-se em várias instâncias institucionais. Entre essas, acontece “[...] a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino (a criação de escolas e seus programas).” (ORLANDI, 2013b, p. 176).

Cabe ressaltar o argumento de Orlandi (2013b, p. 139) de que Língua, Ciência e Política estabelecem relações definidoras na construção dos sujeitos e da forma de sociedade, ao mesmo tempo em que o saber linguístico se constitui como ciência, “[...] a questão da língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado²⁵, relação esta que tem sua forma explicitada na formulação das políticas linguísticas: invasões, exclusões, hierarquizações, interdições.”

Assim, a noção de política linguística adquire outro sentido, pois, ao definir a língua que se fala, seu estatuto, onde, quando, os modos de acesso a ela — seja pelo ensino, pela produção de instrumentos linguísticos, pelo acesso a publicações, participação em rituais da linguagem, legitimação de acordos, pela construção de instituições linguísticas —, “[...] está se praticando as várias formas das políticas da língua, e ao identificá-la, está se produzindo seu conhecimento, sua análise, e dando a ela configuração singular.”(ORLANDI, 2013b, p. 139-140). Por esse ângulo, podemos concluir que as políticas linguísticas, adotadas em nosso país, ajudam-nos a compreender a questão de nossa língua.

A formulação, como já dissemos, é a atualização, a textualização da memória, como tal, é a realização (a prática) de um possível. “Para o sentido, para o sujeito, para a história.” (ORLANDI, 2012c, p.16). Dessa maneira, indagamos: como podemos tratar essa prática na AD? Compreendendo como o discurso realizou-se no prefácio/apresentação, a partir de sua filiação a uma rede de memória e como ele se apresenta no prefácio analisado. Por isso, ao tratarmos da formulação, que dá

²⁵ A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é uma instituição privada que prepara profissionais para atuar na Administração Pública.

corpo à linguagem, voltamos sistematicamente para o texto e à vista disso, depreendemos mais informações a respeito dos contextos sócio-histórico e ideológico (sentido amplo) em que o prefácio foi elaborado.

Constatamos datar a obra analisada de 1967, época em que na Linguística, o Gerativismo²⁶ estava em alta e os estudiosos da língua concentravam-se, em grande parte, nas propriedades da frase e não se interessavam por sequências maiores.

Ainda nas condições de produção (formulação) do prefácio da 1ª edição, depreendemos que elas abarcam o que é material, isto é, a língua sujeita ao equívoco e à historicidade, além do que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Então, voltamos para a constituição, o que chamamos de interdiscurso, representada por um eixo vertical, a qual temos os dizeres já ditos e esquecidos, representando o dizível. A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível, do interdiscurso. Todo dizer, na realidade, se encontra na junção dos dois eixos — o da memória (constituição) e o da atualização (formulação), desse jogo que tiramos sentidos (ORLANDI, 2012a).

Portanto, ao voltarmos para a constituição, inteiramos de que, à época do lançamento do livro *Comunicação em prosa moderna*, o Brasil encontrava-se em plena ditadura militar, com sistema de ideias e valores que perpassavam diferentes esferas: econômica, política e psicossocial (REZENDE, 2001). Certificamos que em março de 1967, o Brasil estava em plena crise social e política, o regime militar instaurado tinha como estratégia construir ampla adesão da sociedade para a construção, organização e condução da sua forma de organização social. Além do ideário de democracia, o regime militar almejava um sistema de ideias e valores que

²⁶ Segundo Kenedy (2013), a Linguística Gerativa ou Gerativismo, ou, ainda, Gramática Gerativa, é uma corrente que teve início nos Estados Unidos, no final da década de 1950, a partir dos estudos do linguista Noam Chomsky. Com a publicação do livro *Estruturas Sintáticas*, o linguista promove uma revolução no modo como a linguagem é analisada. De acordo com o autor, Chomsky apresentou uma mudança radical e impiedosa crítica à visão comportamentalista da linguagem sustentada pelos behavioristas, e chamou a atenção para o fato de um indivíduo humano sempre agir criativamente no uso da linguagem. Considerou o fato de que, a todo momento, os seres humanos constroem frases novas e inéditas, ou seja, frases jamais ditas pelo próprio falante que as produziu ou por qualquer outro indivíduo. O termo “gerativismo” é usado, geralmente, para se referir à teoria da linguagem desenvolvida por Noam Chomsky e seus seguidores.

se vinculavam a diferentes esferas: econômica, política e psicossocial. O governo apregoava a instauração de uma suposta democracia e se autodenominava um governo que se ajustava perfeitamente à realidade brasileira (REZENDE, 2001).

Ao iniciarmos a análise do prefácio da 1ª edição, encontramos:

Apresentação

Em março de 1964 a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Ford

firmaram um convênio para a execução de um programa de pesquisas sobre a administração pública brasileira e sua apresentação sob a forma de livros, monografias e casos, sendo este mais uma da série de livros do programa.

Fonte: GARCIA, 1967, p.v.

O excerto evidencia a relação da Fundação Getúlio Vargas com a Fundação Ford. Barros (2013, p. 256) elucida que “[...] os planos de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos tiveram importância na formulação de planejamentos de longo prazo por parte dos governos brasileiros e de seus técnicos.” Esses acordos fizeram com que os países considerados subdesenvolvidos seguissem o desenvolvimento dos países desenvolvidos, desconsiderando suas especificidades.

Miyamoto (1999, p. 83) aponta que, após o golpe de Estado em março de 1964, o Brasil foi criticado cada vez mais no contexto latino-americano e recebeu o rótulo de “país-chave” e “aliado preferencial” dos Estados Unidos, etc. As denúncias destacaram, com frequência, o papel do governo brasileiro como influência continental, por ter assumido uma postura imperialista ou subimperialista, com a implementação de políticas cuja finalidade era satelitizar os países da região, objetivando assim, alcançar supremacia indiscutível no Cone Sul.

Em relação aos cursos superiores de Administração no Brasil ou já com previsão de início antes dos anos 1960, Machado (1966) afirma terem recebido apoio dos Estados Unidos, visto os acordos assinados por ambos os países terem como objetivo a transferência de saberes, técnicas e modelos administrativos dos Estados Unidos para o Brasil.

Os fatos mostram a influência americana no ensino de nosso país, o que evidencia a ideologia se materializando e criando sentido: em 1967, época da ditadura militar no Brasil, o silêncio imperava, mas tinha sentido e, desse modo, construía as suas discursividades, por exemplo: a opressão, a falta de liberdade, o

imperialismo americano, entre outros. Todas estas discursividades fazem parte da história de nosso país e também nos permite explicitar o que é institucional, ou seja, a formação social de nosso país e sua ordem na época do lançamento do livro *Comunicação em Prosa Moderna*.

Oportuno enfatizar que, ao produzirmos nossas reflexões, organizamos e colocamos ao mesmo tempo, um arquivo dessa história à disposição para novas leituras de outros pesquisadores. Persistimos na abordagem discursiva, por possibilitar analisar os discursos da e sobre a língua, o que nos leva a praticar novas leituras de arquivo (ORLANDI, 2001). Com efeito, de acordo com Orlandi (2012d, p.67), “[...] pela noção discursiva de arquivo, podemos apreender o gesto que, na história, separa, divide o direito à interpretação e trabalha os modos de gerenciá-la.”

Na formulação **“Em março de 1964 a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Ford firmaram um convênio”**, podemos observar a presença americana no ensino brasileiro e o momento social, histórico e político no Brasil, conduzindo-nos a vislumbrar a memória de nosso país, ou seja, os acontecimentos marcantes de nossa história.

Ao investigarmos o regime militar, constatamos que iniciou-se em 31 de março de 1964, com a deposição do então Presidente da República, João Goulart, foi o período de governança dos militares, marcado pela prática de vários Atos Institucionais que estabeleceram censura, perseguição política, supressão de direitos constitucionais, total falta de democracia e repressão às vozes discordantes.

Segundo Vieira (2014), os diversos governos do período da ditadura militar no Brasil possibilitam conhecer o seu legado no nosso dia a dia. Promessas, demonstrações de eficiência, propaganda, atos antissociais, crimes, cadáveres, tudo foi apresentado ao povo brasileiro, sem trazer esperança e liberdade, sequer melhorando sua existência. A ditadura militar é autoritária e totalitária, pois é desempenhada por uma pessoa apenas, caso da ditadura de Getúlio Vargas, que foi implantada de 1930 a 1945, conhecida, também, como ditadura cesarista, ou por um pequeno grupo, por exemplo, o Regime Militar, que controlou as instituições sociais, de forma discricionária e completa, sem partido, nem ideologia definida. As ditaduras brasileiras no século XX foram instaladas de surpresa e silenciosamente: o Estado Novo Getulista (1937-1945) foi decretado por Getúlio Vargas, que, após anunciá-la no rádio, foi a um jantar na embaixada da Argentina e, em seguida, sucederam-se milhares de prisões sob tortura. De forma similar na ditadura de 1964, o povo não

sabia o que estava acontecendo, embora tenha havido um estardalhaço dos veículos de comunicação.

Com a implantação da ditadura, os militares expulsaram do governo constitucional João Goulart, levando-o para o exílio no Uruguai. Nos primeiros momentos do golpe, os líderes militares procuravam explicar-se e justificaram suas ações alegando o cumprimento da Constituição do Brasil. Todavia, na prática, desrespeitavam-na, atacando o governo constitucional.

Após 10 de abril de 1964, os militares entraram em ação e cassaram deputados, senadores, governadores, prefeitos, militares, desembargadores, embaixadores e ocupantes de funções públicas. Com a destituição de João Goulart da presidência do país, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, voltou à presidência da República, que havia sido declarada vaga, e entregou o cargo ao general Castelo Branco, eleito pelo Congresso Nacional em 11 de abril de 1964. O Congresso Nacional, após a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos, manteve-se com os representantes civis que ajudaram a deflagrar o golpe de Estado. A partir de então, o Congresso Nacional deu nova direção à sociedade brasileira, com o auxílio de várias organizações civis, criadas e alimentadas pela classe dominante. “Embora esta nova direção tenha utilizado militares e tecnocratas, suas origens derivam de profundos interesses nacionais e internacionais do capitalismo. Intérpretes do golpe de Estado de 1964 falam de ‘esvaziamento do poder civil’ e de ‘fim do ciclo civil’.” (VIEIRA, 2014, p.30).

Os fatos relatados levaram-nos ao primado do interdiscurso (a memória discursiva) e à ideologia. Como interpretação de sentido, em certa direção, ela foi sendo estabelecida na relação da linguagem com a história a partir dos mecanismos imaginários. Afirma Orlandi (2012d, p.31): “[...] a ideologia não é, pois, ocultação, mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido da refração, do efeito.”

Identificamos também no recorte ora analisado o silêncio instaurando o sentido, já que as palavras ao silenciar produzem sentidos. Confirmamos, desse modo, que a linguagem implica silêncio, que é o não dito visto do interior da linguagem, pois o silêncio é significante e fundante, garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz: a partir do silêncio, é possível o sujeito trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na contradição da relação do um com o

múltiplo, que aceita a reduplicação e o deslocamento e deixa-nos ver que todo discurso remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (ORLANDI, 2007).

Orlandi (2007, p.14) orienta: quando dizemos que “[...] há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam. As palavras são cheias de sentidos a não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas.” De acordo com a pesquisadora, o silêncio está presente em todas as situações discursivas, ou seja, atravessa as palavras, não é transparente e instaura processos significativos, complexos, muitas vezes.

O silêncio não coincide com a noção de não dito e, igualmente, não se recobrem teoricamente. Explicamos:

A concepção de SILÊNCIO não se esgota nos limites da distinção DITO/NÃO DITO. Mesmo porque o silêncio não tem de ser referido necessariamente ao dizer para significar. Ou seja, o silêncio *significa*, ele não fala. A matéria significativa do silêncio é diferente daquela da linguagem verbal, e remeter o silêncio à linguagem verbal é modificar sua matéria significante, o que não é indiferente ao processo significativo. (ORLANDI, 1989, p.39, destaque da autora).

Examina-se o silêncio como horizonte, iminência do sentido, silêncio que percorre as palavras, que “[...] existe entre elas, ou que indica que o sentido pode ser sempre outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante.” (ORLANDI, 2007, p.14).

E finaliza:

É nessa dimensão do significar, como jogo de palavras, em que importa mais a remissão das palavras para as palavras — desmontando a noção de linearidade e a que centra o sentido nos ‘conteúdos’ —, que o silêncio faz sua entrada. O não um (os muitos sentidos), o efeito do um (o silêncio literal) e o (in)definir-se na relação das muitas formações discursivas têm no silêncio o seu ponto de sustentação. Desse modo é que se pode considerar que todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras. (ORLANDI, 2007, p.15, destaques da autora).

Com efeito, a partir de Orlandi (2007, p.70), entendemos que “[...] linguagem é passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras.” Assim, é fundamental refletir que há uma margem de não ditos ao longo do dizer, que também significam.”

Percorrendo esse caminho, procuramos reconstituir os fatos²⁷ e constatamos que os anos de 1961 a 1965 foram de crise social e política no Brasil, marcada pela ditadura militar. Explica Orlandi (2012b) que, mediante o golpe de 1964, nossos mestres mais visados exilaram-se nos Estados Unidos ou na Europa. Havia a necessidade de deslocar-se para os grandes centros urbanos, a fim de participar de atividades políticas. A situação social e política na época da ditadura são descritas pela pesquisadora:

Ouvir e ler incessantemente ame-o ou deixe-o, ler os recados do esquadrão da morte ou do Comando Caça Comunistas (CCC), ver as 'procissões' do grupo 'Deus, Pátria, Família' dos desfiles da TFP (Tradição, Família e Propriedade), ver expostos cartazes com fotos de amigos próximos, professores ou alunos, onde se lia 'Procura-se' e embaixo 'terrorista' demandava um enorme esforço em não reagir só emocionalmente e, ao mesmo tempo, em encontrar um modo de dizer o que não podia ser dito: o político. (ORLANDI, 2012b, p. 18).

Nesse período, tivemos três presidentes: o primeiro, (Jânio Quadros) foi eleito, levado a renunciar; o segundo, depois de árdua batalha para tomar posse (João Goulart), foi deposto; o terceiro (Humberto Alencar Castelo Branco) foi indicado para o cargo presidencial após a deflagração do golpe de 1964. Elucida Silva (1975, p. 17) que “[...] essa sequência de substituições irregulares evidencia a crise política, o fato político dentro do qual se desenvolveram a crise militar e a crise socioeconômica.”

Em março de 1964, o Brasil está em plena crise política. Segundo Silva (1975, p.20), “[...] a origem da crise política decorre da crise institucional, já delineada desde os primeiros anos da vigência da Constituição de 1946.” Surge da separação cada vez maior entre a nação e sua representação, gerando episódios dramáticos, em especial, a partir de 1954. As crises de poder sucedem-se de 29 de outubro de 1945 (deposição de Vargas) a 31 de março de 1964 (deposição de Jango).

Nesse interregno registraram-se: os impedimentos de Café Filho e Carlos Luz, em 1955; a renúncia de Jânio, em 1961; a batalha da posse de Jango; a adoção do parlamentarismo; o plebiscito presidencialista. Os últimos acontecimentos do governo Jango confirmaram a permanência da crise. (SILVA, 1975, p.21).

²⁷ A reconstituição dos fatos forneceu-nos a memória de nosso país.

Ao longo de nossa história, é possível encontrar diversas manifestações por parte de diferentes setores da sociedade, que se sentiam explorados e oprimidos. Tais movimentos resultaram, muitas vezes, em luta armada. No Brasil, há inúmeros casos em que os militares integraram movimentos armados: a luta da direita em 1932 e o golpe de 64, por exemplo. Esses movimentos internos não podem ser considerados guerras, senão movimentos contra o Estado, ou melhor, contra o poder instituído (SAUTCHUK, 1995).

A ditadura militar introduzida no Brasil após o golpe de Estado de março de 1964 foi um período tenebroso na história de nosso país. O regime militar, inclusive, foi implantado com a finalidade de defender os interesses das elites nacionais aliados ao capital estrangeiro. Nessa direção, a História mostra que movimentos sociais e políticos fazem parte inexorável da humanidade, permitindo-nos inferir que a língua, para fazer sentido, precisa da intervenção da História. “E com ela o equívoco, a ambiguidade, a opacidade, a espessura material do significante. Daí a necessidade de administrá-la, de regular as suas possibilidades, as suas condições.” (ORLANDI, 2012d, p.67)

Desvendando a história, nos tempos modernos, é possível encontrar as revoluções europeias, a saber: a inglesa e a francesa. Na América, tivemos a revolução americana. Ainda no século XX, a revolução soviética, a chinesa e a cubana. Um fato inerente a esses movimentos é o desejo por mudanças, ou seja, é a luta do oprimido contra o opressor.

No Brasil, a ditadura militar implantada de 1964 a 1985 empenhava-se em demonstrar que suas ações, medidas, atos e desígnios constituíam ideias e valores eminentemente democráticos, apregoando serem seus desígnios e ações fundamentados na verdadeira democracia. As pressuposições a respeito da ideia da genuína democracia perpassou todo o regime militar, especialmente nos anos mais repressores, de 1968 a 1973 (REZENDE, 2001).

O regime militar instaurado em 1964 tinha como estratégia construir ampla adesão da sociedade para a construção, organização e a condução da sua forma de organização social. Além do suposto ideário de democracia, o regime militar almejava um sistema de ideias e valores que se vinculavam a diferentes esferas, quais sejam: econômica, política e psicossocial. Rezende (2001, p.3) comenta:

O regime militar cavava reconhecimento para os seus propósitos buscando consubstancialidade entre os valores militares e os valores (ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina) que, segundo ele, eram socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira.

O comando militar pretendia a instauração de uma suposta democracia e se autodenominava como uma democracia que se ajustava perfeitamente à realidade brasileira. A esse respeito, é oportuno destacar que os regimes ditatoriais sempre tentaram legitimar suas ações, buscando o reconhecimento da sociedade para os seus propósitos e valores. No Brasil, a noção de democracia apregoada pelos militares pode ser considerada um “lamentável mal-entendido” nos dizeres de Rezende (2001).

Orlandi (2012b) relata que, nessa época, era abundante a produção discursiva do regime militar: com Castelo Branco, em 1964, tivemos a criação do SNI, com a segurança nacional justificando seus atos arbitrários, convivia-se com a possibilidade de intervenção nos estados, o fim dos partidos e das eleições, inúmeros atos ditatoriais, a limitação do direito de greve, a deposição de governadores, a institucionalização do golpe, chamando-o de “Revolução”, nos anos 1969/1974.

Mediante a censura imposta, os militares saturavam a sociedade com seus sentidos, propagandas, falta de liberdade, censura e perseguições, com discursos sobre democracia, apregoando a intenção de salvar o país da ameaça comunista ou, simplesmente, salvar o país. A esses fatos soma-se o plano de estímulo ao patriotismo com a criação do curso de Educação Moral e Cívica e Estudo de Problemas Brasileiros. Enfim, os militares impunham seu patriotismo como argumento político e criaram o “Milagre Econômico”. Entretanto, silenciam Paulo Freire e, com seus programas e leis, inclusive na Universidade, apregoavam uma suposta modernização que leva o país a uma crise na educação (ORLANDI, 2012d).

Todas essas práticas são constituídas por discursividades: as do golpe e as das resistências que se desenvolvem ao mesmo tempo. Nessa conjuntura, as discursividades impulsionavam a desvirar os discursos, de mostrar outros sentidos e, principalmente, a ler outras palavras naquelas palavras. Enfrentava-se a situação política na contradição, entendendo que o silêncio trabalha politicamente e o faz significando o que não pode ser dito. Compreendemos que o silêncio, nesse

contexto, “[...] é a própria condição do sentido, ele aparece como o espaço ‘diferencial’ da significação: ‘lugar’ que permite a linguagem significar.” (ORLANDI, 2007, p. 68, destaques da autora).

Ao expormos a interferência dos militares na sociedade brasileira, damos corpo aos sentidos e produzimos um gesto de interpretação que resulta na materialidade do dizer no interdiscurso (no dizível), para fazer sentido. Concomitantemente, evidenciamos o momento social, político e histórico, permeando os espaços discursivos do prefácio/apresentação, o que nos leva a entender como os sentidos materializam-se no discurso.

Essa associação possibilitou-nos detectar as discursividades presentes no prefácio/apresentação e a sua compreensão. Cabe reiterar que nossa pesquisa está ancorada no domínio da História das Ideias Linguísticas, por isso, é pertinente a reflexão que realizamos a respeito dos acontecimentos marcantes da história de nosso país, sua memória, enfim, a História materializando-se e criando sentido.

No tocante às condições de produção, Orlandi (2012a) argumenta constituírem os discursos e funcionarem segundo certos fatores, um deles é a relação de sentidos. De acordo com essa noção, não há discurso que não se relacione com outros que o sustentam, pois o sentido resulta de relações com outros dizeres. “Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Desse modo, não há começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.” (ORLANDI, 2012a, p.39).

Resta-nos esclarecer que todos esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam nas formações discursivas. Assim não são “[...] os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como eles estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções.” (ORLANDI, 2012a, p. 40). Essas projeções permitem passar das situações empíricas, ou melhor, os lugares dos sujeitos, para as posições dos sujeitos no discurso, e é essa a distinção entre lugar e posição.

Insiste, ainda, Orlandi (2012a, p.40) que “[...] em toda a língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva).” Portanto, o que significa no discurso são essas posições, pois significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber já dito). Essa

compreensão permitiu-nos identificar o contexto sócio-histórico em nossos prefácios e a observar o saber já dito, enfim, a memória subjacente ao prefácio. A seguir, em nosso recorte, destacamos a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Ford:

Pelo convênio, os recursos concedidos pela **Fundação Ford** se destinam à remuneração dos trabalhos de pesquisas e preparação de originais, cabendo à **Fundação Getúlio Vargas** os encargos com a publicação das obras e com a infra-estrutura técnico-administrativa para a execução do acordo.

Fonte: GARCIA, 1967, p. v.

A leitura do excerto levou-nos a identificar memória do dizer (sua constituição), fazendo intervir o contexto histórico e a memória (o saber já dito) de nosso país, em 1967. Constatamos que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) é uma instituição privada brasileira, fundada em 1944, com o objetivo de qualificar pessoal para a administração pública e privada do país, o que nos possibilitou conhecer o contexto sócio-histórico do prefácio-objeto do estudo, além de permitir-nos esmiuçar a memória de nosso país.

A FGV é uma instituição pioneira no campo da educação, sendo reconhecida por seus programas de graduação, mestrado e doutorado. É um centro de ensino de qualidade que se dedica ao desenvolvimento intelectual de nosso país, possui uma política de promoção e incentivo à produção e ao aperfeiçoamento de ideias, dados e informações, tornando-a uma das mais importantes instituições nos cenários nacional e internacional. Inaugurou, no Brasil, a graduação e a pós-graduação *stricto sensu* em Administração Pública e Privada, bem como a pós-graduação em Economia, Psicologia, Ciências Contábeis e Educação. Os seus programas de graduação, especialização, mestrado, doutorado, pesquisa e consultoria oferecem cursos considerados pelo mercado de trabalho como altamente qualificados (FGV, 2014).

A Fundação Getúlio Vargas tem a Editora FGV, criada em 1945, com a missão de divulgar a produção acadêmica da instituição. Executa projetos editoriais e publica livros por encomenda e revistas produzidas pelas escolas e unidades da FGV, quais sejam: Conjuntura Econômica e Revista Brasileira de Economia (RBE). As duas revistas foram lançadas em 1947 e são consideradas tradicionais na área econômica, embora tenham tratamento e apresentação distintos. A instituição edita, também, revistas voltadas para a divulgação da produção acadêmica e análise

crítica, tais como, Revista de Administração Pública (RAP), Revista de Administração de Empresas (ERA) e Revista Estudos Históricos do CPDOC, entre outras (FGV, 2014).

Quanto à Fundação Ford, é uma organização privada, sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos para dar apoio às pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo, comprometidas com a democracia, a redução da pobreza, a injustiça social e o desenvolvimento humano. Fundada em 1936, tem o objetivo de auxiliar a produção e a divulgação do conhecimento, apoiando a experimentação e promovendo o aprimoramento de indivíduos e organizações. Possui escritório no Brasil, localizado na cidade do Rio de Janeiro, e está entre os mais antigos dos dez escritórios que a Fundação Ford mantém no exterior (FUNDAÇÃO FORD, 2014).

A partir da ideia de que a unidade da língua materializa-se nas diferentes instâncias institucionais, entendemos que a Fundação Getúlio Vargas, com a publicação do livro *Comunicação em prosa moderna*, passa a contribuir na construção da unidade de nossa língua, de um saber sobre ela.

De volta à análise do prefácio, encontramos:

O objetivo desse programa é o enriquecimento de nossa bibliografia especializada, com trabalhos que **espelhem a experiência brasileira** e encerrem a reflexão dos estudiosos de nossa problemática administrativa.

Fonte: GARCIA, 1967, p. v.

A discursividade presente no enunciado evidencia o objetivo da FGV de enriquecer a bibliografia especializada, assim como a criação de trabalhos que viessem ao encontro da experiência brasileira. Podemos concluir que essa era a ideologia vigente na época: enaltecer os valores nacionais e cívicos, a fim de fortalecer a identidade nacional e, conseqüentemente, legitimar o governo militar. Desse modo, há a ideologia em sua prática. A esse respeito, Althusser (2003) assevera que a ideologia materializa-se nos atos concretos, assumindo, com essa finalidade, um caráter moldador das ações, e leva-nos a concluir que a prática existe em uma ideologia e por meio dela.

Com base em Pêcheux, Orlandi (2007) argumenta que a ideologia não funciona como um sistema fechado (e sem falhas), nem a língua como um sistema homogêneo. A relação entre língua e discurso faz-se por reconhecimento, sendo as suas fronteiras colocadas em causa constantemente. A língua não existe na forma

de um bloco homogêneo de regras, organizado tal como uma máquina lógica. Daí que surge o vai e vem incessante “[...] entre a ordem das coisas, do pensamento e do discurso, e que mostra a decalagem constante entre pensamento e forma gramatical na constituição discursiva dos referentes. Há, em suma, uma separação irremediável entre a ordem das coisas e do discurso.” (ORLANDI, 2007, p.19-20).

As ideias apresentadas a respeito da ideologia impulsionaram-nos a enriquecer os fundamentos teóricos a respeito do assunto. Consideramos, assim, oportunas as considerações de Eagleton (1997) que explica ninguém ainda ter proposto uma definição única e adequada de ideologia: não porque as pessoas dessa área têm pouca inteligência, mas porque o termo ideologia possui uma série de significados convenientes, nem todos compatíveis entre si. A palavra ideologia é, portanto, um *texto*, tecido com uma trama de diferentes fios conceituais, traçados por divergentes histórias.

Eagleton (1997, p.15) elenca algumas definições de ideologia, atualmente, em circulação:

- a) processo de produção de significados, signos e valores na vida social; b) um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social; c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) a conjuntura de discurso e poder; k) veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para a ação; m) confusão entre realidade lingüística e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p) processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

Expõe o autor ser possível identificarmos, na lista, alguns elementos conciliáveis entre si. Em primeiro lugar, nem todas as formulações são compatíveis: se a ideologia significa *qualquer* conjunto de crenças motivadas por interesses sociais, então não se pode simplesmente representar as formas de pensamento *dominantes* em uma sociedade.

Algumas dessas formulações concebem um sentido de percepção inadequada da realidade, enquanto a definição de crenças orientadas para a ação deixa em aberto essa questão. Essa distinção é um importante objeto de controvérsias na teoria da ideologia e reflete as desavenças entre duas das

tradições inseridas no termo. De modo geral, Hegel e Marx e Georg Lukács, e até alguns pensadores marxistas posteriores, estiveram muito preocupados com a ideia de verdadeira e falsa cognição, com a ideologia como ilusão, distorção e mistificação; uma outra tradição de pensamento, menos epistemológica do que sociológica, direcionou-se mais para a função das ideias na vida social do que para seu caráter real ou irreal. Nesse cenário, a herança marxista hesita entre as duas correntes intelectuais, visto terem ambas algo importante a nos dizer (EAGLETON, 1997).

Ainda, nas considerações de Eagleton (1997), ao refletirmos a respeito do significado de um termo específico, é útil entender como poderia ser utilizado por pessoas comuns, caso chegasse a sê-lo. Ao afirmarmos, em uma conversa corriqueira, que alguém está falando ideologicamente, estamos examinando uma determinada questão segundo uma rígida estrutura de ideias preconcebidas, as quais distorcem a nossa compreensão.

O autor argumenta: “eu” vejo as coisas como elas realmente são; “você” as vê de maneira tendenciosa, através de um filtro imposto por algum sistema doutrinário externo. Há, em geral, uma sugestão de isso envolver uma visão extremamente simplista do mundo, isto é, que falar ou avaliar ideologicamente é fazê-lo de maneira esquemática, estereotipada, talvez até com um toque de fanatismo. Em vista disso, aqui teríamos o oposto de ideologia, mais “verdade empírica” ou “pragmática” do que “verdade absoluta”. “Esse ponto de vista tem o venerável apoio do sociólogo Émile Durkheim, para quem o método ideológico consiste no uso de noções para governar a colação dos fatos, mais do que derivar noções dele.” (EAGLETON 1997, p.17, destaques do autor).

Alega o autor que a ideologia como forma esquemática e inflexível de ver o mundo, opondo-se a uma sabedoria mais simples, foi elevada, no pós-guerra, da condição de sabedoria popular à posição de uma teoria sociológica elevada. Segundo o teórico político norte-americano Edward Shils, as ideologias são explícitas, fechadas, resistentes a inovações, promulgadas com grande dose de afetividade e requerem a total adesão de seus devotos. Isto é, que a União Soviética está nas garras da ideologia e os Estados Unidos veem as coisas como realmente são. Não temos aqui um ponto de vista em si mesmo ideológico, pois tentar alcançar algum objetivo político modesto e pragmático, tal como derrubar o governo democrático eleito do Chile, é uma questão de adaptar-se de modo realista aos

fatos, e enviar tanques para a Tchecoslováquia é um exemplo de fanatismo ideológico (EAGLETON 1997).

Em seguida, a acepção “**com trabalhos que espelhem a experiência brasileira**”, cria a ideia do que é genuinamente brasileiro, ou seja, ao nacionalismo. Lima (2008) elucida que a principal força motriz do nacionalismo brasileiro foi a camada mais organizada e influente na história recente do Brasil: os militares. Eles promoveram uma arrumação nas ideias nacionalistas com a finalidade de adaptá-las aos seus interesses. Dessa forma, o nacionalismo brasileiro ganhou contornos positivistas e autoritários. Apregoando a implantação de uma nova teoria política, os militares tomaram o poder e nele permaneceram por mais de 20 anos. O nacionalismo funde-se com a história da participação das forças armadas nas questões políticas da nação, embora só tenham assumido o poder e efetivando-se de forma direta após o golpe militar de 1964.

No enunciado abaixo, é enfatizada a importância da Comunicação, que deve acontecer em termos “claros, precisos e corretos,” de modo a haver um entendimento eficaz entre as pessoas.

A seguir:

Na série por nós idealizada, não poderia faltar **um volume sobre Comunicação**, pois na Administração Pública, como, de resto, em todos os setores da atividade humana, a comunicação em **têrmos claros, precisos e corretos** é um problema que não pode ser relegado a plano secundário, essencial que é a um eficaz entendimento entre as pessoas.

Fonte: GARCIA, 1967. p.v.

A comunicação em “termos claros, precisos e corretos” pode ser entendida a partir dos dizeres de Charaudeau (2010, p.67) de que “[...] o ato de comunicação é um dispositivo cujo centro é ocupado pelo sujeito falante (o locutor, ao falar ou escrever), em relação com um outro parceiro (o interlocutor).” Os componentes desse dispositivo são:

- a) A **situação de comunicação** constitui o enquadre ao mesmo tempo físico e mental no qual se acham os parceiros da troca linguística, os quais são determinados por uma identidade (Psicológica e social) e ligados por um contrato de comunicação.
- b) Os **modos de organização do discurso** que constituem os princípios de organização da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: Enunciar, descrever, contar, argumentar.

c)A **língua**, que constitui o material verbal estruturado em categorias linguísticas que possuem, ao mesmo tempo e de maneira consubstancial, uma forma e um sentido.

d)O **texto**, que representa o resultado material do ato de comunicação e que resulta de escolhas conscientes (ou inconscientes) feitas pelo sujeito falante dentre as categorias de língua e os modos de organização do discurso, em função das restrições impostas pela Situação. (CHARAUDEAU, 2010, p.68, **grifos do autor**).

Comunicar é um fenômeno bem mais complexo do que propagam determinados trabalhos especializados em comunicação, pois não consiste apenas em transmitir informação. Essa ideia, é originária das gramáticas gerais do século XVII, foi retomada pela Filosofia e pela Lógica do século XIX e enfim institucionalizada pela Escola do século XX, em consonância com o entendimento de a linguagem ser o reflexo do pensamento. Assim, bastaria conceber claramente (pelo pensamento) para nos expressarmos claramente (pela linguagem); sabemos contemporaneamente “[...] que os processos de concepção e de compreensão estão intrinsecamente ligados aos processos de produção de linguagem, além do entendimento que pensamento e linguagem constituem-se um ao outro numa relação de reciprocidade.” (CHARAUDEAU, 2010, p.68).

Por outro lado, em Linguística, Jakobson (2010) afirma que o instrumento principal da comunicação é a linguagem, qualquer ato de fala envolve uma mensagem e quatro elementos conexos: o emissor, o receptor, o tema (tópico) da mensagem e o código utilizado. Apesar do esquema de comunicação de Jakobson ter sido considerado uma referência, foi criticado por semioticistas, por seu caráter muito geral. Isso não tirou o mérito de ter introduzido a língua na atividade de linguagem e suas concepções foram retomadas em diferentes disciplinas, com maior ou menor precisão.

No enunciado abaixo, encontramos a afirmativa “*um livro que ensinasse a escrever, ensinando a pensar.*”

Daí têmos²⁸ recebido com especial agrado o projeto do prof. OTHON MOACYR GARCIA, conhecido e conceituado técnico, que aqui já havia exercido o magistério, de um livro que “**ensinasse a escrever, ensinando a pensar.**”

Fonte: GARCIA, 1967, p. v.

²⁸ Consideramos a escrita original, de 1967.

Othon Moacyr Garcia declara, em vários momentos, em seu livro, que o seu objetivo principal é “ensinar a escrever, aprendendo a pensar”, como explicitado no subtítulo da sua obra. Conforte (2011) comenta que, em *Comunicação em Prosa Moderna*, nos deparamos com um pensador da língua preocupado com a boa produção escrita do aluno, e antes de tudo, que este aluno seja capaz de organizar o próprio raciocínio. E, a partir dessa ideia central, cria um método sem precedentes para atingir a proposta no livro. Para Othon M. Garcia, para aprender a bem escrever, deve-se antes aprender a bem pensar. Não se pode, portanto, negar-lhe o pioneirismo na sistematização desse ponto de vista. *Comunicação em Prosa Moderna* é obra presente desde a sua primeira edição em diversos cursos do ensino superior (Letras, Comunicação, Administração, etc.), ainda que indiretamente, influenciou gramáticas, livros didáticos e, principalmente, manuais de redação.

Observando a obra de Othon M. Garcia, vimos que as partes quarta, quinta e sexta da obra *Comunicação em Prosa Moderna* contêm os seguintes capítulos: *Eficácia e Falácias da Comunicação*; *Pondo Ordem no Caos e Como Criar Ideias*, os quais constituem o cerne da obra de Othon M. Garcia e são um longo desdobramento de sua tese principal, a de que, para escrever bem, é preciso organizar, antes de tudo, o pensamento. O próprio autor admite representarem estas três partes, juntamente com a 7ª, “Planejamento”, as características principais da sua obra. Segundo Conforte (2011) Othon M. Garcia não se volta para a descrição gramatical, mas para a Lógica, a Filosofia e a Metodologia, dispondo de elementos para a utilização dos recursos da língua, dentre eles, os aspectos estilísticos.

Objetivando a compreensão dos caminhos trilhados por Othon M. Garcia na construção da ideia “de que para escrever bem, é preciso organizar antes de tudo, o pensamento”, procuramos inteirar-nos a respeito do pensamento e a sua relação com a linguagem. Segundo Auroux (1998, p. 221), “[...] como pensamento, designa-se habitualmente um tipo de atividade essencialmente exemplificada nos sujeitos humanos, a ponto de se vislumbrar fazer dela seu traço distintivo em relação aos outros animais.” Na concepção do autor, esse tipo de atividade relaciona-se à capacidade de interagir com o outro, prever o que vai ocorrer, decidir uma ação em função daquilo que se viveu, etc. É possível distinguir dois elementos no pensamento propriamente dito: “[...] de início, *uma representação ou conteúdo de pensamento*, em seguida, *a própria atividade do pensamento* enquanto justamente

ela é atividade (eu *me* represento alguma coisa).” (AUROUX, 1998, p.221, destaques do autor).

De acordo com o pesquisador, a linguagem é (notadamente) uma realidade material (sons) perfeitamente identificável como tal. Há certa relação entre linguagem e pensamento: o termo grego *logos* pode designar um ou outro, ou até o conjunto dos dois. Mas, como vimos, a concepção tradicional faz da linguagem a exteriorização e, por consequência, a imagem do pensamento. Logo, não é estranho poder colocar-se a questão de saber se podemos pensar sem linguagem, ou sustentar que, sem pensamento, não há linguagem. Essa é uma questão tradicional, parte da reflexão filosófica, retomada pela Psicologia. Na opinião do autor, “[...] duas teses delimitam as respostas possíveis para essa questão: i) o verdadeiro pensamento não é lingüístico, toda expressão lingüística é uma degradação do pensamento; ii) o pensamento é apenas linguagem (nominalismo).” (AUROUX, 1998, p. 221-222).

Auroux (1998) comenta que essas questões estão longe de serem simples e colocam em jogo uma questão ontológica; se se admite que a linguagem é pensamento, pode-se convir que é um processo material e, de modo geral, os que sustentam não ser o pensamento da mesma natureza que a matéria veem nele algo distinto da linguagem. A partir dessa questão, o estudioso busca esclarecer a relação entre pensamento e linguagem, e compara os programas de computador com o comportamento linguístico humano. Indaga: por que a atividade linguageira humana não pode ser comparada aos algoritmos dos programas de computador? Suponhamos que um programa de computador é capaz de gerar todas as frases de uma língua, as quais um locutor humano reconhecerá como corretas (somente elas). E questiona: existe algo que diferencie esse programa da faculdade humana?

Essas questões, hoje em dia, são relacionadas ao problema de *intencionalidade*, manifestação, tecnicamente, do que se entende por intencionalidade, e isso se deve a Husserl. Para Husserl, a intencionalidade é uma propriedade da consciência que pode ser resumida pelo fato de que toda consciência o é de alguma coisa. Sustenta-se então que à intencionalidade acrescentam-se a reflexividade (toda consciência é consciência de si mesma ao mesmo tempo que o é de outra coisa) e a subjetividade e/ou interioridade (o ponto de vista de uma consciência sobre o mundo é único e somente aquela pode ter acesso a este) para podermos definir o que se entende por consciência. Tudo isso

somado, o que falta ao texto escrito (segundo Platão), ou ao computador ao mostrar uma mensagem na tela, é a consciência. Conclui Auroux (1998, p.224): “[...] o pensamento humano é consciência: onde não há consciência não há nem pensamento nem linguagem, no máximo uma imagem do pensamento ou da linguagem.”

Todavia, nossa abordagem sobre o pensamento e a linguagem não poderia deixar de mencionar Vigotski (2008), para quem a relação entre pensamento e palavra é um processo, um movimento constante, do pensamento para a palavra, e vice-versa. Para ele, a relação entre o pensamento e a palavra passa por transformações, consideradas um desenvolvimento funcional. Julga que “[...] o pensamento não é simplesmente expresso em palavras; é por meio delas que ele passa a existir.” (VIGOTSKI, 2008, p.156-157).

Esclarece ainda Vigotski (2008, p.157):

Cada pensamento tende a relacionar alguma coisa com outra, a estabelecer uma relação entre as coisas. Cada pensamento se move, amadurece e se desenvolve, desempenha uma função, soluciona um problema. Esse fluxo de pensamento ocorre como um movimento interior através de uma série de planos. Uma análise da interação do pensamento e da palavra deve começar uma investigação das fases e dos planos diferentes que um pensamento percorre antes de ser expresso em palavras.

Pensamento e linguagem refletem a realidade de uma forma diferente daquela da percepção, são a chave para compreender a natureza da consciência humana. As palavras exercem um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Enfim, a palavra é um microcosmo da consciência (VIGOTSKI, 2008).

A seguir, destacamos o *certo* e o *errado* no enunciado:

Como o leitor verá, não se trata de simples manual em que, mais uma vez, se colocassem e discutissem as velhas e batidas questões do “**certo**” e do “**errado**” em língua portuguesa.

Fonte: GARCIA, 1967, p.v.

Othon Garcia destaca a questão do “*certo*” e do “*errado*”, e lhes faz menção em diversos momentos de sua obra. Exemplo disso é o capítulo 4.0 da terceira parte, constante na 1ª edição (1967) e nas edições subsequentes, em que

mostra a preocupação com a qualidade do parágrafo e da frase no geral, além de discutir os conceitos de unidade, coerência e ênfase:

A correção gramatical é, sem dúvida, uma das mais importantes qualidades do estilo. Mas nem sempre a mais importante: uma composição pode estar absolutamente correta do ponto de vista gramatical e revelar-se absolutamente inaproveitável. Nós professores topamos todos os dias com exemplo disso. É verdade que erros grosseiros podem invalidar outras qualidades do estilo. Mas a experiência nos ensina que os defeitos mais graves nas redações de alunos do curso fundamental — e até superior — decorrem menos dos deslizes gramaticais que das falhas de estruturação da frase, da incoerência das idéias, da falta de unidade, da ausência de realce. (GARCIA, 1967, p. 251).

A respeito da correção gramatical, Conforte (2011, p.25) comenta: “[...] ainda que Othon M. Garcia reconheça a importância da correção gramatical, prefere considerá-la instrumento ancilar da produção textual e, até certo ponto, se opõe à sua ortodoxia.” Em sua opinião, Othon não rejeitou a tradição gramatical, embora tenha criticado seus pontos fracos, utilizou-a da melhor forma possível, moldando-a para seu aproveitamento como instrumento de ensino eficaz dos meios de expressão. Criticou a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), mas preferiu não substituí-la por qualquer terminologia, visto condenar o uso excessivo de termos da Retórica tanto quanto o uso de novas terminologias linguísticas (CONFORTE, 2011).

Orlandi e Guimarães (2001) esclarecem que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) foi instaurada em 1959 e estabelecida a partir de um decreto do Ministério da Educação e da Cultura, que tornou obrigatória (oficial) para o ensino no Brasil uma nomenclatura fixa dos fatos gramaticais, tais como: partes da gramática, classes da gramática, classes das palavras, entre outras. Essa nomenclatura decretada pelo Estado passa a anular os efeitos de uma posição original de autores assumida por gramáticos, que não mais falam dos fatos da língua, mas repetem uma nomenclatura imposta.

A NGB marca uma mudança fundamental na normalização da língua no Brasil, pois a homogeneização da terminologia atinge, igualmente, as discussões dos gramáticos. Em vista disso, a questão da língua torna-se uma questão dos linguistas e não mais somente da competência do gramático. Desde então, a Linguística passa a intervir na produção das gramáticas do português no Brasil, o que não é sem consequência para as discussões entre o português do Brasil e o de Portugal (ORLANDI, 2001).

Na sequência, destacamos a questão do *certo* e do *errado* em nossa língua, por ser uma questão que abarca discussões e pesquisas relacionadas ao ensino da nossa língua. Assim, tratamos esse tema em relação à “norma” e sua ligação com a língua que se fala, com o discurso pedagógico e a questão sociopolítica que perpassa nossa língua. O recorte no instrumento de análise foi feito, porque o “[...] que nos interessa são pontos no texto onde aflora a discursividade em seu real contraditório: incompleto, lugar de tensão entre o mesmo e o diferente, dispersão do sujeito e do sentido.” (ORLANDI, 2012c, p. 12).

O vínculo entre a língua que se fala e a questão da norma envolve estudos cujas temáticas são a língua em suas variedades. Segundo Orlandi (2014, p.81), “[...] fala-se em *norma gramatical*, quando relacionada à gramática normativa, considerando, em geral, no uso da língua, que o que está de acordo com ela é correto, e o que não está, é incorreto. Nesse sentido, ela é valorativa, como qualquer norma.”

Em relação à norma-padrão, deve ser entendida de modo mais estrito, por estar vinculada a uma língua *standard*, modelo, também normatizada conforme as prescrições representadas na gramática tradicional. A norma-padrão é aquela praticada na escola e nos livros didáticos, como modelo e que resulta de uma estabilização da língua produzida em certo momento de sua história na sociedade. Não podemos pensar a norma-padrão sem considerar sua relação com a língua nacional, a língua oficial, as línguas maternas, etc. A norma culta resulta da prática da língua em um meio social, e como tal é considerada por tomar como referência pessoas de nível superior completo, nascidas e criadas em grandes centros urbanos (ORLANDI, 2011).

A partir da questão do *certo* e do *errado*, foi possível entender a função social da norma na escola e sua valorização em relação à posição do sujeito na sociedade e a possibilidade de acesso à escolarização, além dos possíveis benefícios que proporciona ao cidadão: cultura, acesso a leituras, aos melhores textos, etc., conforme assevera Orlandi (2011).

Na perspectiva do discurso e sua relação com o *certo* e o *errado*, segundo Orlandi (2011), poderíamos distinguir três tipos de discurso, em seu funcionamento: lúdico, polêmico e autoritário. No discurso lúdico, há expansão da polissemia, pois seu referente está exposto à presença dos interlocutores. No discurso polêmico, a polissemia é controlada e os interlocutores procuram

direcionar, cada um por si, o referente do discurso. No discurso autoritário, há a contenção da polissemia, pois o referente faz-se ausente, oculto pelo dizer, e não há interlocutores, pois o agente do discurso pretende-se único e oculta o referente pelo dizer. Esse discurso recusa outra forma de ser que não a linguagem.

O discurso pedagógico (DP) insere-se entre os discursos do tipo autoritário e o professor manifesta o discurso do poder ao mostrar autoridade na sala de aula. Assim, não só mantém como se serve dessa garantia concedida pelo seu lugar na hierarquia. São considerados objetivos do DP a transmissão de informação e a fixação e sua característica é pretender-se científico. O estabelecimento da cientificidade no DP pode ser observado, especialmente, em dois pontos: a) metalinguagem; b) apropriação do cientista pelo professor (ORLANDI, 2011).

Segundo a autora, a metalinguagem é constituída no espaço institucional e visa à construção da via científica do saber que se opõe ao senso comum, isto é, constrói-se o reino da objetividade do sistema. O objeto do discurso reflete-se nos recortes (ou divisões) da metalinguagem, sendo assim dividida: mais específica, distinção de disciplina e métodos, Semântica, Fonologia, Sintaxe, Estruturalismo, Transformacionalismo, etc.; mais ou menos específica, distinção das ciências, Matemática, Geografia, Linguística, etc.; menos específica, distinção Ciência/Fato (Escola/fora dela), Racionalidade, Objetividade, Sistemacidade, etc. Com essa divisão perde-se a noção do todo do saber, sua unidade, pois as divisões são estanques e a perda da unidade é recuperada em um outro conceito que toma seu lugar: o da homogeneidade. A homogeneidade é criada a partir da instituição. Nesse espaço, o conhecimento é homogêneo, pois a instituição e o saber como um todo (o sistema de ensino, Universidade) abrigam todas as divisões, desse modo agrupados: sala, aula, série, disciplina, nível (primário, médio, superior), faculdade, universidade (ORLANDI, 2011).

É dessa perspectiva de metalinguagem que podemos entender questões do tipo: posso dizer com minhas palavras? De acordo com Orlandi (2011, p.20) “[...] a resposta é: ou não pode, ou, mais benevolentemente, se diz que pode para depois recusar essa linguagem e substituí-la por outra mais adequada.” (ORLANDI, 2011, p.20).

Na perspectiva da escolaridade, as questões não se podem dizer nem verdadeiras nem falsas, pois se trata de explicar fatos e de mostrar como podem ser

vistos, assim como conhecer como a escola produz e institui o conhecimento valorizado e o saber legitimado. No ambiente de ensino, o professor apropria-se do conhecimento do cientista, tornando-se o próprio possuidor desse conhecimento e sua opinião assumida torna-se definitiva (e definitiva). Dessa maneira, entre a imagem ideal do aluno (o que não sabe) e a imagem ideal do professor (que tem a posse do saber, legitimado pela esfera do sistema de ensino), há uma distância preenchida significativamente pela ideologia.

Essa distribuição desigual causa duas divisões sociais no seu funcionamento. De um lado, a divisão vertical e, de outro, a divisão horizontal. A divisão vertical produz a distinção entre duas variedades da língua, denominadas registros: o formal e o coloquial, sendo o segundo subdividido de diversos modos. O primeiro é a língua escrita dos documentos oficiais, dos textos da mídia, da ciência, da literatura e de outros gêneros correlatos. O segundo é a língua praticada no dia a dia, que tem divisões muito variadas. Assim, consideramos, as descrições feitas por linguistas, duas subdivisões: a língua coloquial de pessoas de alta escolaridade e a língua coloquial de pessoas de pouca escolaridade. Essa distinção pode ser detectada na língua coloquial de estudantes universitários, professores, profissionais liberais, etc. Já a língua coloquial de pessoas com pouca escolaridade é mais comumente observada na periferia das cidades, em regiões rurais, etc. (GUIMARÃES, 2006).

A divisão horizontal faz uma distinção entre variedades, chamadas de dialetos ou falares. Consideramos a classificação dos falares de Antenor Nascentes, que entende haver, no Brasil, dois falares, o do Norte e o do Sul, que se redividem em sete: amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense, sulista e in-característico (GUIMARÃES, 2006). A respeito do eixo horizontal e vertical no Brasil, Aguilera (2013, p.483) explica:

No eixo horizontal a distinção entre termos do norte e do sul confirma a hipótese de Nascentes de que o falar baiano constitui uma transição entre os dialetos do norte e do sul do Brasil. Já, com relação ao eixo vertical, as diferenças lexicais existem, mas a interinfluência entre a zona urbana e o campo não se processa como sugeria Elia²⁹.

²⁹ Segundo Elia, o que ocorre na linguagem das diversas áreas em que se subdivide o português do Brasil é uma oposição entre a cidade e o campo, entre as áreas urbanas e as rurais, que se interinfluenciam continuamente. As cidades dão a seleção vocabular, a norma gramatical, o polimento do bem-dizer. Mas os campos contribuem com a força viva da linguagem, as grandes tendências coletivas, o material intenso, mais genuíno e despreocupado (ELIA, 1976).

A força das inovações lexicais faz o percurso da cidade para o campo, do litoral para o interior, pois é na região leste da Bahia que se documentam termos de origem popular (*cobé, semanso, maleta, galifão*) não documentados a oeste.

Segundo a pesquisadora, os dados estudados são bastante restritos, porém, revelam aspectos importantes sobre o dinamismo e expansão do léxico popular na Bahia e, por extensão, no Brasil todo. Na sua opinião estudos mais aprofundados sobre fatores sociais e históricos podem trazer novas informações sobre a distribuição geográfica desses e de outros dados da linguagem popular.

Comenta Guimarães (2006) que as divisões apresentadas não funcionam em situação de igualdade de condições em uma sociedade específica, por serem atribuídas a seus falantes politicamente, e por dividir a língua de tal modo que as divisões hierarquicamente mais baixas são qualificadas como não pertencendo à língua.

Nesse sentido, o registro formal passa a ser normativo e considerado como sendo a *língua*, e as demais divisões são significadas como erradas (conforme hierarquia apresentada no quadro abaixo).

As instrumentações da língua, como gramáticas e dicionários, e as instituições reguladoras, como escola e mídia, têm nisso papel decisivo. Igualmente, as diversas línguas do cotidiano são hierarquizadas entre si, como se pode verificar no quadro a seguir:

Quadro 4- Hierarquização das diversas línguas do cotidiano, onde ▽ significa superior a:



Fonte: Guimarães, 2006, p. 19.

Assim constitui-se a ideia (o imaginário) do que é *certo* e *errado*, em que o registro formal é tido como o correto e passa a ser tomado como a norma reguladora da língua, vindo a ser ele mesmo a língua.

Por outro lado, as divisões horizontais são também politicamente hierarquizadas entre si. Guimarães (2006, p. 19) explica que

Esta hierarquização se torna mais específica quando a divisão horizontal é atravessada pela divisão vertical. Deste modo, certos falares regionais são significados só como línguas coloquiais, e mais especificamente como línguas coloquiais de pessoas não escolarizadas. Ou seja, é como se numa língua regional (um falar) não houvesse a distinção registro formal- registro coloquial, e ela é interpretada como se fosse uniforme e sempre “errada”.

Assim, temos explicitada a questão da língua nacional, ou seja, a língua que funciona no Brasil e faz parte do processo de constituição da nacionalidade (GUIMARÃES, 2006). Inclusive, até mesmo os espaços enunciativos em que as línguas funcionam são historicamente marcados pela organização política dos Estados Nacionais:

A unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais. Entre essas, a construção de unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino (a criação das escolas e seus programas) ocupa posição primordial. A gramática, enquanto um objeto histórico disponível para a sociedade brasileira é assim lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado). (ORLANDI, 2000, p.27).

Nesse ambiente, encontra-se o gramático, que em um gesto de interpretação em relação à língua que falamos, tem como projeção o sujeito e a língua nacional referidos ao Estado. Por isso, entendemos que o processo de gramatização brasileiro, mais do que um processo sobre a língua nacional, tem como consequência a “[...] constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. São processos de individualização que são desencadeados: individualiza-se o país, individualiza-se seu saber, individualiza-se seu sujeito político e social.” (ORLANDI, 2000, p.28).

A questão do *certo* e do *errado* evidencia o funcionamento e as relações sociais estabelecidas no ensino de nossa língua. A esse respeito, Guimarães (2006, p.17) argumenta:

Enquanto língua do Estado e língua nacional, o português dispõe de instrumentos específicos de organização do espaço de enunciação: a escola, a gramática e o dicionário. A estes se junta de maneira

decisiva, hoje, a mídia. Estas instrumentações da língua trabalham incessantemente sua divisão entre o correto e o errado.

Na relação da língua com o Estado, a gramática é um artefato da ciência, que serve ao gerenciamento da sociedade pelo Estado, por meio de suas instituições. Se, como afirma Orlandi (2000, p.31), por um lado, pensarmos esta tecnologia não em relação à sua função instrumental, mas na sua relação com a ciência, podemos compreender o modo como se constituem as políticas científicas.

A seguir, encontramos o seguinte enunciado:

Bem mais ambicioso, e recorrendo a exemplos hauridos nas melhores fontes — trovadores medievais a escritores revolucionários como **JOÃO CABRAL DE MELO NETO E CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE** — o livro do Prof. **GARCIA** procura, de fato, despertar a atenção do estudioso para a **importância da correta e expressiva manifestação do pensamento** — elemento essencial a um perfeito entrosamento, a uma **eficaz comunicação nos diversos escalões da administração pública.**

Fonte: GARCIA, 1967. p. v-vi.

Observamos que Othon Moacyr Garcia buscou, na exterioridade, exemplos para fundamentar os seus ensinamentos. Junto ao jogo da relação com a exterioridade Orlandi (2012c, p.51), expõe que “[...] pensando-se a exterioridade como constitutiva, isto é, como memória, como interdiscurso — temos as condições de produção imediatas (circunstância da enunciação) e o contexto sócio-histórico.” Por isso, a menção a João Cabral de Melo Neto e Carlos Drummond de Andrade introduz-nos no interdiscurso e nos remete a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-la em sua historicidade, conforme orienta Orlandi (2012a). Com efeito, os fundamentos teóricos da AD direcionaram-nos a conhecer um pouco a respeito de João Cabral de Melo Neto e Carlos Drummond de Andrade, começamos pelo primeiro.

João Cabral de Melo Neto nasceu em Recife, em 1920 e faleceu em 1999, foi diplomata e exerceu funções consulares em Assunção, Barcelona e Dakar. Pertenceu à Academia de Letras e sua poesia é de alto padrão, apresenta uma tendência surrealista, porém caracterizada pelo rigor estético, inaugurou uma nova forma de fazer poesia no Brasil.

Em relação a Carlos Drummond de Andrade, segundo Bosi (2006), foi o primeiro grande poeta que se firmou depois das estreias modernistas. Ele nasceu em 31 de outubro de 1902, em Itabira, Minas Gerais, e faleceu no Rio de Janeiro em

1987. Foi poeta, contista e cronista e é considerado por muitos o mais influente poeta brasileiro do século XX e um dos principais poetas da segunda geração do Modernismo brasileiro.

A compreensão da exterioridade (do prefácio/apresentação) foi possível a partir da sua relação com o interdiscurso (o sentido já- lá), com o outro. Orienta Orlandi (2008, p.46, destaques da autora):

O que chamamos de *interdiscurso* é definido justamente como o complexo de formações discursivas à dominante. Ele representa o domínio do 'saber', da memória da formação discursiva. É no *interdiscurso* que se *constitui* o dizer, sendo a noção de *intradiscurso* reservada não à constituição, mas à *formulação*, ou seja, à produção efetiva, circunstanciada e relativa a um contexto específico de uma seqüência discursiva concreta.

Inclusive, na relação do intradiscurso com o interdiscurso, há o dizer do outro sujeito constitutivo (o interdiscurso: a memória do sentido, o repetível), pois falamos com palavras que já têm sentido. E aí se encontra a questão da heterogeneidade, ou seja, a diferença (ORLANDI, 2008).

Maingueneau (1997, p.75) considera a heterogeneidade em dois planos:

[...] a heterogeneidade mostrada, que incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação; e a heterogeneidade constitutiva, que é a heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva.

O entendimento da heterogeneidade mostrada vai além da noção de citação e até mesmo do discurso relatado (direto, indireto, indireto livre). O levantamento exaustivo e a classificação das marcas da heterogeneidade é uma tarefa difícil, mas possível de se agrupar de forma empírica, um conjunto de mecanismos, cujo destaque é útil para as análises de discurso. A noção de polifonia de Ducrot atravessa essas questões, embora não seja a única abordagem linguística a respeito desse tipo de fenômeno (MAINGUENEAU, 1997).

Polifonia, para Charaudeau e Maingueneau (2012, p.384), é um “[...] termo emprestado da música, que alude ao fato de que os textos veiculam, na maior parte dos casos, muitos pontos de vista diferentes: o autor pode fazer falar várias vozes ao longo de seu texto.” Segundo os autores, o termo polifonia foi corrente nos

anos 1920 e, na década de 1980, foi redescoberto pelos linguistas. Desse modo, Ducrot desenvolveu uma noção linguística da polifonia.

Ao mesmo tempo, e independentemente uns dos outros, pesquisadores da Literatura desenvolveram a polifonia bakhtiniana. Nesses últimos anos, tentou-se reconciliar as duas abordagens como uma ferramenta para a Análise de Discurso. Adotada e adaptada por muitos pesquisadores em Linguística e em Análise de Discurso, a polifonia, muitas vezes, intervém para tratar de problemas associados às diversas formas de discurso citado (ou representado) (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012).

Prosseguindo na análise, encontramos:

A Escola Brasileira de Administração Pública, ao acrescentar esta série ao já volumoso caudal das publicações da Fundação Getúlio Vargas sobre o tema, o faz com especial prazer, por se tratar de trabalhos inteiramente voltados para a nossa realidade e destinados a contribuir para a elaboração de uma doutrina e o **desenvolvimento de uma literatura genuinamente brasileira no campo da administração pública.**

A coordenação geral desta série está a cargo do Centro de Pesquisas Administrativas da EBAP, cabendo a coordenação editorial ao Serviço de Publicações da F. G. V.

BEATRIZ M. DE SOUZA WAHRLICH
Diretora da Escola Brasileira de Administração Pública

Fonte: GARCIA, 1967, p. vi.

Além da ideia de nacionalismo evidenciada na acepção acima, destaca-se a instituição pública “Escola Brasileira de Administração Pública”, que faz parte da Fundação Getúlio Vargas. Por isso, investigamos um pouco a respeito da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV), com o objetivo de saber sobre as condições de produção do prefácio analisado, o que nos levou a conhecer a história da FGV, e suas memórias.

A FGV foi criada em 15 de abril de 1952, na cidade do Rio de Janeiro, foi a primeira escola de Administração Pública do Brasil e da América Latina e seu surgimento deu-se por meio de uma parceria entre a FGV e as Organizações das Nações Unidas (ONU), com o intuito de atender a demanda por profissionais qualificados na área pública no país (FGV, 2014).

A EBAP passou a se chamar Escola Brasileira de Administração Pública, em 2002, e de Empresas (EBAPE), garantindo a sua atuação no setor privado, o que

sempre ocorreu, desde a sua origem. O mestrado em Administração Pública foi criado em 1967, ministra cursos de Administração em nível de pós-graduação e especialização, e mantém um amplo programa de pesquisas e consultoria técnica a empresas e entidades do Governo (FGV, 2014).

Na área de ensino, ao lado do curso de Mestrado em Administração Pública, do Mestrado em Gestão Empresarial, do Doutorado em Administração e dos cursos de Especialização, a EBAPE ministra cursos de extensão e especialização para funcionários e gestores de empresas estatais e mantém, também, programas de formação e educação continuada abertos. Dentre os vários projetos de pesquisa desenvolvidos pela Escola, incluem-se as áreas de governo e administração, gerência do setor público e privado, políticas públicas, gestão social, educação em administração pública e conjuntura do setor público. Incentivam-se a cooperação interinstitucional e programas de intercâmbio, com credibilidade, legitimidade e capacidade impressionante de incorporar conhecimento de alto nível aos seus estudantes, consolidando, assim, um processo de ensino de excelência (FGV, 2014).

Os relatos a respeito da Fundação Getúlio Vargas levam-nos ao contexto amplo do prefácio/apresentação, permitindo-nos considerar os efeitos de sentido que a referida instituição traz para a história de nossa língua, as influências, os objetivos, enfim, permitindo-nos compreender como os fatos ocorreram e, portanto, construir a história do livro *Comunicação em prosa moderna*.

Finalizando nossa análise, com o intuito de lhe dar mais consistência, reiteramos que o processo de produção do discurso implica três momentos relevantes: sua *constituição*, *formulação* e *circulação*.

A constituição foi identificada a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo. Foi aí que constatamos que na época do lançamento do livro, o Brasil estava em plena ditadura militar, fato que levou-nos a identificar a memória de nosso país. Em relação à *formulação*, a qual acontece em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas, num primeiro momento, observamos o contexto imediato, soubemos que a diretora da Fundação Getúlio Vargas na época do lançamento do livro *Comunicação em prosa moderna* era Beatriz M. de Souza Wahrlich. Num segundo momento, a partir de um contexto mais amplo, identificamos a influência da FGV no lançamento do livro e em seu conteúdo. E por último, em relação às condições de circulação do

prefácio ora analisado, ela geralmente, ocorre em certas conjunturas e não é neutra: a ideologia permeia os espaços nos quais os livros circulam.

Assim posto, a circulação e a distribuição de livros acontecem, com frequência, em bibliotecas, editoras, livrarias, instituições públicas³⁰ ou privadas, sala de aula, institutos de pesquisa, etc. A circulação envolve relações organizacionais e interpessoais entre indústria editorial, políticas públicas e instituições de ensino. Além disso, nas instituições de ensino, a circulação de livros acontece a partir da seleção de livros didáticos feita por professores ao adotarem o uso de determinadas obras em sala de aula. Desse processo, podemos depreender serem vários os agentes que influenciam na circulação de livros: as instituições de ensino, o professor, as bibliotecas, as editoras e, também, o Estado, com suas políticas públicas de ensino.

6.2 Análise do prefácio/apresentação intitulada *Explicação Necessária*.³¹

A análise do prefácio/apresentação intitulado “Explicação Necessária³²” seguiu os mesmos procedimentos teóricos e analíticos adotados na análise da 1ª edição. Na primeira etapa, partimos da superfície textual e procuramos identificar as discursividades. Objetivamos construir um objeto discursivo em que já estava considerado o esquecimento número dois³³ (da instância da enunciação). Na segunda etapa, partimos, mais uma vez, do objeto discursivo para o processo discursivo e observamos as formações ideológicas. Nesse momento, começamos a deslindar os efeitos de sentido presentes no documento. Diferentemente do prefácio anterior, partimos da constituição e seguimos os processos de produção do discurso, a saber: constituição, formulação e circulação.

Nossa análise considerou que a AD de linha francesa é uma teoria de leitura, segundo a qual a análise precede em sua constituição à própria teoria, já que, a partir do objeto analisado, a teoria vai se constituindo. Por outro lado,

³⁰ Nas instituições públicas, a circulação de livros geralmente ocorre a partir de secretarias municipais, estaduais e federais.

³¹ Este prefácio/apresentação consta na sua 1ª edição e subsequentes, modificado, em parte, após a morte do autor.

³² Conforme Anexo B.

³³ O esquecimento número dois é da ordem da enunciação, ou seja, ao falarmos, fazemo-lo de uma maneira e não de outra. Esse esquecimento é parcial, semiconsciente e estabelece relação entre palavra e coisa, e, ao mesmo tempo, apaga outros modos de dizer.

segundo Orlandi (2012a), a AD leva em conta o homem na sua história e considera os processos e as condições de produção da linguagem, tendo em vista a relação entre a língua e os sujeitos que a falam, bem como as situações nas quais se produz o dizer.

Em relação à sua constituição, a partir da memória do dizer, fizemos intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo em que o prefácio/apresentação integra-se, lembrando que o prefácio/apresentação “Explicação Necessária”, bem como o prefácio da 1ª edição, foi escrito na época da ditadura, período marcado por forte repressão social, política e econômica.

Segundo Rezende (2001), de modo geral, na perspectiva militar, os militares vinculavam-se à ordem e à disciplina. Estes seriam os elementos fundantes, juntamente com declarações e manifestos em defesa do movimento militar e autodenominavam-se defensores das liberdades. O general Mourão Filho conclamava todos os brasileiros e militares para ajudar a restaurar, no Brasil, o domínio da Constituição e o predomínio da boa fé no seu cumprimento.

Na concepção dos militares, as imposições eram uma necessidade (legítima), que davam razão aos atos constitucionais e às medidas econômicas e políticas. Dessa forma, os militares justificaram o mais violento ato de exceção (AI-5) como uma imposição que afirmavam ser democrática, a fim de assegurar os anseios da maioria do povo brasileiro no sentido de aperfeiçoar o regime militar.

Quanto à formulação, isto é, as condições de produção e circunstâncias da enunciação específica, cabe ressaltar que o prefácio/apresentação “Explicação Necessária”, assim como do prefácio da 1ª edição, integra-se à nossa sociedade a partir do seu vínculo com a Fundação Getúlio Vargas³⁴, o que nos permitiu identificar as circunstâncias da enunciação em seu contexto histórico-ideológico mais amplo. A seguir, voltamo-nos para o contexto imediato do prefácio, ou seja, as circunstâncias específicas de sua redação, observamos ter sido escrito por Othon Moacyr Garcia, o que nos levou a investigar um pouco mais a seu respeito.

³⁴ A FGV prepara seus alunos para atuar nas esferas pública e privada, e dialogar com outros campos do conhecimento, a fim de que possam influenciar positiva e profundamente o cenário jurídico nacional e no exterior (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2014).

Coletamos algumas informações acerca do autor, extraídas da orelha do livro objeto de nosso estudo, especificamente, das 2ª (1969) e 3ª edições (1975)³⁵. Com isso, foi possível conhecermos um pouco mais sobre Othon M. Garcia: dedicou-se por muitos anos ao ensino da língua portuguesa e da literatura luso-brasileira; foi bacharel em Direito, licenciado pela Faculdade de Filosofia e Letras da antiga U.D.F., Universidade do Distrito Federal; fez cursos de pós-graduação em universidade americana (Educação e Literatura); e exerceu, durante algum tempo, as funções de revisor de traduções da Livraria Globo, em Porto Alegre.

Othon M. Garcia lecionou, durante muitos anos, no Instituto de Educação do antigo Estado da Guanabara, no Colégio Pedro II e em outros estabelecimentos de ensino, por exemplo, a Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Publicou artigos e ensaios de crítica e análise literária: *Esfinge Clara*, 1955; *Luz e fogo no lirismo de Gonçalves Dias*, 1956; *A janela e a paisagem na obra de Augusto Mayer* (Separata da Revista Brasileira de Filologia, 1958); *A página branca e o deserto: luta pela expressão em João Cabral de Melo Neto* (Revista do Livro, I.N.L., números 7, 8, 9 e 10, de 1958/1959); *Cobra Norato: o poema e o mito*, 1962 (Prêmio Silvio Romero, da Academia Brasileira de Letras, em 1963).

Durante sucessivos anos, ministrou a professores do ensino secundário, da Secretaria da Educação e Cultura, do Estado da Guanabara, cursos sobre a técnica da redação, que se basearam, em linhas gerais, na obra *Comunicação em prosa moderna*.

Em relação à circulação do prefácio/apresentação ora analisado, segue as mesmas condições de circulação do prefácio anterior: circula em livrarias, editoras, instituições de ensino, etc.

Prosseguindo, iniciamos a análise do prefácio/apresentação intitulado 'Explicação Necessária':

Explicação necessária³⁶

Este livro, devemo-lo aos nossos alunos, aqueles jovens a quem, no decorrer de longos anos, temos procurado ensinar não apenas a escrever mas principalmente a pensar – **a pensar com eficácia e objetividade**, e a **escrever sem a obsessão do purismo gramatical** mas com a **clareza e a**

³⁵ Consta também na 1ª edição, logo após o prefácio/apresentação da 1ª edição, nas páginas prefaciais, intitulado "A respeito do autor".

³⁶ Veja Anexo B.

coerência indispensáveis a fazer da linguagem, oral ou escrita, um veículo de comunicação e não de escamoteação de idéias.

Fonte: GARCIA, 1967, ix.

Na acepção acima, Othon M. Garcia enfatiza que, para escrever, é preciso “*pensar com eficácia e objetividade.*” A esse respeito, Martins (1989, destaques nossos) comenta ser de interesse da Linguística/Estilística da enunciação a subjetividade do discurso. Se a linguagem é produzida por um falante que sente a necessidade, a conveniência, o desejo ou, até mesmo, o prazer de dizer alguma coisa, a linguagem é sempre subjetiva. Entretanto, essa subjetividade manifesta-se em níveis diferentes, que podem ser representados por um eixo, cujos extremos, de subjetividade e objetividade máximas, não podem ser determinados com precisão. Quando a subjetividade reduz-se ao mínimo e, praticamente, anula-se, temos um enunciado *objetivo*. Nos discursos científicos, podemos encontrar com mais frequência a objetividade, por ser o resultado do esforço da razão para atingir o geral, o universal e dominar o pessoal, o particular.

No tocante à acepção “*escrever sem a obsessão do purismo gramatical*”, a questão está envolta em polêmicas que acontecem de tempos em tempos em nosso país, por isso buscamos no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, de 2010, os sentidos para o termo purismo:

PURISMO [de puro+ismo.]. **S.m.1.** *E. Ling.* Atitude em relação a uma língua que considera serem necessários a preservação dos padrões tradicionais de correção e o impedimento da existência de qualquer influência estrangeira. 2. Pronúncia afetada ou pretensiosa das palavras. (FERREIRA, 2010).

A definição de purismo não delimita se um uso da língua é ou não puro, somente estabelece que, em relação a uma língua, são necessários: preservação dos padrões de correção, impedimento de qualquer influência estrangeira e pronúncia das palavras. O significado de purismo apresentado mostra a complexidade da definição do fenômeno linguístico purismo. Para melhor compreendê-lo, buscamos, em Câmara Júnior mais esclarecimentos:

[...] atitude de extremado respeito às formas lingüísticas consagradas pela tradição do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada, daí a hostilidade aos estrangeirismos, aos neologismos e a todas as formas lingüísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional. Essa atitude, adotada

rigidamente, cerceia a capacidade expressiva. (CÂMARA JÚNIOR, 1986, p.202).

A explicação de Câmara Júnior (1986) mostra que o purismo até para a Linguística é um fenômeno relacionado à norma culta escrita. Leite (1997) comenta que a novidade nesse conceito é o purismo ser um fenômeno de interesse da política do idioma, o “purismo inteligente”, como no francês, no italiano e no espanhol, não permite a entrada de elementos estrangeiros, especialmente o inglês. E isso faz parte da política de cada um desses idiomas. Os meios usados para obstruir os estrangeirismos são burocráticos: exemplo disso é a não aceitação desse tipo de palavra em documentos oficiais, pois o próprio povo esquivava-se de usar palavras estrangeiras em lugar de uma vernácula.

Ainda de acordo com Leite (1997), até mesmo em países onde não há política purista explícita para o idioma, o purismo existe e apresenta muitas faces e há sempre uma delas em cada fase sócio-histórica da língua. O purismo é o cuidado com a preservação da língua literária, em vigor em algum ponto do passado, é um fenômeno complexo, que não podemos entender, simplesmente, como sendo correção gramatical, a atitude purista acontece a partir de objetivos que extrapolam o âmbito da língua, mas que nela estão amalgamados. Pela metalinguagem purista, identificamos posições dos falantes diante de certos acontecimentos que implicam a defesa, preservação da história e da cultura do homem pela língua que usa. Enfim, o comportamento purista revela a postura ideológica, em vigor em cada época, adotada diante da língua (LEITE, 1997).

Em outra direção, buscamos as explicações de Conforte (2011, p.14), que afirma que Othon Moacyr Garcia: “[...] estabeleceu novos procedimentos para a redação e para as reflexões sobre a língua ao demonstrar que a organização textual depende antes da organização lógica do pensamento do que a correção gramatical.” Segundo o autor esse entendimento encontra resistências no senso comum e em determinada parcela dos que ensinam a língua vernácula. Grande parte da quebra dessa resistência pode ser creditada ao livro pioneiro *Comunicação em prosa moderna*.

Prosseguindo em nossa análise encontramos:

Estamos convencidos — e conosco uma plêiade de nomes ilustres — **de que a correção gramatical não é tudo** — mesmo porque, no tempo e no espaço,

seu conceito é muito relativo — e de que a elegância ôca, a afetação retórica, a exuberância léxica, **o fraseado bonito, em suma todos os requintes estilísticos hedonistas e sibaríticos** com mais freqüência **falseiam a expressão das idéias do que contribuem para a sua fidedignidade.**

Fonte: GARCIA, 1967. p. ix.

Em relação à *correção gramatical*, Conforte (2011) comenta que Othon M. Garcia considera não ser a *correção gramatical* tudo e demonstra suas concepções linguísticas ao longo das dez partes do seu livro, fruto de seu trabalho como professor no Instituto de Educação no Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II e de aulas de redação preparatória, durante muitos anos, para o concurso de ingresso no Itamaraty.

Ainda no prefácio acima, encontramos: “**em suma todos os requintes estilísticos hedonistas e sibaríticos com mais freqüência falseiam a expressão das idéias do que contribuem para a sua fidedignidade.**” De modo a compreender a ideia de Othon Moacyr Garcia no enunciado, procuramos no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa o significado das seguintes palavras: requinte, estilístico, hedonista e sibarítico.

Requinte: S.m. Ato ou efeito de requintar (se). 2. Apuro extremo a que pode ser levado um sentimento, uma qualidade, uma predileção; refinamento. 3. Excesso calculado a frio.

Estilístico: [do fr. Stylistique.] Adj. Relativo ou pertinente à estilística, ou ao estilo.

Hedonista [do greg. hedoné; ‘prazer’, + ista.] Adj. Partidário do hedonismo.

Hedonismo [Do gn. Hedoné, ‘prazer’, + -ismo] S.m. a. Ét. Doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral.

Sibarítico [Do gr. Sybaritikós, pelo lat. Sybariticu.] Adj. Referente, ou próprio de sibarita.

Sibarita [Do gr. Sybarites, pelo lat. Sybarita.] Adj. 2g.1. Da, ou pertencente, ou relativo à antiga cidade grega de Síbaris (Itália). 2. Diz-se de pessoa dada à indolência ou à vida de prazeres, por alusão aos antigos habitantes de Síbaris, famosos por sua riqueza ou voluptuosidade. (FERREIRA, 2010).

A consulta ao dicionário ajudou a compreender a ideia de Othon M. Garcia, que se refere ao *estilo* de pessoas indolentes e/ou de vida de prazeres, partidárias do hedonismo, as quais consideram o prazer individual e imediato como o único bem possível, que falseiam a expressão das ideias e não contribuem para a sua fidedignidade. A partir desse entendimento, consideramos oportuno investigar a Estilística, que, conforme Charaudeau e Maingueneau (2012, p.216), desenvolveu-

se no século XIX: “[...] na convergência de técnicas de ensino da arte de escrever, ela é o resultado de uma restrição do campo da retórica tradicional, e de uma linguística, essencialmente alemã, de orientação psicológica.” Como disciplina, a Estilística constituiu-se a partir da segunda metade do século XIX até a inserção da Retórica e da Linguística. Seu domínio envolve o âmbito dos *corpora literários* e os usos de uma língua.

Câmara Júnior (1985, p. ii) destaca que “[...] o estudo do estilo é a contraparte lingüística que nos faltava. Com ele temos a linguagem distribuída em torno de dois pólos de representação mental pura e da expressão psíquica *lato-sensu* [...]. A estilística vem complementar a gramática.”

Encontramos no enunciado seguinte:

É principalmente por isso que neste livro insistimos em considerar como virtudes primordiais da frase **a clareza e a precisão das idéias** (e não se pode ser claro sem ser medianamente correto), **a coerência** (sem coerência não há legitimamente clareza) e **a ênfase** (uma das condições da clareza, que envolve ainda a elegância sem afetação, o vigor, a expressividade e outros atributos secundários do estilo).

Fonte: GARCIA, 1967. p. ix.

A respeito de **clareza e precisão de ideias**, Signer e Beltramini (1990) asseveram que o ideal do autor é ser compreendido, por isso é útil realçar a importância da clareza para o estilo. A primeira recomendação necessária é evitar o acúmulo de muitas orações em um mesmo período, pois os pensamentos, para serem bem expressos, precisam ser metodicamente distribuídos. Ao escrever, precisamos ordenar nossas ideias, não ceder ao impulso, motivados frequentemente, pelo entusiasmo de expor, a um só folego, todo o conteúdo que se deseja transferir da mente para o papel. A desordem de ideias compromete irremediavelmente a clareza e a inobservância dos cuidados necessários à clareza resultará na ambiguidade, isto é, à possibilidade de mais de uma interpretação para o mesmo período ou oração.

Quanto à precisão, Signer e Beltramini (1990, p. 23) expõem que “[...] quando se escreve, diversos vocábulos e formas de construção das frases ocorrem-nos no espírito para a expressão de uma mesma idéia. Só existe, porém, uma forma, a forma ideal.” Destacam os autores que, para conseguirmos a precisão, sobretudo na seleção do vocabulário, é preciso: serem eliminados os preconceitos em relação à gíria; dedicar-se ao estudo de termos especializados, desde que úteis

e expressivos; recusar o uso de palavras surradas, gastas pelo uso frequente e, por isso, inexpressivas; procurar colocar-se na posição do leitor, identificando suas possíveis dúvidas ou até mesmo restrições quanto à enunciação do pensamento; ter o cuidado em reescrever os textos quando suspeitar de sua exatidão, propriedade ou clareza, assumindo uma atitude de humildade quanto à própria criação. Enfim, não se satisfazer plenamente com o que de melhor produziu, buscando sempre a máxima perfeição possível.

A respeito da ambiguidade, Monteiro (1991) afirma caracterizar o texto literário, mas que não se pode esquecer a finalidade da língua de servir como instrumento de comunicação. É fundamental ter preocupação com a clareza, pois a mensagem deve ser elaborada de tal modo a ser facilmente compreendida. Por isso, não é suficiente apenas serem as frases bem estruturadas e os vocábulos estarem grafados segundo as regras do sistema ortográfico: é primordial não provocar nenhuma dificuldade ao entendimento do que se quer transmitir.

Continuando com Monteiro (1991), muitas vezes, a clareza depende da correção. Uma frase agramatical, um período truncado ou, até mesmo, uma vírgula colocada no lugar indevido resultam em erros que prejudicam a interpretação unívoca dos enunciados. Basta um conectivo empregado em lugar de outro para o sentido ser comprometido e a frase apresentar dificuldade quanto à compreensão.

Em relação à *coerência*, Martelotta (2013) assevera ser uma propriedade do texto marcada pela interpretabilidade e dizer respeito à construção do sentido textual, seja na perspectiva da produção pelo locutor, seja na recepção da codificação linguística pelo interlocutor. Assim, a coerência trata da possibilidade e da necessidade de atribuir sentido às produções textuais, condição básica para essas construções serem entendidas e assumidas como tais.

Complementando as ideias de Martelotta, Galembeck (2005, p.11) esclarece que

O sentido de um texto é construído (ou reconstruído) na interação texto-sujeitos (ou texto-co-enunciadores) e não é algo prévio a essa interação. A coerência, por sua vez, deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto, e passa a ser vista ao modo como o leitor/ouvinte, a partir dos elementos presentes na superfície textual, interage com o texto e o reconstrói como uma configuração veiculadora de sentidos.

Enfim, a coerência é considerada como o principal fator de textualidade, conjunto de características que nos permite conceber algo como sendo um texto.

Prosseguindo na análise:

A correção – não queremos dizer **purismo gramatical** — não constitui matéria de nenhuma das lições desta obra, por uma razão óbvia: *Comunicação em Prosa Moderna não é uma gramática, como não é tampouco um manual de estilo em moldes clássicos ou retóricos*. Pretende ser, isto sim, uma obra que tem como principal propósito **ensinar a pensar, vale dizer, a encontrar idéias, a coordená-las, a concatená-las e a expressá-las de maneira eficaz**, isto é, de maneira clara, coerente e enfática. Isto quanto à comunicação.

Fonte: GARCIA, 1967, p. ix.

Já comentamos que a questão do *purismo* é complexa, que produz opiniões variadas e até divergentes a respeito. Monteiro (1991) opina que a questão do purismo gramatical, ou seja, o desejo de manter a língua portuguesa incólume, intocável, livre das influências alienígenas, hoje, não parece ter muito sentido atualmente. A língua está sujeita às interpretações culturais e, contra esse fato, qualquer tentativa dos gramáticos parece esforço em vão. Na época atual, em que o mundo tornou-se uma aldeia, diariamente, vivenciamos a circulação de vocábulos de procedência estrangeira e inúmeros deles são incorporados ao português. Talvez, a atitude mais coerente seja aceitar os estrangeirismos aportuguesados e evitar os que possuem correspondentes vernáculos com o mesmo significado.

Em relação a “**encontrar idéias, a coordená-las, a concatená-las e a expressá-las de maneira eficaz**”, é preciso saber que todo discurso tem uma dimensão argumentativa. Lembra Fiorin (2015), que alguns se apresentam como explicitamente argumentativos (por exemplo, o discurso político, o discurso publicitário), outros não se apresentam como tal, a saber: o discurso didático, o discurso romanesco e o discurso lírico. Todavia, todos são argumentativos: “[...] de um lado, porque o modo de funcionamento do discurso real é o dialogismo; de outro, porque sempre o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito, que o enunciatário faça dele uma boa imagem.” (FIORIN, 2015, p.9).

Ainda, em conformidade com Fiorin (2015), é comum, na Linguística, a afirmativa de que a argumentatividade é intrínseca à linguagem humana e todos os

enunciados são argumentativos. Essa posição surgiu em decorrência dos trabalhos de Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombre, que tratam das noções de Retórica e Argumentação e considerarem a argumentação como o estudo das orientações semânticas e dos encadeamentos que as expressam.

Dando prosseguimento à nossa análise, é válido destacar que, na literatura, é comum encontrarmos comentários e elogios à obra de Othon Moacyr Garcia. No livro de Emanuel Araújo, *A construção do livro*, de 1986, no 2º capítulo, na parte sobre o editor e o texto, o autor faz menção a Othon, afirmando ter tratado extensamente a questão do parágrafo. Encontramos também, em Botelho (2009), menção à contribuição de Othon M. Garcia a respeito do sentido das palavras e a afirmativa de que o livro é um utilíssimo manual de comunicação e expressão da língua, com inquestionáveis ensinamentos sobre ela, sua estrutura e características.

Com efeito, a obra de Othon percorre diversas áreas do conhecimento e mostra uma rica experiência linguística, fruto de sua convivência com o ensino da língua portuguesa, assim como de áreas correlatas, resultando, portanto, na dificuldade de classificar a obra. O relato de seu filho Eduardo Garcia permite-nos conhecer um pouco mais de Othon M. Garcia:

Intelectual de espírito moderno, sem moralismos nem preconceitos, buscava estar constantemente atualizado nas diversas áreas do conhecimento, da política à ciência, da filosofia à psicanálise, nutrindo pelos escritores contemporâneos o mesmo interesse que alimentava pelos clássicos.[...] Othon mantinha-se sempre atento às novas correntes dos estudos literários e da lingüística, e delas participava pioneiramente, sem qualquer ranço de modismo, com o objetivo maior de experimentar novas possibilidades de análise e entendimento do discurso, poético ou não. Porque, no fundo, era um apaixonado analista de texto, de todo texto que pudesse ou merecesse ser destrinchado nos seus elementos significativos. Fosse para perceber níveis mais profundos de elaboração poética – indo do texto para o seu melhor entendimento pela análise literária –, fosse para desvendar os processos de construção da frase e do parágrafo – indo, em sentido inverso, do conhecimento do instrumento lingüístico para a construção do texto lógico –, sua prática cotidiana era mergulhar nas palavras, nessa luta talvez um tanto vã, mas sempre fascinante. (GARCIA, 2006, p.1).

O livro de Othon M. Garcia enriquece, grandemente, os estudos da língua portuguesa: tem contribuído com estudantes e estudiosos de nossa língua, persiste no tempo, pois está na sua 27ª edição, fato que demonstra ser um clássico de nossa literatura.

Encontramos no prefácio:

Mas o título do livro é *Comunicação em ... “Prosa Moderna”*, moderna e não quinhentista ou barrôca. Os padrões estudados ou recomendados são os dos nossos dias — ou daqueles autores que, mesmo já seculares ou quase seculares, como um **ALENCAR**, um **AZEVEDO**, um **MACHADO**, continuam atuais —, da língua que está nos cronistas do século XX e não na dos do século XV, da dos romancistas, ensaístas e jornalistas de hoje. As abonações que se fazem com excertos de autores mais recuados — um **VIEIRA**, um **BERNARDES**, um **MATIAS AIRES** — devem-se ao fato de serem amostras de expressão eficaz e não de requintes estilísticos estéreis.

Fonte: GARCIA, 1967, p. ix-x.

É visível, no prefácio, que Othon M. Garcia utilizou autores os mais diversos possíveis, romancistas, ensaístas, entre outros. Conforte (2011, p.27) comenta: “[...] quando muito se fala numa prática de harmonização entre a tradição e modernidade, Garcia já o fazia pelo menos desde a primeira edição de *Comunicação em prosa moderna*.”

De fato, Othon M. Garcia, recorreu, na construção de sua obra, aos mais renomados escritores de nossa literatura. Dentre eles, José Martiniano de Alencar, que segundo Bosi (2006), nasceu em Mecejana, Bahia, em 1829, e faleceu, em 1877, no Rio de Janeiro. Cursou Direito (1845-1850) e, após formar-se, advogou no Rio de Janeiro. Contudo, foi a literatura que o absorveu, primeiro como cronista do *Correio Mercantil* e depois como redator do *Diário do Rio de Janeiro*.

Além de José de Alencar, Othon Moacyr Garcia recorreu também, a Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo, que nasceu em 1857, em São Luís do Maranhão e faleceu em Buenos Aires, 1913. Bosi (2006) conta que, depois de uma tentativa frustrada de romance sentimental (*Uma lágrima de mulher*, em 1880), publicou a sua primeira obra de relevo, *O Mulato* (1881), em que ataca o preconceito racial, corrente nas famílias ricas da província.

Outro autor de que Othon se valeu, e que menciona no prefácio, é Aníbal Monteiro Machado. Segundo a *Enciclopédia Itaú Cultural* (2016), ele nasceu em Sabará, Minas Gerais e faleceu no Rio de Janeiro, em 1964. Foi contista, ensaísta e professor, e passou a maior parte da infância em sua cidade natal.

Othon Garcia em seu livro cita também no prefácio/apresentação o padre Antônio Vieira. Bosi (2006, destaques do autor) comenta que o padre Antônio Vieira nasceu em Lisboa, em 1608, e faleceu na Bahia, em 1697. No cerne da

personalidade do Padre Vieira, estava o desejo de ação. Opina o autor, que o “Sermão da Sexagésima”, de 1655, é leitura obrigatória, por apresentar a arte de pregar. Ao leitor brasileiro interessam: “O Sermão da Primeira Dominga da Quaresma”, pregado no Maranhão, em 1653, e o “Sermão XIV do Rosário”, pregado em 1653 à irmandade dos pretos de um engenho baiano, em que equipara os sofrimentos de Cristo aos dos escravos.

Othon M. Garcia menciona, no prefácio/apresentação, o Padre Manuel Bernardes, que nasceu em Lisboa, em 1644, e faleceu, em 1710, escreveu diversos tratados de espiritualidade e guias morais. Quanto a Matias Aires Ramos da Silva de Eça, ele nasceu na cidade de São Paulo, em 27 de março de 1705, e, em 1770, faleceu. Matias Aires escreveu: Reflexões sobre a vaidade dos homens ou Discursos morais sobre os efeitos da vaidade, Lisboa, 1752; 2ª edição em 1761; 3.ª em 1778; e 4.ª em 1786, sendo corrigida, emendada e aumentada com uma carta do mesmo autor sobre a fortuna; Problema de Arquitetura Civil: Por que os edifícios antigos têm mais duração e resistem mais ao tremor de terra que os modernos? Escrito em 1770 (MATIAS..., 2016).

Em seguida, encontramos:

Incluem-se também trechos de alguns “requintados” do nosso tempo — um **RUI BARBOSA**, um **EUCLIDES DA CUNHA** —, mas as razões da escolha foram as mesmas: são exemplos que se distinguem pela eficácia da comunicação e não pelo malabarismo estilístico desfigurador de idéias.

Fonte: GARCIA, 1967, p. x.

Outros autores aludidos por Othon M. Garcia: Rui Caetano Barbosa de Oliveira e Euclides da Cunha. O primeiro, foi advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador, nasceu em Salvador, BA, em 5 de novembro de 1849, e faleceu em Petrópolis, RJ, em 10 de março de 1923. Era um estudioso da língua portuguesa, foi membro da Academia Brasileira de Letras e seu presidente entre 1908 e 1919.

O segundo, nasceu em 20 de Janeiro de 1866, em Santa Rita do Negro, município de Cantagalo, antiga província do Rio de Janeiro. Faleceu no dia 15 de agosto de 1909, assassinado por questões de honra, em uma troca de tiros, no Rio de Janeiro. Ele escreveu as seguintes obras: os Sertões (obra que o consagrou no

panorama cultural do Brasil); Contrastes e Confrontos, Peru Versus Bolívia; Castro Alves e seu tempo; A margem da História (COUTINHO, 1995).

Prosseguindo em nossa análise:

Mas por que êsse nosso interêsse quase obsessivo (êsses “ss” ressonantes, por exemplo, não constituem uma daquelas virtudes de estilo tão consagradas pelos manuais...) pelo teor da comunicação com aparente desprêzo pela sua forma? Forma e fundo, como sabemos... Bem, não há necessidade de desenvolver isso. Mas a verdade é que é uma das características de **nossa época**, uma das fontes ou causa das angústias, conflitos e aflições do nosso tempo parece que está na **complexidade, na diversidade e na infidelidade da comunicação oral ou escrita**, quer entre indivíduos quer entre grupos.

Fonte: GARCIA, 1967, p.x.

Há diferenças significativas entre a comunicação oral e a comunicação escrita. De acordo com Neves (2012, p. 136-137), diferem quanto aos modos de aquisição, métodos de produção, transmissão, recepção e, até mesmo, estruturas de produção. Por isso, as diferenças entre elas, têm repercussão no produto. As relações entre fala e escrita são marcantes. Em primeiro lugar, na fala, temos a presença do locutor e, na escrita, a ausência deste, o que resulta em um contraste entre solidão e participação, no momento da produção. Há a realização sequencial no tempo da fala. Já na escrita, temos a possibilidade de globalizações mais dirigidas, com realimentações e sem quebras. Outra característica da fala é o emissor dispor de um arsenal de recursos vocais, gestos e posturais, cujos efeitos de sentido são significativos. Já na escrita, o emissor conta somente com o veículo gráfico.

Complementa a autora:

[...] quem fala desenvolve o discurso com consciência — ou, pelo menos, a suposição — de que todo segmento já pronunciado foi recebido pelo interlocutor, e qualquer diferença que haja com o que ele realmente desejava dizer tem de ser reparada face a face com o(s) parceiro(s) de interlocução. Quem escreve, porém, só pode reparar seu texto em privacidade. (NEVES, 2012, p. 137).

O contraste entre a interlocução oral e a produção escrita é a possibilidade (e a ameaça) de silêncio que envolve a interlocução oral e a ausência de possibilidade (e de perigo) que marca a produção escrita: do falante, espera-se que fale o tempo todo, isto é, que faça uso da palavra enquanto tem o turno, mas

quem escreve não sofre essa pressão. Além disso, outra diferença significativa entre comunicação oral e a escrita é que a linguagem falada constitui-se espontaneamente, seu planejamento é simultâneo à produção, e a linguagem escrita constitui-se como produto ligado fortemente ao planejamento prévio (NEVES, 2012).

Realça Marcuschi (2010) que a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, assim como a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. Simplesmente, são modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas. Mesmo considerando “[...] a enorme e inegável importância que a escrita tem nos povos e nas sociedades letradas, continuamos a ser povos orais. A oralidade jamais desaparecerá e sempre será, ao lado da escrita, o grande meio de expressão e de atividade comunicativa.” (MARCUSCHI, 2010, p.36).

Ainda nos dizeres do autor:

[...] a oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma tecnologia. Ela será sempre a porta de nossa iniciação à racionalidade e fator de identidade social, regional, grupal dos indivíduos. Isto se dá de modo particular porque a língua é socialmente moldada e desenvolvida, não obstante seu provável caráter filogeneticamente universal, como postula muitos linguistas e psicólogos. (MARCUSCHI, 2010, p.36).

Quanto à escrita, por ser pautada pelo padrão, não é estigmatizadora e não serve de identidade individual ou grupal. Enfim, oralidade e escrita são duas práticas sociais e não duas propriedades de sociedades diversas. “As diferenças entre elas acontecem dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos.” (MARCUSCHI, 2010, p.37).

A língua, seja na modalidade falada ou escrita, reflete a organização da sociedade, porque a própria língua mantém relações com as representações e as formações sociais, “[...] não se trata de um espelhamento, mas de uma funcionalidade em geral mais visível na fala.” (MARCUSCHI, 2010, p. 35).

Em seguida, visualizamos:

Sabemos dos mal-entendidos, dos preconceitos, das prevenções, das Incompreensões e dos atritos resultantes da incúria da expressão, dos seus sofismas e paralogismos. São as generalizações apressadas, as declarações gratuitas, as indiscriminações, os clichês, os rótulos, os falsos

axiomas, a polissemia, a polarização, os falsos juízos, as opiniões discriminatórias, as afirmações puras e simples carentes de prova.

Fonte: GARCIA, 1967, p. x.

Para compreender a acepção “**...das incompreensões e dos atritos resultantes da incúria da expressão, dos seus sofismas e paralogismos**”, é pertinente conceituarmos *sofisma* e *paralogismo* e sua distinção. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2012, p.455), “[...] em lógica, um sofisma é um raciocínio erístico.³⁷ Do ponto de vista interacional, é um discurso embaraçoso, enganoso, manipulador e perigoso, recebido como evidentemente falso, mas cuja refutação é difícil.” Ainda, de acordo com o autor, “[...] seja qual for o tipo de discurso que se denuncie, uma vez colocado nessa categoria, o conceito é essencial para a análise da recepção polêmica do discurso argumentativo.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p.455).

Do ponto de vista filosófico, a Sofística

[...] representa, com o ceticismo, um movimento intelectual essencial para a argumentação retórica, especialmente porque criou o princípio do debate e dos discursos irreduzivelmente contraditórios (as antilogias), a noção de ponto de vista, a reflexão sobre o verossímil. Essas posições foram estigmatizadas pelo idealismo platônico, que lhe impôs deformações, sofridas ao menos até Hegel na filosofia, e que a linguagem corrente simplesmente incorporou. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p.455).

A distinção entre sofisma e paralogismo repousa em uma intenção que pode ou não ser considerada legítima. “O paralogismo está ao lado do erro e da estupidez; o sofisma é um paralogismo que serve aos interesses ou às paixões de seu autor.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 455).

Prosseguindo em nossa análise, encontramos:

Enfim, **linguagem falaciosa, por malícia, quando não por incúria da atividade mental, ou por ignorância dos mais comezinhos princípios da lógica**. Esses óbices ou barreiras verbais e mentais impedem ou desfiguram totalmente a comunicação, o entendimento entre os homens e os povos, sendo não raro causa de atritos e conflitos.

³⁷ “O adjetivo erístico(a) significa em grego “[...] que ama a disputa, a discussão, a controvérsia. Na teoria aristotélica, designa uma forma não válida de silogismo.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 201).

Fonte: GARCIA, 1967, p. x.

A respeito de Lógica/Discurso, Charaudeau e Maingueneau (2012, p.313) instruem:

De Aristóteles até o final de século XIX, **a lógica** foi considerada como ‘arte de pensar’ corretamente, isto é, de combinar as proposições de modo a transmitir à conclusão a verdades das premissas. Determinando os esquemas de raciocínio válidos, ela fornece a teoria do discurso racional.

A Lógica Clássica compreende duas partes: a Lógica das Proposições e a Lógica dos Predicados. A Lógica das Proposições não analisadas, segundo Charaudeau e Maingueneau (2012, p.313), “[...] interessa-se pela construção, com a ajuda de conectores lógicos, das proposições complexas — a partir de proposições complexas — a partir de proposições simples ou complexas —, assim como pela determinação das formulas válidas (ou tautologias).” E a Lógica dos Predicados corresponde à teoria do silogismo.

Os encadeamentos sobre os quais trabalha a lógica são definidos, unicamente, a partir do valor de verdade das proposições, ou seja, o verdadeiro (V) ou o falso (F), abstração feita de seu sentido (somente dizer o verdadeiro ou o falso) e de suas condições de emprego. Todavia, a Lógica nada diz das ligações substanciais que existem entre esses pares de enunciados, porque um é indissociável do outro. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012).

Em seguida, encontramos:

Em face, pois, desse aspecto da linguagem, é justo que nós professores nos preocupemos apenas com a língua, que cuidemos apenas da gramática, que nos interessemos tanto pela colocação dos pronomes átonos, pelo emprego da crase, pelo acento diferencial, pela regência do verbo assistir? Já é tempo de **zelarmos com mais assiduidade não só do polimento da frase, mas também, e principalmente, da sua carga semântica**, procurando dar aos jovens uma orientação capaz de levá-los a pensar com clareza e objetividade para terem o que dizer e poderem **expressar-se com eficácia**.

Fonte: GARCIA, 1967, p. x-xi.

É evidente a preocupação de Othon com o polimento da frase e a sua carga semântica. A respeito da frase e a sua carga semântica, Benveniste (2006, p.229, destaque nosso) esclarece:

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua a sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo,

entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento **semântico da língua** que permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por conseqüência, a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência.

Complementa Benveniste (2006, p.229), “[...] a expressão semântica por excelência é a frase. Isto é, a frase em geral, sem mesmo distingui-la da proposição, para nos mantermos no essencial, a produção do discurso.”

Ainda, segundo Benveniste (2006, p.230-231):

Com o signo, tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase, liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor. [...] O sentido da frase é de fato a idéia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. [...] O sentido de uma frase é outra coisa diferente do sentido das palavras que a compõem. O sentido de uma frase é sua idéia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica).

O sentido das palavras é um tema que Othon M. Garcia expõe com muita clareza e propriedade. Botelho (2009) ressalta a contribuição do autor para a descrição do sentido das palavras, tema que consta na segunda parte da obra objeto de nossos estudos. O autor enfatiza a linguagem clara, simples e objetiva utilizada por Othon ao esclarecer sobre a constituição dos sentidos das palavras, além de descrever a relação entre ideias e palavras e a importância do domínio de um vocabulário de bom nível. Inclusive, afirma que Othon discute, adequadamente, o fenômeno da polissemia das palavras, esclarecendo as concepções de denotação e conotação, a relação entre elas, além de abordar os sentidos extensional e intencional na formação dos sentidos conotativos e denotativos das palavras.

Ao referir-se ao sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., Pêcheux (2009) afirma:

[...] o sentido não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Em seguida, encontramos:

Esse ponto de vista, que nada tem de novo ou de original, norteou a elaboração de *Comunicação em Prosa Moderna*. Em tôdas as suas dez partes torna-se evidente esse propósito de **ensinar o estudante a desenvolver sua capacidade de raciocínio**, a servir-se do seu espírito de observação para colhêr impressões, a formar juízos, a descobrir idéias para ser tanto quanto possível exato, claro, objetivo e fiel na expressão do seu pensamento.

Fonte: GARCIA, 1967, p. xi.

A discursividade do enunciado mostra a preocupação do autor com o raciocínio e vem ao encontro do objetivo da obra: *ensinar a escrever, ensinando a pensar*. A preocupação é pertinente, pois o raciocínio é um dos elementos mais importantes da argumentação, porque suas conclusões fornecem bases sólidas para os argumentos. É um processo lógico de pensamento pelo qual, de conhecimentos adquiridos, podemos chegar a novos conhecimentos com o mesmo coeficiente de validade dos primeiros (SEVERINO, 2007).

Ainda, nos dizeres do autor, quanto à sua estrutura, o raciocínio é um todo complexo, constituído por um encadeamento de vários juízos, que são, igualmente, conjuntos formados por vários conceitos. O raciocínio é um processo lógico de conhecimento, operação específica que pode servir inclusive para a demonstração. A redação de textos mediante signos linguísticos é um simples instrumento “[...] para a transmissão do pensamento elaborado sob a forma de raciocínios, juízos e conceitos. A composição do texto é um processo de codificação da mensagem. O texto-mensagem é o código que cifra a mensagem pensada pelo autor.” (SEVERINO, 2007, p.83).

A seguir, encontramos o excerto:

Já desde a primeira parte — **sobre a estrutura sintática e a feição estilística da frase** —, sente-se que a ‘nossa tomada de posição’ é diversa da tradicional: procuramos ensinar a estruturar a frase, partindo das idéias e não das palavras (como é hábito no ensino estritamente gramatical). Esse método salienta-se sobretudo nos tópicos referentes à indicação das circunstâncias. No que se refere ao vocabulário, procuramos, acima de tudo, orientar o estudante quanto à escolha da palavra exata, de sentido específico.

Fonte: GARCIA, 1967, p. xi.

No excerto acima, destacamos: “... **sôbre a estrutura sintática e a feição estilística da frase.**” Câmara Júnior (1985, p. 70) explica que “[...] é em referência à concatenação dos elementos da frase, ou construção sintática global, que mais se encontra a importância do impulso estilístico.” Da função informativa, desenvolveu-se uma disposição interna, a qual podemos denominar Lógica, em certo sentido, pois, desde que surgiu, tomou corpo paralelamente à Lógica Formal, modelando-se por esta e até mesmo nela inspirando-se.

Esclarece ainda o autor que as exigências da manifestação psíquica e do apelo emaranham-se, inevitavelmente, em toda a enunciação; seja na língua falada, bem como em muitas ocasiões na língua escrita, atenuando, e até mesmo sufocando o teor informativo. Somos dominados pelo pensamento emocional, por isso, a luta pela construção lógica da frase, para a qual o ensino se volta, é útil e contribui para dar ao espírito humano a objetividade intelectual e à linguagem, a qualidade de informar plena, nítida e conscientemente.

Prosseguindo:

Tentamos mostrar — principalmente no **capítulo sôbre “generalização e especificação”** — a **importância da linguagem concreta**, não propriamente a necessidade de evitar generalizações ou abstrações mas a conveniência de conjugá-las com as especificações, a importância de apoiar sempre as declarações, os juízos, as opiniões, em fatos ou dados concretos, em exemplos, detalhes, razões.

Fonte: GARCIA, 1967, p. xi.

Segundo Câmara Júnior (1981, p. 16), ao considerarmos o grande número de traços da exposição oral, ausentes na escrita, impõe-se o dever de bem utilizá-los, para a linguagem ser considerada adequada, pois quem fala em público [...] tem de atentar para o timbre da voz, para a altura da emissão vocal, para o complexo fenômeno que se chama entoação das frases, bem como saber jogar, adequadamente, com jogos do corpo, dos braços, das mãos e da fisionomia.” Há uma riqueza de recursos, que facilitam extraordinariamente a comunicação linguística oral, quando bem empregados. A linguagem escrita é mais simples, porém, adverte Câmara Júnior (1981), a realidade é que a escrita exige estudo e experiência, pois há muitas regras e orientações gramaticais requeridas para esse tipo de linguagem ser plenamente eficiente.

Em seguida:

Semelhante critério adota-se também no **estudo do parágrafo**, que é uma das partes mais desenvolvidas da obra. Isto porque, considerado como uma unidade de composição, que realmente é, êle pode servir — como de fato serviu — de centro de interesse e de motivação para numerosos ensinamentos sôbre a **arte de escrever**.

Fonte: GARCIA, 1967, p. xi.

O enunciado mostra a preocupação de Othon M. Garcia com o uso correto da linguagem, especialmente com o estudo do parágrafo. Em vista disso, investigamos a obra objeto de nossos estudos e vimos que um dos capítulos mais longo do livro é dedicado ao parágrafo. Observamos que na terceira parte do livro o autor aborda o parágrafo, parte que se desdobra em quatro capítulos, a saber: 1º capítulo: O parágrafo como unidade de composição; 2º capítulo: Como desenvolver o parágrafo; 3º capítulo: Parágrafo de descrição e parágrafo de narração e o 4º capítulo: Qualidade do parágrafo e da frase em geral.

Quanto ao conteúdo do 1º capítulo, averiguamos que o autor além de apresentar o parágrafo como unidade de composição, discorre sobre o parágrafo-padrão, a importância do parágrafo e sua extensão, o tópico frasal e suas diferentes feições, além de apresentar diferentes modos de construção do parágrafo. No 2º capítulo, trata do desenvolvimento do parágrafo, apresentando exemplos que ajudam na compreensão de como estruturar e desenvolver o parágrafo de maneira satisfatória. A seguir, apresenta a divisão e a explanação de ideias no parágrafo e a importância de expor a ideia – núcleo. No 3º capítulo, Othon M. Garcia explica o parágrafo de descrição e de narração, detalhando a descrição literária e sua importância, seja ela literária ou técnica, assim como a descrição subjetiva e objetiva ou impressionista e expressionista, além de ensinar como descrever personagens, paisagem e ambiente (interior) e outros mais. No 4º capítulo, expõe as qualidades do parágrafo e da frase em geral, destacando a importância do entrosamento e do realce de ideias dentro do parágrafo, além de ensinar a importância da unidade, coerência e ênfase que ele deve ter, sempre apresentando exemplos.

No que tange ao sujeito do discurso, na AD ele é afetado pela ideologia e pelo inconsciente, inscrito em uma formação discursiva (conjunto de saberes que determinam o que pode e deve ser dito) e que discursiva o seu universo. Isto significa que

[...] no deslizamento dos sentidos e na desestabilização das evidências e na incapacidade da onipotência de ser dono do seu dizer. É esse sujeito inscrito numa formação ideológica dada e identificado numa posição-sujeito, que mergulha no interdiscurso (lugar de todos os discursos possíveis ou imagináveis) e aciona, através da memória discursiva, discursos já existentes ditos em outro lugar em outro tempo. (HENGE, 2014/2015, p.2)

Comentando as discursividades da citação acima, lembramos que a constituição (a memória do dizer) determina a formulação (as condições de produção e circunstâncias de enunciação), pois só podemos dizer (formular) se nós colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição e o da atualidade) e o da atualidade (formulação).” (ORLANDI, 2012c, p.33). É desse jogo que surgem os sentidos.

O desenvolvimento dos capítulos do livro *Comunicação em prosa moderna*, explicita o cuidado de Othon M. Garcia com a explanação de ideias e com o raciocínio. Em relação ao parágrafo, o autor afirma que ele deve apresentar um conjunto de ideias associadas, e que “[...] pode-se iniciar o parágrafo por uma generalização, acrescentando-se-lhe fatos ou detalhes que o fundamentem (método dedutivo), ou partir dos detalhes (especificação) para chegar à conclusão (método indutivo).” (GARCIA, 1967, p. 277).

A preocupação do autor com a ordenação de ideias no parágrafo, ou seja, com o raciocínio, demonstra a intenção do autor de ensinar o estudante a raciocinar, a ajustar, convenientemente, as ideias principais na composição. Por isso, logo após, averiguarmos que Othon M. Garcia aborda o parágrafo na 3ª parte de sua obra, procuramos na literatura a respeito. Severino (2007) afirma que o parágrafo é a parte do texto cuja finalidade é expressar as etapas do raciocínio. Em decorrência disso, a sequência dos parágrafos, o seu tamanho e a sua complexidade procedem da natureza do raciocínio desenvolvido. Nessa perspectiva, duas tendências são incorretas: o excesso ou a ausência deles. Como a paragrafação representa, em nível do texto, as articulações do raciocínio, é possível perceber a dificuldade de quem escreve. Nesse caso, “[...] é como se as ideias e as proposições a elas correspondentes tivessem as mesmas funções, a mesma relevância no desenvolvimento do discurso e como se este não tivesse articulações.” (SEVERINO, 2007, p.151).

Comenta Severino (2007) que, na mudança de parágrafo, quando do avanço na sequência do raciocínio, marca-se o fim de uma etapa e o começo de outra. O cuidado com a estrutura do parágrafo evidencia a preocupação do autor com textos bem concatenados e de raciocínio lógico. Esclarece Severino (2007, p.152) que “[...] dependendo da natureza do texto e do raciocínio que lhe é subjacente, o parágrafo representa a exposição de um raciocínio comum, ou seja, comporta premissas e conclusões.” Concluímos que a articulação de um texto em parágrafos está, intimamente, vinculada à estrutura lógica do raciocínio desenvolvido.

Prosseguindo a análise, encontramos:

Mas é sobretudo nas partes subseqüentes à do parágrafo — 4. Com. — “Eficácia e falácias da comunicação”, 5. Ord. — “Pondo ordem no caos”, 6.Id.— “Como criar idéias”, e 7. Pl.— “Planejamento” — que mais nos empenhamos em **oferecer ao estudante meios e métodos de desenvolver e disciplinar sua capacidade de raciocínio**. Essas quatro partes representam as principais características da obra.

Fonte: GARCIA, 1967, p.xi.

A fim de compreender a discursividade “*nos empenhamos em oferecer ao estudante meios e métodos de desenvolver e disciplinar sua capacidade de raciocínio*”, contamos com Severino (2007, p. 83) que argumenta que “[...] o raciocínio é o momento amadurecido do pensamento; raciocinar é encadear juízos e formular juízos é encadear conceitos. Por isso, pode-se dizer que o conhecimento humano inicia-se com a formação de conceitos.” Para o autor, o raciocínio é, portanto, a ordenação de juízos e de conceitos, ele consiste em obter novo conhecimento a partir de um antigo, é a passagem de um conhecimento para outro.

Em seguida, encontramos:

O desenvolvimento que lhes demos tem, ao que parece, inteira razão de ser, tanto é certo e pacificamente reconhecido que os jovens não sabem pensar. E, se não sabem pensar, dificilmente saberão escrever, por mais gramática e retórica que se lhes ministrem. Portanto, **se se admite que a arte de escrever pode ser ensinada** — e pode, até certo ponto pelo menos —, o melhor caminho a seguir é ensinar ao estudantes **métodos de raciocínio**.

Fonte: GARCIA, 1967, p. xi.

A afirmativa de Othon M. Garcia de “[...] que a arte de escrever pode ser ensinada”, levou-nos a verificar o conteúdo do livro objeto de nossa investigação. Constatamos que a 4ª parte, intitulada Eficácia e Falácias da Comunicação, desenvolve-se em dois capítulos: Eficácia (1º capítulo) e Falácias (2º capítulo), momento em que o autor argumenta que é preciso aprender a pensar para que possamos escrever bem.

No primeiro capítulo (da 4ª parte) intitulado Eficácia, Othon M. Garcia (1967, p.291) afirma que aprender “[...] a escrever é, em grande parte, se não principalmente, aprender a pensar, aprender a encontrar ideias e a concatená-las, pois, assim como não é possível dar o que não se tem, não se pode transmitir o que a mente não criou ou não aprisionou.” Mais adiante o autor complementa as suas ideias afirmando que “[...] a ciência das leis ideias do pensamento, a arte que nos faz proceder, com ordem, facilmente e sem erro, no ato próprio da razão é a lógica.” (GARCIA, 1967, p.292).

Ainda no 1º capítulo, a 4ª parte da obra objeto de nossos estudos, desdobra-se nos seguintes assuntos: Da validade das declarações; Fatos e indícios: observações e inferência; Da validade dos fatos; Métodos; Método Indutivo; Método Dedutivo e Silogismo; O raciocínio dedutivo e o cotidiano: o entimema.

A observação dos conteúdos que integram o 1º capítulo da 4ª parte da obra Comunicação em prosa moderna, permite-nos constatar a preocupação do autor de ajudar o estudante a pensar com clareza e objetividade. Essa discursividade encontra respaldo nas palavras do autor:

Escreve realmente mal o estudante que não tem o que dizer porque não aprendeu a pôr em ordem seu pensamento, e porque não tem o que dizer, não lhe bastam as regrinhas gramaticais, nem mesmo o melhor vocabulário de que possa dispor. Portanto, é preciso fornecer-lhe os meios de disciplinar o raciocínio, de estimular-lhe o espírito de observação dos fatos e ensiná-lo a criar ou aprisionar ideias: ensinar, enfim, a pensar. (GARCIA, 1967, 291-292).

Em relação aos métodos de raciocínio, Charaudeau e Maingueneau (2012, p. 313) orientam que “[...] desde Aristóteles até o final do século XIX, a lógica foi considerada como ‘arte de pensar’ corretamente, isto é, de combinar as proposições de modo a transmitir à conclusão a verdade das premissas.” Nesse sentido, ao determinar os esquemas de raciocínios válidos, fornece a teoria do discurso racional.

Argumentam ainda os autores que a Lógica admite dois tipos de inferência: a dedução e a indução. A primeira corresponde ao modo de inferência que liga duas premissas à conclusão no silogismo válido e vai do geral ao particular, seguindo um processo que foi redefinido e formalizado em Lógica e na Matemática. Em seu sentido amplo, podemos falar de dedução quando se demonstra, *a priori*, as consequências de uma proposição postulada. A segunda, a indução, é uma inferência que conclui o geral a partir do particular. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012).

Os esclarecimentos de Charaudeau e Maingueneau (2012) vem ao encontro da concepção de dedução e de indução de Othon M. Garcia (2010, p. 308) que assevera: “[...] distinguem-se primordialmente dois tipos de operações mentais na busca da verdade, vale dizer, dois métodos fundamentais de raciocínio: a indução (que vai do particular para o geral) e a dedução (que parte do geral para o particular).”

A respeito da afirmativa, “*a arte de escrever pode ser ensinada*”, Câmara Júnior (1981) esclarece que, pela posse e pelo uso da linguagem, falando oral ou mentalmente, conseguimos organizar o nosso pensamento e torná-lo articulado, concatenado e nítido. A partir do momento em que as crianças deixam para trás o balbúcio e a expressão fragmentada e difusa, surge um vigor repentino no raciocínio, que não só decorre do desenvolvimento do cérebro, mas também das condições a que o indivíduo se expõe. Assim, a atividade mental desenvolve-se. E finaliza:

Se se inicia e desenvolve o estudo metódico dos caracteres e aplicações desse novo e preciso instrumento, vai, concomitantemente, aperfeiçoando-se a capacidade de pensar, da mesma sorte que se aperfeiçoa o operário com o domínio e o conhecimento seguro das ferramentas da sua profissão. É este, e não o outro, antes de tudo, o essencial proveito de tal ensino. (CÂMARA JÚNIOR, 1981, p.11).

Prosseguindo:

Daí, **as noções de lógica** — em certo sentido muito elementares — que constituem, ou em que se baseia, a matéria dessas quatro partes. Mas o leitor alerta há de perceber que tais noções vêm expostas com certa ousadia e até com certa indisciplina formalística; é que se tratava tão-somente de **aproveitar da Lógica aquilo que pudesse, de maneira prática, direta, imediata, ajudar o estudante a pôr em ordem suas idéias**. Não se surpreendam,

portanto, os entendidos na matéria com a feição assistemática dada a essas noções: não tínhamos em mente escrever um tratado de Lógica.

Fonte: GARCIA, 1967, p. xi-xii.

No enunciado acima, temos o sintagma “*as noções de lógica*”. A esse respeito Wagner (2009, p.7) comenta existirem opiniões diversas sobre o que é a Lógica, seu objeto, suas funções, suas fronteiras, enfim, sua história. Explica o autor:

Para uns, a lógica é a ciência do raciocínio correto. Não uma ciência empírica, que teria como objeto resenhar, descrever e analisar os raciocínios reais — sejam eles escritos, expressos verbalmente ou pensados —, mas uma ciência das regras que todo raciocínio, para ser válido, precisa respeitar. Supondo-se que essas regras existam e que a lógica seja a ciência dessas mesmas regras. (WAGNER, 2009, p.7).

Buscando enriquecer a nossa análise, investigamos o que diz Othon M. Garcia a respeito da lógica e encontramos a seguinte afirmativa: “[...] a ordem lógica depende em grande parte do encadeamento dos componentes da frase por meio da associação de ideias. Mas não é ordem apenas verbal ou sintática, pois implica substancialmente um processo de raciocínio dedutivo ou indutivo.” (GARCIA, 1967, p.278).

Mais adiante o autor afirma:

Não se acredite, entretanto, que só escreverão de maneira coerente os que tiverem compulsado manuais de lógica, embora se façam necessários exercícios práticos capazes de disciplinar o raciocínio. Há, por exemplo, uma ordem de fatos ou eventos que está ao alcance até mesmo dos espíritos privilegiados: a que se baseia nas relações de causa e efeito. Qualquer indivíduo pode percebê-la pelo simples fato de estar vivendo. É a lógica dos acontecimentos, que nos força a uma resposta, a uma reação ou comportamento em determinado sentido, às vezes de maneira inevitável [...]. Descobrir a causa, saber o porquê, perceber a verdadeira relação entre fato e sua (s) consequência(s) é estabelecer uma ordem lógica. (GARCIA, 1967, p.278).

Nota-se a preocupação de Othon M. Garcia com a ordem das ideias para que possamos escrever com coesão e coerência. De acordo com Wagner (2009) o objetivo da Lógica é estudar os pressupostos comuns a todos os conhecimentos e pelos quais chegamos por meio do raciocínio. Sua única função é controlar a validade das inferências, além de estruturar o conjunto de nosso saber. Algumas

vezes, também lhe concebemos uma função constitutiva para o conhecimento em geral e nosso sistema do mundo.

A lógica enuncia as leis mais gerais do pensamento e visa ao verdadeiro, “[...] independentemente de todo conteúdo, de todo objeto particular, essas leis valem então não só para tudo o que é, mas também para aquilo que pode ser pensado em geral.” (WAGNER, 2009, p. 8). Temos, como exemplo as leis do pensamento, o princípio do terceiro excluído. Esse princípio pode ser aplicado a qualquer enunciado, visto que, nesse princípio, tanto o enunciado propriamente dito, quanto à sua negação são verdadeiros. Exemplo: que chova ou não chova, não existe uma terceira possibilidade. Quanto à história da lógica, Wagner (2009, p.8) esclarece que “[...] remonta à Antiguidade, aos trabalhos de Aristóteles e dos estóicos, e é o resultado de um trabalho de codificação dos procedimentos de argumentação e de raciocínio em uso nessa época.”

Em seguida, temos:

Essas e outras características da obra (convém assinalar, de passagem, a oitava parte, relativa à redação técnica) tornam-na mais indicada a leitores que já disponham de um mínimo de conhecimentos gramaticais, ao nível pelo menos da quarta série ginasial. Por isso, acreditamos que **Comunicação em Prosa Moderna venha a ser mais proveitosa aos alunos do segundo ciclo e, sobretudo, das nossas faculdades de letras, de economia, finanças e administração.** Uma das razões dessa crença está na natureza das informações relativas à **preparação de trabalhos de pesquisa — teses, ensaios, monografias, relatórios técnicos —, inclusive a documentação bibliográfica e a mecânica do texto, isto é, a preparação dos originais.**

Fonte: GARCIA, 1967, p. xii..

Do excerto, podemos depreender que a obra de Othon M. Garcia apresenta uma diversidade temática muito rica: gramática, documentação bibliográfica, redação de textos e normalização bibliográfica, feição estilística da frase, discursos direto e indireto, vocabulário, parágrafo (amplamente desenvolvido), comunicação, ideias, redação técnica, preparação de originais, entre outros.

A diversidade de assuntos no livro *Comunicação em prosa moderna* permite que seja classificado em diversas áreas do conhecimento, consideramos um

livro híbrido, uma obra multidisciplinar,³⁸ que nos ensina a escrever adequadamente, a planejar e dispor o parágrafo; além de tratar da feição estilística da frase, do uso da linguagem abstrata e concreta, com exemplos de ideias vagas e abstratas; orientando a construir o parágrafo como unidade de composição, enfim, volta-se para as circunstâncias e as relações entre as ideias para que possamos nos expressar satisfatoriamente.

Julgamos que a riqueza da obra está na preocupação do autor de orientar a usar o raciocínio para escrever adequadamente. O livro direciona-se às dificuldades dos estudantes, apresentando exemplos extraídos de obras da literatura brasileira, francesa e inglesa, com atenção especial à construção do parágrafo, a frase e ao estilo, orientando sempre a construção de textos que privilegiem o raciocínio lógico.

Conforte (2011) comenta a respeito da classificação da obra e faz o seguinte questionamento: Mas como classificar *Comunicação em prosa moderna*? Para ele, não se trata de uma gramática, embora apresente discussões e conceitos que constam praticamente em todas as gramáticas posteriores, tais como, capítulos e tópicos acerca da frase, da oração e do período e discussões sobre os processos sintáticos. Tampouco é um livro de Estilística, pois cuida do estilo, não preconizando uma teoria ou uma sistematização de teorias desse campo de estudo, senão que fornecendo as ferramentas necessárias para o cultivo de um texto bem cuidado e, esteticamente, aproveitável. Conforte questiona se não seria um livro de redação, posto sua organização teórica culminar no planejamento e escritura de textos descritivos, narrativos, dissertativos e argumentativos. Destaca que poucos se arriscariam a classificar *Comunicação em prosa moderna* como um manual de redação, porque seria limitador.

Notamos, também, na leitura do recorte do prefácio ora analisado, o cuidado de Othon M. Garcia com a preparação dos originais. Araújo (1986) coloca que a definição do termo “original”, aplicada à editoração, é aparentemente simples. Em geral, relaciona-se a qualquer manuscrito ou texto reproduzido mecanicamente (datilografado ou, em certos casos, mesmo impresso) destinado à composição tipográfica. Todavia, há certas gradações que não podem ser ignoradas. Para o

³⁸ Doze (2010, p.98) comenta que *Comunicação em Prosa Moderna*, em uma perspectiva linguística, é uma obra inovadora à medida que propõe ao aluno planejar o texto com um equilíbrio dos parágrafos e desenvolver um trabalho com o léxico e as construções sintáticas.

editor, o original, em princípio, é o texto que lhe foi entregue como sendo a redação definitiva do autor, mas, antes disso, distinguimos dois estados anteriores a essa versão, sendo ambas importantes quando se trata de demonstrar a evolução intelectual ou até mesmo as mudanças ocorridas na expressão literária do autor.

O primeiro estado denomina-se pré-original, isto é, um texto, manuscrito, contendo apenas rascunhos, fragmentos, anotações, planos do autor. O segundo estado, anterior ao original, corresponde à denominada versão preliminar, isto é, há um estado, imediatamente, posterior ao manuscrito. Nesse caso, o autor publica seu texto em uma primeira versão, com número de cópias reduzido, destinada às críticas de seus pares, com o intuito de receber sugestões, o que resultará, inevitavelmente, em alterações no texto (ARAÚJO, 1986).

Segundo Araújo (1986, p.58-59, destaques do autor): ambas as formas acima referidas “[...] constituem versões em estágio preparatório daquilo que virá a ser o original definitivo, como é, igualmente, o exemplar impresso contendo anotações do autor (‘exemplar de trabalho’) com vistas a uma nova edição.”

Encontramos em seguida:

Foi talvez essa orientação referente aos problemas da **comunicação eficaz** que levou a **Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, a encomendar-nos a elaboração definitiva do livro**, quando dêle lhe apresentamos algumas partes acompanhadas do plano geral, no qual se fizeram posteriormente algumas alterações de comum acôrdo com os diretores do Serviço de Publicações daquela instituição.

Fonte: GARCIA, 1967, p. xii.

A influência da Fundação Getúlio Vargas na publicação da obra de Othon é irrefutável, assim como em seu conteúdo. Tal fato mostra como o conhecimento linguístico constitui-se ciência, pois a Fundação Getúlio Vargas é uma instituição de ensino superior brasileira, que nasceu com o intuito de preparar pessoas qualificadas para a Administração Pública, no Brasil, em uma época de sérios embates sociais, políticos e ideológicos. Língua, Ciência e a Política estabelecem relações significativas e definidoras dos sujeitos e da sociedade e a questão da língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado, relação esta que tem sua forma explicitada nas políticas linguísticas (ORLANDI, 2000).

A seguir, temos o seguinte excerto:

Seria falsa modéstia negar que há neste livro uma considerável contribuição pessoal, quer no seu planejamento quer no desenvolvimento da matéria. Mas, como não temos o hábito de pavonear-nos com plumagem alheia, é de justiça reconhecer que a melhor parte destas quinhentas e poucas páginas é resultado do que aprendemos ou das sugestões que colhemos em **abundante bibliografia especializada.**

Fonte: GARCIA, 1967, p. xii.

Na obra de Othon M. Garcia há uma exterioridade constitutiva: o interdiscurso, a memória, um “já dito” anterior e exterior à existência ao discurso do autor. Por isso, consideramos que ao utilizar “abundante literatura especializada”, o autor está submetido à memória de seu saber, já que o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos.

Em seguida, encontramos:

Dois ou três dos mais expressivos exemplos dessa influência revelam-se no tratamento dado a **alguns tópicos sôbre a estrutura da frase (especialmente o capítulo quarto)**, nos exercícios de vocabulário por áreas semânticas —duas lições de alguns autores franceses —, **na importância atribuída ao estudo do parágrafo** e no que respeita, em linhas gerais, à redação técnica — duas lições de autores americanos. As demais influências ou fontes de sugestão vêm devidamente apontadas nos lugares competentes.

Fonte: GARCIA, 1967, xii.

A preocupação de Othon M. Garcia com a estrutura e a importância da construção da frase e do parágrafo é recorrente, sempre com o objetivo de ensinar o aluno a pensar, a aprender, a criar ideias, associá-las e concatená-las, fundindo-as em moldes frasais adequados. Afirma o autor em sua 1ª edição: “Quando o estudante tem algo a dizer, sua expressão é igualmente satisfatória.” (GARCIA, 1967, p.291). Investigando a 22ª edição de Comunicação em prosa moderna, encontramos a mesma afirmativa, porém, aprimorada: “Quando o estudante tem algo a dizer, porque pensou, e pensou com clareza, sua expressão é geralmente satisfatória.” (GARCIA, 2002, p.301).

Com o intuito de fundamentarmos a nossa análise, buscamos na exterioridade, ou seja, no interdiscurso, a respeito da construção de textos, encontramos Uchôa (2008, p. 59) que afirma:

Um exame de numerosos textos produzidos por alunos dos níveis fundamental, médio e mesmo superior levou-nos à constatação de

serem muito freqüentes e graves os problemas que dizem respeito ao saber pensar e ao conhecimento das ‘coisas’ do mundo de que se fala, ou seja, ao saber elocucional. Noções confusas, incoerentes, repetições não intencionais, lugares-comuns são alguns dos problemas concernentes à competência lingüística geral; não são problemas relativos ao uso da língua portuguesa; trata-se de incongruências, que seriam incongruências em qualquer língua.

O autor supracitado, em sua argumentação, reporta-se a Othon M. Garcia e comenta que desde 1967 o autor já afirmava: “A experiência nos ensina que as falhas mais graves das redações de nossos colegiais resultam menos das incorreções gramaticais do que da falta de idéias ou da sua má concatenação.” (GARCIA, 1967, p.291).

Prosseguindo em nossa leitura, encontramos:

Quanto à **documentação bibliográfica**, cabe aqui também um esclarecimento indispensável. Certo número de abonações se faz de “segunda mão”, mesmo nos casos em que dispúnhamos ou poderíamos facilmente dispor da fonte original, **como está indicada na Bibliografia**. Tal critério, não de todo consagrado (deve-se citar do original, quando ele é disponível), decorre talvez de um excesso de escrúpulo: damos honestamente a fonte onde topamos com o exemplo pela primeira vez. Isso explica, pôsto que não desculpe, **o fato de algumas citações do mesmo autor e obra serem feitas diretamente, e outras indiretamente.**

Fonte: GARCIA, 1967, p. xiii.

A Análise de Discurso defende a ideia de que a linguagem possui uma relação com a exterioridade, esta entendida como algo fora da linguagem, que intervém, materialmente, na textualidade, como interdiscurso, ou seja, como a memória do dizer abarca o universo do que é dito. Dessa forma, entendemos que o discurso se constitui sobre o primado do interdiscurso, pois todo discurso produz sentidos a partir de outros sentidos.

Por isso, nos respaldamos na afirmativa de Orlandi (2012d, p. 115): “Todo sujeito, ao dizer, produz o que chamo um gesto mínimo de interpretação que é a inscrição de seu dizer no interdiscurso (no dizível) para que ele faça sentido.” É o que acontece no prefácio ora analisado, o autor na construção de sua obra faz uso de vários autores, os quais são citados no texto, vindo a constituir o interdiscurso.

A seguir, encontramos:

Entretanto, no que se refere às numerosas transcrições dadas à guisa de **exemplos, exercícios ou modelos**, e feitas de antologias e coletâneas (*Antologia Nacional, Antologia Brasileira, coleção Nossos Clássicos*, da Agir, e obras similares), outra razão se junta à do escrúpulo: é o caso v.g., de muitos exercícios sobre a frase, o vocabulário e o parágrafo, exercícios para serem feitos de tal forma, que se torna necessário posterior confronto com o original.

Fonte: GARCIA, 1967, p. xiii.

Verificando a obra de Othon Moacyr Garcia, vimos que na décima parte do livro, o autor apresenta exercícios sobre: a frase, vocabulário, parágrafo, eficácia e falácias do raciocínio e ordenação, parte intitulada “Pondo ordem no caos”. Na construção dos exercícios, faz uso de autores incluídos nas referências do livro e também de autores mencionados nos prefácios/apresentação, a saber: Aníbal Machado, José de Alencar, Matias Aires, Silvio Romero, Machado de Assis e outros mais. Ao fazer uso da literatura brasileira Othon M. Garcia, mais uma vez, leva-nos ao primado do interdiscurso (a memória do dizer) já que “[...] os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e daí que eles tiram a sua identidade.” (ORLANDI, 2012d, p.31). A seguir encontramos:

Ora, como admitimos não ser muito fácil dispor o estudante de tôdas as obras e **autores citados**, pareceu-nos bastante aconselhável **remetê-lo para as antologias e coletâneas mais acessíveis**. Por motivo diverso, desculpar-se-á também a repetição de dois ou três exemplos, exemplos tão ricos de sugestões, que não nos repugnou aproveitá-los mais de uma vez com propósitos diferentes.

Fonte: GARCIA, 1967, p. xiii.

As discursividades, no enunciado, induziram-nos a investigar a respeito das antologias. Serrani (2008) comenta que as antologias abrigam os textos mais importantes da literatura brasileira e vem sendo utilizadas como ferramentas pedagógicas nas pesquisas sobre livros nacionais. A antologia é um gênero discursivo que oferece muita informação sobre o modo em que se escreve e em que se lê literatura e até mesmo sobre o seu papel em uma cultura e épocas dadas. O gênero contribui diretamente para formar e transformar cânones, confirmar reputações literárias e estabelecer ou interferir em práticas letradas de gerações de leitores. Contudo, na opinião da pesquisadora, as antologias não têm recebido suficiente atenção crítica ou análise específica, visto que abordagens baseadas na Análise de Discurso trazem contribuições significativas.

A pesquisadora adverte que é preciso uma reflexão sobre o que é antologia e coletânea, pois é relevante focar as antologias como discurso, visto que a distinção entre elas tem levado a algumas conclusões generalizantes, que é preciso reconsiderar, pois a coletânea convida a leituras mais breves e desconexas e a antologia convida para estudos mais prolongados. Entender a antologia como discurso requer sempre analisar as suas condições de produção, pois não existe discurso descontextualizado. Serrani (2008, p.272-273) argumenta ainda:

Se considerarmos a distinção de Pêcheux a respeito do intradiscurso/interdiscurso, que correspondem com a de formulação/enunciado em Foucault, ou seja, o nível da formulação produzida na horizontalidade da cadeia verbal e o nível de análise, interdependente, das memórias sócio-históricas e/ou inconscientes implícitas na dimensão vertical do discurso, a observação sobre descontextualização pode ser aprofundada explicando regularidades enunciativas que levam a uma dada configuração discursiva da formulação de uma antologia.

A estudiosa analisou a representação da poesia brasileira em antologias poéticas bilíngues continentais, editadas nas últimas décadas nos Estados Unidos, que proporciona, aos leitores de língua inglesa, a experiência da leitura de poemas nas línguas francesa, alemã, espanhola, italiana e portuguesa.

Serrani (2008) observou que os poemas na obra *The Poem Itself*, de Stanley Burnshaw, estão na língua de origem, não há tradução, e na sequência, são apresentados ensaios que são discutidos em inglês. Também não há notas biográficas dos autores, porém há apresentações de ensaios, que não seguem um único modelo e contam com numerosos colaboradores os quais são relacionados em “Apêndices”, com notas sobre procedência acadêmica e obras dos autores. Há também nesse Apêndice, uma seção dedicada à prosódia com considerações sobre métrica, rima e ritmo na poética e uma seção separada sobre teoria fonológica e fonética nessas línguas.

Os fatos relatados mostram a descontextualização presente em *The Poem Itself* e justificam a argumentação da pesquisadora a respeito das condições de produção. Argumenta Serrani (2008) que as antologias comportam a noção de evolução (a sucessão de movimentos literários) e de hierarquia (o reconhecimento de obras de artes). Na sua opinião, somente após uma análise do processo de circulação, dos efeitos de memória mobilizados nas antologias, suas fontes primárias, assim como os textos selecionados na compilações e suas fontes

secundárias — os prólogos, prefácios, estudos preliminares, posfácios, bibliografias de autores ou tradutores, notas, etc.— é possível explicar o porquê de haver coletâneas que se tornam “antológicas”, no sentido etimológico do termo e seleções que são apresentadas, supostamente como essenciais, porém, não são reconhecidas pela crítica e convidam a leituras desconexas ou superficiais. (SERRANI, 2008).

Ainda na questão das antologias, Dias (2008) comenta a respeito da antologia *Nenhum Brasil existe*, que surgiu em meio a uma busca de traduzir para a língua portuguesa um volume já publicado em língua inglesa. Em conjunto com o historiador Valdeci Lopes de Araújo, o organizador João Cezar Rocha envolveu-se com a publicação da obra intitulada *Nenhum Brasil existe – pequena enciclopédia*, versão ampliada de *Brazil 2001: A revisionary of Brazilian literature and culture* (University of Massachusetts Dartmouth), lançada na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em Washington, durante a comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil.

A especificidade da antologia *Nenhum Brasil existe* tem a ver com o fato de ter sido produzida em outra língua, em uma universidade americana, visando a outro público para depois voltar ao Brasil e ser traduzida para a língua portuguesa com outro título que convoca outras memórias. A referida antologia, em termos de contexto ideológico mais amplo, está relacionada à Comemoração dos 500 anos de Brasil na esfera acadêmico-intelectual a partir da relação institucional entre Brasil e Estados Unidos. O organizador João Cezar Rocha denomina o trabalho antológico de projeto, pois a antologia na sua produção é um concurso de várias instituições e de um número maior de colaboradores. Dessa maneira, *Nenhum Brasil existe* é um volume dedicado ao Brasil, mas produzido em um outro contexto, em um departamento estrangeiro, mas que também comemora com esta produção nossos 500 anos (DIAS, 2008).

Nenhum Brasil existe, como produção de sentidos sobre o Brasil, comemora nossos 500 anos e aponta para duas possibilidades de memória: as relações estabelecidas num espaço cultural entre Brasil e Estados Unidos que se faz e refaz a partir da memória literário - cultural, que neste caso, é direcionada a um público estrangeiro que se interessa por esse assunto.

Nenhum Brasil existe, por conta de sua filiação ao estrangeiro, inclui vários autores estrangeiros que vivenciaram uma experiência de contato com o

Brasil: Elizabeth Bishop, Otto Carpeaux, Roger Bastide, Lê Corbusier, Ziembinski e Stefan Zweig. Outro efeito de sentido da antologia em pauta é o panorama histórico, pois se trata de um balanço da história do Brasil, a partir de autores que significaram esta nação. Neste caso, Gilberto Freire, emerge como uma representação de intérprete do Brasil por excelência. Na seção de literatura a mais extensa, abarcando diversos períodos literários, constam: Gregório de Matos, Machado de Assis, José de Alencar, Lima Barreto, Gonçalves Dias, Oswald de Andrade, Manuel bandeira, Drummond, Clarice Lispector, Ferreira Gullar, João Cabral, Guimarães Rosa, Mário de Andrade, José Lins do Rego, Adalgisa Nery, Monteiro Lobato. (DIAS, 2008).

A seguir, encontramos:

A Bibliografia apresentada no fim do livro, apesar de já muito extensa, não inclui todas as obras citadas no texto, como o leitor poderá facilmente verificar: **não víamos razão para alongar desmedidamente a lista com títulos e autores acidental ou marginalmente referidos**. Tampouco está completo o rol das obras consultadas mas não citadas no texto: limitamo-nos àquelas que mais diretamente se relacionam com a matéria e o nosso ponto de vista em face dela.

Fonte: GARCIA, 1967, p. xiii.

A asserção, “**não víamos razão para alongar desmedidamente a lista com títulos e autores acidental ou marginalmente referidos**”, leva-nos mais uma vez ao interdiscurso e a argumentar:

O texto não pode ser visto como uma unidade fechada, pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginados), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) e com o que chamamos de exterioridade constitutiva, ou seja, o interdiscurso, a memória do dizer (o que fala antes, em outro lugar, independentemente). (ORLANDI, 2012C, p.87).

Em seguida, temos:

Aí estão os esclarecimentos considerados indispensáveis: muitos até certo ponto explicam, **mas nenhum desculpa os defeitos reais ou aparentes da obra**. Defeitos graves, de que somos os primeiros a ter, de muitos deles pelo menos, plena consciência, mas que procuraremos corrigir na hipótese de uma outra edição, principalmente se contarmos com as bemvindas sugestões do leitor.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1967

OTHON M. GARCIA

Fonte: GARCIA, 1967, p.xiii.

O cuidado de Othon M. Garcia com sua obra é perceptível no prefácio/apresentação. Contudo, não é inútil reafirmar que o discurso é:

[...] sempre incompleto assim como são incompletos os sujeitos e os sentidos. Compreendemos a identidade como um movimento na história e os sentidos como trajetos simbólicos e históricos não determinados. A incompletude é o índice da abertura do simbólico, do movimento do sentido e do sujeito, da falha, do possível. (ORLANDI, 2012c, p. 92-93).

6.3 Análise do prefácio/apresentação da 2ª edição (1969)³⁹

Nota sobre a 2ª edição

A presente edição sai um pouco mais saneada do que a primeira, se não quanto a falhas intrínsecas, pelo menos quanto aos desesperadores erros de revisão (mais de cem!). Quanto à estrutura da obra, entretanto, **esta edição em nada difere da precedente**, salvo no que respeita aos acréscimos de alguns tópicos, ao desenvolvimento de outros e à **adjunção de maior número de notas de rodapé sobre fontes bibliográficas.**

Fonte: GARCIA, 1967, p.xx

Na 2ª edição de *Comunicação em prosa moderna, os processos de produção do discurso* são os mesmos dos prefácios, anteriormente analisados, já que a sua constituição dá-se a partir de um contexto histórico-ideológico mais amplo, pois o livro foi publicado durante a ditadura militar. Quanto à formulação, em relação às condições de produção em um sentido mais amplo, temos a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que editou o livro.

Percebemos que, desde a 1ª edição de seu livro, Othon M. Garcia preocupava-se com os defeitos reais ou até aparentes da sua obra. Essa preocupação contempla as edições subsequentes. Especialmente na 2ª edição, faz significativas correções e comenta a respeito. Além disso, temos, no prefácio ora analisado, a afirmativa do autor de ter havido acréscimos de alguns tópicos e inserção de algumas notas de rodapé, comentário que nos ajuda a tomar conhecimento das modificações realizadas na obra.

As notas de rodapé sobre fontes bibliográficas remetem-nos ao interdiscurso, pois de acordo com Charaudeau e Maingueneau (2012, p.286) “Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em

³⁹ Conforme Anexo C.

relação multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso.” Em sentido restrito, o interdiscurso “[...] é também um espaço discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantém relações de delimitação recíproca uns com os outros.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p.286)

Mais amplamente, também chamamos de interdiscurso

O conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros etc.) com os quais um discurso particular entre em relação implícita ou explícita. Esse interdiscurso pode dizer respeito a unidades discursivas de dimensões variadas: uma definição de dicionário, uma estrofe de um poema, um romance. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p.286).

Logo a seguir, encontramos:

Dos acréscimos, limitados ao mínimo indispensável para que a obra não se avolumasse ainda mais, merecem destaque sobretudo os que se referem à “Generalização e Especificação” (2. Voc. — 2.0), a meu ver um dos fatores mais importantes da eficácia da comunicação, à “Análise” e à “Classificação” (5. Ord. — Pondo Ordem no Caos), matéria igualmente relevante para a objetividade e organicidade do planejamento e ordenação de idéias e, por fim, o tópico 1.5.2.1 — “Exemplo de Parágrafo com Estrutura Silogística Dedutiva”, in: 6. Id. — aparentemente deslocado da parte referente ao parágrafo (3. Par.), mas assim situado em obediência ao plano da obra, já que seria impossível **ensinar a desenvolver idéias por dedução ou indução sem ter previamente esclarecido o leitor a respeito de métodos de raciocínio**, de que trato na 4.^a Parte (4. Com.). Os demais acréscimos são menos relevantes e mais reduzidos.

Fonte: GARCIA, 1969, p. xx- xxi.

Notamos no prefácio/apresentação, no momento da análise, o cuidado do autor com o leitor, preocupado em ensinar a escrever, ensinando a pensar, em especial, a desenvolver ideias usando o raciocínio. Complementando as nossas asserções a respeito do raciocínio — as quais foram elaboradas a partir do direcionamento e ensinamentos de Othon M. Garcia, buscamos saber um pouco mais a respeito do raciocínio, pois ele é um dos elementos mais importantes da argumentação, visto que suas conclusões, fornecerem subsídios para a argumentação. Lembra Fiorin (2015, p.47), “[...] que a argumentação faz progredir o discurso por inferências. Por isso, apoia-se sobre formas de raciocínio cujos tipos principais são a dedução e a indução.”

Ainda de acordo com Fiorin (2015), a dedução é o raciocínio que vai do geral ao particular. A indução, ao contrário, parte de fatos particulares da experiência para chegar a generalizações. É o raciocínio principal das ciências experimentais por permitir estabelecer leis a partir de fatos observados e é, igualmente, um modo de raciocínio presente na vida cotidiana.

A seguir:

Entre **outras inovações** que, embora muito me tentassem, não pude fazer para não aumentar demasiadamente o número de páginas, inclui-se a de um **índice** remissivo por ordem alfabética e a tradução de alguns trechos citados em língua estrangeira — ambas sugestões de **Paulo Rónai**, a quem peço desculpas por não ter podido levá-las em consideração pelos motivos expostos.

Fonte: GARCIA, 1969, xxi.

A respeito das inovações mencionadas por Othon M. Garcia (que ele não pôde fazer), consideramos oportuno apresentar o que diz Paulo Rónai na orelha do livro *Comunicação em prosa moderna*, em sua 22ª edição, de 2002:

Comunicação em prosa moderna se caracteriza por uma abordagem revolucionária do problema de expressão. Em vez de partir do material disponível que oferecem os textos, de classifica-los e rotulá-los o autor toma como ponto de partida as ideias que reclamam comunicação [...]. Não descuida de nada daquilo que pode clarificar uma página, desde a apresentação material até a exatidão do tom. Baseado em exaustivas pesquisas Othon Moacyr Garcia completa o que já foi escrito sobre o problema da comunicação com os resultados da sua experiência e meditação, trazendo inúmeras contribuições de grande alcance prático. Talvez a mais importante delas seja a sua teoria do parágrafo, em que vê uma unidade mínima de composição e cujo manejo certo contribui para ele iniciação efetiva na arte de escrever. Ensina, pois, ao leitor como planejar, dispor e estofar e equilibrar os parágrafos, acabando por armá-los de uma eficiente disciplina artesanal.

Na asserção seguinte, encontramos:

Quanto aos erros tipográficos da 1ª edição, corrigidos (espero) nesta, cumpro com prazer o dever de deixar aqui bem claros **os meus agradecimentos a OLAVO NASCENTES**, que me mostrou, bem presto, muitos deles, além de erros meus, e a **PAULO RÓNAI**, que, além de me distinguir sobremodo com um magnânimo artigo sobre a primeira edição, teve a pachorra de ler com atenção, zelo e beneditina paciência não apenas o texto e os exercícios mas também — e isso é de espantar e de me deixar perdidamente grato — até mesmo a lista bibliográfica final. A êle devo a maior coleção de erros de

revisão e de descuidos meus.

Fonte: GARCIA, 1969, p.xxi.

Em relação aos agradecimentos feitos a Olavo Nascentes e Paulo Rónai, buscamos compreender o enunciado e nos inteiramos da possibilidade de encontrarmos, em livros e artigos de periódicos, agradecimentos pela colaboração prestada por colegas. Tradicionalmente, considera-se esse procedimento apropriado quando a pessoa a quem se agradece prestou uma colaboração indiscutível à pesquisa, mas não suficiente para justificar a coautoria. A ajuda é quase sempre informal, uma forma de agradecer às pessoas que ajudaram, mas que, normalmente, não apareceriam como autores (MEADOWS, 1999).

Entretanto, há um questionamento que continua ainda sem resposta: se quem vai receber agradecimentos deve ser informado de antemão. Meadows (1999, p.179) comenta:

[...] o argumento a favor disso é que alguém pode achar que ser mencionado equivale a dar aprovação ao conteúdo. Na prática, a maioria dos pesquisadores não se dá ao trabalho de fazer contato prévio, exceto quando se trata de algo muito importante como a dedicatória de um livro. Se tomarem alguma atitude, o mais provável é que o façam enviando à pessoa que recebeu o agradecimento um exemplar da publicação depois de impressa.

O processo de publicação de um livro é um trabalho que exige muito cuidado e atenção por parte de autores, revisores, editores, entre outros. Sua produção requer dos editores três tipos de atividades principais: i) interagir com os autores a fim de assegurar que o material se presta a publicação e está redigido de maneira aceitável; ii) decisão a respeito da produção física da publicação do livro, momento em que são resolvidas questões a respeito do projeto gráfico e da legibilidade; iii) divulgação, que envolve o *marketing*, bem como a própria distribuição física dos produtos impressos. O marketing tem a finalidade de comunicar aos compradores potenciais a existência da publicação (MEADOWS, 1999).

Como trabalho meticuloso, que requer o aprimoramento constante, a publicação de um livro passa pela revisão do texto. Em vista disso, depreendemos do prefácio analisado que Olavo Nascentes e Paulo Rónai colaboraram com Othon M. Garcia e revisaram a sua obra. Geralmente, essa atividade é feita por revisores. Araújo (1986, p.389) explica que:

A profissão de ‘revisor’ tal como a entendemos. i.e., revisor tipográfico, sem compromisso com o conteúdo do texto, consolidou-se no século XIX, sobretudo com a multiplicação de periódicos (revistas, tabloides, almanaques etc.), a demanda dos jornais diários e a volumosa programação anual das editoras, que então iniciavam séries e séries de consumo popular.

Prosseguindo em nossa leitura:

Ora, como eu mesmo não tive essa **beneditina paciência de reler pela n vez**, e prontamente, estas quinhentas e tantas páginas, não pude preparar a tempo a necessária errata. Quando pude fazê-lo, graças sobretudo à contribuição daqueles prestimosos amigos, já uma grande parte da edição tinha sido vendida ou distribuída.

Fonte: GARCIA, 1969, p. xxi.

A discursividade, “*beneditina paciência de reler pela n vez*”, pode ser entendida a partir dos esclarecimentos de Orlandi (2012a, p.42): “[...] os sentidos não estão nas palavras. Estão aquém e além delas.” As palavras falam com outras palavras, já que toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se encontram na memória.

A seguir, encontramos:

Para não lograr alguns leitores, logrei a todos, deixando de **incluir a errata nos exemplares remanescentes** na Editôra. Muito agradeço igualmente não só aos que, por escrito ou de viva voz, se manifestaram sobre a primeira edição, mas também aos leitores que me distinguiram e que espero tenham tirado algum proveito da leitura. Fiz quanto pude no sentido de lhes oferecer um livro que lhes fôsse útil de alguma forma.

OTHON MOACYR GARCIA

Fonte: GARCIA, 1969, p. xxi.

Em relação a preocupação de Othon M. Garcia de “incluir a errata nos exemplares remanescentes”, lembramos que o uso da errata faz parte da história do livro, consiste em uma lista de erros encontrados nele após a sua impressão, em que se assinalam as correções. Entretanto, na atualidade, o objeto que encontramos diante de nós para fazermos as nossas correções, não é mais o livro, mas a tela do computador. Chartier (1998) argumenta que a inscrição do texto na tela do computador gera distribuição, organização e uma estruturação do texto diferente

daquela que se defrontava o leitor do livro em rolo da antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas.

No tocante, a edição e distribuição Chartier (1998, p.15) explica que no mundo do texto eletrônico, tudo isso é uma coisa só. Um produtor de texto pode ser o editor, no duplo sentido daquele que dá forma definitiva ao texto e daquele que o difunde aos leitores, graças à rede eletrônica, que é difusa e imediata. Daí, o abalo na separação entre tarefas e profissões que, no século XIX, depois da revolução industrial, surgiram: os papéis do autor, editor, tipógrafo, distribuidor, livreiros que eram separados. Com as redes eletrônicas, estas operações podem ser acumuladas e tornadas quase contemporâneas umas das outras.

6.4 Análise do prefácio/apresentação da 3ª edição (1975)⁴⁰

Nota sobre a 3ª edição

Já decorreram sete anos desde que saiu publicada a 1.ª edição desta Comunicação em prosa moderna. A imprevista aceitação da obra, que levou, entre outubro de 1969 e junho de 1974, a cinco tiragens da 2.ª edição, estava a impor uma terceira, em que não apenas se corrigissem falhas e erros das anteriores mas também se atualizassem e se ampliassem vários tópicos, se refundissem alguns e se acrescentassem outros, pois, **nesses últimos oito ou dez anos, muitas novidades surgiram no campo da lingüística e da comunicação**. Entretanto, se, em relação a certos aspectos particulares, se tornavam necessárias algumas adaptações a essas novas tendências, em linhas gerais, esta 3ª edição de *Comunicação em prosa moderna* **mantém inalteradas as características originais da obra**, que continua fiel ao seu modesto propósito de ensinar a escrever, ensinando a pensar.

Othon M. Garcia

Fonte: GARCIA, 1975, p.xvii.

Dentre as novidades ocorridas naquela época, é pertinente destacar a abordagem estruturalista, isto é, o Estruturalismo. Segundo Dosse (1993), o Estruturalismo, na França, atinge o seu apogeu em 1966, considerado o “ano santo estruturalista”. O fenômeno obteve ampla aceitação e as razões desse êxito associam-se ao fato de ter se apresentado como um método rigoroso, que podia proporcionar esperanças a respeito de progressos decisivos no campo da ciência;

⁴⁰ Conforme Anexo D.

mas também, simultaneamente, e de um modo mais fundamental, do fato de que o Estruturalismo constituiu um pensamento suscetível de ser qualificado como o tempo forte da consciência crítica. Essa conjunção permite compreender por que tantos intelectuais aderiram ao paradigma estruturalista.

A respeito do livro analisado, Conforte (2011) menciona que, nas 3ª e 7ª edições de *Comunicação em prosa moderna*, ocorreram as mudanças e inclusões mais significativas: Othon M. Garcia introduz conceitos básicos da gramática gerativo-transformacional de Noam Chomsky. Em dois momentos específicos da primeira parte do livro, apoia-se nas teorias do linguista norte-americano, tecendo considerações gramaticais e estilísticas acerca da frase, com o objetivo prático de ensinar a bem redigi-la. A partir da 3ª edição, de 1975, Othon discorre sobre os conceitos de gramaticalidade e inteligibilidade, usando a célebre e comentada frase de Chomsky — *Colorless green ideas sleep furiously* (Incolores ideias verdes dormem furiosamente).

Ainda, nos dizeres de Conforte (2011), os dois conceitos chomskyanos, em princípio, encaixaram-se perfeitamente na obra de Garcia: destinam a sustentar a tese de que não basta um texto apresentar uma estrutura gramatical impoluta (não poluído, imaculada, virtuoso) se o plano semântico desse mesmo texto estiver prejudicado.

6.5 Análise do prefácio/apresentação da 11ª edição (1983)⁴¹

Nesta nova edição de *Comunicação em prosa moderna*, graças à inestimável ajuda de meu amigo e colega Antônio de Pádua, me foi possível corrigir recalcitrantes erros que sobreviveram a expurgos anteriores. Impunha-se a sua correção, apesar de serem — suponho — irrelevantes e de, por isso não prejudicarem as características fundamentais da obra, que **tem tido uma gratificante acolhida do público leitor.**
O.M.G. **15.9.83**

Fonte: GARCIA, 1983, xv.

A obra de Othon Moacyr Garcia teve e ainda continua a ter aceitação do público em geral, pois está na sua 27ª edição. É válido aqui mencionar que ele foi homenageado com um número especial da *Revista Confluência*, v.32, de 2006. Na

⁴¹ Conforme Anexo E.

referida revista, Evanildo Bechara publica um texto intitulado: *Othon Moacyr Garcia: seu sabor científico*, momento que afirma:

Othon M. Garcia integrou uma geração de mestres emblemáticos que se vêm desfalcando ano a ano: Olmar Guterres da Silveira, Silvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, só para lembrar-nos dos que mais estreitamente se ligaram as atividades do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português. Conhecedor admirável do sistema e das potencialidades expressivas do idioma, Othon soube aplicar sua fina sensibilidade a dois campos de estudos: a análise literária e a técnica de redação. No campo da análise literária, integrou a plêiade de jovens estudiosos que soube levar avante os alicerces de uma nova crítica literária exposta e praticada pioneiramente por Afrânio Coutinho e Eduardo Portella. (BECHARA, 2006, p.35).

Bechara (2006) argumenta também que em seu primeiro campo de estudos, Othon mostra-se mais produtivo e, por isso mesmo, conhecido e aplaudido entre os especialistas como também pelo público devotado ao fenômeno literário. E apresenta seus ensaios: *Esfinge Clara: palavra puxa palavra em Carlos Drummond de Andrade* (1955); *Luz e fogo no lirismo de Gonçalves Dias* (1956); *A janela e a paisagem na obra de Augusto Meyer* (1958); *A página branca e o deserto, luta pela expressão em João Cabral de Melo Neto* (1958/1959); *Cobra Norato, o poema e o mito* (1962, sobre o poema de igual título de Raul Bopp); *Exercícios de numerologia poética* (1978), entre outros artigos em revistas e jornais.

A seguir, o autor faz menção a Comunicação em prosa moderna:

[...] partindo da análise sintática para a construção com sentido do parágrafo, e daí para a construção de um texto integral. O caminho magistralmente percorrido por Othon no livro *Comunicação em prosa moderna*, alicerçado na exposição didática dos manuais de língua inglesa e francesa sobre o conhecimento da estrutura gramatical do idioma, a variedade dos recursos expressivos da estilística (ainda não no sentido restrito da estilística de Charles Bally) e na fundamentação da arte de pensar e dizer. (BECHARA, 2006, p. 37).

Os comentários a respeito de Othon de Othon Moacyr Garcia mostram a importância de sua obra e justificam o nosso estudo.

6.6 Análise do prefácio/apresentação da 27ª edição (2010)⁴²

Comunicação em prosa moderna, decorridos 43 anos da sua primeira edição, já reconhecidamente um clássico. Constitui **obra pioneira na sistematização dos elementos lógicos e linguísticos imprescindíveis à boa organização do pensamento para a elaboração de textos consistentes, claros e coerentes**. Corretos, enfim, na sua mais ampla acepção, que vai muito além da noção restrita de correção gramatical. O livro, que atende a uma vasta gama de interessados no assunto, servindo a estudantes de variados níveis e áreas, a professores de língua portuguesa no seu trabalho didático e, cada vez mais, a estudiosos da importantíssima especialidade de produção textual, mantém-se plenamente atual.

Fonte: GARCIA, 2010, p. 11.

A 27ª edição do prefácio/apresentação foi escrito por Eduardo Garcia, filho de Othon Moacyr Garcia, após o seu falecimento em 2002. O enunciado acima encontra respaldo na afirmativa de Doze (2012, p. 1) de que o livro Comunicação em prosa moderna, numa perspectiva linguística, é uma obra inovadora na medida em que propõe ao aluno a planejar o texto, com equilíbrio dos parágrafos e a desenvolver um trabalho com o léxico e as construções sintáticas. Embora não ensine gramática sistemática, valoriza a análise lógica no ensino de produção escrita.

Em seguida encontramos:

Nada havia que se devesse ou pudesse alterar no que se refere aos aspectos conceituais do livro e às suas consagradas lições. Mas, no que diz respeito à sistematização de trabalhos acadêmicos e científicos, como algumas normas foram alteradas pela ABNT, e a **“invasão” dos computadores impôs reajustamento na forma de elaborar e apresentar textos**, julgamos conveniente atualizar, para esta nova edição, trechos das partes oitava (Redação técnica) e nona (Preparação dos originais). Impôs-se, igualmente, adequar o texto às novas regras ortográficas da língua portuguesa.

Fonte: GARCIA, 2010, p.11.

Em relação à *“invasão dos computadores”*, encontramos em Soares (2002) a argumentação de que todas as escritas são espaciais, todas exigem um “lugar” em que ela se inscreva/escreva, pois a cada tecnologia surge um espaço de escrita diferente. Nos primórdios da história da escrita, seu espaço foi a superfície de uma tabuinha de argila ou madeira ou a superfície polida de uma pedra; mais tarde,

⁴² Conforme Anexo F.

foi a superfície interna de um rolo de papiro ou de pergaminho; com a descoberta do códice, foi e é, a superfície delimitada da página — inicialmente de papiro, de pergaminho, finalmente a superfície branca da página de papel. Atualmente, com a escrita digital, surge um novo espaço de escrita: a tela do computador.

Há estreita relação entre o espaço físico e visual da escrita e as práticas de escrita e de leitura. O espaço da escrita relaciona-se até mesmo com o sistema de escrita: a escrita em argila úmida levou ao sistema cuneiforme de escrita, a pedra como superfície a ser cravada serviu num primeiro momento aos hieróglifos dos egípcios, mas, ao passarem a usar o papiro, a escrita, condicionada por esse novo espaço, foi-se tornando cursiva e foi perdendo as tradicionais e estilizadas imagens hieroglíficas, exigidas pela superfície da pedra. Quanto ao espaço da escrita, ele condiciona, sobretudo, as relações entre escritor e leitor, entre escritor e texto, entre leitor e texto. (SOARES, 2002).

A respeito do uso da computador, Soares (2002, p.50) argumenta:

No computador, o espaço da escrita é a tela, ou a 'janela'; ao contrário do que ocorre quando o espaço da escrita são as páginas do códice, quem escreve ou quem lê a escrita eletrônica tem acesso, em cada momento, apenas ao que é exposto no espaço da tela: o que está escrito antes ou depois fica oculto (embora haja a possibilidade de ver mais de uma tela ao mesmo tempo, exibido uma janela ao lado da outra, mas sempre em número limitado).

O mais importante é que a escrita na tela possibilita a criação de um texto, fundamentalmente, diferente do texto no papel, é o chamado *hipertexto*, que para Levy (2010, p.59) “[...] é um texto móvel, caleidoscópico, que apresenta suas faces, gira, dobra-se e desdobra-se vontade frente ao leitor.”

O texto no papel é escrito e lido, linearmente, sequencialmente — da esquerda para a direita, de cima para baixo, de página em página; o texto na tela — o hipertexto — é escrito e lido de forma multilinear, multi-sequencial, adicionando-se links ou nós, que vão trazendo telas, numa multiplicidade de possibilidades, sem que haja uma ordem predefinida. A dimensão do texto no papel é materialmente definida, podemos identificar, claramente, seu começo e seu fim, pois as páginas são numeradas, o que proporciona uma ordem consecutiva — a página de uma unidade estrutural; o hipertexto, ao contrário, tem a dimensão que o leitor lhe der: seu começo é onde o leitor escolhe, com um clique, a primeira tela e termina quando o leitor fecha, com um clique, a tela, ao considerar-se satisfeito ou estar

suficientemente informado — enquanto a página é uma unidade estrutural, a tela é uma unidade temporal. Em síntese, a tela, como um novo espaço de escrita, proporciona mudanças significativas nas formas de interação entre escritor e leitor e até mesmo entre o ser humano e seu conhecimento (SOARES, 2002).

Encontramos, em seguida:

Ambos os trabalhos foram esmeradamente realizados pela **copidesque** Sandra Maciel Frank, respeitando-se toda e qualquer reflexão ou afirmação do autor que não estivessem meramente vinculadas a normas técnicas alteradas e à **superação das tradicionais máquinas de escrever pelos novos processadores de textos da informática**.
No restante da obra, obedeceu-se, com todo rigor, ao texto das edições anteriores, tantas vezes revisto e perseverantemente retocado pelo autor.

Eduardo Garcia

Fonte: GARCIA, 2010, p.11.

Com os recursos da informática na produção de textos, temos o texto eletrônico, que de acordo com Chartier (1998) é considerado por muitos indivíduos uma revolução e a nossa primeira tendência é comparar a revolução eletrônica com a revolução de Gutenberg. Todavia, de acordo com Chartier (1998, p.7) “[...] a transformação não é tão absoluta como se diz: um livro manuscrito e um livro pós-Gutenberg baseiam-se nas mesmas estruturas fundamentais: as do códex.” Ambos são objetos compostos de folhas dobradas num certo número de vezes, o que define o formato do livro e a sucessão dos cadernos. A distribuição do texto na superfície da página e os instrumentos que permitem as identificações (paginação, numeração), além dos índices e dos sumários, enfim, tudo isso existe desde a época do manuscrito e foi herdado por Gutenberg e depois pelo livro moderno. Há, assim, “[...] uma continuidade muito forte entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso, embora, durante muito tempo, tenhamos acreditado em uma ruptura entre uma e outra.” (CHARTIER, 1998, p.9)

Com o texto eletrônico, temos a continuidade fornecida por esse fluxo do texto na tela, fronteiras não visíveis, o leitor pode até se embaralhar, entrecruzar e reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica, visto que “[...] todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução do suporte material do escrito, assim como nas maneiras de ler.” (CHARTIER, 1998, p.13).

O texto eletrônico assemelha-se ao leitor da Antiguidade: o texto que ele lê corre diante dos seus olhos, agora ele corre verticalmente. Por um lado, ele se

assemelha ao leitor do livro impresso, que pode se utilizar de referências como paginação, índice e o recorte do texto, por outro lado, é um leitor/escritor mais livre (CHARTIER, 1998).

Com as novas possibilidades oferecidas pelo computador, destacamos a questão da edição e da distribuição, já que no mundo eletrônico, tudo isso é uma coisa só. Segundo Chartier (1998), com o uso da rede eletrônica, um produtor de texto pode ser o editor e o distribuidor, a difusão é imediata. Daí surge a dificuldade na separação de tarefas: com as redes eletrônicas, todas essas operações podem ser acumuladas e até concebidas quase concomitantemente.

Explica Chartier (2002) que o texto eletrônico introduz diversas rupturas, entre elas, a da ordem dos discursos. Na cultura impressa, a ordem estabelece-se a partir da relação entre tipos de objetos (livros, diário, revista), categorias de textos e formas de leitura. Essa vinculação está ligada a uma longa duração da cultura escrita, consolidada durante séculos, a partir de três inovações: a primeira, por volta do século II e IV, com a disseminação de um novo tipo de livro, que ainda é o nosso, composto de folhas e páginas reunidas dentro de uma mesma encadernação, substituindo os rolos da Antiguidade Grega e Romana; a segunda, nos séculos XIV e XV, com o aparecimento do livro unitário, ou seja, a presença dentro de um mesmo livro manuscrito, de obras compostas em língua vulgar por um único autor; e, finalmente, no século XV, a invenção da imprensa, técnica utilizada na reprodução do escrito e na produção de livros, que perdura até os nossos dias. Somos herdeiros dessa história tanto para a definição do livro, como para a percepção da cultura escrita e impressa, alicerçada em diferenças visíveis entre os objetos, tais como: cartas, documentos, diários, livros, entre outros.

A ordem dos discursos transforma-se com a textualidade eletrônica: agora, é o computador que faz surgir diante do leitor os diversos tipos de textos, tradicionalmente, distribuídos entre objetos diversos. Todos os textos são lidos em um único suporte (a tela do computador) e nas mesmas formas (geralmente as escolhidas pelo leitor). Assim, cria-se uma continuidade não mais diferenciadora dos diversos discursos a partir de sua materialidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de prefácios/apresentações fornece um roteiro sobre a estrutura e manejo do texto de uma obra e orienta seu uso quando necessário. Algumas vezes evitados por serem considerados tediosos ou desnecessários, promovem, todavia, um aporte significativo com informações que podem contextualizar a obra, principalmente com as modificações ocorridas pela passagem do tempo e pela evolução experimentada pelos fatos da história. No caso da obra *Comunicação em prosa moderna*, há também um registro que pode dar conta do contexto político, econômico e cultural, além da alteração nas práticas de linguagem e na maneira como abordá-las em atividades como as de ensino. Os prefácios/apresentações também promovem uma compreensão sobre o papel por ela exercido ao longo de sua existência e sobre o tipo de projeção se pode esperar do papel que continua a exercer nos dias de hoje.

Nossa tese teve como ponto de partida a problematização sobre que revelações se poderiam extrair desses elementos, e a convicção era de que uma associação importante seria com a História das Ideias Linguísticas (HIL) e a história da constituição da língua nacional. Por isso, relacionamos a constituição da língua nacional aos fatos sociais, históricos e linguísticos que perpassaram os prefácios/apresentações analisados. Houve certeza também de que essas revelações apareceriam com nitidez pelo exame de discursividades, daí a adoção da Análise de Discurso como referência central. Surgiu, nesse ponto, a hipótese que encadearia os objetivos do estudo e que vem transcrita a seguir:

- Fundamentado nos princípios da História das Ideias Linguísticas, que investiga o processo de constituição da língua no Brasil e considera o momento social, histórico e linguístico, o exame das discursividades presentes nos prefácios/apresentações promove o encontro com o conhecimento de contexto, e também contribui para a reflexão sobre o espaço gráfico como configuração de sentido no discurso científico.

Nessa direção, a pesquisa está inscrita numa perspectiva histórico-materialista da significação e se apoia nos fundamentos teóricos e analíticos da

Análise de Discurso francesa, área de estudos que permite uma reflexão denominada “novas práticas de leitura, da história e de sua interpretação”.

Com base nos ensinamentos de Orlandi (2001), e a partir de nossa hipótese, que considerou o momento social, histórico e os elementos linguísticos a serem encontrados por meio da análise de discursividades, o objetivo geral de alargar os conhecimentos sobre a sociedade, a história, modo de constituição e funcionamento da língua em nosso país, desdobrou-se em três objetivos específicos: 1) Identificar as discursividades presentes nos prefácios/apresentações da obra *Comunicação em Prosa Moderna*, em suas diferentes edições, e levantar evidências do *espaço gráfico* como configuração do sentido no discurso científico. 2) identificar, a partir de uma perspectiva histórico-materialista da significação e integrando os fundamentos teóricos e analíticos da Análise de Discurso francesa, o modo como se manifestam, nos prefácios/apresentações em estudo, o momento social, histórico e linguístico. 3) Averiguar se os prefácios foram escritos pelo próprio autor ou por algum colaborador, relacionando o conhecimento de quem prefacia com o assunto do documento.

Na estrutura desta tese, o primeiro capítulo foi destinado a apresentar as fundamentações da Análise de Discurso na França e no Brasil, tendo em vista o propósito de instrumentalizar o primeiro objetivo específico que propunha identificar discursividades. Neste mesmo capítulo, foi também incluído o efeito metafórico em Pêcheux e uma enumeração dos fatores implicados na formação discursiva, nas condições de produção e no interdiscurso, complementando com uma abordagem do respeito da noção de arquivo, importante colaboração para discussões requisitadas pelo terceiro objetivo específico.

O foco do capítulo dois foi a História das Ideias Linguísticas no Brasil (HIL), por ser a receptora dos resultados buscados nos três objetivos da pesquisa desta tese. Uma vez que a contribuição buscada foi no sentido de oferecer ampliações a esse campo de conceituações históricas no país, era indispensável que os acontecimentos institucionais e os estudos do português no Brasil recebessem um tratamento mais detalhado. Foram ilustradas as ancoragens teóricas e analíticas da História das Ideias Linguísticas, que incluíam a linguagem, a língua brasileira, a enunciação, o espaço da enunciação e o sentido.

O tópico seguinte, terceiro capítulo, foi o estudo sobre a escrita e a sua história. Aqui começaram a aparecer os enfoques destinados a ampliar a

compreensão sobre a utilidade do espaço gráfico e a configuração de sentido no discurso científico. Com isso, o conteúdo das referências trazidas a esse ponto do trabalho, contribuíram para dar fundamento à busca no sentido de levantar evidências do *espaço gráfico* como configuração do sentido no discurso científico, pedidas no primeiro objetivo específico. Em seguida, houve referência ao desenvolvimento da escrita e sua influência na organização da sociedade, culminando com a invenção da imprensa. Para instrumentalizar o segundo objetivo que buscava identificar o modo como se manifestam o momento social, o histórico e o linguístico, o capítulo inseriu observações sobre a ciência e a escrita e sobre a razão gráfica como tecnologia do intelecto.

Antecedendo à apresentação de dados, à exposição sobre método e metodologia empregadas para análise, respectivamente, capítulos cinco e seis, o capítulo quatro realizou um apanhado sobre a constituição de prefácios/apresentações e como essa prática evoluiu com o tempo. A história começa com aparecimento da indústria papelreira no século XV e XVIII, passando pela história da impressão de livros, os formatos que os livros têm na atualidade, o papel que exercem como produção e os impactos que produzem para o autor e para o mercado editorial.

Os resultados de nossa pesquisa permitem sustentar a tese de que o conteúdo dos prefácios/apresentações da obra *Comunicação em prosa moderna*, explicita a abrangência de um novo espaço discursivo, no qual podemos identificar e compreender a ciência, a política, a história e, principalmente, o conhecimento de nossa língua. Pelos subsídios que oferece, a importância de prefácios/apresentações não pode ser subestimada e deveria ser considerada requisito para a plena leitura de uma obra, qualquer que seja a sua natureza.

A obra, objeto de nosso estudo, é multidisciplinar, na realidade, um livro híbrido voltado para o ensino de nossa língua, com amplitude temática diversificada, dirigida a formar habilidades e competências a partir do ensino da escrita. Esse importante efeito é ampliado se compreendidas as orientações e esclarecimentos oferecidos nos prefácios/apresentações. Estes últimos não são meras instruções de uso, mas uma abordagem da multiplicidade contextual sem a qual a efetividade das condutas necessárias ao aprendizado seria significativamente reduzida.

A análise do prefácio/apresentação da 1ª edição (1967) permitiu vislumbrar a ditadura militar, o gerativismo que estava em alta à época do

lançamento da obra, período em que os estudiosos se voltaram para as propriedades da frase e não se preocupavam por sequências maiores. Identificamos o silêncio e o não dito criando sentidos, a interferência da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Fundação Ford no ensino e na publicação da obra, além de descobrirmos a ideia do que é genuinamente brasileiro, ou seja, o nacionalismo, mostrando a ideologia vigente. Detectamos diferentes discursividades, como a questão do purismo gramatical, a correção gramatical e até mesmo o estudo do estilo.

No prefácio/apresentação intitulada “Explicação necessária”, ainda na edição de 1967, detectamos a presença de clássicos de nossa literatura, como João Cabral de Melo Neto e Carlos Drummond de Andrade, Machado de Assis, e outros mais. Nossa análise permitiu: conhecer melhor o ensino do português no Brasil; deslindar a memória dos prefácios/apresentações; detectar a ideologia subjacente, observar a linguagem como construtora de identidade e veiculadora de sentidos, que se integra à determinada formação ideológica, na qual as ideias e os procedimentos caracterizam um sujeito (o autor) que se manifesta a partir de um determinado espaço social, histórico e linguístico. As discursividades encontradas possibilitaram, assim, examinar a memória do dizer.

Na 2ª edição (1969) identificamos o comentário do autor a respeito de notas de rodapé de fontes bibliográficas, o que nos remeteu ao interdiscurso, e nos induziu a ponderar que um texto tem em suas margens – textualizações – possíveis no mesmo sítio de significação e que se organizam em diferentes espaços significantes (ORLANDI, 2012c).

Na 3ª edição (1975), detectamos as novidades que surgiram na época, especialmente o gerativismo e a gramática gerativo-transformacional, de Noam Chomsky. Na 11ª edição (1983), encontramos o comentário de Othon M. Garcia sobre a gratificante acolhida do público e foi aí que aproveitamos a oportunidade de apresentar os comentários de Evaldo Bechara a respeito de Othon M. Garcia e sua obra.

Finalmente, na 27ª edição (2010), pudemos explicar a respeito do uso do computador e sua influência no modo de escrever e ler, e a constatar que a ordem dos discursos se transforma com a textualidade eletrônica, já que com o uso do computador temos diversos tipos de textos, os quais agora são lidos a partir de um único suporte (a tela do computador). Compreendemos também, que o uso do

computador nos possibilita uma continuidade não mais diferenciadora dos diversos discursos. A textualidade eletrônica proporciona novas formas de racionalidade e desenvolve a nossa capacidade cognitiva.

Ao abordarmos o uso do computador e o texto eletrônico, nos colocamos de imediato com o mundo da tecnologia, conseqüentemente, nos inserimos em um novo momento social, político e histórico, por isso, é válido concluirmos que a análise de discurso é uma ciência da interpretação e que nos gestos de interpretação há materialidade, historicidade, memória e saber discursivo (ORLANDI, 2013e). Por outro lado, consideramos os ensinamentos de Guimarães (2005), para quem o sentido de cada texto é produzido pelo acontecimento da linguagem, determinando um espaço de enunciação e caracterizando o falante como uma figura política.

A experiência com a análise dos prefácios/apresentações, possibilitou-nos identificar como os sentidos são construídos, de que modo as discursividades se manifestam, em que momento o sujeito se integra com a história, e a entender como língua e história se configuram e criam sentidos. As diferentes filiações de sentidos presentes nos prefácios/apresentações remetem-nos ao momento da história do Brasil marcado pela ditadura militar – época em que *Comunicação em prosa moderna* teve origem. Pudemos evidenciar a memória como feita de esquecimentos, silêncios e silenciamentos, além da materialidade da linguagem manifestada no trajeto histórico-social do homem com o simbólico, o ideológico e o político. Configura-se assim, a inequívoca influência de prefácios/apresentações, uma vez que se valeram para aquela época, não se aplicam aos dias de hoje. Porém, o fato de não terem sido perdidos na história e poderem ser resgatados vem em benefício da compreensão e da geração de conhecimento sobre a história das ideias linguísticas.

O ganho de conhecimento sobre o funcionamento de nossa língua na sua relação com o homem e suas realidades natural, social e política, associa-se ao entendimento de como funciona o panorama linguístico brasileiro. Noutra direção, o estudo de *Comunicação em prosa moderna*, livro que aborda assuntos variados, que tem foco no ensino de nossa língua, possibilitou o conhecimento da sociedade brasileira e sua história, e observar o modo como a sociedade produz seu conhecimento em consonância com a sua realidade – os prefácios/apresentações ampliaram essa perspectiva. O acesso dado pela identificação das discursividades

foi uma forma de penetrar no funcionamento do ensino, na questão do *certo* e do *errado*, no discurso pedagógico, como espaços enunciativos cuja observação amplia o conhecimento de nossa língua.

Numa outra direção, com a intenção de atingirmos os objetivos estabelecidos em nossa tese, investigamos como se configura o sentido no discurso científico e, para isso, incluímos o estudo da escrita, do espaço gráfico e da razão gráfica. Por esse motivo, consideramos o fato de termos diante de nós, em um primeiro momento, o texto, sobre o qual repousa a escrita, que nos remete ao enunciado e, por consequência, ao discurso. Foram estas ideias que nos levaram a concluir que a escrita (razão gráfica), ou seja, o uso do espaço gráfico, o texto, o enunciado e o discurso científico constituem um conjunto de elementos que contribuem para o sentido do discurso. Aqui, novamente, o exame dos prefácios/apresentações deu acesso a dados de considerável relevância.

Nossa pesquisa mostra que não abrimos mão da plasticidade da linguagem e de sua natureza múltipla, nossa metodologia foi no sentido de clarear a complexidade de nosso estudo, por isso, observamos os nossos objetivos e verificamos que, ao analisarmos as discursividades nos prefácios/apresentações, nos alicerçamos na análise de discurso e para investigarmos o espaço gráfico como configuração de sentido no discurso científico, voltamo-nos para a Antropologia, a História e até mesmo para o cognitivismo. O método quadripolar foi empregado por sua capacidade de articular as diferentes instâncias, o que tornou a nossa pesquisa mais compreensível, pois o método possui caráter dinâmico e flexível, qualidades que o tornam apropriado por evitar perda de complexidade.

O principal e permanente resultado buscado na pesquisa em estudos da linguagem é conhecer o funcionamento de fenômenos que envolvem o homem, suas relações sociais, a história de que é sujeito ou objeto, as formas que utiliza para organizar o pensamento e expressá-lo em seu fazer cotidiano. É um estudo que não cessa, tem apenas começo: os métodos e metodologias serão sempre aperfeiçoados, haverá, constantemente, uma descoberta melhor que a anterior. Neste sentido, a história é o arquivo maior a oferecer um arsenal simbólico para compreensão da vida. A História das Ideias Linguísticas, por seu turno, armazena conhecimentos sobre a língua e seu funcionamento. A História das Ideias Linguísticas no Brasil é um campo que nos explica e nos aperfeiçoa – *Comunicação em prosa moderna* tem nele, seguramente, um lugar de destaque.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **A Geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer**. Londrina: EDUEL, 2013. 513 p.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. 9.ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. 128 p.
- ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro: princípios da técnica de editoração**. 3.ed. Prefácio de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Instituto nacional do Livro, 1986. 674 p.
- ARISTÓTELES (334-322, a.C.). **Arte retórica e arte poética**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. 329 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Conheça a ABNT**. Disponível: <<http://www.abnt.org.br/abnt/conheca-a-abnt>>. Acesso: 08 maio 2016.
- _____. **NBR 10520: Informação e documentação: Citações em Documentos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2002. 7 p.
- _____. **NBR 6027: Informação e Documentação- Sumário – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2003. 2 p.
- _____. **NBR 6029: Informação e documentação – livros e folhetos- apresentação**. 3 ed. Rio de Janeiro, 2006. 10 p.
- _____. **NBR 14724: informação e documentação- trabalhos acadêmicos- apresentação**. 3.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11 p.
- AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: UNICAMP, 1998. 500 p.
- _____. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3.ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014. 142 p.
- BARONAS, Roberto Laiser; KOMESU, Fabiana (Orgs.). **Homenagem a Michel Pêcheux: vinte e cinco anos de presença na análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2008. 216 p.
- BARROS, Amon Narciso de. Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil - Estados Unidos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.256-273, jun. 2013.
- BECHARA, Evanildo. Othon Moacyr Garcia: seu labor científico (19-6-1912 - 1-6-2002). **Confluência**, Rio de Janeiro, v.32, n.2, p. 35-37, 2006.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do Profº Isaac Nicolau Salum. 5.ed. Campinas: Pontes: 2005. 387 p.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguagem II**. Tradução de Eduardo Guimarães, Marco Antônio Escobar, Rosa Attié Figueira, Vandarsi Sant´Ana Castro, João Wanderlei Geraldi e Ingedore G. Villaça Koch; revisão técnica Eduardo Guimarães. 2.ed. Campinas: Pontes, 2006. 294 p.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 48.ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 567 p.

BOTELHO, José Mario. Contribuições de Othon M. Garcia para a descrição do sentido das palavras. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 13., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CNFL, 2009. p.1770-1777.

BOTTÉRO, Jean. A escrita e a formação da inteligência na Mesopotâmia Antiga. In: _____. et.al. **Cultura, pensamento e escrita**. Tradução de Rosa Maria Boaventura (francês) e Valter Lellis Siqueira(inglês). São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 9-46.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos chave**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005. 223 p.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2.ed.rev. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. 117 p.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica**. Tradução Aina Ferrás et al. São Paulo: EDUC, 1992. 233 p.

BRINGHURST, Robert. Introdução. In: TSCHICHOLD, Jan. **A forma do livro: ensaios sobre tipografia e estética do livro**. Tradução José Laurenio de Melo. Cotia: Ateliê Editorial, 2007. 220 p.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. 5.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991. 251 p.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Contribuição à estilística portuguesa**. 3.ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985. 79 p.

_____. **Dicionário de lingüística e gramática**: referente a língua portuguesa. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 262 p.

_____. **Manual de expressão oral e escrita**. Petrópolis: Vozes, 1981. 155 p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Organização da equipe de tradução Angela M.S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010. 256 p.

_____. ; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução Fabiana Komesu. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012. 555 p.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998. 159 p.

_____. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia M.L.Moretto. São Paulo: UNESP, 2002. 144p.

_____. **Formas e sentido: cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Tradução Maria de Lourdes Meireles Matencio. Campinas: Mercado Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003. 167 p.

_____. **História cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244p.

_____. **Inscriver e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI –XVIII)**. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Ed. UNESP, 2007. 335 p.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v.11, n. 5, p. 172-191, 1991.

COHEN, Ted. **A metáfora e o cultivo da intimidade**. In: SACKS, Sheldon (Org.). **Da metáfora**. Tradução de Franciscus W.A.M. van de Wiel et al.; revisão técnica da tradução Cecília Almeida Salles e Nair Almeida Salles. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992. p.9-18.

CONFORTE, André Nemi. **A esfinge clara em prosa moderna: a contribuição de Othon Moacyr Garcia aos estudos linguísticos, textuais e literários**. 2011. 260 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras, Rio de Janeiro, 2011.

_____. Os dispersos de Othon M. Garcia. **Revista idioma**, Rio de Janeiro, v.1, p.104-124, 2014.

COUTINHO, Afrânio. **Obra completa de Euclides da Cunha**. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1995. 2 v.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. 762 p.

DAVIDSON, Donald. O que as metáforas significam. In: SACKS, Sheldon (Org.). **Da metáfora**. Tradução de Franciscus W.A.M. van de Wiel et al.; revisão técnica da tradução Cecília Almeida Salles e Nair Almeida Salles. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992. 193 p.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. 4.ed. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Ed.WMF Martins Fontes, 2011. 123 p.

DIAS, Luciana Cristina Ferreira. Antologias de ensaios sobre o Brasil: discurso e memória. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO, 1., 2008, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá: Departamento de Letras, 2007. 1 Cd –ROW.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. v.1. 447 p.

_____. **O Império do sentido**: a humanização das ciências humanas. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2003. 448 p.

DOZE, Diego Bello. Produção escrita em comunicação em prosa moderna: tradição e ruptura. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 18., 2010. **Resumos...** São Paulo: USP, 2010. p. 98.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997. 204 p.

ELIA, Silvio. **Ensaio de filologia e lingüística**. Rio de Janeiro: Grifo/MEC, 1976.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Anibal Machado**. Disponível: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa7219/anibal-machado> Acesso em: 05 maio 2016>.

FEBRE, Lucien; MARTIN, Henri- Jean. **O aparecimento do livro**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Universidade Paulista: Hucitec, 1992. 572 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5.ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2272 p.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro Ferreira (Orgs.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 13- 22.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015. 269 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a. 244 p.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013b. 74 p.

_____. **O que é um autor?** Tradução Antonio Fernando Cascais. Alpiarça: Vega, 2002. 160 p.

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 262 p.

FUNDAÇÃO FORD. **Ford foundation**. Disponível: < [http://www.ford foundation.org](http://www.fordfoundation.org)>. Acesso em: 16 ago. 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Missão e história**. Disponível: < <http://portal.fgv.br>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. A Linguística Textual e seus mais recentes avanços. **Cadernos do CNLF**, v. 9, n.5, p. 69-76, 2005.

GARCIA, Eduardo Amorim. Biobibliografia de Othon Moacyr Garcia. **Revista Confluência**, Rio de Janeiro, n.32, 2006.

GARCIA, Othon Moacyr Garcia. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967. 519 p.

_____. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969. 502 p.

_____. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975. 508 p.

_____. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 11.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983. 521 p.

_____. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 22.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. 539 p.

_____. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. 540 p.

GENETTE, Gerard. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Extratos traduzidos por Luciene Guimarães e Maria Antonia Ramos Coutinho. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/site/publicacoes/download/palimpsestosmono-site.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. **Paratextos editoriais**. Tradução Álvaro Faleiros. São Paulo: Ateliê, 2009. 372 p.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 115 p.

GOODY, Jack. **A domesticação do pensamento selvagem**. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2012. 198 p.

_____. **A lógica da escrita e a organização da sociedade**. Tradução de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1986. 218 p.

_____. ; WATT, Ian. **As consequências do letramento**. Tradução Waldemar Ferreira Neto. São Paulo: Paulistana, 2006. 77 p.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil. In: OLIVEIRA, Sheila Elias de Oliveira; SANTOS, Josalba Fabiana dos Santos. (Orgs.). **Mosaico de linguagens**. Guarapuava: CELLIP; Campinas: Pontes, 2006. p. 11-27.

_____. **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. 193 p.

_____. **Os Limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995. 91 p.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005. 96 p.

_____. Sinopse dos estudos do português no Brasil. In:_____. ; ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.). **Língua e cidadania**. Campinas: Pontes, 1996. p. 127-138.

_____. ; ORLANDI, Eni (Orgs.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. 163 p.

HENGE, Gláucia da Silva. Texto e interpretação: aproximações entre análise do discurso e literatura. **Interletras**, Dourados, v.3, n.20. out./mar. 2014/2015.

HIGOUNET, Charles. **História da escrita**. 10.ed. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 187 p.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22.ed. São Paulo: Cultrix, 2010. 207 p.

JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli, **Por uma abordagem discursiva da metáfora**. 1996. 113 f. Dissertação (Mestrado no Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p.127-140.

LAPA, Manuel Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 214 p.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v.1, p.95-106.

LEITE, Marli Quadros. Purismo: do preconceito ao conceito. **Revista da ANPOLL**, n. 3, p. 175-191, 1997.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 270 p.

LÉVI-STRAUS, Claude. **O pensamento selvagem**. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1976. 331 p.

LIMA, Damião de. A trajetória do nacionalismo no Brasil contemporâneo. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 12., 2008. Guarabira. **Anais eletrônicos...** Guarabira: ANPUH, 2008.

LYONS, John. **Lingua(gem) e lingüística**: uma introdução. Tradução de Marilda Winkler Averborg e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos, 1987. 269 p.

MACHADO, Marina Brandão. **O ensino de administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1966. 300 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Tradução Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Gloria de Deus Vieira de Moraes. Campinas: Pontes: Universidade Estadual de Campinas, 1997. 198 p.

MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003. 110 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividade de retextualização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 136 p.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Políticas de colonização lingüísticas. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Santa Maria, n.27, p.73-82, 2003.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In: _____. (Org.). **Manual de lingüística**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 43-70.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à estilística**: a expressividade na língua portuguesa. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. 226 p.

MATIAS Aires Ramos da Silva de Eça. In: **Portugal dicionário histórico**. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/ecamatias.html>>. Acesso em: 06 maio 2016.

McMURTRIE, Douglas C. **O livro**: impressão e fabrico. 2.ed. Tradução de Maria Luísa Saavedra Machado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965. 546 p.

MEADOWS, A.J. **A comunicação científica**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet/Livros, 1999. 268 p.

MINDLIN, José Ephim. Apresentação à edição brasileira. In: FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri - Jean. **O aparecimento do livro**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Universidade Paulista: Hucitec, 1992. p.i-iii.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.12, p. 83-98, jun. 1999.

MONTEIRO, José Lemos. **A estilística**. São Paulo: Ática, 1991. 188 p.

MORRISON, Ken. Estabelecimento do texto: a institucionalização do conhecimento por meio das formas históricas e filosóficas de argumentação. In: BOTTÉRO, Jean et al.(Org.). **Cultura, pensamento e escrita**. Tradução Rosa Maria Boaventura (francês); Valter Lellis Siqueira (inglês). São Paulo: Ática, 1995. p.141-200.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: ____.; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006. v.2, p. 101- 142.

NARZETTI, Claudiana Nair Pothin. A apropriação da teoria de Bakhtin na AD francesa. **Anais do Seta**, n. 3, p. 188-196, 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. 278 p.

NUNES, José Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias lingüísticas. **Letras**, Santa Maria, v.18, n.2, p.107-124, jul./dez. 2008.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra**. Tradução de Enid Abreu Dobrázsky. Campinas: Papyrus, 1998. 223 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Silêncio e implícito (produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. p.39-79

_____. Do Sujeito na História e no Simbólico. **Escritos**, Campinas, n.4, maio, 1999. Disponível em:

_____. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n.4/5, p.19-34, jun. 2000.

_____. **História das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e construção da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT Ed., 2001. 307p.

_____. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Michel Pêcheux e análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Paulo: Claraluz, 2005. p.75-88.

_____. **As formas de silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. 181 p.

_____. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. 286 p.

_____. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6.ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. 276 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10.ed. Campinas: Pontes, 2012a. 100 p.

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012b.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4.ed. Campinas: Pontes Editores, 2012c. 218 p.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6.ed. Campinas: Pontes Editores, 2012d. 156 p.

_____. Análise de discurso, ciência e atualidade. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Orgs.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado Aberto, 2013a. p. 17-30.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013b. 360 p.

_____. **Ciência da linguagem e política**: anotações ao pé das letras. Campinas: Pontes Editores, 2014. 128 p.

_____.; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Histórias das idéias lingüísticas**: construção de um saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT, 2001. p.21-38.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editiones Mundaneum, 1934. Disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf> Acesso em: 11 out. 2015.

PAVEAU, Marie-Annie; SARFATI, Georges-Elias. **As grandes correntes da lingüística**: da gramática comparada à pragmática. Tradução de Rosário Gregolin (coordenador); Vanice Sargentini; Cleudemar Fernandes; Carlos Piovezani Filho; Luzmara Cursinoilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006. 272 p.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à Michel Pêcheux. 3. ed. Tradução Bethania Sampaio Corrêa Mariani; Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-161.

_____. **Análise de Discurso**: textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. 315 p.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5.ed. Campinas: Pontes, 2008. 68 p.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010. 276 p.

_____. **Semântica e discurso**: um crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. 287 p.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001. 387 p.

RODRIGUES, Alessandra. **Escrita e autoria**: entre histórias, memórias e descobertas. Campinas: Mercado de Letras, 2011. 95 p.

SARDINHA, Tony Berber. **Metáfora**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 167 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Cheline, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 279 p.

SAUTCHUK, Jaime. **Luta armada**: no Brasil dos anos 60 e 70. São Paulo: Editora Anita, 1995. 96 p.

SCHUMACHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 567 p.

SERRANI, Silvana. Antologia: escrita compilada, discurso e capital simbólico. **Alea**, v.10, n.2, p.270-287, jul./dez. 2008.

SIGNER, Rena; BELTRAMINI, Oswaldo (Orgs.). **Como redigir com estilo**: estilística teórica e redação prática. São Paulo: Rideel, 1990. 470 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed.rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Hélio. **1964 Golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 492 p.

SILVA, Mariza Vieira da. Alfabetização, escrita e colonização. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **História das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT Ed., 2001. 307p.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. A organização textual do discurso científico de revisão. **Tema**, n.16, p.99-11, abr./ago. 1992.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.23, n.81, p. 143-160, dez. 2002.

TSCHICHOLD, Jan. Barro na mão do oleiro. In: _____. **A forma do livro**: ensaios sobre tipografia e estética do livro. Tradução José Laurenio de Melo. Cotia: Ateliê Editorial, 2007. 220 p.

UCHÔA, Carlos Eduardo falcão. **A Linguagem**: teoria, ensino e historiografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 189 p.

VIEIRA, Evaldo. **A ditadura militar**: 1964-1985. São Paulo: Cortez, 2014. 152 p.

VIGOTSKI, Liev Semiónovitch. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão de tradução Silvana Vieira; revisão técnica José Cipolla Neto. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 194 p.

WAGNER, Pierre. **A lógica**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009. 128 p.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. São Paulo: EDUSP, 1979. 164 p.

ANEXOS

ANEXO A

Prefácio/Apresentação da 1ª edição (1967)

Apresentação

Em março de 1964 a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Ford firmaram um convênio para a execução de um programa de pesquisas sobre a administração pública brasileira e sua apresentação sob a forma de livros, monografias e casos, sendo este mais um da série de livros do programa. Pelo convênio, os recursos concedidos pela Fundação Ford se destinam à remuneração dos trabalhos de pesquisas e preparação de originais, cabendo à Fundação Getúlio Vargas os encargos com a publicação das obras e com a infra-estrutura técnico-administrativa para a execução do acôrdo.

O objetivo desse programa é o enriquecimento de nossa bibliografia especializada, com trabalhos que espelhem a experiência brasileira e encerrem a reflexão dos estudiosos de nossa problemática administrativa.

Na série por nós idealizada, não poderia faltar um volume sobre Comunicação, pois na Administração Pública, como, de resto, em todos os setores da atividade humana, a comunicação em termos claros, precisos e corretos é um problema que não pode ser relegado a plano secundário, essencial que é a um eficaz entendimento entre as pessoas.

Daí têmos recebido com especial agrado o projeto do Prof. OTHON MOACYR GARCIA, conhecido e conceituado técnico, que aqui já havia exercido o magistério, de escrever um livro que “ensinasse a escrever, ensinando a pensar”.

Como o leitor verá, não se trata de simples manual em que, mais uma vez, se colocassem e discutissem as velhas e batidas questões do “certo” e do “errado” em língua portuguesa. Bem mais ambicioso, e recorrendo a exemplos hauridos nas melhores fontes — dos trovadores medievais a escritores revolucionários como JOÃO CABRAL DE MELO NETO e CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE — o livro do Prof. GARCIA

procura, de fato, despertar a atenção do estudioso para a importância da correta e expressiva manifestação do pensamento — elemento essencial a um perfeito entrosamento, a uma eficaz comunicação nos diversos escalões da administração pública.

A Escola Brasileira de Administração Pública, ao acrescentar esta série ao já volumoso caudal de publicações da Fundação Getúlio Vargas sobre o tema, o faz com especial prazer, por se tratar de trabalhos inteiramente voltados para a nossa realidade e destinados a contribuir para a elaboração de uma doutrina e o desenvolvimento de uma literatura genuinamente brasileira no campo da administração pública.

A coordenação geral desta série está a cargo do Centro de Pesquisas Administrativas da EBAP, cabendo a coordenação editorial ao Serviço de Publicações da F.G.V.

BEATRIZ M. DE SOUZA WAHRLICH

Diretora da Escola Brasileira
de Administração Pública

ANEXO B

Prefácio/Apresentação intitulada *Explicação Necessária* da 1ª edição (1967)

Explicação Necessária

Este livro, devemos-lo aos nossos alunos, aquêles jovens a quem, no decorrer de longos anos, temos procurado ensinar não apenas a escrever mas principalmente a pensar — a pensar com eficácia e objetividade, e a escrever sem a obsessão do purismo gramatical mas com a clareza e a coerência indispensáveis a fazer da linguagem, oral ou escrita, um veículo de comunicação e não de escamoteação de idéias. Estamos convencidos — e conosco uma plêiade de nomes ilustres — de que a correção gramatical não é tudo — mesmo porque, no tempo e no espaço, seu conceito é muito relativo — e de que a elegância ôca, a afetação retórica, a exuberância léxica, o fraseado bonito, em suma todos os requintes estilísticos hedonistas e sibaríticos com mais freqüência falseiam a expressão das idéias do que contribuem para a sua fidedignidade. É principalmente por isso que neste livro insistimos em considerar como virtudes primordiais da frase a *clareza* e a *precisão* das idéias (e não se pode ser claro sem ser medianamente correto), a *coerência* (sem *coerência* não há legitimamente clareza) e a *ênfase* (uma das condições da clareza, que envolve ainda a elegância sem afetação, o vigor, a expressividade e outros atributos secundários do estilo).

A correção — não queremos dizer purismo gramatical — não constituiu assunto de nenhuma das lições desta obra, por uma razão óbvia: *Comunicação em Prosa Moderna* não é uma gramática, como não é tampouco um manual de estilo em moldes clássicos ou retóricos. Pretende ser, isto sim, uma obra que tem como principal propósito ensinar a pensar, vale dizer, a encontrar idéias, a ordená-las, a concatená-las e a expressá-las de maneira eficaz, isto é, de maneira clara, coerente e enfática. Isto quanto à comunicação.

Mas o título do livro é *Comunicação em... "Prosa Moderna"*, moderna e não quinhentista ou barrôca. Os padrões estudados ou recomendados são os da língua dos nossos dias

— ou daqueles autores que, mesmo já seculares ou quase seculares, como um ALENCAR, um AZEVEDO ou um MACHADO, continuam atuais —, da língua que está nos cronistas do século XX e não na dos do século XV, da dos romancistas, ensaístas e jornalistas de hoje. As abonações que se fazem com excertos de autores mais recuados — um VIEIRA, um BERNARDES, um MATIAS AIRES — devem-se ao fato de serem amostras de expressão eficaz e não de requintes estilísticos estéreis. Incluem-se também trechos de alguns "requintados" do nosso tempo — um RUI BARBOSA, um EUCLIDES DA CUNHA —, mas as razões da escolha foram as mesmas: são exemplos que se distinguem pela eficácia da comunicação e não pelo malabarismo estilístico desfigurador de idéias.

Mas por que êsse nosso interêsse quase obsessivo (êsses "ss" ressonantes, por exemplo, não constituem uma daquelas virtudes de estilo tão consagradas pelos manuais...) pelo teor da comunicação com aparente desprêzo pela sua forma? Forma e fundo, como sabemos... Bem, não há necessidade de desenvolver isso. Mas a verdade é que uma das características de nossa época, uma das fontes ou causas das angústias, conflitos e aflições do nosso tempo parece que está na complexidade, na diversidade e na infidedignidade da comunicação oral ou escrita, quer entre indivíduos quer entre grupos. Sabemos dos mal-entendidos, dos preconceitos, das prevenções, das incompreensões e dos atritos resultantes da incúria da expressão, dos seus sofismas e paralogismos. São as generalizações apressadas, as declarações gratuitas, as indiscriminações, os clichês, os rótulos, os falsos axiomas, a polissemia, a polarização, os falsos juízos, as opiniões discriminatórias, as afirmações puras e simples carentes de prova... Enfim, linguagem falaciosa, por malícia, quando não por incúria da atividade mental, ou por ignorância dos mais mezinhos princípios da lógica. Êsses óbices ou barreiras verbais e mentais impedem ou desfiguram totalmente a comunicação, o entendimento entre os homens e os povos, sendo não raro causa de atritos e conflitos.

Em face, pois, dêsse aspecto da linguagem, é justo que nós professôres nos preocupemos apenas com a língua, que cuidemos apenas da gramática, que nos interessemos tanto pela colocação dos pronomes átonos, pelo emprêgo da crase, pelo acento diferencial, pela regência do verbo assistir? Já é tempo de zelarmos com mais assiduidade não só do polimento da frase, mas também, e principalmente, da sua carga semântica, procurando dar aos jovens uma orientação capaz de levá-los a pensar com clareza e objetividade para terem o que dizer e poderem expressar-se com eficácia.

Êsse ponto de vista, que nada tem de nôvo ou de original, norteou a elaboração de *Comunicação em Prosa Moderna*. Em tôdas as suas dez partes torna-se evidente êsse propósito de ensinar o estudante a desenvolver sua capacidade de raciocínio, a servir-se do seu espírito de observação para colhêr impressões, a formar juízos, a descobrir idéias para ser tanto quanto possível exato, claro, objetivo e fiel na expressão do seu pensamento. Já desde a primeira parte — sôbre a estrutura sintática e a feição estilística da frase —, sente-se que a "nossa tomada de posição" é diversa da tradicional: procuramos ensinar a estruturar a frase, partindo das idéias e não das palavras (como é hábito no ensino estritamente gramatical). Êsse método salienta-se sobretudo nos tópicos referentes à indicação das circunstâncias. No que se refere ao vocabulário, procuramos, acima de tudo, orientar o estudante quanto à escolha da palavra exata, de sentido específico. Tentamos mostrar — principalmente no capítulo sôbre "generalização e especificação" — a importância da linguagem concreta, não prôpriamente a necessidade de evitar generalizações ou abstrações mas a conveniência de conjugá-las com as especificações, a importância de apoiar sempre as declarações, os juízos, as opiniões, em fatos ou dados concretos, em exemplos, detalhes, razões. Semelhante critério adota-se também no estudo do parágrafo, que é uma das partes mais desenvolvidas da obra. Isto porque, considerado como uma unidade de composição, que realmente é, êle pode servir — como de fato serviu — de centro de interêsse e de motivação para numerosos ensinamentos sôbre a arte de escrever.

Mas é sobretudo nas partes subseqüentes à do parágrafo — 4. Com. — “Eficácia e falácias da comunicação”, 5. Ord. — “Pondo ordem no caos”, 6. Id. — “Como criar idéias”, e 7. Pl. — “Planejamento” — que mais nos empenhamos em oferecer ao estudante meios e métodos de desenvolver e disciplinar sua capacidade de raciocínio. Essas quatro partes representam as principais características da obra. O desenvolvimento que lhes demos tem, ao que parece, inteira razão de ser, tanto é certo e pacificamente reconhecido que os jovens não sabem pensar. E, se não sabem pensar, dificilmente saberão escrever, por mais gramática e retórica que se lhes ministrem. Portanto, se se admite que a arte de escrever pode ser ensinada — e pode, até certo ponto pelo menos —, o melhor caminho a seguir é ensinar ao estudante métodos de raciocínio. Daí, as noções de lógica — em certo sentido muito

elementares — que constituem, ou em que se baseia, a matéria dessas quatro partes. Mas o leitor alerta há de perceber que tais noções vêm expostas com certa ousadia e até com certa indisciplina formalística; é que se tratava tão-somente de aproveitar da Lógica aquilo que pudesse, de maneira prática, direta, imediata, ajudar o estudante a pôr em ordem suas idéias. Não se surpreendam, portanto, os entendidos na matéria com a feição assistemática dada a essas noções: não tínhamos em mente escrever um tratado de Lógica.

Essas e outras características da obra (convém assinalar, de passagem, a oitava parte, relativa à redação técnica) tornam-na mais indicada a leitores que já disponham de um mínimo de conhecimentos gramaticais, ao nível pelo menos da quarta série ginásial. Por isso, acreditamos que *Comunicação em Prosa Moderna* venha a ser mais proveitosa aos alunos do segundo ciclo e, sobretudo, das nossas faculdades de letras, de economia, finanças e administração. Uma das razões dessa crença está na natureza das informações relativas à preparação de trabalhos de pesquisa — teses, ensaios, monografias, relatórios técnicos —, inclusive a documentação bibliográfica e a mecânica do texto, isto é, a preparação dos originais.

Foi talvez essa orientação referente aos problemas da comunicação eficaz que levou a Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, a encomendar-nos a elaboração definitiva do livro, quando dêle lhe apresentamos algumas partes acompanhadas do plano geral, no qual se fizeram posteriormente algumas alterações de comum acôrdo com os diretores do Serviço de Publicações daquela instituição.

Seria falsa modéstia negar que há neste livro uma considerável contribuição pessoal, quer no seu planejamento quer no desenvolvimento da matéria. Mas, como não temos o hábito de pavonear-nos com plumagem alheia, é de justiça reconhecer que a melhor parte destas quinhentas e poucas páginas é resultado do que aprendemos ou das sugestões que colhemos em abundante bibliografia especializada. Dois ou três dos mais expressivos exemplos dessa influência revelam-se no tratamento dado a alguns tópicos sôbre a estrutura da frase (especialmente o capítulo quarto), nos exercícios de vocabulário por áreas semânticas — duas lições de alguns autores franceses —, na importância atribuída ao estudo do parágrafo e no que respeita, em linhas gerais, à redação técnica — duas lições de autores americanos. As demais influências ou fontes de sugestão vêm devidamente apontadas nos lugares competentes.

Quanto à documentação bibliográfica, cabe aqui também um esclarecimento indispensável. Certo número de abonações se faz de "segunda-mão", mesmo nos casos em que dispunhamos ou poderíamos facilmente dispor da fonte original, como está indicada na Bibliografia. Tal critério, não de todo consagrado (deve-se citar do original, quando êle é disponível), decorre talvez de um excesso de escrúpulo: damos honestamente a fonte onde topamos com o exemplo pela primeira vez. Isso explica, pôsto que não desculpe, o fato de algumas citações do mesmo autor e obra serem feitas diretamente, e outras indiretamente.

Entretanto, no que se refere às numerosas transcrições dadas à guisa de exemplos, exercícios ou modelos, e feitas de antologias e coletâneas (*Antologia Nacional, Antologia Brasileira*, coleção *Nossos Clássicos*, da Agir, e obras similares), outra razão se junta à do escrúpulo: é o caso, v. g., de muitos exercícios sôbre a frase, o vocabulário e o parágrafo, exercícios para serem feitos de tal forma, que se torna necessário posterior confronto com o original. Ora, como admitimos não ser muito fácil dispor o estudante de tôdas as obras e autores citados, pareceu-nos bastante aconselhável remetê-lo para as antologias e coletâneas mais acessíveis. Por motivo diverso, desculpar-se-á também a repetição de dois ou três exemplos, exemplos tão ricos de sugestões, que não nos repugnou aproveitá-los mais de uma vez com propósitos diferentes.

A Bibliografia apresentada no fim do livro, apesar de já muito extensa, não inclui tôdas as obras citadas no texto, como o leitor poderá facilmente verificar: não víamos razão para alongar desmedidamente a lista com títulos e autores accidental ou marginalmente referidos. Tampouco está completo o rol das obras consultadas mas não citadas no texto: limitamo-nos àquelas que mais diretamente se relacionam com a matéria e o nosso ponto de vista em face dela.

Aí estão os esclarecimentos considerados indispensáveis: muitos até certo ponto explicam, mas nenhum desculpa os defeitos reais ou aparentes da obra. Defeitos graves, de que somos os primeiros a ter, de muitos dêles pelos menos, plena consciência, mas que procuraremos corrigir na hipótese de uma segunda edição, principalmente se contarmos com as benvidas sugestões do leitor.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1967

OTHON M. GARCIA

ANEXO C

Prefácio/Apresentação da 2ª edição (1969)

NOTA SÔBRE A SEGUNDA EDIÇÃO

A presente edição sai um pouco mais saneada do que a primeira, se não quanto a falhas intrínsecas, pelo menos quanto aos numerosos, clamorosos e desesperadores erros de revisão (mais de cem!). Quanto à estrutura da obra, entretanto, esta edição em nada difere da precedente, salvo no que respeita aos acréscimos de alguns tópicos, ao desenvolvimento de outros e à adjunção de maior número de notas de rodapé sôbre fontes bibliográficas.

Dos acréscimos, limitados ao mínimo indispensável para que a obra não se avolumasse ainda mais, merecem destaque sobretudo os que se referem à “Generalização e Especificação” (2. Voc. — 2.0), a meu ver um dos fatores mais importantes da eficácia da comunicação, à “Análise” e à “Classificação” (5. Ord. — Pondo Ordem no Caos), matéria igualmente relevante para a objeti-

vidade e organicidade do planejamento e ordenação de idéias e, por fim, o tópico 1.5.2.1 — “Exemplo de Parágrafo com Estrutura Silogística Dedutiva”, *in* 6. Id. — aparentemente deslocado da parte referente ao parágrafo (3.Par.), mas assim situado em obediência ao plano da obra, já que seria impossível ensinar a desenvolver idéias por dedução ou indução sem ter previamente esclarecido o leitor a respeito de métodos de raciocínio, de que trato na 4.^a Parte (4.Com.). Os demais acréscimos são menos relevantes e mais reduzidos.

Entre outras inovações que, embora muito me tentassem, não pude fazer para não aumentar demasiadamente o número de páginas, inclui-se a de um índice remissivo por ordem alfabética e a tradução de alguns trechos citados em língua estrangeira — ambas sugestões de PAULO RÓNAI, a quem peço desculpas por não ter podido levá-las em consideração pelos motivos expostos.

Quanto aos erros tipográficos da 1.^a edição e corrigidos (espero) nesta, cumpro com prazer o dever de deixar aqui bem claros os meus agradecimentos a OLAVO NASCENTES, que me mostrou, *bem presto*, muitos dêles, além de erros meus, e a PAULO RÓNAI, que, além de me distinguir sobremodo com um magnânimo artigo sôbre a primeira edição, teve a pachorra de ler com atenção, zelo e beneditina paciência não apenas o texto e os exercícios mas também — e isso é de espantar e de me deixar perdidamente grato — até mesmo a lista bibliográfica final. A êle devo a maior coleção de erros de revisão e de descuidos meus. Ora, como eu mesmo não tive essa beneditina paciência de reler pela *n* vez, e prontamente, estas quinhentas e tantas páginas, não pude preparar a tempo a necessária errata. Quando pude fazê-lo, graças sobretudo à contribuição daqueles prestimosos amigos, já uma grande parte da edição tinha sido vendida ou distribuída. Para não lograr alguns leitores, logrei a todos, deixando de incluir a errata nos exemplares remanescentes na Editôra.

Muito agradeço igualmente não só aos que, por escrito ou de viva voz, se manifestaram sôbre a primeira edição, mas também aos leitores que me distinguiram e que espero tenham tirado algum proveito da leitura. Fiz quanto pude no sentido de lhes oferecer um livro que lhes fôsse útil de alguma forma.

O. M. G.

ANEXO D

Prefácio/Apresentação da 3ª edição (1975)

NOTA SOBRE A 3.^a EDIÇÃO

Já decorreram sete anos desde que saiu publicada a 1.^a edição desta *Comunicação em prosa moderna*. A imprevista aceitação da obra, que levou, entre outubro de 1969 e junho de 1974, a cinco tiragens da 2.^a edição, estava a impor uma terceira, em que não apenas se corrigissem falhas e erros das anteriores mas também se atualizassem e se ampliassem vários tópicos, se refundissem alguns e se acrescentassem outros, pois, nesses últimos oito ou dez anos, muitas novidades surgiram no campo da lingüística e da comunicação. Entretanto, se, em relação a certos aspectos particulares, se tornavam necessárias algumas adaptações a essas novas tendências, em linhas gerais, esta 3.^a edição de *Comunicação em prosa moderna* mantém inalteradas as características originais da obra, que continua fiel ao seu modesto propósito de ensinar a escrever, ensinando a pensar.

Othon M. Garcia

ANEXO E

Prefácio/Apresentação da 11ª edição (1983)

NOTA SOBRE A 11ª EDIÇÃO

Nesta nova edição de *Comunicação em prosa moderna*, graças à inestimável ajuda de meu querido amigo e colega Antônio de Pádua, me foi possível corrigir recalcitrantes erros que sobreviveram a expurgos anteriores. Impunha-se a sua correção, apesar de serem – suponho – irrelevantes e de, por isso, não prejudicarem as características fundamentais da obra, que tem tido uma gratificante acolhida do público leitor.

O.M.G.
15.9.83

ANEXO F

Prefácio/Apresentação da 27ª edição (2010)

Nota sobre a 27ª edição

Comunicação em prosa moderna, decorridos 43 anos da sua primeira edição, já é reconhecidamente um clássico. Constitui obra pioneira na sistematização dos elementos lógicos e linguísticos imprescindíveis à boa organização do pensamento para a elaboração de textos consistentes, claros e coerentes. Corretos, enfim, na sua mais ampla acepção, que vai muito além da noção restrita de correção gramatical. O livro, que atende a uma vasta gama de interessados no assunto, servindo a estudantes de variados níveis e áreas, a professores de língua portuguesa no seu trabalho didático e, cada vez mais, a estudiosos da importantíssima especialidade de produção textual, mantém-se plenamente atual.

Nada havia que se devesse ou pudesse alterar no que se refere aos aspectos conceituais do livro e às suas consagradas lições. Mas, no que diz respeito à sistematização de trabalhos académicos e científicos, como algumas normas foram alteradas pela ABNT, e a “invasão” dos computadores impôs reajustamentos na forma de elaborar e apresentar textos, julgamos conveniente atualizar, para esta nova edição, trechos das partes oitava (Redação técnica) e nona (Preparação dos originais). Impôs-se, igualmente, adequar o texto às novas regras ortográficas da língua portuguesa. Ambos os trabalhos foram esmeradamente realizados pela copidesque Sandra Maciel Frank, respeitando-se toda e qualquer reflexão ou afirmação do autor que não estivessem meramente vinculadas a normas técnicas alteradas e à superação das tradicionais máquias de escrever pelos novos processadores de textos da informática.

No restante da obra, obedeceu-se, com todo rigor, ao texto das edições anteriores, tantas vezes revisto e perseverantemente retocado pelo autor.

Eduardo Garcia